

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído
e Patrimônio Sustentável

Elias Mota Vasconcelos

CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM (PARÁ):
descaso e descaracterização

Belo Horizonte
2026

Elias Mota Vasconcelos

CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM (PARÁ):
descaso e descaracterização

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Staël de Alvarenga Pereira Costa

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Salgado

Belo Horizonte
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

V331c

Vasconcelos, Elias Mota.

Centro histórico de Santarém (Pará) [recurso eletrônico] : descaso e descaracterização / Elias Mota Vasconcelos. - 2026.

1 recurso eletrônico (310 f. : il.), pdf.

Orientadora: Stael de Alvarenga Pereira Costa.

Coorientadora: Marina Salgado.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. Centros históricos - Teses. 3. Turismo cultural - Teses. 4. Memória - Teses. 5. Arqueologia da paisagem - Teses. 6. Santarém (PA) - Teses. I. Costa, Stael de Alvarenga Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 351.8098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO Elias Mota Vasconcelos, nº de matrícula **2021714343**, DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Savassi, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Tese para julgar o trabalho "CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM: descaso e descaracterização", requisito para a obtenção do grau de Doutor na área interdisciplinar de concentração em "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, a orientadora professora doutora Stael de Alvarenga Pereira Costa, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para o aluno iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:.

- Aprovação
- Aprovação com solicitação das revisões feitas pela banca
- Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada pelas participantes da Comissão Examinadora.

Profª. Drª. Stael de Alvarenga Pereira Costa - Orientadora
Escola de Arquitetura/UFMG

Profª. Drª. Marina Salgado
Arquitetura e Urbanismo/PUC Minas

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin
Universidade Federal do Paraná/UFPR

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Edilson Borges de Barros Filho

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr^a. Sandra Maria Sousa da Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA

Belo Horizonte, 02 de março de 2026.

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Prof. Dr. Marco Antônio de Penido Rezende - "Ad Referendum"

Coordenador do PPG-ACPS

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Marina Salgado, Usuária Externa**, em 03/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benediti Brusadin, Usuário Externo**, em 03/03/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Borges de Barros Filho, Usuário Externo**, em 03/03/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altamiro Sergio Mol Bessa, Professor do Magistério Superior**, em 03/03/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Sousa da Silva, Usuária Externa**, em 03/03/2026, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stael de Alvarenga Pereira Costa, Professora do Magistério Superior**, em 04/03/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Penido de Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 09/03/2026, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4992678 e o código CRC 59E2E7C8.

Referência: Processo nº 23072.210278/2026-92

SEI nº 4992678

Aos meus pais, Adriana Mota, pelo amor, incentivo e direcionamento através da educação, e Elias Vasconcelos, por me amar do jeito dele.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor que sustenta minha fé, sabedoria e esperança de dias melhores, minha gratidão permanente.

À minha orientadora, Staël Alvarenga, pelos ensinamentos, pela generosidade intelectual e pela firmeza na condução deste trabalho ao longo de toda a trajetória da tese.

À minha coorientadora, Marina Salgado, pelos ensinamentos, pela parceria constante e pela disponibilidade nas etapas mais decisivas desta jornada.

Aos amigos que a vida acadêmica me trouxe em Belo Horizonte, Gabriela Clemente, Vanessa Taveira, Giliard Ribeiro, Ana Maria Rezende, Elieth Amélia e Anderson Nunes pela partilha de conhecimentos, conversas, inquietações e perseverança. A companhia de vocês tornou esse percurso mais leve e significativo.

Aos professores, Altamiro Bessa e Leandro Brusadin, pelas contribuições fundamentais na etapa de qualificação. Minha admiração e carinho.

A todos os colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG, agradeço profundamente. Esse programa, que abre suas portas para trajetórias diversas e para o diálogo interdisciplinar, representou para mim uma oportunidade rara de crescimento acadêmico e humano. Em especial, agradeço à Victória de Leon, pela atenção constante e disponibilidade em todos os momentos em que precisei.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Santarém, pela liberação integral que tornou possível a realização do doutorado.

Aos amigos que, de diferentes maneiras, contribuíram para a escrita desta tese, especialmente, Aurenice Figueira, Flavio Lobato, Sandra Silva e Juliana de Araujo.

A todos os entrevistados que, gentilmente, aceitaram participar da pesquisa, compartilhando memórias, experiências e afetos que tornaram este trabalho mais humano, mais verdadeiro e mais enraizado no território que tanto amo.

“O tempo não para”

Cazuza

RESUMO

A preservação, a conservação e a requalificação de áreas ou núcleos históricos antigos, identificados popularmente no Brasil como centros históricos, constituem o mote condutor desta tese. O recorte espacial da pesquisa é o Centro Histórico de Santarém, situado na região oeste do estado do Pará, fundado no século XVIII, à margem direita do rio Tapajós, em área de confluência com o rio Amazonas. O estudo parte da compreensão do CHS como paisagem cultural marcada por múltiplas temporalidades, cujas camadas edificadas, simbólicas e sociais evidenciam disputas de memória, identidade e uso do território. Ao adotar a paisagem como chave interpretativa, a investigação não se restringe ao inventário de edificações e monumentos, mas examina como esses elementos são continuamente ressignificados pelos diferentes atores sociais, revelando processos de apropriação, conflito e produção de sentidos no espaço urbano. Nessa perspectiva, a pesquisa se orienta pela seguinte problemática central: em pleno século XXI, como a paisagem do Centro Histórico de Santarém é interpretada a partir de diferentes olhares sociais e institucionais, considerando, de um lado, os processos de preservação, conservação e qualificação dos bens patrimoniais e, de outro, as políticas públicas e sua interface com o Turismo Cultural? O objetivo principal é investigar os fatores que contribuem para os processos de negligência e descaracterização do Centro Histórico do município, comprometendo a salvaguarda do patrimônio edificado nas esferas municipal, estadual e federal. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: a) mapear os patrimônios edificados pertencentes ao CHS, visando à utilização sustentável; b) delinear o perfil dos moradores e sua relação com as políticas públicas de patrimônio, bem como suas percepções sobre essa paisagem; c) identificar ações de fomento e execução para o Turismo Cultural; e d) analisar a existência e a efetividade de mecanismos de tombamento e proteção nas instâncias governamentais. O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, observação não participante, visitas técnicas e entrevistas. As narrativas dos moradores evidenciam dimensões da memória coletiva e da paisagem cultural ainda pouco exploradas, enquanto os depoimentos de agentes governamentais, fazedores de cultura e representantes da sociedade civil permitem confrontar discursos institucionais e práticas efetivas de preservação. A originalidade da tese reside em integrar, sob a perspectiva da paisagem cultural, os elementos materiais e simbólicos que estruturam o Centro Histórico de Santarém, propondo uma leitura crítica das políticas públicas e dos usos sociais do território. Ao evidenciar as lacunas de gestão, bem como as formas de resistência e pertencimento expressas pelas comunidades locais, o estudo oferece subsídios para estratégias de salvaguarda que reconheçam o patrimônio como bem coletivo e vetor de desenvolvimento sociocultural.

Palavras-chave: Centro Histórico de Santarém (PA); patrimônio histórico-cultural; Turismo Cultural; memória; paisagem.

ABSTRACT

The preservation, conservation and revitalization of old historical areas or nuclei, popularly known in Brazil as historic centers, constitute the guiding axis of this thesis. The spatial focus of the research is the Historic Center of Santarém, located in the western region of the state of Pará, founded in the eighteenth century on the right bank of the Tapajós River, in an area of confluence with the Amazon River. The study begins with an understanding of the CHS as a cultural landscape marked by multiple temporalities, whose built, symbolic and social layers reveal disputes over memory, identity and the use of territory. By adopting landscape as an interpretative key, the investigation does not restrict itself to cataloguing buildings and monuments, but examines how these elements are continuously re-signified by different social actors, revealing processes of appropriation, conflict and meaning-making in the urban space. From this perspective, the research is guided by the following central question: in the twenty-first century, how is the landscape of the Historic Center of Santarém interpreted through different social and institutional lenses, considering, on the one hand, the processes of preservation, conservation and enhancement of heritage assets and, on the other, public policies and their interface with cultural tourism? The main objective is to investigate the factors that contribute to the processes of neglect and disfigurement of the municipality's Historic Center, compromising the safeguarding of built heritage at municipal, state and federal levels. To achieve this purpose, the following specific objectives are established: (a) to map the built heritage of the CHS, with a view to sustainable use; (b) to outline the profile of residents and their relationship with public heritage policies, as well as their perceptions of this landscape; (c) to identify support and implementation actions for cultural tourism; and (d) to analyze the existence and effectiveness of listing and protection mechanisms within governmental spheres. The study adopts a qualitative approach, of descriptive and exploratory nature, grounded in bibliographic and documentary research, non-participant observation, technical visits and interviews. The narratives of residents reveal dimensions of collective memory and cultural landscape that remain little explored, while the testimonies of government agents, cultural practitioners and representatives of civil society make it possible to confront institutional discourses with effective preservation practices. The originality of the thesis lies in integrating, through the lens of the cultural landscape, the material and symbolic elements that structure the Historic Center of Santarém, proposing a critical reading of public policies and social uses of the territory. By highlighting management gaps, as well as forms of resistance and belonging expressed by local communities, the study offers insights for safeguarding strategies that recognize heritage as a collective asset and a driver of sociocultural development.

Keywords: Historic Center of Santarém (PA); historical-cultural heritage; cultural tourism; memory; landscape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Santarém.....	20
Figura 2 – Centro Histórico de Santarém conforme Fonseca (2006).....	30
Figura 3 – Expressões culturais do Estado do Pará.....	60
Figura 4 – Vaso de Gargalo.....	63
Figura 5 – Vaso de Cariátides.....	64
Figura 6 – Bolinho de Piracuí.....	65
Figura 7 – Prospecto da Fortaleza do Tapajós com a sua aldeia realizado pelo capitão engenheiro João André Schwebel (1756).....	75
Figura 8 – Montes localizados às margens do rio Tapajós, próximos da Vila de Santarém durante a expedição de Spix e Martius (1819).....	91
Figura 9 – Encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas em frente a Santarém.....	93
Figura 10 – Localização de Santarém entre Belém (PA) e Manaus (AM).....	94
Figura 11 – Principal rua de Santarém em 1889 com destaque para o Solar do Barão de Santarém, única edificação com três pisos à época.....	96
Figura 12 – Solar do Barão de Santarém revitalizado em 2024.....	97
Figura 13 – Largo da antiga Matriz de N. Sra. da Conceição final do século XIX.....	99
Figura 14 – Planta da Fortaleza do Tapajós em 1863.....	100
Figura 15 – A Vila de Santarém pintada em aquarela por Hercules Florence (1828).....	101
Figura 16 – Cenas pitorescas em que negros e indígenas realizam diversas atividades na praia em frente a Santarém no rio Tapajós.....	106
Figura 17 – Cena do cotidiano na praia em frente a Santarém onde indígenas e negros tomavam banho e realizavam outras atividades à beira do rio Tapajós.....	107
Figura 18 – Vista aérea da Praia do Mapirí – década de 1970.....	115
Figura 19 – Vista aérea do bairro Mapirí em 2020.....	115
Figura 20 – Transformações na paisagem urbana de Santarém.....	119
Figura 21 – Construção do Cais de arrimo em 1977.....	121
Figura 22 – Av. Tapajós e Orla em 2025.....	121
Figura 23 – Praia da Vera Paz década de 1980.....	123
Figura 24 – Praia da Vera Paz década de 1980.....	123
Figura 25 – Porto da Cargill em 2022 onde estava localizada a praia da Vera Paz.....	124

Figura 26 – Praia do Maracanã antes e depois da ponte	125
Figura 27 – Paisagem em Santarém.....	127
Figura 28 – Paisagem em Santarém.....	127
Figura 29 – Planta de Santarém em 1865.....	130
Figura 30 – Detalhes arquitetônicos de edificações de valor histórico-cultural	132
Figura 31 – Mapa delimitação – CHS (PA).....	133
Figura 32 – Rua Coronel Joaquim Braga	135
Figura 33 – Casa de valor histórico-cultural do século XX	135
Figura 34 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio.....	136
Figura 35 – Praça Fortaleza do Tapajós em 2025.....	137
Figura 36 – Praça Fortaleza do Tapajós em 2025.....	137
Figura 37 – Praça Barão de Santarém.....	138
Figura 38 – Praça Barão de Santarém com seus monumentos	139
Figura 39 – Rua Adriano Pimentel	140
Figura 40 – Edificações localizadas a Rua Adriano Pimentel (três casas do século XX)	141
Figura 41 – Casa Elza, sobrado do século XIX.....	142
Figura 42 – Sobrado da família Mendonça (Castelinho).....	143
Figura 43 – Sobrado da família Miléo.....	143
Figura 44 – Rua Senador Lameira Bittencourt	144
Figura 45 – Sobrado do Sol	145
Figura 46 – Sobrado Solar do Barão de Santarém.....	147
Figura 47 – Casa Feliz.....	147
Figura 48 – Sobrado do Hotel Alvorada	148
Figura 49 – Sobrado onde morou o Barão do Tapajós.....	149
Figura 50 – Sobrado Canto Redondo.....	149
Figura 51 – Rua Siqueira Campos	151
Figura 52 – Prédio azulejado	153
Figura 53 – Casarão Tapajônico	154
Figura 54 – Sobrado Solar dos Campos	155
Figura 55 – Sobrado Solar dos Brancos.....	155
Figura 56 – Igreja Catedral Matriz de N. Sra. da Conceição e coreto.....	156
Figura 57 – Igreja Catedral Matriz de N. Sra. da Conceição.....	157
Figura 58 – Garapeira Ypiranga.....	158

Figura 59 – Rua 24 de Outubro.....	159
Figura 60 – Casarão do início do século XX descaracterizado.....	160
Figura 61 – Casa do século XX situada na Rua 24 de Outubro	161
Figura 62 – Casa do século XX situada na Rua 24 de Outubro	161
Figura 63 – Rua Maestro Wilson Fonseca	163
Figura 64 – Museu Dica Frazão	165
Figura 65 – Solar do Barão de São Nicolau	166
Figura 66 – Centro Diocesano de Pastoral.....	166
Figura 67 – Casa do século XX situada em frente à Praça Rodrigues dos Santos. 167	
Figura 68 – Praça Rodrigues dos Santos.....	168
Figura 69 – Praça Rodrigues dos Santos.....	168
Figura 70 – Teatro Vitória em 2024	169
Figura 71 – Rua Galdino Veloso	170
Figura 72 – Residência da família Miléo.....	171
Figura 73 – Residência datada do século XX.....	172
Figura 74 – Igreja de São Raimundo Nonato	172
Figura 75 – Praça do Centenário (São Raimundo Nonato) e ao fundo o coreto	173
Figura 76 – Avenida Rui Barbosa.....	175
Figura 77 – Primeira Igreja Batista de Santarém.....	176
Figura 78 – Edificação do antigo cinema Cinerama	177
Figura 79 – Casa com detalhe arquitetônico óculo, século XX.....	177
Figura 80 – Avenida São Sebastião	179
Figura 81 – Colégio Dom Amando	180
Figura 82 – Colégio Santa Clara e Capela Nossa Senhora de Lourdes	181
Figura 83 – Tapajós Bar.....	182
Figura 84 – Travessa Francisco Corrêa	184
Figura 85 – Sobrado e casas do século XX na Rua Francisco Corrêa	185
Figura 86 – Travessa Quinze de Agosto	187
Figura 87 – Casarão do século XX da família Figueira, detalhe para a fachada e inscrição de 1917	188
Figura 88 – Travessa dos Mártires.....	189
Figura 89 – Casarão da família Carneiro do Vale.....	190
Figura 90 – Edificação do século XX descaracterizada	191
Figura 91 – Edificação do século XX preservada	191

Figura 92 – Avenida Barão do Rio Branco	193
Figura 93 – Prédio Cristo Rei adaptado para fins comerciais	193
Figura 94 – Travessa João Otaviano de Matos	194
Figura 95 – Residência do século XX adaptada para fins comerciais	194
Figura 96 – Travessa Silva Jardim	196
Figura 97 – Edificações do século XX localizadas na Rua Silva Jardim	197
Figura 98 – Casa do século XX (demolida) catalogada em 2009 na Rua Galdino Veloso	199
Figura 99 – Estabelecimento comercial em 2025	199
Figura 100 – Antigo casarão da família Reça em 2009	200
Figura 101 – Local em que estava localizado o antigo casarão da família Reça	200
Figura 102 – Residência do século XX (demolida) catalogada em 2009	201
Figura 103 – Fachada de estabelecimento comercial (loja de calçados) em 2025 .	201
Figura 104 – Vila Paraíso em 1911	203
Figura 105 – Antiga Igreja e coreto de São Sebastião, século XIX.....	204
Figura 106 – Igreja de São Sebastião século XXI	204
Figura 107 – Antiga Casa de Saúde São Sebastião em 1968	205
Figura 108 – Antigo mercado municipal, final do século XIX	206
Figura 109 – Antigo Teatro Vitória em 1905	207
Figura 110 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX	209
Figura 111 – Rua Senador Lameira Bittencourt em 2025 (trecho Belo Centro).....	210
Figura 112 – Rua Senador Lameira Bittencourt em 2025.....	210
Figura 113 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX	211
Figura 114 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX	211
Figura 115 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX em diferentes paisagens	212
Figura 116 – Praça do Pescador na década de 1970.....	213
Figura 117 – Rua Siqueira Campos século XIX	214
Figura 118 – Rua Siqueira Campos em 2025	214
Figura 119 – Rua Siqueira Campos século XIX	216
Figura 120 – Rua Siqueira Campos em 2025	216
Figura 121 – Antiga Rua Floriano Peixoto no século XIX, em 2025, Wilson Fonseca	217
Figura 122 – Rua Wilson Fonseca em 2025	218

Figura 123 – Prédio do Castelo.....	224
Figura 124 – Prédio do Castelo.....	224
Figura 125 – Altar-mor da Igreja Catedral Matriz 1920.....	227
Figura 126 – Interior da Igreja Catedral Matriz em 2025	228
Figura 127 – Escadaria	229
Figura 128 – Fachada da Padaria e Confeitaria Lucy.....	230
Figura 129 – Fachada do Hotel London	231
Figura 130 – Antigo cartório	234
Figura 131 – Trapiche na década de 1950.....	238
Figura 132 – Fachada do sobrado da Casa Elza	239
Figura 133 – Poluição estética	277
Figura 134 – Poluição estética	277
Figura 135 – Poluição estética	278

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ATAS	Associação de Atores, Autores e Técnicos de Teatro Amador de Santarém
CF	Constituição Federal
CHS	Centro Histórico de Santarém
DOL	Diário <i>on-line</i>
DPHAC	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FITA	Feira Internacional de Turismo da Amazônia
Flona	Floresta Nacional do Tapajós
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBS	Instituto Cultural Boanerges Sena
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IHGTap	Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IFPA	Instituto Federal do Pará
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
PAC-CH	Programa de Aceleração ao Crescimento das Cidades Históricas
PACH	Plano de Ação das Cidades Históricas
PMS	Prefeitura Municipal de Santarém
PPG-ACPS	Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SEST	Serviço Social do Transporte
TBC	Turismo de Base Comunitária
UBS	Unidade Básica de Saúde

UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UPA	Unidade de Pronto Atendimento 24 horas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Hipóteses da pesquisa	27
1.2	Objetivo geral	28
1.2.1	Objetivos específicos	28
1.3	Contextualização da área de pesquisa	28
1.4	Metodologia e procedimentos	30
1.5	Escolha dos sujeitos da pesquisa	32
1.6	Estrutura da tese	35
2	REFERENCIAL TEÓRICO	37
2.1	Centro Histórico de Santarém: reminiscências entre o passado e o contemporâneo	37
2.2	Síntese e especificidades do Patrimônio Histórico-Cultural de Santarém	43
2.3	Para uma compreensão do Turismo e do Turismo Cultural	51
2.4	Concepções e abordagens da paisagem	66
3	A ALDEIA, A VILA E A CIDADE	70
3.1	Os antecedentes da formação da aldeia e da Vila	70
3.2	Sob o olhar dos naturalistas que estiveram em Santarém durante o século XIX	85
3.3	A paisagem urbana de Santarém no século XIX	95
3.4	O cotidiano de Santarém durante o século XIX	104
3.5	Cabanagem, o movimento revolucionário no século XIX	112
3.6	A paisagem urbana de Santarém nos séculos XX e XXI	117
4	CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM: UM PALIMPSESTO	129
5	O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM: A PERSPECTIVA DE SEUS MORADORES, ENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E FAZEDORES DE CULTURA	219
5.1	Com a palavra: os moradores do Centro Histórico de Santarém	219
5.2	Com a palavra: os representantes de órgãos públicos, associações e fazedores de cultura	259
5.3	Convergências e divergências entre as perspectivas dos moradores do CHS, agentes públicos, sociedade civil organizada e fazedores de cultura	275
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	283

REFERÊNCIAS	290
APÊNDICES	306
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	306
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (moradores)	309
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (representantes de órgãos e associações)	310

1 INTRODUÇÃO

Antes de tudo, esta tese é uma imersão em meus antepassados, sobretudo, os povos originários que aqui habitaram, com o objetivo de ampliar a compreensão da paisagem no século XXI. A gênese tem como ponto de partida a formação da missão Tapajós (Reis, 1979) fundada na segunda metade de 1661, pelo enviado da Companhia de Jesus, padre João Felipe Bettendorf. O objetivo principal desta era catequizar os indígenas e demarcar o domínio português na região.

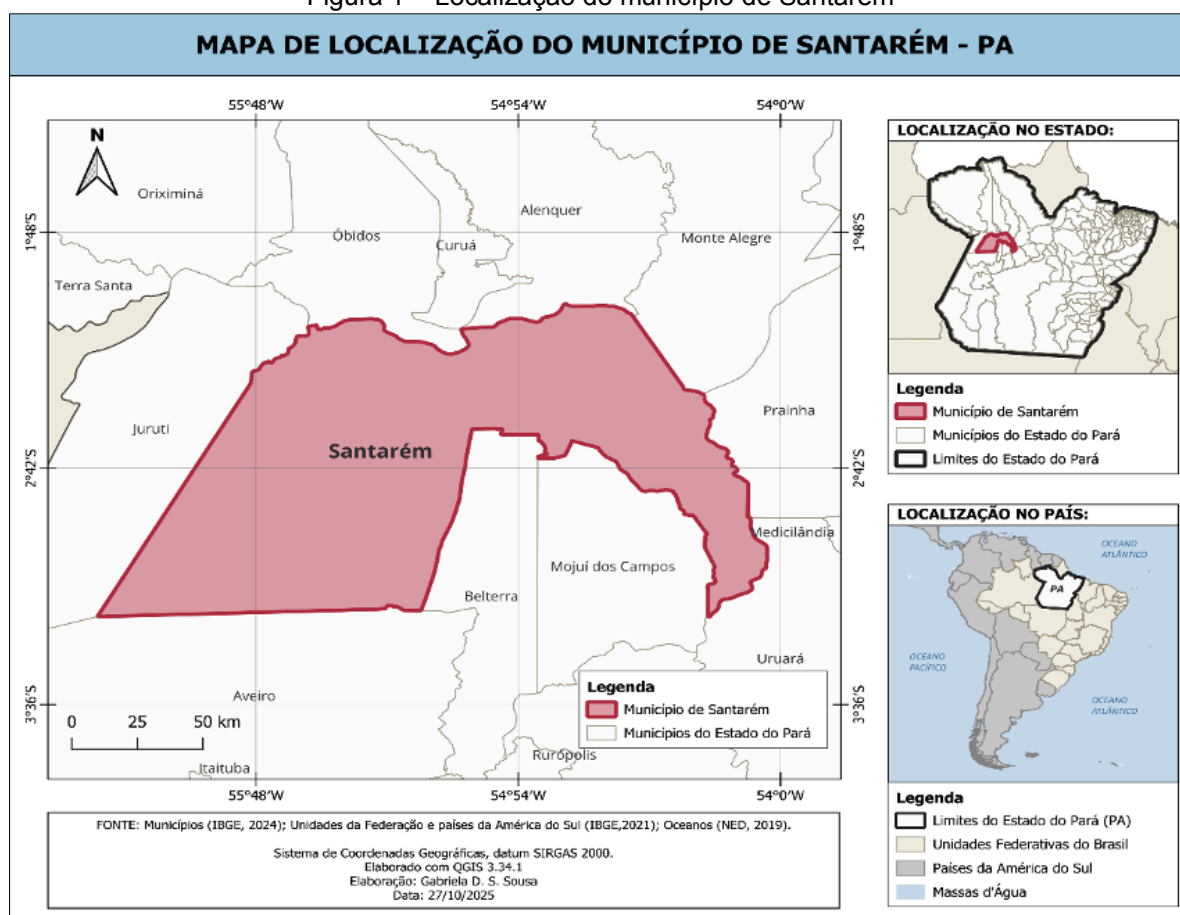
No transcurso desse período, muitos eventos aconteceram na transição de aldeia para vila e, posteriormente, cidade. Aspectos que serão elucidados e esmiuçados no primeiro capítulo desta tese.

Santarém ou a “Pérola do Tapajós”, forma pela qual é, afetuosamente, chamada pelos seus gentílicos, localiza-se na região oeste do Pará – composta por 19 municípios (Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa e Trairão) – na mesorregião do Baixo Amazonas e Microrregião de Santarém (Barros, 2023).

Com uma população estimada para 2025 em 360.871 habitantes (IBGE, 2025), a cidade detém uma área territorial de 17.898,389 km² (IBGE, 2022). Em linha reta, está a 1.449 km da capital Belém por via terrestre, ao passo que 876 km por via fluvial e 697 km por via aérea, ou seja, a aproximadamente 54 minutos de distância (Santarém, 2018). A Figura 1 indica a posição geográfica de Santarém entre as outras cidades da Amazônia.

Importante destacar que, sendo a terceira cidade mais populosa do estado do Pará, desde o processo de transição de vila à urbe, ela se destacava pela posição geográfica favorável, pela beleza, pelo clima e pela limpeza urbana.

Figura 1 – Localização do município de Santarém



O mapa de maior extensão, localizado à esquerda, apresenta Santarém na região oeste do Estado do Pará, juntamente com as cidades do entorno. O mapa superior, à direita, evidencia a posição de Santarém em relação aos 143 municípios paraenses, enquanto o mapa inferior situa o Estado do Pará no contexto territorial dos demais estados da Federação.

Na contemporaneidade, continua em posição de destaque na rota entre as duas principais metrópoles da Amazônia, Belém (PA) e Manaus (AM). Trata-se do município com a maior e melhor infraestrutura da região. No que concerne à educação, dispõe de instituições de ensino superior públicas e privadas, em número suficiente para atender à população. Nessa senda, estas atraem muitas pessoas para cursar graduação e pós-graduação, visto que há carência de oportunidades nas cidades menos desenvolvidas.

Na região, há um *campus* do Instituto Federal do Pará (IFPA) que oportuniza diversos cursos nas modalidades: integrado, subsequente, Educação de Jovens e

Adultos (EJA), cursos de graduação e pós-graduação. Somando-se, ainda, a representação do sistema “S”¹:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac);
- Serviço Social do Comércio (SESC);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Serviço Social do Transporte (SEST); e

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) (Santarém, 2018).

No âmbito da saúde, o município conta com uma rede estruturada que contempla hospitais de baixa, média e alta complexidade, responsáveis por atender desde demandas básicas até procedimentos especializados de maior porte. Essa rede é complementada pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que desempenham papel fundamental na atenção primária, pela Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), destinada aos atendimentos de urgência e emergência de média complexidade, além de um conjunto expressivo de clínicas particulares, voltadas a diferentes especialidades médicas (Santarém, 2018).

Possui, ainda, instituições bancárias públicas e privadas, hotéis, pousadas, agências de viagens, centro de convenções, *shoppings* centers, indústrias, um porto graneleiro da Cargill² e aeroporto internacional que recebe voos diários de várias partes do Brasil (Santarém, 2018).

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (Brasil, 2008), Santarém foi selecionada como um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional

¹ Conforme a página do Senado Federal do Brasil (2023), compreende o Conjunto de nove entidades administradas por federações ou confederações patronais e voltadas para treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Formam o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Social de Transporte (Sest) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

² De acordo com Andrade *et al.* (2021), a Cargill, criada nos Estados Unidos, integra o seletor grupo das quatro maiores *tradings* (empresas comerciais de grande porte especializadas no comércio internacional de *commodities*, produtos agrícolas, minerais, energéticos etc.) que controlam a importação, a exportação e o processamento de *commodities* agrícolas em escala global. Reconhecida como uma das corporações de maior faturamento mundial e a maior empresa de capital fechado dos EUA, destacou-se em 2019 como líder nas exportações de soja brasileira, com embarques superiores a 17 milhões de toneladas, principalmente, para a China. No ano seguinte, obteve no Brasil um lucro aproximado de R\$ 2,1 bilhões.

e, no ano de 2010, uma publicação do mesmo Ministério, em parceria com o Instituto Casa Brasil de Cultura (2010), chancelou-a também como destino propício para o ecoturismo. Dessa forma, destacam-se as diversas praias de água doce, como a Ilha do Amor em Alter do Chão e Ponta de Pedras, os muitos igarapés, as cachoeiras, os lagos e as florestas alagadas e um parque municipal.

Ressalta-se que, além das modalidades consolidadas de sol e praia e do ecoturismo, Santarém revela um campo promissor ainda subaproveitado: o Turismo Cultural. Essa dimensão, intrinsecamente articulada ao patrimônio material e imaterial, abrange desde o acervo arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico até as práticas cotidianas, festividades religiosas, manifestações artísticas e expressões identitárias que compõem a vida social local.

Nesse contexto, a cidade apresenta um conjunto diversificado de elementos capazes de sustentar experiências turísticas singulares, cuja valorização pode contribuir simultaneamente para o fortalecimento da memória coletiva, a dinamização da economia e a afirmação de Santarém como referência no cenário do Turismo Cultural amazônico.

Nesse sentido, destacam-se os muitos festivais anuais, os quais são permeados pelo folclore, cinema, teatro, gastronomia, além da música, poesia, literatura e pintura. Quanto ao aspecto artesanal, esse tipo de produto elaborado na cidade atrai a atenção de turistas e visitantes, cujas matérias-primas para confecção são palha, tecido, cerâmica, madeira, cuias, entre outros.

No tocante ao acervo cultural histórico, evidenciam-se igrejas centenárias, museus, praças, coretos, monumentos e casarões coloniais, espalhados pela região central, correspondendo ao Centro Histórico de Santarém (CHS). Essa área concentra a maioria das edificações coloniais e, portanto, as mais antigas da cidade, embora existam outros bens patrimoniais externos a esse domínio que, no decorrer da pesquisa, poderão ser mencionados. Ressalta-se que a região central de Santarém e o bairro Aldeia estão assentados em sítios arqueológicos (Daniel *et al.*, 2017).

A historiografia de Santarém indica que as primeiras edificações de caráter urbano foram erguidas quando o local já detinha o status jurídico-administrativo de cidade, condição formalizada em 24 de outubro de 1848, por meio da Lei Provincial nº 145³, promulgada pelo presidente da Província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco

³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/historico>. Elevada à categoria de cidade e sede do município com a denominação de Santarém pela Lei Provincial nº 145, de 24/10/1848.

Coelho. Esse marco não só legitima institucionalmente a transição de vila a cidade, mas sinaliza o início de uma fase mais estruturada de urbanização no Baixo Amazonas.

No âmbito desse contexto urbano emergente, destacam-se as edificações mais antigas ainda preservadas, datadas da segunda metade do século XVIII e do século XIX, como a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição (1761), o Solar do Barão de Santarém⁴ e o Centro Cultural João Fona⁵ (Amorim, 1999, 2009; Santos, 1999; Fonseca, 2015; Vasconcelos *et al.*, 2024). Apesar das intervenções internas e externas, essas estruturas resistiram às intempéries e permanecem imponentes na área central da cidade.

No que tange ao Centro Histórico, o Ministério do Turismo (Brasil, 2010) define-o como um enclave urbano situado na área central da sede de um município, configurando-se como um centro tradicional em aspectos geográficos, históricos ou funcionais. Partindo-se dessa afirmação, é factível que o CHS contemple tal premissa, uma vez que foi o local em que a urbe teve sua gênese.

Nesse contexto, Meneguello (2005) destaca o Centro Histórico como o verdadeiro “coração da cidade”, enfatizando sua centralidade simbólica e funcional. Em consonância, Silva (2010) interpreta o espaço como o marco inaugural da urbe, uma vez que nele se concentram as edificações mais antigas e de reconhecido valor histórico-cultural. De modo complementar, Nairobi (1976) ressalta a relevância dos conjuntos históricos ou tradicionais, concebendo-os como expressões materiais da presença viva do passado que os forjou.

Ainda que o Centro Histórico de Santarém se configure como o núcleo originário da cidade e, portanto, como espaço dotado de valor histórico, simbólico e identitário, sua condição contemporânea suscita reflexões no campo da preservação patrimonial. Observa-se, na literatura e em registros recentes, a existência de transformações significativas nessa área, que colocam em debate as condições de preservação, conservação e uso dos bens patrimoniais.

Nesse contexto, coloca-se em debate o papel do Poder Público na formulação e implementação de políticas voltadas à salvaguarda do patrimônio, bem como os limites e desafios dessas ações no âmbito local. Por outro lado, a literatura e os estudos sobre patrimônio indicam que o grau de conhecimento da população acerca

⁴ Não se sabe ao certo a data exata de sua concepção.

⁵ A construção do prédio ocorreu entre os anos de 1853 e 1867, sendo, oficialmente, ocupado em 1868.

de sua própria história, cultura e memória constitui um elemento relevante nas dinâmicas de valorização e preservação dos bens culturais, o que suscita a necessidade de compreender como essa relação se manifesta no contexto do Centro Histórico de Santarém.

Logo, o conhecimento ainda restrito acerca do patrimônio cultural limita sua significação, o valor simbólico a ele atribuído e o sentimento de pertencimento que deveria fortalecê-lo. Nesse contexto, evidencia-se não apenas um enfraquecimento do valor simbólico atribuído ao patrimônio, mas um processo mais profundo de rompimento da temporalidade que historicamente estruturava a relação entre a população e o Centro Histórico de Santarém. Tal ruptura implica a fragilização dos vínculos entre passado e presente, comprometendo a continuidade histórica da paisagem e esvaziando o patrimônio de sua função como suporte de memória coletiva. Em seu lugar, passa a predominar uma lógica de temporaneidade, marcada por usos circunstanciais, apropriações descontínuas e experiências desvinculadas de processos históricos mais amplos.

Conforme observa (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1985), a comunidade exerce papel central como guardiã desse patrimônio, uma vez que a preservação somente se concretiza quando há reconhecimento e vínculos afetivos. Entretanto, a responsabilidade não pode recair exclusivamente sobre os moradores: exige-se a atuação articulada de políticas públicas consistentes e de instituições competentes, a fim de assegurar que o valor socialmente construído se converta em ações efetivas de salvaguarda.

Ainda que os sentimentos de pertencimento surjam a partir do conhecimento, é imprescindível que este seja disseminado e transmitido em categorias como cultura e patrimônio, garantindo a eficácia do processo. Nesse sentido, à comunidade cabe eger e valorizar aquilo que reconhece como patrimônio, mas somente em parceria com instâncias formais de proteção será possível assegurar sua preservação.

Nesse contexto, há, ainda, empresários que detêm a propriedade de muitos desses prédios históricos, de modo que, para que esses bens patrimoniais sejam preservados e conservados, deveriam receber algum tipo de incentivo fiscal ou estabelecer parcerias com empresas públicas ou privadas, a fim de que estas possam fazer uso e, dessa forma, zelar, preservar e conservar tais bens.

Entre os elementos frequentemente apontados na literatura e em estudos correlatos, destacam-se processos como a valorização do solo urbano e as dinâmicas

do mercado imobiliário, os quais podem influenciar as transformações na paisagem urbana e nas formas de uso e apropriação do patrimônio edificado.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que as transformações observadas no Centro Histórico de Santarém não se restringem a alterações pontuais ou recentes, mas se inscrevem em diferentes camadas de tempo que coexistem e se tensionam na configuração da paisagem urbana.

Assim, a análise proposta nesta tese dialoga com a distinção entre temporalidade e temporaneidade. A temporalidade refere-se ao acúmulo histórico inscrito no espaço, materializado nos bens edificados, nas formas urbanas e nas marcas das práticas sociais ao longo do tempo. Já a temporaneidade diz respeito às dinâmicas contemporâneas, aos usos atuais e às lógicas que incidem sobre esse espaço no presente.

A articulação entre essas duas dimensões permite compreender o Centro Histórico não apenas como herança do passado, mas como um campo de relações em constante transformação, no qual permanências, rupturas e reconfigurações se manifestam de forma simultânea.

Essa lógica mercadológica evidencia a prevalência de interesses econômicos imediatistas sobre a salvaguarda do patrimônio cultural, revelando a ausência de compromisso dessas empresas com a preservação e a conservação das referências históricas que compõem a paisagem urbana santarena.

Diante do exposto, a questão norteadora desta tese é: em pleno século XXI, qual é a interpretação da paisagem do Centro Histórico de Santarém (PA), a partir de diversos olhares, considerando de um lado, à preservação, à conservação, e à qualificação de bens patrimoniais ali existentes e de outro, as políticas públicas voltadas para este fim e a interface com o Turismo Cultural?

Diante desse panorama, esta investigação integra o ainda limitado corpo de estudos dedicados ao CHS, ao patrimônio histórico-cultural local, à história santarena, à memória coletiva e à paisagem urbana. A proposta não se restringe a suprir lacunas na produção científica, mas problematiza a fragilidade das políticas públicas e a ausência de estratégias consistentes de valorização do acervo histórico. Além disso, observa-se a limitada incorporação das percepções dos moradores como dimensão analítica, evidenciando uma lacuna na compreensão do patrimônio edificado em cidades médias amazônicas.

Ressalta-se, nesse âmbito, a urgência de ações voltadas à preservação, conservação e requalificação tanto dos bens de natureza material, como casarões, solares, igrejas e praças, quanto dos imateriais, representados por práticas culturais, festividades, saberes tradicionais e modos de vida que conferem singularidade à experiência local. No campo dos estudos do patrimônio, os bens materiais são aqueles dotados de suporte físico e valor histórico ou artístico, enquanto os bens imateriais estão vinculados à dimensão simbólica e identitária das comunidades (Fonseca, 2012). A ausência de políticas efetivas de salvaguarda direcionadas a ambas as dimensões compromete não apenas a continuidade da cultura santarena, mas também inviabiliza a leitura crítica da cidade como palimpsesto urbano.

O termo *palimpsesto*, originalmente utilizado na filologia para designar manuscritos reutilizados sobre os quais permanecem vestígios de escritas anteriores, foi apropriado pelos estudos urbanos para explicar a cidade como um artefato histórico composto por múltiplas camadas temporais sobrepostas (Corboz, 2004; Moreira, 2021). Assim, o Centro Histórico de Santarém pode ser entendido como um palimpsesto no qual diferentes períodos: colonial, imperial, republicano e contemporâneo – permanecem simultaneamente inscritos na paisagem construída, ainda que nem sempre visíveis de imediato.

Esse caráter estratificado do espaço urbano evidencia uma tensão permanente entre memória, mercado e políticas de preservação. A memória refere-se às formas de reconhecimento e pertencimento social; o mercado manifesta-se pela especulação imobiliária e pelo uso econômico do solo urbano; e as políticas de preservação, quando existentes, configuram os instrumentos legais e institucionais que deveriam garantir a salvaguarda do patrimônio. Quando prevalece a lógica mercantil em detrimento da memória, ocorre a descaracterização dos bens culturais e a fragmentação da identidade coletiva.

A presente tese buscará, portanto, enfrentar as lacunas interpretativas ainda não devidamente contempladas pela literatura especializada. Nesse sentido, pretende-se não apenas preencher os vazios identificados no campo dos estudos já produzidos, mas também propor uma leitura crítica e integrada que dialogue com diferentes perspectivas teóricas, empíricas e paisagísticas, entendendo a paisagem do Centro Histórico de Santarém não apenas como um cenário físico, mas como construção histórico-cultural que materializa disputas de memória, usos e significados.

Ao fazê-lo, o trabalho almeja contribuir para o avanço do debate acadêmico, oferecendo novas problematizações e evidências, a partir da valorização das interpretações produzidas pelos moradores, que ampliem a compreensão acerca da configuração da paisagem cultural, dos processos de preservação e das formas de ressignificação do Centro Histórico de Santarém enquanto palimpsesto urbano. Em última instância, objetiva-se subsidiar reflexões que articulem memória, patrimônio, paisagem e políticas públicas, considerando a experiência e a percepção dos moradores como elemento estruturante dessa articulação, de modo a fortalecer o reconhecimento do CHS como espaço de identidade coletiva, território simbólico e potencial vetor de Turismo Cultural.

1.1 Hipóteses da pesquisa

Para tratar dos argumentos elencados, a pesquisa se fundamentou nas seguintes hipóteses:

1. A ausência de políticas públicas consistentes e o desconhecimento de parcela significativa da população sobre o valor do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, podem ser responsáveis pelos processos de negligência e descaracterização do CHS.
2. O estado de abandono e de descaracterização do CHS não constitui apenas um diagnóstico técnico, mas é uma percepção compartilhada entre moradores, agentes públicos, sociedade civil organizada e fazedores de cultura, os quais convergem na denúncia da perda de autenticidade arquitetônica, da destruição de bens patrimoniais e da ineficácia das políticas de preservação.
3. O tombamento de bens edificados, nas instâncias municipal, estadual e federal, pode constituir um instrumento jurídico e simbólico relevante para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico de influência predominantemente colonial portuguesa, desde que articulado a políticas públicas integradas, incentivos fiscais, programas de educação patrimonial e participação comunitária.
4. O Centro Histórico de Santarém pode ser compreendido como um palimpsesto urbano, cujas camadas históricas e simbólicas somente se tornam legíveis a

partir da articulação de múltiplos olhares, entre os quais se insere a perspectiva do pesquisador enquanto morador da cidade.

1.2 Objetivo geral

Ante o exposto, esta tese busca investigar os fatores que implicam no processo de negligência e descaracterização do Centro Histórico de Santarém, impedindo a salvaguarda do patrimônio edificado em instância municipal, estadual e federal.

1.2.1 Objetivos específicos

- Realizar o mapeamento dos patrimônios edificados do CHS, considerando sua relevância histórico-cultural e as possibilidades de uso sustentável, entendido como aproveitamento compatível que assegure preservação, conservação e integração social, cultural e turística;
- Delinear o perfil dos moradores do Centro Histórico de Santarém, analisando suas percepções sobre o patrimônio edificado e sua relação com as políticas públicas de preservação;
- Identificar possíveis ações de fomento e execução voltadas ao Turismo Cultural no CHS, em sua interface com a preservação do patrimônio histórico-cultural.
- Investigar a existência e a efetividade de mecanismos de tombamento e proteção nas instâncias governamentais.

1.3 Contextualização da área de pesquisa

O Centro Histórico de Santarém é a região mais antiga da cidade, e foi a partir dele que ocorreu seu desenvolvimento e expansão. Está assentado sobre um grande e importante sítio arqueológico, pertencente ao sítio Aldeia que, juntamente com o sítio Porto, compreende a extensão de boa parte da fachada urbana voltada para o rio. Ressalta-se que o Aldeia e o Porto já foram pesquisados por arqueólogos que constataram fragmentos cerâmicos e terra preta⁶.

⁶ Conforme Daniel *et al.* (2017), os sítios arqueológicos Aldeia e Porto localizam-se no subsolo da cidade de Santarém, e a maioria dos prédios construídos nos séculos XIX, XX e XXI está sobre eles.

Entre os anos de 1922 e 1926, o pesquisador Curt Nimuendajú (Daniel *et al.*, 2017) realizou interposições rasas no sítio Aldeia, época que demarcou o reconhecimento deste como um dos mais importantes associados aos indígenas Tapajós.

Em 2010, uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Ministério da Cultura (MinC) e a Prefeitura Municipal de Santarém (PMS), iniciou-se o Plano de Ação das Cidades Históricas⁷ (PACH). Uma das atividades iniciais foi a demarcação do Centro Histórico de Santarém, conforme materializa a Figura 2.

Acerca disso, Fonseca⁸ (2006) relembra que o CHS abrange a área que se estende da Praça Barão de Santarém à Praça do Centenário, no sentido leste/oeste, e da Rua Lameira Bittencourt à Avenida São Sebastião, no sentido norte/sul. Na ótica do autor, portanto, o CHS abrange uma área bem maior que aquela indicada no PACH.

Dessa maneira, para esta pesquisa, adotou-se o recorte espacial indicado por Fonseca (2006) (Figura 2), haja vista contemplar muitos bens patrimoniais excluídos pelo PACH. Isso porque o perímetro aproximado pelo PACH é de 2.837 metros, ao passo que a área corresponde a aproximadamente 243.343 m². Na configuração indicada por Fonseca (2006), o perímetro aproximado é de 3.970 m², e a área é de 667.000 m². A configuração de Fonseca (2006) contempla o sítio arqueológico do centro histórico e uma parte do sítio arqueológico do bairro Aldeia.

Essa identificação se deu através de terra preta (comum onde houve ação humana) e fragmentos cerâmicos.

⁷ “É um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural considerando a dinâmica do município de Santarém e da cidade”. Faz parte do Programa de Aceleração ao Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH, 2010/2013).

⁸ Wilde Dias da Fonseca (2006) foi um dedicado estudioso da história de Santarém (PA). Graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Pará em 1982 e, após sua aposentadoria pelo Banco do Brasil, onde trabalhou por 23 anos, dedicou-se ao magistério em algumas escolas da cidade. Concomitante ao exercício docente, ele se dedicou a escrever obras a respeito de Santarém, a saber: Santarém momentos históricos, rudimentos de teoria musical e solfejo, história do colégio Dom Amando e da congregação dos Irmãos da Santa Cruz no Brasil, Folclore em Santarém e Santarém logradouros públicos.

Figura 2 – Centro Histórico de Santarém conforme Fonseca (2006)



Fonte: Google Earth adaptado por Figueira (2024).

1.4 Metodologia e procedimentos

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método interpretativo-analítico, que, conforme Oliveira (2007, p. 37), “é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

A autora acrescenta que a pesquisa qualitativa se configura como um meio de compreender, de forma aprofundada, o significado e as particularidades dos dados coletados, usualmente por meio de entrevistas ou perguntas abertas. Nessa perspectiva, não há mensuração numérica ou quantitativa das características ou comportamentos; busca-se, antes, interpretar o que se encontra por trás das respostas e suas nuances (Oliveira, 2007).

Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa abarca fenômenos humanos que integram a realidade social, considerando que o ser humano se diferencia não apenas pela ação, mas também pela reflexão sobre essa ação e por sua interpretação, no contexto da realidade vivida e compartilhada coletivamente.

No mesmo sentido, Gil (2010) destaca que a pesquisa exploratória visa à aproximação com o problema investigado, buscando compreendê-lo. Essa

abordagem caracteriza-se pela flexibilidade do planejamento, permitindo contemplar diversos aspectos implicados na análise do fenômeno ou fato estudado.

Nesse contexto, recorreu-se à entrevista semiestruturada como técnica central de coleta de dados. Conforme Selltiz *et al.* (1987), tal procedimento reúne um conjunto de questões suficientemente abrangentes para contemplar os tópicos de interesse do pesquisador e, ao mesmo tempo, suficientemente abertas para possibilitar a livre expressão do entrevistado, respeitando parâmetros previamente definidos.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos fundamentais, sustentados em teorias e hipóteses pertinentes ao objeto de estudo, oferece espaço para a formulação de perguntas adicionais, decorrentes de novas hipóteses emergentes à medida que as respostas são obtidas. Ao optar por essa técnica, o pesquisador busca explorar, em profundidade, experiências ou situações específicas, definindo previamente tópicos e variáveis ancorados no problema de pesquisa, nos objetivos estabelecidos, nas hipóteses derivadas do referencial teórico ou no conhecimento prévio sobre o fenômeno (Lombardi *et al.*, 2021).

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com 16 atores sociais, com o intuito de reunir elementos capazes de contribuir para o alcance do objetivo geral deste estudo. Os moradores entrevistados são testemunhas privilegiadas da história local, detendo lembranças e percepções sobre o CHS em diferentes períodos, do passado à contemporaneidade, bem como sobre as transformações sofridas e as perspectivas de preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais, especialmente em relação ao Turismo Cultural.

O conhecimento dessas percepções constitui o núcleo desta investigação, pois possibilita verificar, confirmar ou refutar as hipóteses formuladas. Ressalte-se que estudos sobre o legado histórico do CHS ainda são incipientes no município, sendo escassos os referenciais teóricos disponíveis. Assim, pesquisas recentes baseadas em entrevistas semiestruturadas, como a presente, assumem papel relevante na ampliação do conhecimento sobre a temática.

Os depoimentos obtidos, sobretudo no que concerne à preservação do patrimônio edificado e à fragilidade das políticas públicas que deveriam assegurá-la, configuram-se como registros de grande valor analítico, sendo interpretados à luz do método interpretativo-analítico, o que possibilita apreender os significados, representações e percepções construídas socialmente pelos sujeitos.

A pesquisa também se apoiou em investigação documental junto a órgãos da administração municipal, como a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR), Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP), Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SEMURB), além da Prefeitura e da Câmara Municipal. Foram analisados o Plano Diretor, o Código de Posturas, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e documentos relativos a praças e demais espaços públicos, mercados municipais e à criação do Conselho do Patrimônio.

Complementarmente, consultaram-se acervos da Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos e do Instituto Cultural Boanerges Sena, incluindo jornais, fotografias, filmes e vídeos. Em Belém (PA), foram pesquisados documentos junto à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará (DPHAC), com vistas a identificar iniciativas voltadas à proteção do patrimônio santareno.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, constituiu fonte indispensável, fornecendo subsídios teóricos a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e materiais disponíveis em meios digitais, como *YouTube* e websites especializados. As fontes virtuais consultadas incluíram a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho (Senado Federal), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Nacional Digital, Biblioteca Digital *Curt Nimuendajú*, portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico.

1.5 Escolha dos sujeitos da pesquisa

A seleção dos participantes contemplou quatro categorias: moradores do CHS; agentes públicos das Secretarias Municipais de Cultura e de Turismo; representantes do Conselho de Patrimônio de Santarém, do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap), do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará e da Superintendência do IPHAN em Belém e lideranças da área cultural de Santarém, identificadas como fazedores de cultura.

Conforme Gil (2010), a escolha de indivíduos para compor o grupo de entrevistados deve considerar a afinidade cultural e a sensibilidade em relação ao tema, sendo que os dirigentes máximos nem sempre representam as fontes mais ricas de informação.

No que se refere aos moradores, o perfil contemplou participantes de ambos os gêneros, com tempo de residência igual ou superior a 40 anos no CHS e idade acima de 40 anos. Esse recorte é relevante por permitir a coleta de informações consistentes, fruto de vivências prolongadas no núcleo formador da cidade.

A experiência profissional do pesquisador como turismólogo na Secretaria de Turismo de Santarém, ao longo de seis anos, favoreceu a identificação de interlocutores potenciais e a obtenção de indicações para outros participantes. Assim, no primeiro semestre de 2025, foram entrevistados dez moradores (três homens e sete mulheres), em encontros realizados em seus domicílios ou locais de trabalho, com duração média de 40 a 50 minutos. Todos foram previamente contatados por telefone ou WhatsApp, sendo-lhes apresentados os objetivos da pesquisa; alguns solicitaram o envio prévio das questões para análise e esclarecimentos.

Parte dos moradores optou por não autorizar a gravação de áudio, alegando razões como receio de exposição, desconforto com equipamentos, questões de saúde ou preferências pessoais. Nessas situações, as falas foram registradas por escrito, assegurando-se a preservação do conteúdo e o anonimato, em conformidade com princípios éticos.

Os demais entrevistados, agentes públicos e representantes culturais, incluíram um representante da Secretaria Municipal de Cultura, um da SEMTUR, um do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), um do IHGTap e duas lideranças da área cultural. Das seis entrevistas realizadas, quatro foram gravadas e transcritas, enquanto duas foram enviadas digitalmente via WhatsApp devido a restrições de agenda.

No âmbito da pesquisa de campo realizada em Belém, em setembro de 2024, foram visitadas as sedes do Instituto do IPHAN e do DPHAC, com o intuito de apresentar a investigação e levantar informações pertinentes. Apesar do envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no início de 2025, não houve retorno por parte dessas instituições, o que inviabilizou a incorporação de suas contribuições.

Essa ausência, embora represente uma limitação metodológica, também constitui um dado significativo para a análise, pois evidencia o distanciamento entre instâncias de preservação patrimonial e processos de investigação acadêmica, aspecto que dialoga criticamente com uma das hipóteses centrais desta tese.

Além das entrevistas, empregou-se a técnica da observação não participante. Segundo Gil (2010), essa modalidade aproxima o pesquisador do fenômeno investigado, sem inseri-lo diretamente no grupo, permitindo uma visão sistemática e consciente do contexto observado, conforme reforçam Marconi e Lakatos (2010) e Severino (2007). Ingold (2015) acrescenta que observar implica compreender processos em transformação, participando de seu movimento gerador, e não apenas registrar o presente.

As visitas presenciais aos bens patrimoniais foram essenciais para avaliar o estado de conservação e produzir registros fotográficos, respeitando-se as restrições de acesso.

A etapa de catalogação dos patrimônios edificados do CHS ocorreu entre setembro e outubro de 2024 e nos meses de janeiro e março de 2025, tomando como referência o levantamento realizado por Amorim (2009, 2010, 2011), que mapeou 47 edificações históricas na região central de Santarém, classificando-as conforme estado de conservação e uso. Essa base foi complementada com informações das dissertações de Couto (2013) e Sussuarana (2022), adotando-se como critério central a presença de traços arquitetônicos significativos, que serão analisados no capítulo dois.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado nesta tese não se limitou à identificação isolada dos bens edificados, mas constituiu-se como instrumento de interpretação da paisagem cultural do CHS, compreendida como palimpsesto urbano no qual se articulam materialidades, temporalidades, práticas sociais e disputas de memória. Essa abordagem dialoga com a concepção de paisagem desenvolvida por Bessa (2011), para quem a paisagem constitui uma realidade viva e dinâmica, continuamente produzida e ressignificada pelas interações entre os sujeitos e o território, e não uma configuração estática restrita às formas edificadas.

Ao integrar observação direta, registros fotográficos e análise crítica das formas urbanas e de seus usos, buscou-se evidenciar os processos de permanência, transformação e descaracterização que conformam o espaço, permitindo compreender o CHS como totalidade histórico-territorial em constante produção de sentidos. Esse olhar ampliado foi consolidado a partir da formação teórica e metodológica proporcionada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS), que possibilitou aprofundar o entendimento da paisagem como categoria analítica central para o campo do

patrimônio construído e do ambiente urbano, contribuindo significativamente para meu crescimento acadêmico e profissional.

Nesse sentido, esta tese se afirma como contribuição ao debate sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural em cidades médias da Amazônia, ao mesmo tempo em que evidencia o papel do programa de pós-graduação na formação de pesquisadores comprometidos com a construção de conhecimento crítico e socialmente relevante para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento da memória coletiva.

1.6 Estrutura da tese

A presente tese está organizada em quatro capítulos principais, além da Introdução, das Considerações Finais e das Referências, de forma a favorecer a compreensão global dos estudos realizados.

O Capítulo 1 denominado a “Aldeia, a vila e a cidade”, tem por objetivo contextualizar a formação e o desenvolvimento de Santarém, desde os antecedentes que culminaram na fundação da Aldeia dos Tapajós, em 1661, até sua elevação à categoria de cidade. A abordagem contempla o período colonial, a transição para vila e os desdobramentos históricos até o século XXI. A fundamentação teórica apoia-se em autores que, por meio de relatos, estudos e registros, contribuíram para a reconstituição da trajetória histórica do município, abrangendo tanto o período anterior à criação oficial da aldeia quanto os séculos subsequentes.

O Capítulo 2, intitulado “Centro Histórico de Santarém: um palimpsesto”, dedica-se a examinar a região primaz da cidade a partir da catalogação dos seus patrimônios edificados, buscando compreender como as camadas históricas materializadas nas edificações, nas formas urbanas e nos usos sociais do espaço compõem uma paisagem cultural em constante ressignificação, na qual permanências, ausências e transformações revelam as disputas de memória e de projetos de cidade inscritos no território.

O Capítulo 3, “O olhar sobre o centro histórico de Santarém: a perspectiva de seus moradores, entes de órgãos públicos, associações da sociedade civil e fazedores de cultura”, tem como propósito investigar e avaliar as narrativas desses sujeitos sobre o CHS do passado e contemporâneo, as transformações percebidas na paisagem urbana e a possível interface com o Turismo Cultural.

O Capítulo 4 (Considerações Finais) é dedicado à apresentação, análise e interpretação dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, articulando-os ao referencial teórico e às questões norteadoras delineadas nos capítulos anteriores.

Cabe ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS), vinculado à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mantém um diálogo interdisciplinar com diversas áreas do conhecimento, entre elas a primeira formação acadêmica deste pesquisador: o Turismo. Essa perspectiva interdisciplinar possibilitou integrar de forma transversal os campos do patrimônio, do turismo, da arquitetura e do urbanismo, bem como da conservação e da morfologia urbana, ampliando as conexões e os aportes teóricos e metodológicos.

Tal aproximação propiciou experiências acadêmicas e profissionais enriquecedoras, parcerias e reflexões que se materializam nesta tese, a qual se propõe, igualmente, como base e inspiração para investigações futuras em múltiplas áreas do conhecimento.

Na sequência, o trabalho adentra a análise pormenorizada da cidade de Santarém e de seus múltiplos meandros, contextualizando o objeto de estudo em suas dimensões históricas, culturais e espaciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Centro Histórico de Santarém: reminiscências entre o passado e o contemporâneo

O debate em torno da preservação e da conservação dos centros históricos das cidades não é recente no Brasil e na América Latina, remontando às primeiras iniciativas institucionais de proteção do patrimônio ao longo do século XX. Contudo, segundo os estudos de Paes (2017), é a partir da década de 1990 que esse debate adquire novos contornos, ao se articular de forma mais intensa às dinâmicas do turismo e às estratégias de reestruturação urbana. Nesse contexto, os centros históricos passam a ser mobilizados como recursos econômicos e simbólicos, assumindo novas funções no desenvolvimento urbano e recebendo diferentes denominações conforme as perspectivas teóricas, técnicas e os interesses políticos envolvidos.

Ante o exposto, questiona-se: mas, afinal, o que é um centro histórico? Conforme a recomendação de Nairóbi (1976), trata-se daquele conjunto de edifícios e espaços como os sítios arqueológicos e paleontológicos que constituem um assentamento humano, em meio urbano ou rural, reconhecidos, referendados e valorados pela arqueologia e pela arquitetura, nos períodos pré-histórico e histórico, pela estética ou importância sociocultural.

Na perspectiva de Salgueiro (1999), os centros históricos são marcadores vivos de tempos passados, expressam a cultura e a identidade de um povo, condutor imprescindível frente às ameaças ocasionadas pela falta de personalidade e homogeneidade, as quais, conforme a autora, são características da sociedade urbana na contemporaneidade. Esses espaços são o núcleo fundador das cidades e, por conseguinte, o mais antigo, sendo, pois, considerados por Meneguello (2005), o coração em que pulsa a cidade. Por seu turno, Rémy e Voyé (2004, p. 92) consideram o centro histórico “o lugar simbólico por excelência, o da história e da memória coletiva”.

Corroborando com tal viés, Cavém (2007, p. 16) destaca que “o elemento mais marcante de um centro histórico, na atualidade, é a sua imagem simbólica”, visto que esta permanece mesmo quando o centro diminui ou estagna seu poder de atração econômica. Lobato (2016, p. 404) chama a atenção para relevância dos sítios

históricos, na medida em que “não se tratam apenas de edificações antigas, mas de um patrimônio vivo, expresso nas manifestações culturais, religiosas [...] Trata-se de um espaço constituído pela materialidade e imaterialidade”.

A autora aponta, ainda, para os instrumentos legais dos órgãos competentes, como o tombamento dos bens materiais e imateriais. Entretanto, afirma que “o tombamento não garante que efetivamente o bem será preservado, mas é uma ação que pode contribuir com a concretização de outras ações, como: acesso a editais de fomento, a requalificação urbana, reforma e restauro” (Lobato, 2016, p. 402).

Sant’Anna (2015) atesta o debate ao afirmar que a maioria dos conjuntos urbanos e cidades tombadas pelo Governo Federal não possui regulamentação específica sobre o uso e a ocupação do solo, tampouco critérios claramente definidos para a preservação.

Em sua publicação “Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos”, Bonduki (2010) reforça que os sítios históricos no Brasil não são apenas ruínas, mas tecido vivo, habitado por populações com demandas contemporâneas, as quais podem e devem ser atendidas no território urbano, incluindo as áreas protegidas.

Ao analisar a situação de centros históricos de algumas cidades na América Latina e no Brasil, em seu artigo “Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades”, Paes (2017) destaca cidades como São Luís (MA), Salvador (BA), Paraty (RJ) e, como referência, o Centro Histórico de Quito, no Equador.

A autora observa que Paraty, embora possuísse um dos conjuntos coloniais mais íntegros do país, com cerca de 460 edificações dos séculos XVIII e XIX tombadas pelo IPHAN, enfrentava obstáculos para obter o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. Essa situação demonstrava que, para a UNESCO, a preservação arquitetônica, por si só, não era suficiente, estando o reconhecimento internacional condicionado à demonstração de valor universal excepcional, que envolve não apenas a integridade física do conjunto, mas também a capacidade de articular patrimônio material e imaterial, desenvolvimento socioeconômico sustentável e políticas efetivas de gestão territorial (Paes, 2017).

Contudo, esse quadro foi posteriormente alterado, uma vez que Paraty recebeu, em 2019, o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO na categoria de sítio misto, reconhecendo de forma integrada seus valores culturais e naturais. Esse

reconhecimento reforça o argumento de que a elegibilidade não se fundamenta exclusivamente na integridade arquitetônica, mas na capacidade de evidenciar singularidades territoriais e articulações entre cultura, natureza e modos de vida.

Assim, a experiência de Paraty indica que o simples fato de Santarém compartilhar traços arquitetônicos coloniais comuns a outras cidades históricas não garantiria sua elegibilidade. Torna-se imprescindível evidenciar o diferencial amazônico de Santarém, notadamente a interação entre urbanidade colonial e territórios indígenas, a paisagem fluvial como estruturante da vida urbana e a permanência de práticas socioculturais vinculadas ao rio e à floresta, constituindo uma paisagem cultural singular.

Com o intuito de atender aos critérios estabelecidos pela UNESCO, Paraty, desde 2007, implementou mudanças significativas em sua infraestrutura urbana, como o aterramento da rede de energia elétrica, a retirada de postes e cabos das vias públicas e a adoção de sistemas de iluminação compatíveis com a ambiência histórica. Houve, ainda, a modernização do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável, beneficiando aproximadamente 70% da população (Paes, 2017). Tais avanços evidenciam a indissociabilidade entre a escala local e as demandas globais, conforme ressalta a autora.

Destarte, o Centro Histórico de São Luís (MA) foi incluído no Patrimônio Mundial da UNESCO em 1997, reunindo cerca de quatro mil imóveis dos séculos XVIII e XIX protegidos por legislação estadual e federal. Contudo, essa patrimonialização não foi suficiente para assegurar sua salvaguarda, uma vez que a ausência ou o uso inadequado de políticas públicas e de recursos contribuiu para processos de abandono, indicando que o reconhecimento internacional, por si só, não garante a inserção do desenvolvimento local em uma agenda global (Paes, 2017). Ainda segundo a autora, um bom exemplo de utilização de Centro Histórico vem de Quito, Equador. Com mais de cinco mil edificações, é o primeiro Centro Histórico declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1978. Constituindo-se em um conjunto arquitetônico datado do século XVII, sendo o maior da América Latina em extensão, a autora o considera um pujante tecido vivo (Paes, 2017).

Mediante essa perspectiva, ressoa o questionamento: mas o que faz do Centro Histórico de Quito, Equador, referência para outras cidades e países? Qual o diferencial? Para responder, Paes (2017) elenca algumas ações desenvolvidas pelo Poder Público em consonância com a população local:

- adoção de uma gestão pública inclusiva;
- promoção de audiências com os moradores, resultando na relocação do comércio ambulante para outros espaços;
- concessão de créditos habitacionais;
- revitalização dos espaços públicos, cujos protagonistas de todo esse processo foram os contribuintes, os comerciantes e os representantes da sociedade.

Essa união entre o Poder Público, comerciantes e a sociedade civil organizada foi o caminho eficaz para o sucesso e o diferencial do Centro Histórico de Quito.

Nesse sentido, Meneguello (2005) ressalta que cidades europeias como Bologna, Barcelona e Londres, nas décadas de 1970 e 1980, executaram múltiplas ações visando à reconfiguração de seus sítios urbanos centrais. Esses espaços, localizados em áreas privilegiadas, apresentavam-se em estado decadente e foram revitalizados por arquitetos de prestígio internacional e incluídos em rotas turísticas, transformando-os em verdadeiros cartões de visitas de suas respectivas cidades.

Porém, a autora enfatiza que o Poder Público e os grupos civis, que tratam de questões patrimoniais, perceberam que, para o êxito e a sustentabilidade desses projetos de revitalização, seria necessária uma complexa rede de ações. Ações essas que envolvessem articulação de políticas públicas oficiais, regulamentações de tombamento e zoneamento, capital financeiro, controle do comércio e da expansão imobiliária e educação para as questões patrimoniais junto às escolas, aos moradores, aos turistas e aos visitantes. Ela destaca principalmente, a inclusão da população local, visto que, sem essa complexa rede de ações, a preservação desses centros estaria, no mínimo, comprometida.

Os exemplos de centros históricos mencionados evidenciam a relevância desses locais dotados de patrimônios culturais para a história, a memória e a identidade de um povo. De modo que Paes (2017, p. 678) destaca que “o patrimônio cultural, o turismo e a renovação urbana são partes de um mesmo processo de reestruturação do território”. Além disso, ela enfatiza que a “preservação de sítios históricos deve ser um processo integrado às políticas públicas setoriais, para garantir a resistência do lugar e melhores condições de vida para moradores, usuários e visitantes” (Paes, 2017, p. 681).

O Centro Histórico de Santarém, objeto de estudo desta tese, está em conformidade com a definição da recomendação de Nairóbi (1976) e dos estudos de Salgueiro (1999), porquanto está assentado em um dos sítios arqueológicos do município de Santarém. Trata-se da área mais antiga da cidade e onde se localiza a maioria dos bens patrimoniais edificados, portanto, parafraseando Meneguello (2005), é o marco-zero de Santarém.

Ele contempla um valioso acervo patrimonial constituído por igrejas, casarões coloniais, sobrados, casas, museus, coretos, mercado, praças, mirante, monumentos diversos, teatro, ruas, travessas, escolas, cemitério, capela, entre outros. São representações de uma época (final do século XVIII e século XIX) com influências portuguesa, árabe, eclética, neoclássica e moderna.

Apesar de sua importância histórica, cultural, identitária e de toda simbologia que representa, vem sendo negligenciado e descaracterizado há anos e, por vezes, esquecido tanto pelo Poder Público como por parte dos moradores da cidade. Aspecto que, segundo Amorim (2012, p. 42), “evidencia um completo descaso e a mutilação do patrimônio edificado da cidade”.

Esse é um fato que gera preocupação, dado que, conforme nos adverte Lúcio Flávio Pinto, no prefácio do livro Tupaiulândia (1999 p. 4): “um povo sem referências consistentes (ou de qualquer qualidade mesmo) sobre seu passado está condenado a não ter futuro”.

Dados preliminares da tese indicam que o marco temporal desse processo, evidenciado no CHS, é a destruição da edificação conhecida como “o Castelo” nos idos de 1980, o que causou grande comoção na cidade, porém não foi o suficiente para resguardar o prédio.

Depois desse episódio, o que se observa é que, ano após ano, as edificações históricas foram diminuindo na região do CHS. Para ilustrar essa “mutilação”, no entendimento de Amorim (2012), é possível elencar os seguintes bens que foram demolidos: a antiga casa de saúde de Santarém, a destruição interna do Casarão Tapajônico (restando apenas a fachada), a extinção de um casarão localizado na Avenida São Sebastião, o aniquilamento de algumas casas coloniais, a escadaria antiga transformada em rua, entre tantos outros.

Em 2022, outro fato preocupante marcou a história do município. A Prefeitura de Santarém, sem nenhum tipo de consulta pública ou estudo arqueológico, decidiu solapar, parcialmente, uma das praças mais antigas e simbólicas da cidade, Praça

Rodrigues dos Santos, local onde, em 1661, conforme a história oficial, Felipe Bettendorff ergueu a primeira igreja católica e onde existia a principal oca dos indígenas Tapajós.

O executivo local alegou que o desmonte de parte da praça era necessário, pois ali seria alocado um “camelódromo”. A concretização da obra só não foi adiante, devido à extensa manifestação da sociedade civil organizada representada pelo IHGTap, que impetrou uma ação através do Ministério Público do Estado do Pará.

As obras foram paralisadas por decisão de liminar judicial e por especialistas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que emitiram um laudo descrevendo o estado de conservação e os possíveis impactos negativos que a obra poderia ocasionar ao sítio arqueológico Aldeia. Ressalta-se que a área na qual está localizada a Praça Rodrigues dos Santos faz parte da Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém, “definida na lei de Uso e Ocupação do Solo, lei complementar 007/2012” (Sussuarana, 2022).

A pesquisa evidencia um dado preocupante: não há bens patrimoniais oficialmente tombados nas esferas municipal, estadual ou federal em Santarém. A inexistência desse instrumento jurídico compromete a salvaguarda dos bens materiais e imateriais, pois os torna vulneráveis à lógica da especulação imobiliária e à ausência de políticas públicas consistentes de preservação. Nesse contexto, interesses privados se sobrepõem à memória coletiva e à identidade urbana, favorecendo a demolição de bens patrimoniais históricos na região central de Santarém e a consequente substituição por estacionamentos, estabelecimentos comerciais, hotéis e edifícios de caráter meramente funcional. Esse processo evidencia a fragilidade institucional na proteção do patrimônio e a subordinação da paisagem cultural a imperativos econômicos imediatistas.

Algumas das edificações mais antigas de Santarém, localizadas no Centro Histórico, são: Igreja Catedral Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Solar do Barão de Santarém; Centro Cultural João Fona; Solar do Barão de São Nicolau; Sobrado do Sol; Solar dos Campos; Solar dos Brancos; Casa Elza; Sobrado dos Miléos; Sobrado Eclético da família Mendonça; Colégio Dom Amando (antigo Hospital São José); Colégio Santa Clara; Prédio do centro recreativo; coretos da praça da matriz e Praça São Raimundo Nonato; Praça Barão de Santarém e seus monumentos; Praça do Pescador; Praça Fortaleza do Tapajós (local em que ficava o morro da Fortaleza);

Teatro Vitória; Museu de Arte Sacra; Praça Rodrigues dos Santos; e algumas casas em estilo colonial português.

2.2 Síntese e especificidades do Patrimônio Histórico-Cultural de Santarém

O patrimônio público edificado, em sua essência, deveria ser de todos. Dessa forma, cabe à comunidade o cuidado e a salvaguarda juntamente com as autoridades competentes, afinal, conforme Goodey (2002, p. 45), “quem tem o conhecimento mais enraizado, profundo e rico sobre um lugar? São aquelas pessoas que lá cresceram, ou aquelas que lá se estabeleceram como moradores e/ou profissionais”. Nesse sentido, Pelegrini (2009) assinala que a preservação dos espaços de convivência, assim como do patrimônio material e imaterial, desperta afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade.

No século XIX, Victor Hugo escreveu um artigo com o título de *Guerre aux demolisseurs*, no qual já demonstrava sua preocupação com o patrimônio histórico. Segundo ele, a destruição de uma edificação histórica e monumental não deveria ser permitida a nenhum proprietário, visto que “[...] há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo o mundo” (Hugo, p. 20). Ecoando tais preocupações, os arts. 215 e 216 da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 2006) tratam da questão cultural/patrimonial, vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira

[...]

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

No passado, o conceito de patrimônio estava associado à ideia de aquisição de bens e à herança transmitida de uma pessoa para outra (Castriota, 1998). Com o passar do tempo, esse conceito foi ressignificado e, no século XXI, abrange uma vasta gama de significados, como patrimônio financeiro, imobiliário, histórico, econômico,

arquitetônico, cultural, artístico, etnográfico, ecológico, genético e, mais recentemente, a categoria de patrimônio imaterial ou intangível.

Assim, deparamo-nos com uma expressão polissêmica que tem uma forte ligação com a condição humana ao longo dos anos, visto que “parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra”, conforme Gonçalves (2009, p. 25).

De acordo com Meneses (2006), o patrimônio constitui-se como um elemento dinâmico, impossibilitando sua compressão em uma simples memória estática ou em uma coleção de lembranças isoladas, embora essa abordagem seja mais acessível e frequentemente adotada. Tanto o patrimônio material quanto o imaterial representam componentes de um conjunto unificado de experiências históricas, as quais são vivificadas de maneira integrada e, por consequência, apresentam caráter dinâmico ao longo do tempo.

Nas sociedades ocidentais modernas, os patrimônios históricos e artísticos constituem não apenas referências materiais, mas também símbolos da identidade e da memória coletiva de um país. A preservação e a posse de bens, monumentos, centros históricos e relíquias, entre outros, reforçam a noção de pertencimento a uma comunidade, consolidando o patrimônio como expressão de sua continuidade histórica e cultural (Oliveira, 2008).

No entendimento de Choay (2006), a expressão Patrimônio Histórico refere-se a um bem que serve para o uso de uma comunidade, sendo formado pela acumulação contínua de uma variedade de objetos que se unificam por meio de um passado compartilhado.

Os estudos de Leandro Brusadin sustentam ser a coletividade que legitima o patrimônio e todo o seu simbolismo. Logo, ele reflete a sociedade que o produz, de tal forma que ainda que não seja construído pela sociedade, essa o legitima e incorpora ao seu teor simbólico. O autor infere que qualquer definição que se faça acerca do patrimônio há de se remeter ao simbolismo numa espécie de interação entre materialidade e imaterialidade “dos objetos que marcam determinado tempo e sua gente” (Brusadin, 2015, p. 49).

A compreensão de Barretto corrobora com o debate ao entender que o patrimônio se divide em cultural (material e imaterial) e natural. Dessa forma, o cultural é dinâmico e ressignifica-se à medida que o conceito de cultura se amplia. Por conseguinte, o natural é representado pelas riquezas da natureza contidas no solo e no subsolo (Barretto, 2000).

Uma contribuição relevante para os estudos contemporâneos do patrimônio é apresentada por Laurajane Smith (2021) no artigo “Desafiando o discurso autorizado do patrimônio”. Nesse trabalho, a autora define seu conceito de patrimônio e discute o Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) internacional, adotado por agências intergovernamentais como a UNESCO, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). A autora discorre sobre as implicações do discurso na gestão do patrimônio, destacando as críticas relacionadas à necessidade de questionamento e confrontação do mesmo.

Segundo Smith (2021), o patrimônio constitui uma prática ou uma performance, caracterizando-se por sua natureza dinâmica, viva, pulsante e política. Além disso, é entendido como uma negociação política subjetiva relacionada à identidade, ao território e à memória. É considerado também um elemento intangível, na medida em que representa um momento ou processo de (re)construção cultural e social de valores e significados.

Ainda conforme a referida autora, o patrimônio constitui um processo de negociação de significados e valores históricos e culturais, manifestados nas decisões relacionadas à preservação ou descarte de determinados locais ou objetos materiais, bem como de elementos intangíveis. Além disso, abrange as formas de administração, exibição e proteção desses bens.

A autora sustenta que o patrimônio adquire significado efetivo apenas por meio de sua utilização, ou seja, quando desempenha uma função específica configurando-se como uma ferramenta cultural na negociação do significado do passado no contexto presente. Como exemplo ilustrativo, ela menciona que uma partitura musical inédita ou um objeto armazenado em um cofre de museu não constituem patrimônio.

De acordo com Smith (2021), existem múltiplos discursos acerca do patrimônio; contudo, destaca-se um predominante, amplamente referenciado por organismos internacionais e respaldado por arquitetos, arqueólogos e historiadores da arte, profissionais esses cuja compreensão do tema é privilegiada. Esse discurso tem sua origem na Europa Ocidental durante o século XIX, fundamentando-se na ideia de que objetos materiais, locais, sítios e paisagens de valor estético devem ser preservados e reverenciados pela geração atual, com o objetivo de transmiti-los às gerações futuras para fins educacionais.

A autora realiza uma análise crítica acerca da ênfase conferida pelo discurso autorizador do patrimônio à valorização do patrimônio material em detrimento do

patrimônio imaterial, este último considerado, por ela, de maior relevância, pois prioriza as pessoas em detrimento dos objetos.

E por fim, Smith (2021), infere que o patrimônio, enquanto prática, constitui uma performance corporificada; trata-se da interação entre ações e discursos que atuam na construção e reconstrução de significados atribuídos a ele, contribuindo para validar a relevância do passado no atendimento às demandas do presente. De modo geral, no entendimento da autora, o patrimônio configura-se como uma prática performativa que negocia o significado do passado ao remeter a questões sociais contemporâneas.

No que concerne ao patrimônio cultural material ou tangível de Santarém, pode-se enumerar todas as edificações antigas pertencentes à área denominada de CHS. Todavia, existem muitos outros no território, como a igreja secular de Nossa Senhora da Saúde, localizada no distrito de Alter do Chão, a igreja de Nossa Senhora da Assunção, projetada pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi, na localidade de Vila Franca, o Colégio São José, na região do planalto santareno, o seminário São Pio X, a Fazenda Taperinha, na região denominada Maicá, entre tantos outros.

No que se refere ao patrimônio cultural imaterial, o município é fecundo. A manifestação cultural do Sairé⁹ é uma das mais antigas e ocorre há mais de 300 anos no distrito de Alter do Chão. O Sairé é uma mistura de religiosidade através de ladainhas, rezas e profano, pois envolve *shows* locais, regionais e nacionais.

Existem, ainda, muitos outros festivais que compõem o calendário de eventos da cidade, a saber: o festival folclórico do Colégio Dom Amando, o festival folclórico municipal, festival do açaí, que acontece na comunidade de Santa Luzia na região do planalto, festival do tacacá e da farinha da comunidade de Cucurunã, também no planalto, festival do Charutinho (Charuto é um peixe muito apreciado pelos santarenos e visitantes) na praia de Ponta de Pedras e festival da farinha de tapioca na comunidade de Boa Esperança.

O município de Santarém abriga, anualmente, o Festival de Teatro Amador, realizado na Casa de Cultura municipal sob a coordenação da Associação de Atores, Autores e Técnicos de Teatro Amador de Santarém (ATAS). Trata-se de uma iniciativa que reafirma a relevância da produção artística local e o papel das associações culturais na dinamização do cenário teatral. Paralelamente, destaca-se o Cine Alter,

⁹ Para uma melhor compreensão acerca do Sairé, assista ao documentário intitulado “O que é Sairé?”, lançado em 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4kle1X-jLs>.

evento realizado em Alter do Chão, cuja consolidação progressiva tem ampliado sua projeção regional e nacional, evidenciando a capacidade do distrito em articular cultura, identidade local e visibilidade midiática.

No tocante ao artesanato local, merecem destaque os trançados¹⁰ do Arapiuns (uma região localizada na área de rios que congrega várias comunidades). Esses trançados são confeccionados por mulheres e podem ser realizados para vários fins, a saber: abanos, porta-objetos de todos os tamanhos, mandalas, bolsas, luminárias, fruteiras, cestos etc. Outro modo de fazer tradicional da cidade são as bonitas e diversas cuias pintadas e com grafismos indígenas. As pinturas retratam a flora, a fauna e as paisagens amazônicas e podem ser encontradas nos diversos pontos de venda de artesanato.

Outros destaques pertencentes ao patrimônio imaterial ou intangível podem ser enumerados através da música, da dança, das lendas, da pintura, da escultura e da literatura. Além do Círio de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade e inspirado no evento religioso que acontece na capital Belém (PA), destaca-se a procissão fluvial de São Pedro. Todas essas manifestações fazem parte do Patrimônio Cultural da cidade.

Destaca-se, ainda, no município, um exuberante patrimônio natural manifestado nas cachoeiras, nos igarapés, nos lagos, nas praias, nas florestas, nos rios, nos morros, nas serras, nos bosques, no parque e como cartão-postal da cidade, o encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós.

Todo o acervo patrimonial existente em Santarém contempla o entendimento de Oriá (2004) sobre patrimônio. Para o autor, o meio ambiente, as áreas urbanas e os locais de importância histórica, paisagística, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica e científica compõem esse conjunto. Também integram essa noção as obras, os objetos, os registros, as estruturas e as descobertas científicas, artísticas e tecnológicas. Além disso, as manifestações culturais e as maneiras de criar, agir e viver são reconhecidas como bens culturais de uma sociedade. Dessa forma, é indispensável que tais bens sejam preservados.

¹⁰ Matéria e vídeo sobre os trançados disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=70j2ML1Vj5M>. O filme retrata vivências de artesãos e seus modos de fazer os trançados do Arapiuns. Fonte: <https://www.oliberal.com/cultura/filme-retrata-vivencias-de-artesaos-e-seus-modos-de-fazer-os-trancados-do-arapiuns-1.744668>.

Rodrigues (2003) destaca que o patrimônio contribui para a compreensão do passado. Os vestígios materiais da cultura atuam como provas das experiências coletivas e individuais. A partir deles, as pessoas recordam e aprofundam seu senso de pertencimento a um mesmo lugar. Nesse sentido, os patrimônios edificados de Santarém representam acontecimentos significativos das comunidades que ali habitaram. Esses grupos deixaram um legado que permanece para as gerações presentes e futuras.

A consolidação do patrimônio como campo de conhecimento ocorreu ao longo do século XX, impulsionada pelo acúmulo de contribuições teóricas e pelos sucessivos documentos e cartas internacionais, que estabeleceram diretrizes técnico-conceituais e pactos procedimentais para sua compreensão e gestão (Carsalade, 2011; Barros Filho, 2023).

O Patrimônio, na contemporaneidade, é percebido como “tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares” (Fonseca, 2012, p. 5). Do mesmo pensamento compactua Arantes (2021, p. 405), ao afirmar que ele (o patrimônio) é muito mais que herança e no século XXI, posto que “se apresenta mais como ponte construída em direção ao futuro”.

No que concerne à preservação e à conservação de bens patrimoniais, bem como à trajetória histórica desde os primeiros documentos internacionais, como as Cartas Patrimoniais¹¹, até a contemporaneidade, Pellicciotta e Solha (2016) apresentam uma visão geral do tema. Segundo essas autoras, os primeiros tratados internacionais relativos à preservação do patrimônio histórico monumental e urbano foram formalizados no período entre guerras, por meio da elaboração da Carta de Atenas, no Congresso Internacional de Arquitetura (CIAM), produzida nos anos de 1931 e 1933. De acordo com Costa (2012), a Carta de Atenas propõe uma concepção de patrimônio de caráter altamente restritivo e seletivo, ao focalizar o monumento isoladamente, em detrimento do contexto do conjunto urbano.

Ainda conforme o referido autor, ao não considerar a integridade do centro histórico como um conjunto, ao desconsiderar a representatividade de um sistema de

¹¹ O livro “Cartas Patrimoniais” (2004), de Isabelle Cury, tece uma visão do panorama que esses documentos trazem acerca da preservação e conservação dos bens patrimoniais. Na apresentação da obra, Cury relata que “estes documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais”.

objetos antigos inseridos no espaço enquanto uma totalidade dinâmica e ao valorizar apenas objetos isolados, como o edifício, torna-se evidente que esta Carta apresentava uma abordagem relativamente restritiva no que se refere à preservação e à valorização da sociedade e da própria formação territorial. De acordo com Pellicciotta e Solha (2016), esse entendimento, na década de 1960, já apresentava sinais de limitações.

Na perspectiva de Costa (2012), essas limitações passaram a ser questionadas por não corresponderem integralmente aos anseios da comunidade. O referido autor, destaca que a principal origem dessas contestações reside na expressiva disparidade entre as instituições responsáveis pela preservação e os sujeitos sociais a quem, em tese, suas ações deveriam beneficiar: os residentes.

O primeiro aspecto que emerge nesse contexto refere-se à ausência de participação direta e efetiva da população nos processos deliberativos conduzidos pelos órgãos públicos de preservação. O segundo concerne às escolhas dos bens culturais eleitos por essas instituições para representar o patrimônio cultural da sociedade.

A Carta de Veneza (1964), conforme análise de Costa (2012), constitui o marco inicial simbólico do processo de mercantilização do patrimônio, abrangendo aspectos de preservação, conservação e comercialização de conjuntos patrimoniais em âmbito global. Logo no primeiro artigo, a recomendação já difere da Carta de Atenas. O documento estabelece a definição de monumento, abrangendo não apenas as grandes obras, mas também aquelas de menor porte que, ao longo do tempo, adquirem relevância cultural.

Nesse aspecto, a Carta apresenta uma concepção mais ampla do que a tradicionalmente atribuída ao termo. Logo, por meio dessa recomendação o patrimônio assume dimensões temporais e espaciais ao estabelecer que o monumento é intrinsecamente vinculado à história e ao ambiente em que está inserido. De modo geral, a Carta de Atenas e a Carta de Veneza podem ser consideradas precursoras dos princípios internacionais que orientaram a conservação, restauração e preservação dos bens culturais, incluindo processos de monumentalização e patrimonialização (Costa, 2012).

De acordo com Zanirato (2007), a discussão acerca da preservação dos monumentos históricos brasileiros teve início nas primeiras décadas do século XX. Na década de 1930, fundamentada no conceito de função social da propriedade,

posteriormente incorporado como princípio constitucional em 1934, foi promulgada a primeira legislação nacional de proteção ao patrimônio, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Segundo essa normativa, bens móveis e imóveis existentes no território nacional, cuja conservação fosse considerada de interesse público devido à sua relação com eventos memoráveis da história brasileira ou por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, ser integrados ao patrimônio nacional.

Segundo Pellicciotta e Solha (2016), a trajetória de diálogos, interações e realizações estabelecidas ao longo das últimas décadas no campo do patrimônio, tanto em âmbito nacional quanto internacional, apresenta aspectos que demandam análise e compreensão aprofundada. Além disso, permanece a necessidade de debate acerca da posição relativa da preservação patrimonial no contexto brasileiro, onde essa questão ainda ocupa um papel secundário na rotina social.

Essa situação tem se agravado devido às descontinuidades e interrupções nos programas, equipes, estruturas e políticas relacionadas às áreas de cultura e patrimônio; bem como à natureza mutável desses conceitos, cuja própria essência implica em constantes transformações.

Já Costa (2012) sustenta que as cartas patrimoniais, por sua própria natureza, frequentemente são desconsideradas, apresentando reduzida frequência de consulta e divulgação, sobretudo, no contexto brasileiro. O autor enfatiza pontos essenciais, tais como o planejamento físico-territorial integrado às políticas de cultura ou de preservação do patrimônio, a convocação dos poderes locais e a participação dos cidadãos, além da busca por medidas legislativas de caráter inovador e integrativas.

Ressalta, também, a importância de compreender os mecanismos de intervenção urbana, como reabilitação, renovação e requalificação, como elementos fundamentais para uma nova abordagem na preservação e conservação dos bens culturais em âmbito mundial. Essas ações ou interpretações, associadas aos inventários participativos, podem representar um caminho promissor na compreensão da cidade histórica, especialmente em um momento marcado pela reprodutibilidade técnica, artística, científica e informacional.

2.3 Para uma compreensão do Turismo e do Turismo Cultural

A ideia de turismo proposta, neste estudo, que se considera adequada para Santarém, alinha-se com as argumentações de Gastal (2005), De la Torre (1992), Moesch (2004), Figueiredo (2015) e Barretto (2007), para os quais se trata de um fenômeno social complexo. Isso porque ele envolve pessoas e deslocamentos, configurando-se, dessa forma, em um tipo de lazer, o turístico.

Susana Gastal (2005) defende que, ao discutir turismo, referimo-nos a indivíduos que se afastam de suas rotinas habituais de espaço e tempo por um período determinado: o sujeito em férias, os netos que vão visitar os avós, o executivo que realiza viagens para fazer negócios.

Uma das definições mais antigas e utilizadas pelos pesquisadores do fenômeno foi forjada por Oscar De la Torre. Para esse pesquisador, o turismo é um fenômeno social caracterizado pelo deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos. Estes que, motivados por razões de lazer, descanso, cultura ou saúde, afastam-se de seu domicílio habitual para outro, no qual não exercem atividades lucrativas ou remuneradas, resultando em diversas inter-relações de grande relevância social, cultural e econômica (De la Torre, 1992).

Outro pesquisador citado na academia, quanto à definição de turismo, é o espanhol Luis Fernández Fúster que, em 1973, definiu-o como um conjunto de turistas de um lado e, do outro, os fenômenos e as relações que estes produzem como consequência de seus deslocamentos.

É também toda a estrutura receptiva de meios de hospedagens, agências de viagens, meios de transportes, guias de turismo e atrações culturais que a localidade receptora deverá dispor para atender às demandas turísticas. É, ainda, o conjunto dos órgãos públicos e privados necessários para garantir a infraestrutura e o crescimento dos destinos, bem como as ações de divulgação, os benefícios e os malefícios causados nos núcleos receptores (Fúster, 1974).

No entendimento de (Trigo, 2009), o turismo é um fenômeno que tem origem na saída e no regresso que os sujeitos realizam para fora de seus domicílios, impulsionados por múltiplos motivos, explícitos ou implícitos, presumindo estabelecer comunicação, encontro e cordialidade com outros indivíduos, empreendimentos que forneçam possibilidades e ferramentas tecnológicas, a fim de garantir o direito de ir e

vir oportunizando vivências perceptuais, psíquicas, impactos assertivos e não favoráveis nos ambientes: sociocultural, político, ecológico e econômico.

O turismo é um sistema aberto que não pode ser compreendido através de uma única perspectiva, a econômica, por exemplo. Seu conteúdo é interdisciplinar, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, enquanto o conceito de sistema aberto possibilita o desenvolvimento de uma teoria da evolução, que não pode derivar mais que interações entre sistema e ecossistema e que, em seus laços mais notáveis, pode ser concebido como uma transição de um sistema para um metassistema (Moesch, 2004).

A referida autora sustenta que o turismo é um fenômeno, real, cambiante e uma realidade vivenciada, diariamente, por milhões de indivíduos, tanto como consumidores quanto como produtores. A autora acredita que a definição do turismo e a construção do seu objeto têm sustentação no paradigma da complexidade, fundamentada nas pesquisas de Edgar Morin (2011), em que o turismo se configura como uma prática social ou, mais precisamente, um conjunto de práticas histórico-sociais.

Essas práticas envolvem o deslocamento das pessoas por diferentes tempos e espaços, de maneira objetiva, permitindo afastamentos simbólicos da rotina diária. Esse processo é impregnado de subjetividades, revelando, assim, uma nova estética na busca pelo prazer.

Em Santarém, o turismo já é explorado há algum tempo, merecendo ênfase o ecoturismo, o de sol e praia e, recentemente, percebe-se uma ampliação do chamado turismo de base comunitária (TBC). O ecoturismo é praticado, essencialmente, na Floresta Nacional do Tapajós (Flona), que compreende os municípios de Belterra, Aveiro, Placas e Rurópolis, na região oeste do Pará.

A Flona é uma Unidade de Conservação (UC) federal gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sediada em Santarém. Logo, é preciso autorização para visitá-la, cujo acesso principal é pela mesma municipalidade. As atividades que podem ser realizadas na Flona são muitas: trilhas e caminhadas, banhos de praia e nos igarapés, passeios, visitas às famílias extrativistas que vivem na região, observação de pássaros, práticas de arvorismo, rapel, *bike* etc.

Além da Flona, o ecoturismo é ofertado em Alter do Chão, que é uma Área de Proteção Ambiental (APA), na qual se pode contratar passeios de canoa (conhecidas

na região por catraias), de lancha e outras embarcações. Na época da cheia, são realizados passeios de canoa pela floresta que, em determinadas partes, ficam inundadas. Ressalta-se que esse tipo de atividade só pode ser realizada no período de cheia dos rios.

Em Alter do Chão, existem também lagos, igarapés e o morro da Pira-oca, que atraem moradores, visitantes e turistas para serem desbravados. Nesse sentido, há muitas empresas que oferecem serviços na vila balneária, dinamizando, praticamente, a atividade turística durante o ano inteiro.

O turismo de sol e praia constituiu-se como a primeira modalidade turística efetivamente estruturada e comercializada em Santarém a partir do final do século XX, consolidando-se no início do século XXI como produto de alcance regional. Esse processo foi impulsionado pela atratividade cênica e ambiental da península fluvial que se forma durante o período de estiagem na vila de Alter do Chão, cuja morfologia sazonal dá origem a praias de areia branca e águas claras, como a Praia do Amor e a Praia do Cajueiro, ícones da paisagem tapajônica. A essas se somam outras, de relevância para a dinâmica do turismo regional, a exemplo da Praia do Jacundá, bem como, nas proximidades de Alter do Chão, Ponta de Pedras, Pindobal, Jutuba e Cajutuba, que integram um conjunto de balneários de uso recreativo que contribuíram para a consolidação do território como destino de turismo de natureza e lazer.

A valorização desses espaços evidencia a centralidade dos recursos naturais como matriz formadora da imagem turística de Santarém e revela a apropriação do ambiente fluvial enquanto ativo econômico e simbólico, articulado às lógicas de mercado e às demandas do turismo contemporâneo.

A praia mais próxima da área central de Santarém é a do Maracanã. Além dela, destacam-se outras, como a praia do Juá, assim denominada por ser homônima ao lago que nela se forma durante o período de vazante, bem como as praias Maria José, Arariá, Pajuçara e Carapanarí. Esse conjunto compõe uma extensa faixa de balneários fluviais com elevada aptidão para a recreação e o uso turístico.

Ao fazer a travessia de Alter do Chão para o outro lado do rio, chega-se às comunidades do Rio Arapius, formadas por diversas praias e cachoeiras. Em algumas dessas comunidades, vem se desenvolvendo outro tipo de turismo, o de base comunitária. Nessas localidades, são comercializados pacotes e roteiros que remetem os turistas às vivências locais: visitar e participar do preparo nas casas de farinha,

observação de pássaros, passeios, trilhas, visitação a criadouros de quelônios, peixes e experienciar o modo de fazer artesanato em palha e trançados.

Além dos tipos de turismo elencados, acredita-se que uma alternativa viável para ser pensada para Santarém é o Turismo Cultural. O denominado Turismo Cultural tem, no Patrimônio Histórico Cultural, sua "matéria-prima". O  rg o federal de fomento do turismo no Brasil assinala que ele "compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (Brasil, 2010, p. 15).

Em 1976, o IPHAN publicou a carta de Turismo Cultural, segundo a qual essa modalidade busca, entre outros objetivos, o saber acerca de monumentos e locais históricos e artísticos. Isso pois, assertivamente, exerce impacto benéfico nesses bens patrimoniais e, ao mesmo tempo, contribui para sua proteção e preservação. Esse tipo de turismo valida os esforçoes que essa manutenção e proteção demandam da sociedade, devido aos múltiplos proveitos socioculturais e econômicos que traz para toda a comunidade envolvida.

Conforme Swarbrooke (2000), o Turismo Cultural possui diversas particularidades e abrange vários recursos que compõem essa segmentação, incluindo museus e centros históricos, castelos, residências majestosas, monumentos antigos, jardins históricos, paisagens de valor histórico, vilarejos tradicionais, manifestações folclóricas, santuários, igrejas, catedrais, estilos arquitetônicos, pratos e bebidas típicas, teatros e galerias de arte etc.

O  rg o federal fomentador do turismo, MTur (Brasil, 2010), concebe o Turismo Cultural como um campo abrangente e multidimensional, estruturado pela articulação entre patrimônio, memória e identidade coletiva. Esse segmento engloba a fruição de bens materiais, como sítios históricos, monumentos, edificações de valor arquitetônico, espaçoes museológicos e circuitos urbanos, bem como práticas associadas ao patrimônio imaterial, entre as quais se destacam manifestações religiosas, celebrações cívicas, festividades populares, expressões artísticas, práticas gastron micas e modos de vida de comunidades tradicionais.

O Turismo Cultural não se restringe à visitação de espaçoes patrimonializados; ele implica a compreensão da cultura como recurso simbólico e estratégico, capaz de produzir significados, fortalecer vínculos identitários e promover a valorização dos territórios. Essa concepção evidencia que o Turismo Cultural constitui um instrumento

de preservação, apropriação social e ressignificação das heranças culturais, contribuindo para a construção de narrativas que conferem continuidade histórica e reconhecimento coletivo às paisagens culturais. (MTur, 2010).

Todavia, é importante salientar que o Turismo Cultural possui potencial para ocasionar impactos adversos na ausência de planejamento adequado e da efetiva inclusão da comunidade local no processo de desenvolvimento. Conforme inferem Copatti e Oliveira (2016), quando o Turismo Cultural não é devidamente planejado, pode resultar na privatização de áreas urbanas, promovendo uma espécie de segregação entre os visitantes e os residentes locais. Ademais, essa modalidade de turismo pode gerar a criação de espaços desconectados do contexto social da região, chegando ao ponto de os moradores perderem o significado simbólico do seu patrimônio cultural.

Outro exemplo é ilustrado por Ferreira (2023), no artigo intitulado “Reflexões do Turismo Cultural nos bairros tradicionais portuários do Rio de Janeiro”, em que o autor evidenciou alguns efeitos adversos decorrentes dessa prática observados na comunidade quilombola Pedra do Sal, situada no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro.

Dentre os impactos identificados, destacam-se o agravamento dos problemas sociais preexistentes e o declínio das práticas culturais tradicionais e de seus elementos identitários, decorrentes da implementação de novos equipamentos culturais urbanos, incluindo atrações turísticas (Ferreira, 2023).

O referido autor destaca que processos análogos podem ser identificados em outras regiões do Brasil, como no centro histórico de Salvador (BA), no bairro do Pelourinho. Nesse contexto, ocorreu o deslocamento involuntário da população vulnerável e de pele preta para áreas periféricas, enquanto o conjunto arquitetônico passou a desempenhar funções comerciais, culturais e turísticas. Os benefícios decorrentes dessas transformações tiveram impactos ínfimos sobre a população local (Ferreira, 2023).

O artigo publicado por Marcia Sant’Anna (2015), “Centro Histórico de Salvador: Vazio legal e oportunismo”, infere que uma das consequências decorrentes da desapropriação das famílias na região do Pelourinho, bem como das alterações na dinâmica populacional, foi a perda de elementos documentais históricos, edifícios e urbanísticos na referida área. Essa perda resultou na destruição do parcelamento original dos quarteirões e dos anexos dos imóveis, com o objetivo de criar pequenos largos destinados a eventos culturais e lazer gastronômico.

Tal intervenção alterou significativamente a relação tradicional entre espaço público e privado na região. Além disso, houve uma transformação drástica do uso residencial anterior da área para a implantação de um shopping ao ar livre, o qual não gerou efeitos positivos no reposicionamento do centro histórico dentro da dinâmica urbana e econômica da cidade. Tampouco contribuiu para a conservação sustentável do patrimônio edificado ou para a melhoria socioeconômica da população local e das áreas adjacentes.

As reflexões de Zanirato (2007) demonstram que a marginalização observada no Centro Histórico de Salvador não resulta da presença de indivíduos em situação de rua, fenômeno recorrente em diversos centros urbanos, mas decorre de um processo estruturado de expulsão indireta dos moradores tradicionais, induzido por políticas de preservação orientadas à atividade turística. Sob essa perspectiva, a requalificação do Pelourinho promoveu a valorização imobiliária e redefiniu a função do território, que passou a ser apropriado como espaço voltado ao consumo simbólico e contemplativo. O patrimônio, anteriormente associado ao uso cotidiano da população local, foi convertido em mercadoria cultural destinada ao visitante, provocando a ruptura da função social do espaço urbano e a descaracterização de sua historicidade vivida.

Conforme Zanirato (2007), esse processo implicou a transformação de antigas residências em empreendimentos comerciais, resultando na expulsão indireta de moradores de baixa renda para áreas periféricas, cortiços ou habitações precárias. A presença de indivíduos sem moradia fixa, portanto, não configura a causa da marginalização, mas evidencia um fenômeno mais amplo de desterritorialização, no qual a lógica turística se sobrepõe ao direito de permanência e à memória coletiva.

Autores que analisaram a gentrificação associada à turistificação, como Pereira Costa *et al.* (2023), demonstraram que a expulsão dos moradores tradicionais constitui um padrão recorrente em centros históricos submetidos à reestruturação urbana orientada pelo mercado turístico. Esse deslocamento populacional transfere modos de vida, práticas culturais e formas de sociabilidade para áreas periféricas, provocando a redução da presença comunitária no núcleo histórico e, conseqüentemente, o enfraquecimento de sua identidade cultural.

As análises de Zanirato (2007) convergem com os estudos de Ramos (2019), que analisou políticas de revitalização urbana e constatou que essas intervenções frequentemente não promovem inclusão social nem melhorias estruturais na

qualidade de vida da população residente, restringindo-se à valorização estética dos espaços para fins de consumo turístico. Essa lógica evidencia a dissociação entre preservação material e permanência comunitária, reforçando a mercantilização do patrimônio.

Nesse mesmo sentido, Camargo (2009) analisou os efeitos econômicos do Turismo Cultural e observou que, embora a atividade gere empregos, eles tendem a ser temporários e de baixa qualificação, o que limita a inserção efetiva da população local nos benefícios da cadeia produtiva do turismo. Assim, o turismo, quando conduzido segundo princípios mercadológicos excludentes, atua como vetor de reestruturação territorial que aprofunda desigualdades socioespaciais, em vez de promover desenvolvimento culturalmente integrado e socialmente justo.

Além disso, observa que os cargos de gestão e direção frequentemente são ocupados por profissionais externos à comunidade, o que contribui para a instabilidade no mercado de trabalho local. A autora assinala que, em pesquisa conduzida a pedido do governo das Ilhas Baleares, evidenciou-se a elevada precariedade laboral no setor turístico local, com cerca de 90% dos contratos em caráter temporário e remunerações abaixo da média nacional.

Outro exemplo ressaltado por Camargo (2009) refere-se ao que a autora denomina de turismo de enclave, conceito que abrange situações em que o turista permanece hospedado em um resort com todas as despesas incluídas ou realiza uma viagem em um navio de cruzeiro. Segundo a autora, essa prática limita as oportunidades de a comunidade local usufruir dos benefícios gerados pelo fluxo turístico.

Ainda conforme a autora, abordar as questões relativas aos impactos negativos da atividade turística não implica necessariamente que esses efeitos sejam superiores ou mais relevantes do que os benefícios decorrentes dessa atividade. Trata-se, tão somente, de evidenciar os sérios problemas que podem surgir na hipótese de implementação do turismo com um planejamento inadequado e sem a devida consideração dos riscos envolvidos, levando em conta o custo de oportunidade e respeitando as capacidades de carga ambiental, social, econômica e cultural (Camargo, 2009).

No que tange aos impactos ambientais associados à atividade turística, Camargo (2009) evidencia os prejuízos oriundos do turismo de massa, caracterizado pelo fluxo descontrolado de visitantes em áreas ou núcleos específicos, o que resulta

em desequilíbrios multidimensionais e pode levar à degradação ou destruição do ambiente receptor. De acordo com a referida autora, os efeitos sobre a fauna, por exemplo, poderiam ser reduzidos por meio de uma ação de educação ambiental simples, porém eficaz. Isso se deve ao fato de que, em diversas ocasiões, os próprios turistas não percebem que se aproximar de um animal para tirar uma fotografia pode afetar o seu processo reprodutivo.

Ainda conforme Camargo (2009), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estima que mais de dois milhões de crianças, predominantemente meninas, estejam envolvidas no comércio sexual. Dados preocupantes revelam, por exemplo, que no Camboja, um terço dos indivíduos envolvidos na prostituição são crianças; além disso, no México, aproximadamente dezesseis mil crianças participam dessa atividade, principalmente em locais destinados ao turismo.

Em estudo intitulado “A metrópole Fortaleza – CE turistificada”, Coriolano e Dias (2022) analisam os efeitos da expansão da atividade turística sobre a estrutura socioespacial dessa metrópole, destacadamente reconhecida como um dos principais destinos do Nordeste brasileiro. As autoras demonstram que o processo de territorialização em Fortaleza é marcado por profundas desigualdades e por mecanismos de segregação socioeconômica resultantes da lógica de uso e ocupação do solo orientada por interesses turísticos. Nesse contexto, a atividade turística atua como vetor de reorganização territorial, impulsionada por políticas públicas e estratégias privadas que promovem a reconfiguração de áreas urbanas, gerando descontinuidades espaciais e rupturas na dinâmica sócio-histórica do território.

Segundo Coriolano e Dias (2022), a paisagem resultante desse processo não se forma de maneira homogênea, mas revela uma divisão funcional do espaço urbano, no qual determinados setores são selecionados e valorizados para fins de consumo turístico, enquanto outros permanecem em condição de invisibilidade ou marginalização. A cidade passa a ser apropriada conforme demandas diferenciadas de turistas nacionais, internacionais e visitantes locais, o que acarreta transformação da paisagem em produto mercantilizado. Paralelamente, emergem resistências de grupos sociais que reivindicam modelos alternativos ou comunitários de turismo, evidenciando conflitos entre usos tradicionais do território e interesses voltados à sua turistificação.

Em outro estudo, Costa, Nascimento e Silva (2009) analisam os impactos socioambientais decorrentes da intensificação da atividade turística na faixa litorânea

da Costa Norte brasileira, que abrange Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e os Lençóis Maranhenses. Os autores evidenciam que a apropriação desses territórios por agentes do turismo tem resultado em processos de degradação ambiental e tensionamentos sociais, na degradação de ecossistemas vulneráveis, remoção ou afastamento de populações de baixa renda, na ausência de manejo eficiente dos resíduos sólidos, no crescimento da especulação imobiliária e no surgimento de disputas pelo uso do território voltado às atividades turísticas. Esses impactos revelam a fragilidade dos instrumentos de ordenamento territorial e a insuficiência de políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental nessas áreas de elevada atratividade turística.

Na mesma direção, Silva (2018), ao analisar os impactos da atividade turística na Vila Balneária de Alter do Chão, em Santarém (PA), evidencia que o desenvolvimento do turismo tem impulsionado a migração da população local para áreas periféricas. A autora demonstra que, ao serem questionados sobre essa dinâmica, 78% dos inquiridos confirmaram a ocorrência desse deslocamento populacional vinculado à expansão da atividade turística.

Azevedo (2002) corrobora com o debate ao enfatizar que a demanda por manifestações culturais exóticas ou patrimônios únicos enseja dilemas no âmbito do Turismo Cultural; por um lado, há a captação de recursos econômicos; por outro, existe o risco de prejuízos irreparáveis à cultura local, levando as comunidades anfitriãs a perceberem o poder aquisitivo dos turistas como uma ameaça às suas tradições e identidades culturais.

Segundo Brenner (2005), em diversos contextos, o crescimento do turismo tem contribuído para a deterioração física do ambiente e do patrimônio cultural, além de promover a marginalização de determinados grupos sociais, causar degradação ambiental, desgastar áreas urbanas e gerar outros problemas correlatos. Contudo, um desenvolvimento turístico fundamentado na responsabilidade social promove o compromisso desta atividade com a preservação e conservação ambiental, incentiva a oferta de serviços sociais e busca assegurar a equidade nas oportunidades de emprego. Tal abordagem se concretiza na produção de bens e serviços orientados pelos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Diante de tantas oportunidades para o fomento do Turismo Cultural, considera-se que a cultura de Santarém pode ser plenamente valorizada, pois é rica e múltipla, manifestando-se através da música, dança, culinária, festivais, arquitetura colonial

portuguesa, além de crenças, costumes, lendas e museus. Essa diversidade contribui para fortalecer e legitimar a memória, a identidade e o sentimento de pertencimento dos indivíduos que nela habitam, com foco especial no Centro Histórico de Santarém, objeto de estudo desta pesquisa.

Observa-se, entretanto, que a identidade cultural de Santarém, embora possua características singulares, também se insere no contexto mais amplo da cultura paraense. A extensão territorial do Estado do Pará permite a formação de diferentes modos de vida, expressões linguísticas e hábitos alimentares, o que resulta em variações regionais. Nesse cenário, determinados elementos do cotidiano adquirem relevância simbólica, sendo ressignificados como marcadores identitários. Entre esses elementos destaca-se a expressão “égua” observada na (Figura 3), amplamente conhecida no Estado e utilizada como signo representativo do falar paraense.

De acordo com reportagem publicada no jornal Diário Online (DOL), Araújo (2024) apresenta considerações do professor Alcides Fernandes Lima, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que analisa as especificidades linguísticas presentes no território paraense. Para o autor, o Estado apresenta diferentes padrões de entonação que refletem distinções regionais na maneira de falar. Essa constatação possibilita compreender a expressão “égua” como recurso linguístico que não apenas caracteriza a oralidade cotidiana, mas também integra o patrimônio imaterial que dinamiza o Turismo Cultural, articulando linguagem, economia criativa e identidade territorial.

Figura 3 – Expressões culturais do Estado do Pará



Fonte: Instagram (2024).

O termo “égua”, de uso popular e multifuncional, extrapola a comunicação oral para se tornar um símbolo cultural capaz de expressar surpresa, indignação, admiração ou intensidade de sentimentos. Em Santarém, sua presença é observada de forma recorrente em diferentes práticas culturais e turísticas: estabelecimentos de alimentação utilizam a expressão em nomes de pratos e cardápios; grupos artísticos a incorporam em apresentações; e o artesanato regional a reproduz em camisetas e souvenirs comercializados, especialmente nas proximidades do Centro Histórico. Esse uso reforça a identidade regional e transforma a expressão em atrativo turístico, na medida em que os visitantes associam sua vivência à experiência cultural local.

Conforme Oliveira (2022), o vocábulo “égua” é amplamente empregado no repertório linguístico paraense e não se caracteriza como neologismo, uma vez que não constitui inovação recente, mas integra a comunicação regional há longa data, constando, inclusive, em dicionários populares da região. A expressão é utilizada como marcador discursivo frequente, assumindo função semelhante a uma pausa ou vírgula na fala, além de representar uma interjeição de espanto ou admiração.

Assim, a valorização da expressão “égua” em Santarém demonstra como o patrimônio imaterial pode ser incorporado às dinâmicas do Turismo Cultural. Ao articular linguagem, gastronomia, artesanato e manifestações festivas, como o Sairé em Alter do Chão, evidencia-se a conversão de um elemento linguístico em experiência turística autêntica, o que amplia a visibilidade da diversidade cultural paraense, fortalece o pertencimento e contribui para a economia criativa no município.

Para compreender esse fenômeno em escala estadual, torna-se relevante mencionar que o Pará apresenta áreas culturais e linguísticas distintas, influenciadas por processos históricos e formas de ocupação do território. A primeira área compreende Belém e a região metropolitana, o arquipélago do Marajó, o Baixo Tocantins e o Baixo Amazonas, região onde se localiza Santarém, bem como cidades do nordeste paraense. A segunda área engloba o sul, o sudeste e o sudoeste do estado, incluindo municípios como Marabá, Parauapebas e Altamira, que apresentam padrões linguísticos distintos daqueles observados na região norte.

Lima (2024) destaca a variação fonética entre essas regiões ao mencionar que, enquanto os habitantes da porção norte do Pará produzem um chiado ao pronunciar vocábulos como “arroz”, “dois” e “nós”, os residentes das regiões sul e sudeste utilizam um S menos fricativo, próximo ao padrão presente em outros estados brasileiros. Esse

exemplo demonstra como a linguagem opera como marcador identitário no território paraense.

O “égua” utilizado pelos paraenses não é a fêmea do cavalo e talvez seja uma das similaridades que indica e identifica “um/uma paraense raiz”, porquanto, em algum momento de sua fala, ele/ela, provavelmente, falará alguns “éguas”, utilizado em diferentes contextos. Assim como os mineiros usam o “trem, uai” e os gaúchos “bah” e muitos nordestinos o “visse”.

Em Santarém, emprega-se tanto a expressão que ela foi transformada em letra de música pela compositora Jana Figarella (santarena de coração), o título da canção é “Nada se Compara”¹²:

Nada se compara a alegria
Que é estar na minha terra
Pérola do Tapajós
Que encanta todos nós
Hoje o meu cantar
É pra homenagear tua beleza
Rara beleza
Todo o meu bem
Entrego ao coração de Santarém.
Eu digo égua, falo pai d'égua
Não nego a ninguém
Que meu orgulho é Santarém
Eu digo égua, mas olha já
Mas quando que eu nego
Eu sou cabocla do Pará (bis)

Além dessa expressão, tem-se uma das representações mais importantes da cultura local: a cerâmica tapajônica ou de Santarém, dado que é uma manifestação originária da cidade deixada pelos antepassados. Os mais conhecidos são os vasos de gargalo e cariátides. Os vasos de gargalo são vasilhas cuja estrutura é dividida em três partes (gargalo, corpo e base em pedestal) (Scatamacchia *et al.*, 1996).

¹² Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/jana-figarella/nada-se-compara.html>.

Eles apresentam um gargalo estreito e elaborado e mantêm, ainda, adornos que se assemelham a cabeças de animais com formas alongadas, frequentemente, dispostas em um eixo de simetria que se cruza com outro. Nesses figuram representações de animais quadrúpedes. O corpo de muitos desses vasos de gargalo é segmentado, formando seis “gomos”, conforme a Figura 4 (Alves, 2018).

Figura 4 – Vaso de Gargalo



Fonte: Alves (2018).

Os estudos de Guapindaia (1993) informam que há predominância quase total de formas zoomorfas nesses vasos. Apenas um objeto tem uma figura humana representada; ao longo de toda a superfície dos recipientes, há figuras de animais como sapos, serpentes, lagartos, macacos e pássaros. Além disso, há vaso de gargalo que retrata animais (recipientes zoomorfos de gargalo). As representações humanas nesses vasos, geralmente, limitam-se a rostos que surgem na base, alternando-se com figuras de animais, mormente, sapos.

A outra manifestação cultural é o vaso de cariátides (Figura 5) com predominância da representação humana (cariátides). Esses vasos são compostos por três elementos distintos, que são moldados separadamente e depois unidos. Eles incluem a base, com frequência, representada em forma de carretel; a parte superior se assemelha a uma cuia ou bacia e é, significativamente, maior que a base; e, por fim, as cariátides antropomorfas, que estabelecem a conexão entre as duas primeiras partes (Barata, 1950).

Figura 5 – Vaso de Cariátides



Fonte: Alves (2018).

A cerâmica santarena, além de representar a memória arqueológica dos povos ancestrais, integra práticas cotidianas que se estendem ao preparo e consumo de alimentos, evidenciando a conexão entre cultura material e imaterial. Essa relação revela que os utensílios e saberes tradicionais não se apresentam de forma isolada, mas compõem um sistema cultural integrado, no qual os elementos da culinária preservam e atualizam a identidade local.

Em Santarém, como em outras cidades da Amazônia, há o consumo significativo de peixes de várias espécies. Há uma farinha feita a partir de dois deles (acarí, que, em algumas regiões, é chamado de bodó ou cascudo, e o tamuatá), muito apreciada pelos habitantes, visitantes e turistas. Na cidade e na região, recebe o nome de farinha de piracuí ou, simplesmente, piracuí. O bolinho de piracuí (Figura 6) é consumido em restaurantes, barracas na praia, bares e demais espaços da área de alimentos e bebidas.

Figura 6 – Bolinho de Piracuí



Fonte: Google (2025).

Além da utilização para os bolinhos, o piracuí é apreciado com ovo (farofa) e outros ingredientes (cheiro-verde, cebola, pimenta etc.), faz-se omelete, torta salgada, caldos etc. Ressalta-se que essa farofa é proibida de ser transportada em aviões, visto que se corre o risco de haver ignição e propagar fogo¹³.

Outro alimento muito consumido pelos residentes de Santarém é o avium ou aviú¹⁴, um crustáceo minúsculo de aproximadamente 8 milímetros. Trata-se de uma espécie de camarão miúdo, chamado também de camarão de água doce. Ele é apreciado e consumido durante todo o ano, sendo utilizado em variados pratos, como bolinhos, omeletes, e na tradicional mojica, um caldo típico do Pará, que tem outros ingredientes como legumes e verduras.

Em virtude disso, acredita-se que o Turismo Cultural poderá constituir-se em um vetor estratégico para fomentar, divulgar, preservar, conservar e valorizar a cultura de Santarém. Para que esse potencial se concretize, é imprescindível que tal modalidade turística seja planejada de forma consciente e sustentável, com a participação articulada da comunidade, do Poder Público e do setor empresarial. Essas ações encontram fundamento na paisagem cultural do Centro Histórico, que articula, de forma indissociável, elementos naturais, arquitetônicos e simbólicos responsáveis por estruturar a identidade local e conferir singularidade ao território, constituindo o alicerce que legitima as práticas de Turismo Cultural.

¹³ Disponível em: <https://maisro.com.br/farinha-de-piracui-esta-proibida-em-todo-brasil-de-ser-transportada-em-aviao/>.

¹⁴ Disponível em: https://slowfoodbrasil.org.br/arca_do_gosto/avium/.

Nessa perspectiva, o Turismo Cultural não se limita a uma atividade econômica ou prática social, mas configura-se como fenômeno intrinsecamente vinculado à paisagem, categoria que confere sentido, visibilidade e valor às manifestações culturais materializadas no território. É na paisagem que se organizam os significados atribuídos aos bens culturais e se consolidam as relações de pertencimento, o que torna indispensável o aprofundamento de suas concepções e abordagens, desenvolvido na seção a seguir.

2.4 Concepções e abordagens da paisagem

Além das categorias anteriormente discutidas, torna-se imprescindível refletir sobre o conceito de paisagem, cuja complexidade advém da multiplicidade de abordagens e interpretações presentes em diferentes campos do conhecimento, tais como geografia, arquitetura, antropologia, sociologia, filosofia e turismo (Ribeiro, 2007; Salgado, 2017; Lage, 2023; Cavallazzi; Silva, 2024). Bessa (2011) adverte que, embora seja possível adotar definições específicas segundo o recorte teórico e metodológico de cada pesquisa, é necessário que os pesquisadores se mantenham abertos à compreensão das diversas leituras que o termo pode assumir.

Nesse sentido, a paisagem pode ser entendida como conceito dinâmico, moldado por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que se transforma à medida que as sociedades evoluem (Salgado, 2017). Lopes (2013) assinala que ela pode ser compreendida tanto como o conjunto visual percebido por um observador quanto, em sentido socioespacial, como o resultado da interação entre o ambiente natural e o social. Bessa (2011) acrescenta que as paisagens expressam não apenas ambientes produzidos, mas também ideologias, valores e práticas que moldaram sua configuração histórica, sendo sua delimitação subjetiva e dependente da percepção de cada observador.

A compreensão de que todo território terrestre pode ser entendido como paisagem, por reunir atributos bióticos, abióticos e antrópicos, remonta às formulações de Marcel Delpoux (1972), no âmbito de uma abordagem ecológica da paisagem. Essa perspectiva amplia o entendimento da paisagem para além de sua dimensão estritamente visual ou estética, incorporando a complexidade das interações entre elementos naturais e ações humanas.

Partindo dessa base conceitual, esta pesquisa dialoga com a noção de paisagem cultural ao considerar a cidade não apenas como um espaço construído, mas como uma configuração socioespacial em que natureza e cultura se encontram intrinsecamente articuladas. Nesse sentido, sustenta-se que a cidade pode ser compreendida como paisagem cultural por natureza própria, independentemente de reconhecimento institucional ou de atribuições formais, uma vez que materializa, simultaneamente, processos históricos, práticas sociais e dinâmicas territoriais.

Peloggia (2015) a define como unidade reconhecível composta por elementos organizados, abrangendo desde processos naturais até interações sociais e identitárias, possuindo tanto existência própria quanto caráter relacional. Leite (2006) destaca a combinação entre elementos antigos e contemporâneos, frequentemente marcada por tensões entre permanência e inovação.

De outro ponto de vista, Collot (2012) interpreta a paisagem como uma ponte entre o espaço concreto e as emoções, articulando dimensões individuais e coletivas. Duncan (1990) enfatiza que ela não possui um único significado, sendo passível de múltiplas interpretações, e que tanto sua produção quanto sua leitura não são neutras, mas permeadas por intencionalidades políticas relacionadas a interesses materiais e posições de poder. Ribeiro (2007) também observa que sua produção e leitura são práticas intrinsecamente políticas, enquanto Maciel (2009) a compreende como construção discursiva moldada por estruturas culturais e históricas.

O uso disseminado do termo, apesar das dificuldades conceituais para sua definição, é destacado por Bartalini (2021), que evidencia sua natureza plural e interdisciplinar. A paisagem não se limita à dimensão visual ou estética, mas constitui uma construção cultural e histórica que articula elementos físicos, simbólicos e identitários. Sua complexidade decorre justamente do fato de ser apropriada por diferentes campos do saber, o que amplia seu alcance analítico. Nesse sentido, a paisagem torna-se instrumento fundamental para compreender o território como expressão de memória, patrimônio e práticas sociais. Nessa direção, Roger (1999) entende a paisagem como criação cultural, fruto de transformações artísticas que incidem tanto sobre sua materialidade quanto sobre a percepção coletiva. Serrão (2013, p. 11) sintetiza essa perspectiva ao afirmar que a paisagem é uma “categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo [...], sempre uma síntese de subjetividade e objetividade, duplicidade de realidade e idealidade, em que vida e intuição da vida são indissociáveis”.

Para Lages (2023), a paisagem deve ser concebida em sentido ampliado, ultrapassando a perspectiva moderna pautada em dicotomias e integrando de forma não excludente dimensões objetivas e subjetivas. Silva *et al.* (2024) reforçam que se trata de objeto de elevada complexidade, aberto a interpretações interdisciplinares e dotado de múltiplas aplicações no campo da vida social.

Assim, diferentes olhares convergem para o reconhecimento de que a paisagem é uma categoria relacional, dinâmica e interpretativa, que integra dimensões materiais, simbólicas, históricas e perceptivas. Esse entendimento rompe com visões que a limitam à contemplação estética ou à configuração física, reconhecendo-a como resultado de um processo social em constante disputa e negociação. A paisagem é simultaneamente produto e produtora de sentidos, carregando marcas do passado, expressões do presente e projeções de futuro.

A compreensão dessa multiplicidade demanda abordagens que articulem diversas escalas, desde o território físico, onde se inscrevem casarões, solares, igrejas e praças, até as experiências sensoriais, afetivas e emocionais atribuídas por moradores e visitantes. Implica também reconhecer as tensões que atravessam esses espaços, como os conflitos entre preservação e especulação imobiliária, as disputas entre memória coletiva e interesses mercadológicos e as apropriações sociais que conferem valor e significado ao patrimônio.

No contexto desta tese, essa concepção permite interpretar o Centro Histórico de Santarém não apenas como um conjunto arquitetônico em processo de preservação ou degradação, mas como uma paisagem cultural viva, na qual se entrelaçam história, cultura, política e memória. O CHS, compreendido enquanto paisagem, configura-se como um palimpsesto de temporalidades em que camadas coloniais, imperiais, republicanas e contemporâneas coexistem, sobrepondo-se e dialogando.

Ao mesmo tempo, evidencia as transformações urbanas impulsionadas pela modernização, pela especulação imobiliária e pelo turismo, fatores que reconfiguram não apenas a materialidade do espaço, mas também os vínculos de pertencimento, identidade e reconhecimento social.

Dessa forma, ao adotar a paisagem como chave interpretativa, a presente investigação não se restringe ao registro de edifícios e monumentos que compõem o CHS, mas busca compreender como esses elementos são continuamente ressignificados pelos diferentes atores sociais. O patrimônio edificado, longe de ser

apenas vestígio do passado, constitui-se em arena de disputas simbólicas e materiais, cujo desfecho molda tanto a memória coletiva quanto as possibilidades de futuro da cidade. A paisagem emerge, portanto, como instrumento fundamental para problematizar a complexidade do Centro Histórico de Santarém, revelando-o como espaço de convergência de temporalidades, práticas sociais e projetos políticos em permanente tensão e negociação.

Para fins desta pesquisa, torna-se necessário distinguir temporalidade e temporaneidade. A temporalidade refere-se à continuidade histórica que articula passado, presente e futuro, sustentando a memória coletiva e os vínculos simbólicos entre sociedade e patrimônio. Já a temporaneidade diz respeito a práticas marcadas pela transitoriedade, pela descontinuidade e pela ausência de enraizamento histórico. Essa distinção é fundamental para compreender processos contemporâneos em que a paisagem cultural deixa de ser vivenciada como expressão de continuidade histórica e passa a ser apropriada de forma fragmentada e circunstancial.

3 A ALDEIA, A VILA E A CIDADE

3.1 Os antecedentes da formação da aldeia e da Vila

Este capítulo apresenta uma síntese histórica, abordando os antecedentes e as etapas evolutivas da formação da Aldeia, posteriormente Vila, até a consolidação da cidade de Santarém. Segundo Spix e Martius (2017), em meados do século XIX a vila amazônica possuía aproximadamente duas mil pessoas, atingindo quatro mil ao incluir a população do entorno. Ao longo de sua trajetória demográfica e urbana, consolidou-se como a terceira¹⁵ cidade mais populosa do Pará na contemporaneidade.

Em 2022, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), estima-se que sua população seja de 331.937 mil pessoas, embora esse processo contabilize seu início num passado muito distante quando do contato do europeu com os povos originários que aqui habitavam. De tal modo que é importante mencionar que, em 2025, essa centenária cidade completou 364 anos de muita história.

Imergindo nos relatos históricos, cronistas como Carvajal (1894) e Acuña (1941) descreveram a saga da expedição de Francisco Orelana e sua tropa ao se separarem do governador de Quito (Peru), à época, Gonçalo Pizarro, em busca da especiaria canela e outras fontes de riqueza. Nesse ínterim, como não encontraram o que procuravam e passavam muita necessidade (ausência de alimentos, bebida e tripulantes doentes), sugeriu Orelana que se separassem. E esse desceu o rio das Amazonas em busca de alimentos.

Ao descer o rio, a tropa de Orelana travou combate com vários povos indígenas, pilhando tudo o que encontravam, sobretudo, víveres, roça e plantações. Na maioria das vezes, sagrando-se vitoriosa nos combates. Ao chegarem às proximidades da “atual Boca do Lago Grande”, região de rios em Santarém (Santos, 1999, p. 23), houve novo confronto, no qual os europeus saíram vitoriosos e saquearam tudo o que puderam, sobretudo, víveres.

Todavia, conheceram também as famosas flechas envenenadas, tão temidas e fatais utilizadas pelos indígenas. Um dos soldados, Antonio de Carranza, natural de

¹⁵ Conforme Agência Pará. Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/59268/estimativa-populacional-aponta-que-o-para-e-o-estado-mais-populoso-da-regiao-norte>.

Burgos, foi atingido e, em menos de 24 horas, faleceu. Tal episódio chama a atenção pelo primeiro registro do uso do curare¹⁶ (potente e, muitas vezes, mortal veneno utilizado por algumas etnias indígenas composto por variados princípios ativos como: cipó, outras substâncias vegetais, raízes, frutos, veneno de sapo etc.) pelos indígenas, embora não haja unanimidade entre os pesquisadores sobre o nome e os componentes do veneno (Bates, 1944).

O marco histórico inicial escrito acerca do contato entre europeus e indígenas Tupaiu, ou Tapajó, foi a viagem narrada na crônica do frei dominicano Gaspar de Carvajal. Tal fato ocorreu na ocasião em que este acompanhou o espanhol Francisco de Orelana em uma expedição datada de junho de 1542 (Carvajal, 1894; Acuña, 1941; Nimuendajú, 1953; Reis, 1979; Guapindaia, 1993; Santos, 1999; Barros, 2021). O momento exato desse encontro foi registrado por Carvajal (1894) e traduzido para a língua portuguesa por Leitão (1941).

Nesse importante relato, o cronista informou que, após longa caminhada da tropa pela floresta, evitando áreas povoadas, eles pararam para descansar no período vespertino em um bosque de carvalhos na foz de um rio que se juntava pela margem direita ao curso da navegação a uma milha quadrada de largura. Experiente e sábio, o capitão ordenou a seus subordinados a travessia para repousar, visto que parecia seguro e distante dos perigos iminentes, a despeito da desconfiança de que, no interior da floresta, havia vida em abundância.

Ao aportar as embarcações, o comandante deliberou que fossem colocadas varandas nelas para que se protegessem de eventuais ataques com flechas dos indígenas. Dessa feita, mal as embarcações ancoraram, uma grande quantidade deles em canoas se aproximou e passou a observar num movimento de ir e vir, sem, contudo, atacar.

Por meio da narrativa de Carvajal, é notável a tensão que dominava o capitão e seus subordinados, à medida que estavam temerosos de um possível novo ataque dos indígenas. Conscientes de que eram, constantemente, vigiados, eles sabiam se tratar de uma questão de tempo para o embate. Em virtude disso, o capitão ordenou que a tropa partisse o mais rápido possível, isso porquanto desconfiava que eles

¹⁶ Matéria informativa sobre o Curare. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/38685_20161122_153358.PDF. Acesso em: 14 ago. 2024.

seriam atacados à noite. Desconfiança que se efetivou, dado que os indígenas passaram a atacar em duas frentes: por terra e água.

Venturosamente, em conformidade com o cronista, pela força divina, os indígenas não avistaram a tropa, caso contrário, eles seriam dizimados em função da quantidade de nativos ser, demasiadamente, superior à de soldados. Ao amanhecer, a tropa saiu das embarcações para fazer o reconhecimento da localidade, momento em que descobriram um braço de rio pouco extenso e avistaram grande quantidade de indígenas prontos para os atacar.

Durante esse embate, houve a segunda baixa na tropa de Orelana, posto que os indígenas acertaram outro de seus soldados, García de Sório, natural de Logorinho, também ferido por uma flecha envenenada, o qual morreu em menos de 24 horas. Esse conflito evidenciou, mais uma vez, a força daqueles bravos guerreiros indígenas e suas temidas flechas.

Vários pesquisadores acreditam que esses indígenas pertenciam à etnia Tupaiu ou Tapajó (Heriarte, 1874; Acuña, 1941; Nimuendajú, 1953; Reis, 1979; Santos, 1999). Descritos como bravos guerreiros e de alto porte, os “índios Tapajós são temidos dos demais índios e nações e assim se tem feito soberanos daquele distrito. São corpulentos, e muito grandes e fortes” (Heriarte, 1874, p. 35).

Considerando as pesquisas realizadas por Nimuendajú (1953) e Guapindaia (1993), os Tapajós¹⁷ viviam no início da foz do rio Tapajós, que Heriarte (1874) denominou ser muito caudaloso, cercado de aprazíveis terras e límpidas águas. Local em que se localizava a grande oca dos Tapajó, que, à época, era denominada de aldeia e, em 2024, permanece bairro da Aldeia, estendendo-se até o distrito de Alter do Chão.

Acuña (1941, p. 271) indica, em sua crônica, que eram numerosos, dado que contavam “mais de quinhentas famílias, de onde não cessaram, durante o dia inteiro, de vir trocar patos, galinhas, redes, peixes, farinhas, frutas e outras coisas”. Por sua vez, Heriarte (1874) informou ser a maior aldeia e povoação com quem teve contato, uma vez que são sessenta mil indígenas preparados para a guerra.

¹⁷ Os autores pesquisados se referem ao grupo indígena que habitava a região do Tapajós sob várias nomenclaturas: Tapajocos (Spix e Martius), Tapajoses (Acuña), Estrapajosos (Rojas), Tapajós (Heriarte), Tapajó (Frederico Barata e Nimuendajú). Conforme o mapa etno-histórico de Nimuendajú, todos os grupos indígenas são grafados no singular. Em se tratando de citação direta, utilizar-se-á a grafia original.

No tocante à comunicação, os pesquisadores sustentam que a língua oficial falada pelos Tapajós não era o tupi-guarani, embora eles a conhecessem. Na verdade, sabe-se pouco acerca dessa informação. Em sua crônica, Bettendorff (2010) informa que precisou de um conhecedor de língua, Sebastião Teixeira, para acompanhá-lo na missão junto aos Tapajós, a fim de estabelecer comunicação com os indígenas.

A estrutura social dos Tapajós compreendia uma nação numerosa, poderosa, respeitada e temida por outras etnias e portugueses. Informações referendadas por Heriarte (1874) mencionam a existência daquilo que ele denominou de “rancho” com vinte ou trinta famílias, sendo que para cada um havia um chefe (um tuxaua ou cacique). Além disso, relatou que todos eram subordinados a um principal¹⁸ (soberano).

O autor expressa ainda que, das guerras travadas com outras tribos e etnias, resultaram escravos que foram utilizados para todo tipo de trabalho na aldeia, ao passo que outros foram comercializados com os portugueses com o intuito da aquisição de ferramentas para a lavoura e a roça.

Interessante mencionar que, provavelmente, existia entre os Tapajós, segundo Guapindaia (1993, p. 20), “uma estratificação social bem-marcada”. De tal maneira que alguns tinham privilégios e *status* em detrimento da grande maioria. Isso pode ser observado em Bettendorff (2010) quando o cronista relatou o casamento de Maria Moaçara (princesa indígena, cujo nome significa fidalga grande) com um dos homens mais importantes da época, cujo nome era Roque.

Maria Moaçara era uma indígena amplamente estimada e respeitada por sua comunidade, a ponto de ser consultada em determinadas ocasiões pelos principais, atuando como uma espécie de oráculo do saber na tomada de decisões coletivas. Esse dado confirma a existência de uma classe superior entre os Tapajós, cujos membros só podiam constituir família dentro da mesma linhagem genealógica. Ressalte-se ainda que os Tapajós praticavam a poligamia e que, em alguns casos, o adultério feminino era punido com a morte por afogamento no rio (Bettendorf, 2010).

Em relação à cultura Tapajó e seus rituais, sabe-se que eles adoravam ídolos pintados confeccionados por eles ou pedras, aos quais pagavam dízimo em agradecimento pelas bênçãos recebidas, particularmente, quando as colheitas de

¹⁸ Bettendorf (2010) emprega a expressão para identificar os indígenas que detinham posições de liderança no interior da estrutura social das tribos.

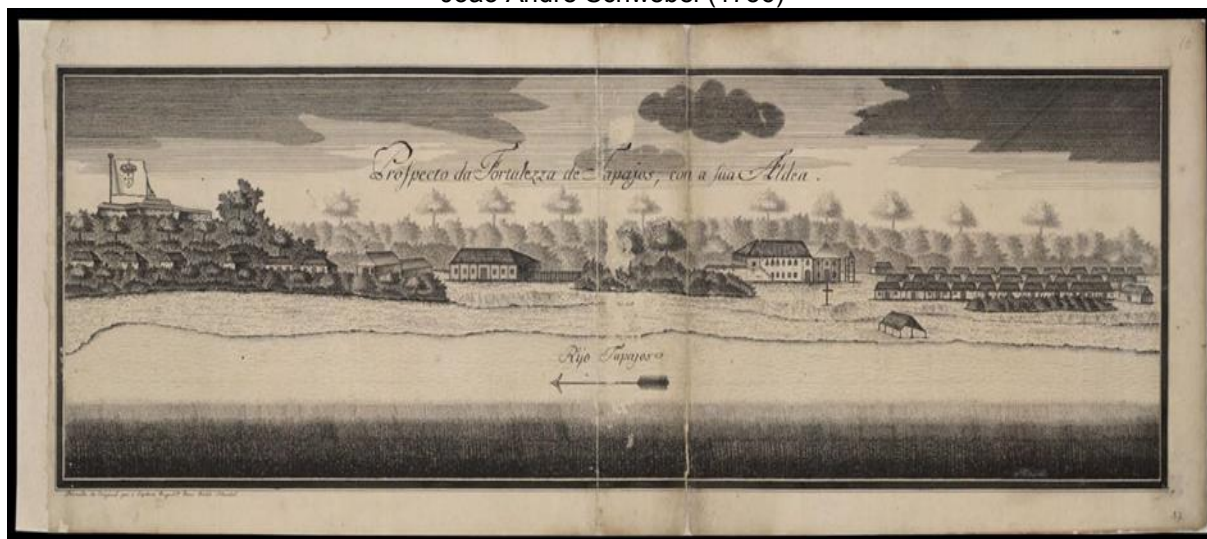
suas plantações eram fartas. Nessa época, utilizavam bastante o milho em detrimento da mandioca. Do milho faziam o vinho que levavam a um local específico para a prática de suas cerimônias ritualísticas. Esse terreiro, muito limpo e asseado, localizava-se atrás da aldeia onde havia o encontro da nação Tapajós (Heriarte, 1874; Nimuendajú, 1953; Guapindaia, 1993; Bettendorff, 2010).

No que concerne aos rituais Tapajó, Heriarte (1874) infere que, quando a colheita das sementes era realizada, eles destinavam uma parte (dízimo) para os deuses como gratidão pela fartura. Essas sementes eram depositadas em uma casa específica para o ritual em que se encontravam ídolos.

Com o milho colhido, eles preparavam grande quantidade de vinho para ser degustado nas cerimônias. Em grandes vasilhas, os Tapajós transportavam o vinho para ser apreciado por toda a nação Tapajós. Em seguida, eles tocavam atabaques e trombetas melancólicos e funestos por aproximadamente uma hora para invocar a presença do Diabo, o qual surgia acompanhado de um estrondoso terremoto, derrubando árvores e montes. Com a chegada da entidade, eles bebiam e cantavam na língua geral até que o vinho acabasse.

Quanto aos rituais de passagem, Heriarte (1874) sustenta que, ao morrer um integrante da aldeia considerado chefe (líder, tuxaua, pajé), este é posto em uma rede e, em seus pés, são postos todos os bens que possuía em vida, em sua cabeça, coloca-se a figura do diabo ao modo de cada família. Na sequência, levam o morto para uma cabana construída para essa finalidade na qual permanecia até restar apenas os ossos. Esses eram moídos e colocados em vinho e servido a seus parentes mais próximos e a outros indígenas.

Figura 7 – Prospecto da Fortaleza do Tapajós com a sua aldeia realizado pelo capitão engenheiro João André Schwebel (1756)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2024).

Na Figura 7, observa-se a antiga Fortaleza do Tapajós à esquerda e, na outra extremidade, a aldeia dos indígenas que habitavam a vila e, posteriormente, a cidade de Santarém. Nele, evidencia-se como se estruturava a antiga vila: de um lado, a população branca, na maioria portuguesa, que habitava a área central nas proximidades da fortaleza, igreja e da moradia dos missionários, de outro, os indígenas assentados na região periférica à direita.

Essa segregação é percebida por alguns dos naturalistas que estiveram na vila. Outra característica observada no prospecto é que a vila estava cercada por floresta densa e mantinha, diante de si, a exuberância dos rios Tapajós e Amazonas, os quais, na época da cheia, aproximavam-se das habitações. Assim como o de Santarém, o governador da província do Grão-Pará, à época, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pediu para o então capitão engenheiro João André Schwebel desenhar vários prospectos de outras vilas e cidades em 1756. Talvez seja essa a ilustração mais antiga de que se tenha conhecimento sobre como se configurava a antiga vila.

Em 1626 (Santos, 1999; Fonseca, 2015), a expedição comandada pelo capitão português Pedro Teixeira, juntamente com o frei Cristóvão de São José e 26 soldados e alguns indígenas mansos, chegou à aldeia dos Tapajós, local que anos depois se tornaria a cidade de Santarém. O objetivo de Teixeira era negociar com os Tapajós escravos indígenas obtidos através de guerras intertribais e prisioneiros de guerra.

Esse sistema ficou conhecido como “tropas de resgate”¹⁹. Momento em que os portugueses ofereciam objetos diversos como facas, machados, panos, missangas e outros tantos itens sobre os quais o interesse indígena era grande. Entretanto, os Tapajós não realizavam esse tipo de negócio, isso porque eles viviam da produção da lavoura, da pesca e da caça. Não alcançando seu objetivo, Teixeira continuou sua expedição para encontrar e negociar escravos em outras localidades, mantendo um clima amistoso com os indígenas (Santos, 1999; Fonseca, 2015).

No ano de 1639, outra “tropa de resgate” desembarcou entre os Tapajós, mas dessa vez a expedição não foi nada amistosa, pelo contrário, mudaria para sempre o destino daquela população. Ao comando de Bento Maciel, sargento-mor da capitania do Cabo Norte, filho do então governador da Província do Maranhão e Grão-Pará, Bento Maciel Parente, invadiu a aldeia dos Tapajós de maneira covarde e traiçoeira.

Os indígenas foram cercados, desarmados e muitos foram mortos; suas mulheres e filhas foram violentadas, registrando o episódio mais cruel relatado durante as “tropas de resgate”. Valioso ressaltar que os Tapajós só não resistiram à investida de Bento Maciel porque foram atacados de surpresa, haja vista imaginavam que essa expedição era amigável como a de Pedro Teixeira.

Nessa turba, muitos indígenas fugiram para a floresta, onde permaneceram por muito tempo, retornando para o local em que ficava a aldeia anos depois. No entanto, sem que estivessem imunes, vez ou outra, aos ataques dos portugueses (Santos, 1999; Fonseca, 2015).

Nessa direção, Fonseca (2015) informa que, na obra “História da Companhia de Jesus no Brasil”, do Pe. Serafim Leite, datada de 1943, o primeiro jesuíta a visitar o Tapajós em missão foi o Pe. Antônio Vieira em 1659. Nessa viagem, quem auxiliou Vieira na comunicação com os indígenas foi o militar David de Souto-Maior, profundo conhecedor da língua nativa.

O referido militar comunicou aos indígenas que Vieira era leal e amigo e os protegeria dos colonizadores brancos, que eram uma ameaça iminente. Os indígenas acolheram Vieira e pediram que ele enviasse missionários para a aldeia para

¹⁹ Santos (1999, p. 32) afirma que “‘resgatar’ índios era tomar, comprar ou barganhar, a troco de bugigangas, prisioneiros que os silvícolas, por motivos de guerra entre as tribos vizinhas ou em traiçoeiras caçadas, retinham nas suas malocas, na qualidade de escravos, [...] o termo ‘resgatar’ era um simples e cruel eufemismo que, em verdade, significava ‘escravizar de novo’”.

estabelecer moradia. Esse alertou que avaliaria a demanda, prometendo atendê-los com brevidade.

Anos após a visita do Pe. Antônio Vieira à aldeia dos Tapajós, outros religiosos começaram a visitá-la com o intuito de catequizar os indígenas. Dessa forma, teve início o cumprimento da promessa de Vieira para com os indígenas. No mês de maio de 1661, chegaram à aldeia os Pe. Tomé Ribeiro e Gaspar Misch, os quais foram acolhidos com festa por indígenas de seis tribos distintas e suas famílias, cerimônia em que houve trocas de presentes (Santos, 1999; Fonseca, 2015).

Os indígenas ofertaram milho, mandioca, víveres, ovos, mel, peixes, entre outros, ao passo que os religiosos trouxeram espelhos, facas, machados, vidrilhos etc. Como o intuito ainda não era fixar residência, os religiosos permaneceram apenas por alguns dias e celebraram a festa da Ascensão do Senhor, realizaram catequese, batismo e, antes de voltarem para a capital (Pará), ergueram, na área da aldeia, um grande cruzeiro (Leite, 1953; Fonseca, 2015).

Nesse panorama, é relevante elucidar que esses primeiros religiosos prepararam o caminho para o próximo missionário que viria logo depois fixar moradia entre os Tapajós e realizar, de fato, a catequização maciça dos indígenas.

Para fundar a primeira missão oficial no rio Tapajós (na aldeia dos Tapajós), o escolhido por Pe. Antônio Vieira foi o padre luxemburguês recém-chegado ao Pará, João Felipe Bettendorf²⁰. Na crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão (2010), o próprio Bettendorf narrou como o subprior Antônio Vieira o chamou para assumir a missão Tapajós.

Em consonância com seu relato, havia pouco tempo de sua chegada ao Pará, mas não tardou a seguir ao lado do Pe. Francisco da Veiga na Aldeia de São João em Mortigura (nas proximidades da província) para catequizar, quando recebeu o chamado do subprior (religioso que substitui, em determinadas circunstâncias, o prior/superior) da ordem, Pe. Antônio Vieira. Nesse encontro, Vieira tratou de familiarizar o jovem padre por intermédio de um mapa indicando-lhe a região da

²⁰ João Felipe Bettendorff nasceu em 25 de agosto de 1625 em Luxemburgo, estado independente da Europa ocidental. Entrou para a Companhia de Jesus em 1647 aos 22 anos já graduado em Direito Civil e Artes. Era notavelmente culto, falava vários idiomas, era pintor e poeta. A convite do superior Pe. Antônio Vieira, veio para o Brasil, aonde chegou em 20 de janeiro de 1661. Ao desembarcar em Belém, começou a catequizar pelas aldeias do entorno. Foi o jesuíta de maior projeção no Norte do Brasil depois dos Pe. Antônio Vieira e Luiz Figueira. Foi superior das missões nos períodos compreendidos entre 1669 e 1674 e 1690 a 1693. Faleceu em Belém aos 73 anos em 5 de agosto de 1698 (Santos, 1999; Fonseca, 2015).

missão Tapajós, lugar onde Bettendorf teria a incumbência de ser o primeiro enviado por Deus para o trabalho de evangelização.

Imperioso destacar que o jovem padre foi o escolhido para gerenciar essa importante região no intuito de demarcar o domínio da coroa portuguesa. Em sua companhia, seguiria o conhecedor da língua geral, Sebastião Teixeira, o qual serviria como elo entre o missionário e os indígenas.

Bettendorf estava eufórico com a novidade, de tal modo que ansiava pela hora de sua partida para a região do famoso rio das Amazonas e iniciou, sem demora, os preparativos para a viagem. Para o deslocamento, o subprior da casa providenciou para os missionários uma pequena canoa usada, um altar portátil e aviamentos, uma quantidade de vinho para ser utilizado durante as missas para o tempo de um ano, um recipiente com azeite, três com aguardente, sal, um machado, uma foice, algumas facas, alguns anzóis, agulhas, maços de velas coloridas e pretas, pratos, talheres, um triângulo em madeira para fazer casas e igrejas, entre outros “e com isso mandou-me a Mortigura em busca de farinha para a viagem, e ao Cameté em busca de umas poucas tartarugas, que as daria o padre Salvador do Vale” (Bettendorff, 2010, p. 181-182).

Era necessário que o jovem padre partisse o mais rápido possível para iniciar os trabalhos de catequização dos indígenas aldeados do Tapajós. Afinal, em conformidade com Reis (1979, p. 31), “o plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou a ajuda espiritual àquele grupo de gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto”.

Ou seja, o domínio português em uma área muito mais ampla. Em vista disso, o autor reitera que “a aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância” (Reis, 1979, p. 31). Outrossim, a missão tinha um caráter espiritual e também político.

Em sua crônica, Bettendorff (2010) relatou não ter sido fácil chegar à aldeia dos Tapajós com o limitado suprimento alimentar, mesmo permanecendo em certos aldeamentos no itinerário dos Tapajós, onde havia outros missionários residentes que lhes forneciam comida e bebida. Isso porque “em Cameté não me deu o padre Salvador do Vale mais que uma boa vontade, por não ter peixe, nem cousa alguma para me dar em aquela missão” (Bettendorff, 2010, p. 182-183).

Nesses aldeamentos por onde passava, Bettendorff catequizava, batizava e realizava confissões. Quando de sua chegada à aldeia dos Tapajós, informou que lá

chegaram após as festas do Espírito Santo e foram recebidos pelos indígenas da populosa aldeia com muita estima e alegria. Estes os acomodaram em uma modesta casinha, situada ao lado de outra que serviria para rezar as missas.

O missionário narrou que, logo que firmaram acomodação, receberam a ilustre visita de representantes de diversas nações indígenas na aldeia Tapajós não só as principais lideranças, como também outros com suas esposas e filhos, levando agrados para os recém-chegados.

No transcurso dessas visitas, ele dialogava com todos e tratou de informar os motivos de sua ida para a aldeia. Nessa ocasião, os indígenas demonstraram expressivo contentamento e satisfação, pois, segundo Bettendorff (2010), há tempos queriam um representante fixo da Companhia de Jesus.

Após as primeiras visitas, eles receberam outros representantes advindos de regiões mais distantes (sertão). Estes também trouxeram presentes, em cuja lista se somavam cágados e frutas. Eles, por sua vez, almejavam que a igreja chegasse até sua região. Embora tivessem ouvido de Bettendorff a promessa de chegar até eles, isso não foi possível, em vista do estado moribundo e melancólico de seu acompanhante, Sebastião Teixeira, “que me acompanhava, porque era tal a melancolia dele, que pela confissão de sua própria boca, esteve com o padre Francisco Veloso, seu maior amigo, sem lhe falar uma só palavra em seis semanas inteiras” (Bettendorff, 2010, p. 184).

Isso pois acreditavam que assim não seriam mais atacados covardemente pelos colonizadores. No excerto, evidencia-se, ainda, o descontentamento de Bettendorff com seu acompanhante, conhecedor das línguas indígenas, Sebastião Teixeira, visto que, além de estar doente e debilitado, recusava-se a estabelecer comunicação com os indígenas.

Bettendorff (2010) observou que não poderia contar com a ajuda de Teixeira na missão, porquanto este estava cada vez mais debilitado e com a saúde comprometida, de modo que era necessário levá-lo até onde havia mais recursos. Assim foram a Cameté e, em seguida, ele prosseguiu até Belém para conversar com o Pe. Vieira e auxiliá-lo na melhor solução para tal situação.

Este recomendou que Bettendorff retornasse imediatamente para a missão Tapajós, dado que os jesuítas eram vítimas de perseguições por alguns políticos influentes favoráveis à escravidão indígena, conflitando com os ideais jesuítas. Esses políticos queriam a expulsão sumária dos jesuítas do Brasil o mais breve possível.

Na localidade denominada de Tapar do Xingu, Bettendorff conheceu o substituto de Sebasto Teixeira, ou seja, seu novo ajudante, indicado por Pe. Vieira, tratava-se do alferes João Correa, exímio conhecedor de línguas indígenas (Santos, 1999). Ao retornar à aldeia dos Tapajós, Bettendorff e seu auxiliar foram recebidos mais uma vez com festa e hospitalidade, afinal os indígenas já conheciam João Correa de outros contatos anteriores e confiavam nele.

Bettendorff (2010) narrou, em sua crônica, que a primeira ação feita por ele, seu auxiliar e alguns indígenas foi confeccionar catecismos em várias línguas para converter, através do Catolicismo, o maior número de indígenas possível, “todos pelo da língua geral, um era em língua dos Tapajós, outro os ucucus, que comumente entendiam” (Bettendorff, 2010, p. 191). Desse modo, ele desenvolvia seus trabalhos, ora catequizando, ora batizando.

O próximo objetivo a se realizar era a construção de uma igreja em taipa de mão e uma casa para sua moradia. Com o auxílio de João Correa e alguns indígenas, no período de trs a quatro dias, as construções estavam erguidas e cobertas. Bettendorff (2010, p. 192) relatou que construiu um altar em madeira “pintando ao meio Nossa Senhora da Conceição pisando em um globo a cabeça de serpente, enroscada ao redor dele, com Santo Início à banda direita e S. Francisco Xavier à esquerda”.

Depois houve comemorações pelos feitos, a instalação do altar “e a consagração da Missão do rio das Amazonas e da Aldeia dos Tapajós,  Virgem Nossa Senhora da Conceição” (Santos, 1999, p. 47). Posteriormente, Bettendorff continuou sua obra missionária realizando catequese, batizados e muitos casamentos entre os indígenas. Ressalta-se que eles eram poligmicos e, com a chegada de Bettendorff, foram convencidos de se casar e ficar com apenas uma mulher, a começar pelos chefes das tribos denominados tuxauas e outros principais.

No segundo semestre de 1661, Bettendorff nada mais pde fazer junto à missão Tapajós e seu entorno, devido ao levante ocorrido no Pará, resultando na prisão de seus confrades e do superior Pe. Antônio Vieira. Nesse contexto, ele, os padres de Gurup e Xingu estavam ameaçados de serem presos e deportados.

Traçando tal panorama, Fonseca (2015) relatou que, em 1662, depois de muitos desentendimentos entre os missionários jesuítas e políticos, Bettendorff e outros religiosos foram deportados para Lisboa em duas embarcações, porém a que levava Bettendorff quase naufragou e voltou para Belém.

Ao ter conhecimento da perseguição aos jesuítas, o governo português condenou veementemente tal ato e suspendeu a deportação de Bettendorff. Este, entretanto, não voltou para a missão no Tapajós como residente, na verdade, foi nomeado para importante função administrativa na Companhia de Jesus no Maranhão e no Pará.

Conforme Serafim Leite (1943), em agosto de 1665 a missão estabelecida na Aldeia dos Tapajós já se destacava como a principal entre todas as existentes no território do Pará. O religioso residente na aldeia Tapajós, à época, era o padre Manoel Pires²¹. Respeitado entre seus confrades e por toda a Companhia de Jesus, foi o substituto de Bettendorff na missão Tapajós. Era considerado santo pelos feitos que realizava por onde passava.

No ano de 1693, há exatos 32 anos após ter fundado a missão Tapajós, João Felipe Bettendorff visitou, pela última vez, a aldeia, agora na condição de superior da Companhia de Jesus no Maranhão e no Pará (Fonseca, 2015). Após a passagem do Pe. Manoel Pires pela aldeia dos Tapajós, houve épocas em que esta ficou sem padre residente (aproximadamente 15 anos), em virtude das perseguições pelas quais os jesuítas sofriam.

Até a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, os missionários residentes na aldeia dos Tapajós podem ser assim elencados: Pe. Antônio Pereira (brasileiro/maranhense); Pe. João Maria Gorzoni (italiano); Pe. Manuel Rebelo (português e que mais tempo residiu na Aldeia – 25 anos); Pé Aníbal Mazzolani (italiano que, durante sua residência, ordenou o primeiro padre na região do Tapajós, Pe. José da Gama); Pe. Sebastião Fusco (italiano que ordenou mais dois outros padres: Júlio Pereira e Salvador de Oliveira); Pe. Manoel Ferreira; Pe. Joaquim de Carvalho; Pe. Domingos Antônio; e Pe. Luiz Álvares, todos portugueses. Sendo que Luiz Álvares foi o último a residir na aldeia (Fonseca, 2015). Em 3 de julho de 1757, 98 anos depois da visita de Pe. Antônio Vieira à aldeia do Tapajós, o último missionário fechou o ciclo dos jesuítas na região (Santos, 1999).

Para compor tal cenário, Fonseca (2015) menciona que, na obra “A história do Brasil dos maristas”, de Paulo E. de Azevedo e Cláudio M. Thomás, com o Pe. Luiz Álvares, foram presos mais 15 missionários expulsos do Pará. Eles foram colocados

²¹ Para compreender os feitos realizados pelo Pe. Manoel Pires, consultar a obra Tupaiulândia de Paulo Rodrigues dos Santos (1999).

no porão de um navio com negros escravizados e levados até São Luís no Maranhão, de onde um total de 150 seguiram para Lisboa (Portugal).

No transcurso da viagem, houve o óbito de quatro deles em decorrência de sede e má alimentação. Ao desembarcarem em Lisboa, foram confinados em prisões sem comunicação alguma. Em consonância com Santos (1999, p. 78), “desapareciam do convívio do mundo. Nem se lhes permitia qualquer protesto ou defesa. Muitos, quase todos morreram nos cárceres; alguns, pouquíssimos conseguiram sair vivos”.

O trabalho dos jesuítas no Brasil e, especificamente, na Amazônia contribuiu para apaziguar, em parte, a relação entre portugueses e indígenas, haja vista os constantes conflitos que existiam entre ambos. Entretanto, esse bom relacionamento entre jesuítas e indígenas não agradava a alguns políticos da época, tampouco a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, representante da coroa portuguesa no Pará.

Pombal era irmão do governador da província do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Juntos, eles iniciaram uma perseguição implacável às ordens religiosas na Amazônia (franciscanos da Província de Santo Antônio, capuchos da Piedade e da Província da Conceição) e, sobretudo, aos jesuítas da Companhia de Jesus.

Nesse sentido, Costa (2011) assinala que, no decorrer dos três primeiros séculos de existência dessa ordem em território português, ela somou muitos adversários e tem, no Marquês de Pombal, o mais ferrenho entre esses. Em 1759, Pombal conseguiu a expulsão da referida ordem da jurisdição portuguesa e, em 1773, por determinação do papa Clemente XIV, de toda a cristandade, em uma demonstração evidente de poder e influência.

Mendonça Furtado foi nomeado capitão-general e governador da Província do Maranhão e Grão-Pará no ano de 1751 aos 51 anos. Desde que a assumiu, tratou de implementar uma campanha de pressões e exigências aos missionários de diferentes aldeias, “requisitou homens e provisões para a expedição que pretendia efetuar ao Rio Negro” (Santos, 1999, p. 72). Essas exigências foram variadas, por exemplo, quando chegou ao Arapiuns, no Tapajós, ordenando que os missionários fornecessem 400 paneiros de farinha, 200 alqueires de arroz e 25 indígenas homens; nas aldeias dos Tapajós e Borari, a exigência foi semelhante.

Quando Mendonça Furtado desembarcou no Rio Negro, tratou de enviar para a coroa portuguesa um expediente relatando graves acusações sobre os jesuítas.

Conforme Robert Southey (*apud* Santos, 1999, p. 74)²², “as que não eram absolutamente falsas, não passavam de frívolas”. Contudo, esse teor serviu de base para que Mendonça Furtado e o Marquês de Pombal iniciassem campanha para a extinção da Companhia de Jesus, a começar pela Amazônia (Santos, 1999).

Com a extinção da Companhia de Jesus no Pará, houve um período de retrocesso para a população em todas as instâncias: social, econômica, educacional, religiosa e moral. Fonseca (2015) pontua que demorou mais de um século para que a região do Tapajós saísse dessa espécie de limbo e prosperasse novamente. Em 14 de março de 1758, houve a passagem da categoria de aldeia à condição de Vila de Santarém pelo então governador da província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em homenagem à homônima cidade portuguesa na Europa²³.

Para a solenidade, foi convocada toda a população residente, juntamente com a tropa da expedição, a guarnição da Fortaleza do Tapajós, o vigário da recém-criada paróquia, pessoas influentes da localidade e diversos tuxauas de tribos vizinhas. O local selecionado era um descampado em forma de quadrilátero, denominado na contemporaneidade Praça Rodrigues dos Santos. Nesse contexto, proclamou-se que a antiga aldeia dos Tapajós passaria à condição de vila, recebendo o nome de Santarém.

Como parte do cerimonial, no meio da praça, ergueu-se o símbolo da jurisdição do poder municipal, o Pelourinho. Em Portugal, esse “monumento” era feito, na maioria das vezes, de alvenaria, pedra e cal, alguns, de mármore com diversos ornatos. Todavia, no Brasil, onde havia escassez de matéria-prima e madeira em abundância e mais barata, o Pelourinho era de madeira (geralmente, Acapu ou Itaúba), o da Vila de Santarém fora constituído dessa forma.

²² Em Tupaiulândia, há a transcrição literal de algumas acusações proferidas por Mendonça Furtado, elencadas pelo historiador Robert Southey (Santos, 1999, p. 74).

²³ O nome Santarém está, intimamente, relacionado à homônima cidade portuguesa, cuja lenda relata que havia uma cidade chamada Nabância, onde viviam dois nobres por nome Ermígio e sua esposa Eugênia, que eram pais de Irene, ou Iria, uma jovem formosa, casta e cheia de virtudes. Irene, desde criança, fora prometida à vida religiosa, por isso residia em um convento, onde era educada por duas tias freiras. Um fidalgo, por nome Teobaldo, viu a jovem por entre as grades do claustro e apaixonou-se perdidamente. Ele, então, resolveu pedir aos pais da jovem para se casar com ela, porém foi repellido, visto que a moça era prometida à Igreja. Tomado de ira, ele drogou a jovem e raptou-a. Passado o efeito da droga, Irene o rejeitou. Enfurecido, ele a degolou e jogou seu corpo no rio Nabão. A corrente do Nabão levou o corpo até a margem da cidade de Escalabis, onde os anjos construíram um lindo túmulo de alabastro. A notícia se espalhou por toda a Lusitânia, e de toda parte chegavam pessoas para venerar o túmulo da virgem mártir. Com o passar dos anos, Escalabis teve seu nome alterado para Sant'Irene, daí passando a ser chamada Santarém (Santos, 1999).

Nesse símbolo em madeira (poste de madeira lavrado, com duas travessas cruzadas no topo), eram expostos, amarrados e açoitados em público todos os considerados delinquentes, em especial, escravos fugitivos, que eram recapturados, e ladrões. Quando a pena do indivíduo fosse condenação à morte, erguia-se a forca ao lado do Pelourinho, ao término da execução, retirava-se o patíbulo (Santos, 1999).

Após os trâmites cerimoniais, Mendonça Furtado passou à organização da justiça e à corporação da Vila, ficando, assim, constituída: juízes ordinários, vereadores, procurador e o diretor da vila ou dos indígenas (que detinha quase poderes supremos, mais que dos vereadores e, às vezes, do vigário).

No ano de 1761, começaram a ser erguidos os primeiros pilares da atual Igreja Matriz Catedral de Nossa Senhora da Conceição, a edificação mais antiga da cidade. A historiografia infere que a antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição localizava-se no Largo da Igreja ou do Pelourinho, centro da Vila, mesmo local em que, em 1661, Bettendorff ergueu a primeira igrejinha da missão Tapajós, o qual, no século XXI, tem o nome de Praça Rodrigues dos Santos (Santos, 1999; Fonseca, 2015).

Dessa forma, um século depois da primeira igrejinha, iniciaram-se as obras da nova Matriz, mais a leste, Igreja Matriz Catedral de Nossa Senhora da Conceição. As duas torres da igreja eram diferentes das atuais, mais baixas, cuja nave central apresentava, de ambos os lados, “estreitos corredores ligeiramente elevados, circundados de parapeitos sobre uma série de colunas torneadas de madeira, de onde os fiéis podiam ficar de pé” (Fonseca, 2015, p. 30).

Segundo o autor, nos corredores localizavam-se dois altares laterais, acompanhados dos confessionários. Entre eles erguia-se o púlpito, a aproximadamente três metros acima do nível do piso, cujo acesso era possível apenas pelo interior da igreja. À entrada, encontrava-se o coro, sustentado por colunas e arcadas em arco pleno, a cerca de cinco metros de altura em relação ao piso da nave central, protegido na parte frontal por parapeitos e por colunas semelhantes às dos corredores laterais (Fonseca, 2015).

Em 25 de março de 1851, a torre do lado esquerdo desabou e, meses depois, a torre do lado direito foi demolida, pois, segundo dois engenheiros civis franceses que estavam em trânsito pela cidade, ao fazerem uma perícia, diagnosticaram que “a parede lateral do templo estava desequilibrada, sem condições, portanto, para suportar uma nova torre” (Fonseca, 2015 p. 30).

Entre 1876 e 1881, houve a restauração das paredes do templo, porquanto a matriz ameaçava ruir novamente. Durante o período em que a igreja era restaurada, as imagens e os objetos litúrgicos foram levados para a casa de um influente morador da Vila, João Costa Pereira, à Rua dos Mercadores (em 2024, Lameira Bittencourt). Nesse prédio, aconteciam as celebrações até a conclusão das obras.

Em 24 de setembro de 1881, as obras da igreja foram concluídas e, para comemorar o feito, realizaram-se missa solene e procissão na parte da tarde. Nessa ocasião, os objetos litúrgicos e as imagens foram colocados de volta e houve muita comemoração (Fonseca, 2015). “Em 1895, ocorreu a reforma geral do forro e colocação de vidros coloridos nas janelas laterais e frontispício” (Santos, 1999, p. 283).

Várias intervenções foram realizadas ao longo dos anos na Igreja Matriz Catedral de Nossa Senhora da Conceição interna e externamente. No início do século XXI, outras mudanças ocorreram: o teto e as paredes receberam alterações de pintura e iluminação, construíram-se uma escadaria e uma rampa na entrada principal, garantindo acessibilidade ao templo. Da planta original, restam tão somente as paredes. Todavia, apesar de todas essas modificações, o edifício continua imponente e chama a atenção de quem se depara com ele, além disso recebe muitos fiéis, visitantes e turistas diariamente.

A Igreja Matriz Catedral de Nossa Senhora da Conceição é um dos símbolos religiosos e culturais mais importantes da história de Santarém, pois tem sua gênese na fase aldeia, atravessa a vila e consolida-se na cidade, sempre atraindo os olhares de quem se depara com ela. Essa afirmativa é frequente nos relatos dos naturalistas que visitaram a vila/cidade no século XIX, conforme se evidencia na próxima seção.

3.2 Sob o olhar dos naturalistas que estiveram em Santarém durante o século XIX

Em 24 de outubro de 1848, Santarém foi elevada à categoria de cidade pelo presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho. No período de transição de vila para cidade, muitos estrangeiros europeus visitaram-na, alguns momentaneamente, outros residiram por longo período, como o pesquisador Henry Walter Bates (1944), o qual, na sua segunda vinda à cidade, chegou em novembro de 1851 e permaneceu por aproximadamente três anos e meio.

Esses pesquisadores de notório saber estavam ávidos em conhecer a região amazônica, sua fauna e flora e sua gente. Dessas vivências e experiências, resultaram muitas publicações que contribuíram para a ciência em suas áreas de conhecimento. Contudo, ressalta-se que é uma visão eurocêntrica, muitas vezes estereotipada ou ainda exagerada.

Sobre este aspecto, Farias e Maia (2020) discorrem que a colonialidade, enquanto estrutura de poder vigente na América Latina, promoveu a formação de um paradigma de racionalidade eurocêntrico. Esse paradigma implicou não apenas a imposição de um modelo epistemológico europeu, mas resultou na supressão das cosmologias, formas de organização social, práticas de conhecimento e modos de relação com a natureza próprios das populações originárias do continente. Em outras palavras, foram suprimidas as formas pelas quais esses povos explicavam o mundo, produziam conhecimento, transmitiam saberes e legitimavam suas experiências de existência.

Na elaboração epistemológica colonial, o conhecimento derivado da Europa foi sistematicamente considerado científico, racional e universal, enquanto os conhecimentos locais foram classificados como atrasados, míticos ou irracionais. Esse enquadramento produziu o apagamento das epistemologias indígenas, africanas e mestiças, que passaram a ser deslegitimadas e invisibilizadas nos sistemas educacionais, jurídicos, políticos e religiosos. A disseminação global desse modelo epistêmico resultou, portanto, no silenciamento de múltiplas formas de saber não europeias, especialmente as pertencentes ao sul global, que foram relegadas a uma posição de subalternidade (Farias; Maia, 2020).

Na publicação intitulada “O Perigo de uma História Única” (2019), Chimamanda Ngozi Adichie alerta para os riscos de acompanhar exclusivamente uma única versão dos fatos. Segundo a autora, a diversificação das fontes de conhecimento e a adoção de uma postura cautelosa aumentam a probabilidade de obter uma compreensão mais abrangente sobre determinado tema. Ainda segundo Adichie, a narrativa única contribui para a formação de estereótipos, cujo problema não reside na sua veracidade, mas na sua incompletude.

No que concerne à narrativa, Walter Benjamin (1984) sustenta que esta não tem como objetivo transmitir o “essencial” do objeto narrado, tampouco fornecer uma mera informação ou relato. Ao contrário, a narrativa incorpora o elemento à experiência do narrador, posteriormente desvinculando-o de sua presença. Dessa

forma, a assinatura do narrador é impregnada na construção narrativa, assemelhando-se à marca do oleiro no barro do vaso.

O Quadro 1 a seguir elenca informações sobre alguns naturalistas que estiveram em Santarém durante o século XIX e suas particularidades.

Quadro 1 – Alguns dos naturalistas europeus que estiveram em Santarém no século XIX

Naturalista	País de origem	Formação	Período da viagem	Objetivo da viagem	Lugares que percorreu	Considerações
Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)	Erlangen, Baviera, Alemanha	Médico, botânico e etnógrafo	1817-1820	Recolher materiais para pesquisa botânica, zoológica e etnológica.	De São Paulo ao Amazonas	Como resultados da viagem foram publicados os livros: <i>Reise in Brasilien</i> , composto por três volumes, editados entre os anos 1823 e 1831. A obra <i>Flora Brasiliensis</i> foi considerada a principal do autor.
Johann Baptist von Spix (1781-1826)	Höchstadt der Aisch, Baviera, Alemanha	Zoólogo	1817-1820	Recolher materiais para pesquisa botânica, zoológica e etnológica.	De São Paulo ao Amazonas	Como resultados da viagem, foram publicados os livros: <i>Reise in Brasilien</i> , composto por três volumes, editados entre os anos 1823 e 1831, em parceria com Martius.
Hercules Florence (1804-1898)	Nice, França	Pintor e desenhista	1828-1835	Colaborar na missão Langsdorf	Brasil	Como resultado, Florence escreveu o livro: <i>Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829</i> .
Alfred Russel Wallace (1823-1913)	Llanbadok, Reino Unido	Geógrafo e biólogo	1847-1849	Coletar espécies	Amazônia	Como resultado da viagem Wallace escreveu o livro: <i>Viagens pelo Amazonas e rio Negro</i> .
Henry Walter Bates (1825-1892)	Leicester, Reino Unido	Entomologista	1848-1859	Realizar pesquisas e coletar espécies,	Amazônia	O resultado das pesquisas de Bates compõe o livro: <i>O</i>

						naturalista no Rio Amazonas.
Richard Spruce (1817-1893)	Yorkshire, Reino Unido	Médico	1849-1864	Coletar espécies	Amazônia	Ao concluir sua viagem Spruce publicou o livro: Notas de um botânico na Amazônia.
Robert Christian Berthold Avé-Lallemant (1812-1884)	Lübeck, Alemanha	Médico	1858-1859	Pesquisar temática do Brasil	Esteve no Rio de Janeiro, no Sul do Brasil e na Amazônia	Lallemant escreveu o livro: Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859.
François Auguste Biard (1798-1882)	Lyon, França	Pintor, desenhista, gravador, caricaturista e decorador	1858-1859	Retratar as paisagens brasileiras em telas.	Visitou o Sudeste do Brasil e a Amazônia	Biard publicou o livro: Dois anos no Brasil.
Jean Louis Randolphe Agassiz (1807-1873)	Haut-Vully, Suíça	Zoólogo e geólogo	1865-1866	Coletar espécies da fauna e flora brasileira.	Visitou o Sudeste do Brasil e a Amazônia	Agassiz publicou o livro: Viagem ao Brasil 1868-1866.
Henri Anatole Coudreau (1859-1899)	Sonnac, França	Geógrafo	1895-1898	Pesquisar geográficas e geológicas.	Pará	Como resultado de sua viagem, Coudreau publicou o livro: Viagem ao Tapajós.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de Figueiredo (2010) e Matos (1961).

Dos primeiros cientistas que visitaram Santarém, destacam-se os alemães Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), botânico, e Johann Baptist von Spix (1781-1826), zoólogo. Eles foram enviados pelos governos da Áustria e da Baviera ao Brasil pelo ensejo do casamento de Dona Leopoldina com o príncipe real Dom Pedro, futuro D. Pedro I. Chegaram ao Rio de Janeiro juntos e percorreram o Brasil de São Paulo a Amazônia. De suas pesquisas, houve vasta produção científica nas áreas de Botânica, Etnografia, Linguística e Geografia do Brasil (Matos, 1961).

Uma das obras mais conhecidas de Spix e Martius é o livro *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), que teve uma de suas edições impressa pelo Senado Brasileiro em 2017. Ela é dividida em três volumes, em que descrevem a geografia amazônica destacando a fauna e a flora. No volume três, é factível inferir que estiveram na região de Santarém de julho de 1819 a junho de 1820.

Os naturalistas deixaram informações valiosas acerca de diversos aspectos da cidade e do entorno. A paisagem amazônica é descrita de forma colossal: tudo é vida, fauna e flora, em gozo. Os apontamentos deles, em certos trechos, são poéticos, dado o deslumbramento. Os autores contemplam o gorjeio dos pássaros e suas magníficas plumagens de cores exuberantes, o voar de besouros dourados, beija-flores, libélulas e coloridas borboletas. Os hábitos de animais como jacarés, tartarugas, lagartos e serpentes são observados pelo olhar atento e minucioso dos dois.

O poente é outro acontecimento que encantou Spix e Martius, com tonalidades magníficas e mudança na paisagem, de tal modo que a temperatura permanece amena e as flores perfumam o ambiente, provocando boas sensações. Em determinado trecho, eles relataram a paisagem de Santarém a partir das torres da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição, onde o rio Tapajós corre caudaloso para uma região baixa e plana. Eles relataram, ainda, que a paisagem exalta árvores volumosas compondo a floresta virgem.

Quando adentraram a floresta, surgiu, na parte sul e sudeste, uma serra de morros baixos, cobertos por densa vegetação. Ao sul da vila, avistaram-se as margens do rio Tapajós se elevando gradativamente, tornando-se cada vez mais altas e íngremes. Compostas, em sua maioria, por barro vermelho, tais formações rochosas são bastante fissuradas e erodidas pelas chuvas e inundações, criando imponentes paredões naturais e cones acentuados.

A geologia dessa região é semelhante à encontrada em Gurupá e Pará, caracterizada por um tipo de arenito vermelho ou marrom avermelhado, que,

ocasionalmente, apresenta-se como rochas de arenito ferroso. As paisagens descritas por Spix e Martius podem ser observadas na Figura 8.

Figura 8 – Montes localizados às margens do rio Tapajós, próximos da Vila de Santarém durante a expedição de Spix e Martius (1819)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2024).

Spix e Martius (2017) teceram, ainda, comentários sobre a flora de Santarém: no entorno da vila, perceberam-se algumas árvores baixas, frondosas e uma planície de relva resistente, que lembram as encontradas no agreste, sobretudo, no Piauí. No interior da floresta, a vegetação alta virgem protege tudo.

A vegetação presente nos arredores de Santarém é diferente da do Amazonas, “é justamente o resumo de todas as qualidades que observamos antes na flora do Planalto do Brasil Central” (Spix; Martius, 2017, p. 145). Ela é composta por árvores mais baixas, com galhos fortes, apresenta folhas menores, duras, peludas, flores em abundância, algumas perfumadas e é circundada por capins, relva e arbustos.

Por sua vez, as observações do geógrafo e biólogo Alfred Wallace (2004) indicam que, por de trás da cidade, notam-se amplos campos de areia, repletos de cajueiros, diversas outras árvores e arbustos. Há, ainda, alguns morros baixos cobertos ou não de vegetação.

Em seus apontamentos, o naturalista Florence (2007) descreveu, por duas vezes, a paisagem em Santarém: a primeira da janela do seu quarto, pela qual sempre contemplava o maior rio do mundo (em suas palavras, o majestoso Amazonas) e a Guiana brasileira. Em outro trecho, faz alusão às florestas circunvizinhas de Santarém repletas de belas palmeiras, produtoras de cocos minúsculos, do qual se faz uma bebida leitosa.

A paisagem também foi objeto de contemplação de outro naturalista, Robert Avé-Lallemant (1961, p. 76), que, ao subir até o morro da antiga fortaleza, expressou a sua opinião: além de ver os “rios, florestas e ilhas, tudo nas mais portentosas condições de espaço; porquanto no Amazonas tudo é de extensões colossais, um caos de ilhas, um mar de florestas, um oceano de água doce”.

O médico e naturalista Avé-Lallemant relatou, ainda, que, quando partiu de Santarém, passou por um belo igarapé, o qual o comparou a um parque inglês: “grande campina, semeada em desordem, de maciços de verdura; grupos de árvores e matas rarefeitas à beira da água; por trás dalgum cacauel ou laranjal, malocas isoladas, construídas de folhas de palmeiras [...]” (Avé-Lallemant, 1961, p. 79).

Essa descrição é semelhante ao que outro pesquisador destacou que, quando saiu de Santarém, adentrou o Amazonas e passou por um belo canal em que a natureza se apresentava com tanta delicadeza a perder de vista: pássaros de variadas cores ornavam aquela maravilha de paraíso na terra (Biard, 2004). Por intermédio dos relatos dos naturalistas, é notável a dimensão do que era a paisagem da região de Santarém no século XIX: um conjunto de variadas cores, formas, aromas, volumes e fertilidade.

O fenômeno natural do encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, em frente à cidade de Santarém, sempre exerceu fascínio sobre os que dele se aproximaram. Desde tempos remotos, o contraste visual entre os dois cursos d’água, que mantêm tonalidades distintas mesmo após se encontrarem, tem sido motivo de admiração, curiosidade e reverência. Para além da beleza cênica, essa singularidade paisagística tornou-se elemento simbólico da identidade local, integrando a memória coletiva e inspirando registros de viajantes, naturalistas e moradores, que nele reconheceram um marco da excepcionalidade natural da região.

Isso porque, enquanto o Amazonas apresentava coloração barrenta, turva, amarelada, túrbida e lamacenta, o Tapajós era o oposto, de águas límpidas azuladas, negro-azulado, águas negras, azul transparente, clara verde-oliva (Bates, 1944; Avé-Lallemant, 1961; Agassiz, 2000; Biard, 2004; Wallace, 2004; Spix; Martius, 2017).

Em 2024, esse cartão-postal da cidade ainda desperta encantamento, beleza, curiosidade (por que as águas não se misturam?), anseio de chegar à região de barco, lancha, *jet ski*, canoas e outros meios de navegação para tirar fotos, fazer vídeos e observar o mais próximo possível o fenômeno.

A depender da estação, estiagem ou cheia, após uma chuva ou luz solar, esse encontro pode se mostrar mais acentuado, ora o Amazonas empurra o Tapajós mais para perto da orla, ora o Tapajós faz o inverso. Pela (Figura 9), notam-se a magnitude do fenômeno, a extensão dos rios e a pequenez do homem. Esse encontro fascina nativos, visitantes e turistas.

Figura 9 – Encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas em frente a Santarém



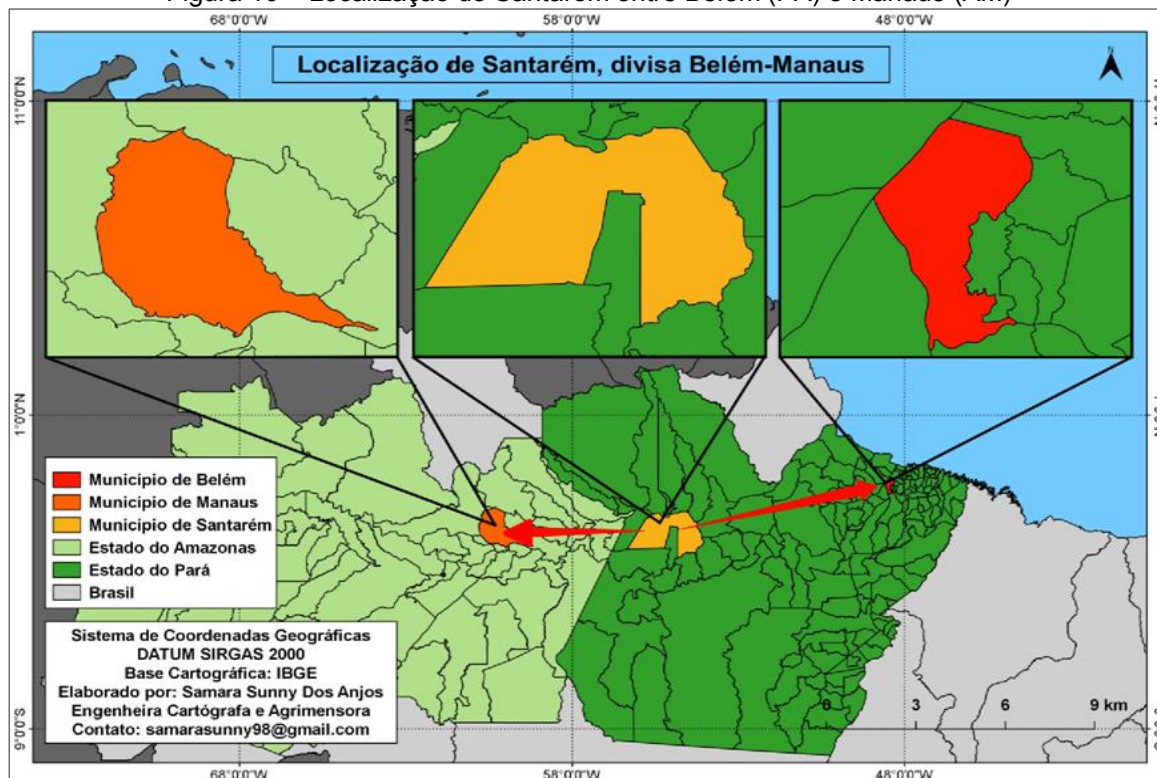
Fonte: Acervo do autor (2024).

A localização geográfica privilegiada da cidade é outro ponto que merece destaque. Desde a fase de transição de vila à cidade até o presente século, essa foi uma observação recorrente entre os pesquisadores (Bates, 1944; Avé-Lallemant, 1961; Henri Coudreau, 1977; Agassiz, 2000; Biard, 2004; Wallace, 2004; Spix; Martius, 2017), que se consolidou nos anos e séculos subsequentes.

Spix e Martius (2017), por exemplo, naquela época, já sinalizavam a vila como a mais importante e próspera da Amazônia, com projeção ascendente para o

desenvolvimento de toda a região, localizada na foz do rio Tapajós sobre um terreno desigual com elevação entre 12 e 30 pés acima do nível do rio (Figura 10).

Figura 10 – Localização de Santarém entre Belém (PA) e Manaus (AM)



Fonte: Pires *et al.* (2018).

Passados mais de 360 anos, Santarém continua em destaque nas rotas entre as duas principais metrópoles amazônicas: Belém (PA) e Manaus (AM), reafirmando as projeções que os naturalistas fizeram acerca dela no século XIX. A Figura 8 ilustra a localização privilegiada da cidade.

No tocante aos aspectos da paisagem, Avé-Lallemant (1961) destacou a beleza e a formosura surpreendente da cidade às margens direita do rio Tapajós, quase não acreditando no que seus olhos presenciavam. Por seu turno, Wallace (2004) pontua que Santarém repousa em um lindo território, num declive, na barra do Tapajós. Enquanto Henri Coudreau (1977) foi outro naturalista que enfatizou a localização da cidade e sua temperatura agradável.

Em vista desses aspectos, constata-se que o olhar dos naturalistas sobre Santarém foi não apenas descritivo, mas também interpretativo, compondo narrativas que ajudaram a moldar a percepção histórica sobre a vila. Entre os séculos XIX e XXI, distintos acontecimentos históricos, políticos e sociais marcaram a conformação do

território, revelando o caráter dinâmico da paisagem urbana. No início do século XIX, momento da chegada dos primeiros viajantes-naturalistas, a configuração espacial de Santarém apresentava características que se modificariam significativamente até as primeiras décadas do século XX. A esse respeito, Spix e Martius (2017) registraram a presença de numerosas casas térreas dispostas ao longo da rua principal e de vias secundárias, destacando sua aparência de limpeza e conforto, atributos que, para além da materialidade, refletiam uma representação de ordem e civilidade atribuída ao espaço urbano nascente.

3.3A paisagem urbana de Santarém no século XIX

Na continuidade de suas observações, Spix e Martius (2017) descreveram que as moradias da vila de Santarém eram construídas com paredes de pau a pique, rebocadas e pintadas de branco, solução bastante comum nas vilas interioranas do Pará. Segundo os autores, as coberturas apresentavam dois tipos predominantes: telhas côncavas ou folhas de palmeiras.

Destacaram, ainda, que eram raras as casas edificadas sobre fundações em alvenaria ou tijolo, aspecto que evidencia a rusticidade das técnicas construtivas, mas que, ao olhar estrangeiro, não diminuía a impressão de ordem e civilidade. Ao contrário, reforçava-se a leitura de uma comunidade que, mesmo apoiada em soluções simples, buscava adequar-se a padrões de organização urbana compatíveis com o ideário civilizatório vigente.

Em algumas delas, as salas eram espaçosas, cujas portas de grande proporção localizam-se no sentido da rua, substituindo as janelas, isso porque elas poderiam, ocasionalmente, funcionar como estabelecimento comercial. Os quartos eram amplos e dispostos em linha, podendo abrigar várias famílias. Os quintais foram constituídos com muros baixos para separar cada propriedade, com áreas destinadas à cozinha e à senzala, onde os “criados” da casa, comumente indígenas e raramente negros e mestiços, eram acomodados.

A maioria das residências tinha chão de tijolo, dificilmente de assoalho. Nas casas humildes, os autores observaram que o chão era de terra batida. Nelas, os móveis de madeira nobre eram escassos, embora houvesse matéria-prima em abundância na região. Comumente, as cadeiras eram feitas de palha ou revestidas de

couro, não existiam sofás, sendo estes substituídos por redes de algodão branco suspensas (Spix; Martius, 2017).

O naturalista Avé-Lallemant (1961) também evidenciou, em sua passagem por Santarém, as casas em alvenaria de grandes proporções e aparência sólida, enfatizando uma delas, composta por três pisos, que remetia a um palácio. Essa era a residência de Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Solar do futuro Barão de Santarém, uma das edificações mais antigas e originais da urbe.

Figura 11 – Principal rua de Santarém em 1889 com destaque para o Solar do Barão de Santarém, única edificação com três pisos à época



Fonte: Acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGT) (2024).

A Figura 11 apresenta um dos registros mais antigos da cidade, cujo destaque é a casa citada por Avé-Lallemant. Depois de mais de 10 anos fechado e sem utilização, esse magnífico imóvel, considerado o segundo mais antigo da cidade, foi totalmente revitalizado em 2024, embora ainda não se tenha informações do que funcionará nele. Para elucidar a imponência da propriedade, a Figura 12 registra a fachada do Solar do Barão de Santarém em junho de 2024.

Figura 12 – Solar do Barão de Santarém revitalizado em 2024



Fonte: acervo do autor (2024).

Conforme o naturalista, por trás da primeira fileira de casas, avistam-se os telhados de outra rua. Em síntese, a impressão que ele teve de Santarém foi extraordinária e favorável, uma vez que era quase inacreditável que existisse, no interior da Amazônia, uma cidade tão bela e estruturada.

O naturalista permaneceu em Santarém por algumas horas, mas foi o suficiente para realizar um passeio e conhecer as dependências da casa do futuro Barão de Santarém, senhor Miguel Pinto Guimarães, o sobrado imponente que, anos depois, foi denominado Solar do Barão de Santarém. A suntuosidade da casa impressionou o naturalista ao ponto de afirmar que esta não deixava nada a desejar às residências das famílias abastadas da Europa.

Outro naturalista que escreveu sobre a estrutura da cidade de Santarém foi Wallace (2004). Ele descreveu que as ruas eram regulares e as casas limpas, pintadas, em sua maioria, de branco ou amarelo, cujas portas e janelas eram de um verde vivo. Na perspectiva de Henry Walter Bates (1944), a cidade era composta por três ruas largas e poucas travessas. Durante sua passagem, o botânico Spruce (2006) informou que havia uma rua principal e mais duas paralelas. Já Florence (2007) descreveu as vias como extensas.

As observações registradas pelos naturalistas sobre a paisagem urbana de Santarém, entre o século XIX e o início do XX, permitem compreender que foi nesse período que se ergueram as edificações mais antigas da cidade, algumas ainda

preservadas no século XXI. Em seus relatos, sobressaem referências à limpeza urbana, à atmosfera acolhedora e ao clima ameno, atributos que conferiam ao espaço qualidades positivas de ordem e civilidade.

Tais percepções podem ser consideradas pertinentes, uma vez que, ao longo do tempo, transformações históricas, políticas e sociais imprimiram novas camadas à configuração territorial de Santarém, sem apagar por completo os vestígios desse passado, que ainda se materializam em parte do patrimônio edificado.

No que tange às edificações de caráter cultural, duas são mencionadas pela maioria dos pesquisadores: a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição (a edificação considerada mais antiga da cidade, datada da segunda metade do século XVIII) e a extinta Fortaleza do Tapajós.

Tais edificações aparecem, constantemente, nos relatos dos naturalistas. Spix e Martius (2017) ressaltaram que a igreja ainda estava em construção quando chegaram a Santarém, tal como as torres eram quadradas e baixas. Ainda assim, o que mais chamava a atenção era a suntuosidade e a opulência da edificação.

Interessante destacar que Agassiz (2000), ao visitar Santarém décadas após a passagem de Spix e Martius, registrou que, ao chegar à cidade em companhia de sua esposa, Elizabeth Agassiz, ambos se dirigiram imediatamente à Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição, atraídos pela imponência e pela beleza do edifício religioso, que já se destacava como marco arquitetônico e simbólico da urbe.

A análise da (Figura 13) permite observar que, naquele período, ainda não havia sido constituída a praça da Matriz com o coreto, espaço que posteriormente se consolidaria como ponto de sociabilidade urbana. Do mesmo modo, nota-se a ausência da garapeira Ypiranga, comércio de caldo de cana que, no século XXI, tornou-se referência cotidiana e afetiva para a população local, compondo as camadas de significados atribuídas ao entorno da Catedral.

Figura 13 – Largo da antiga Matriz de N. Sra. da Conceição final do século XIX



Fonte: Horácio Silva (Galeria Fidanza, Belém-PA).

Nesse contexto, embora a imponência arquitetônica tenha impressionado o casal, o que mais despertou sua curiosidade foi o famoso crucifixo doado por Martius, localizado no altar central da edificação. Para além de seu valor religioso, o artefato carrega significados históricos e simbólicos, pois remete a um episódio marcante da trajetória do naturalista, que o ofertou em cumprimento de uma promessa feita após sobreviver ao naufrágio da embarcação em que viajava pelo rio Amazonas, nas proximidades de Santarém. O crucifixo, portanto, transcende sua dimensão devocional ao inscrever-se na memória coletiva da cidade, funcionando como elo entre a experiência individual de Martius e a construção de um patrimônio que, ao longo do tempo, passou a integrar o imaginário santareno.

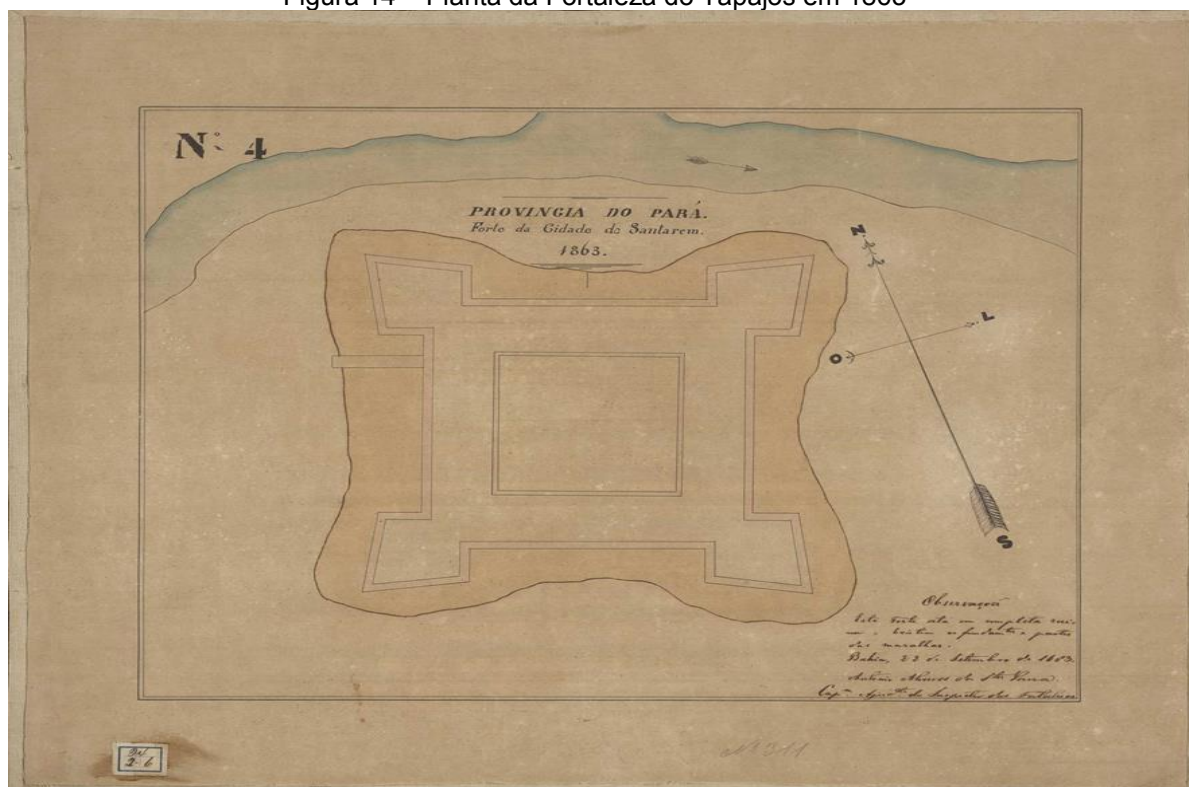
O naturalista Avé-Lallemant (1961) também ressaltou a imponência da edificação erguida no centro da praça, cuja fachada evocava a grandiosidade de um teatro, associando-a a um espaço não apenas de culto, mas também de representação estética e simbólica da urbe. De modo convergente, Florence (2007) também dedicou atenção à Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição, sublinhando sua posição central na malha urbana e qualificando-a como a mais imponente entre as igrejas avistadas desde São Paulo.

Ao descrever sua fachada, composta por um frontão ladeado por duas torres, o viajante enfatiza não apenas a monumentalidade arquitetônica, mas o papel da Catedral como elemento ordenador da paisagem urbana e como expressão material de um poder religioso que se projetava sobre a vida social e cultural da cidade.

Outra edificação bastante citada pelos naturalistas é a Fortaleza do Tapajós, símbolo do poderio português na região. Com uma localização estratégica em frente à desembocadura dos rios Amazonas e Tapajós, foi construída em um morro com uma visão privilegiada, rota por onde passavam todas as embarcações. Contudo, nunca teve, de fato, serventia alguma para seu propósito inicial.

Em um trecho dos relatos de Avé-Lallemant (1961), o naturalista inferiu que, ao chegar às ruínas da fortaleza, encontrou uma parede densa, na qual havia, também, corredores, salas, portas e aberturas por todos os lados, tudo deteriorado pela ação do tempo, tomados por parasitas, insetos e pela vegetação. A Figura 14 registra a planta desse forte.

Figura 14 – Planta da Fortaleza do Tapajós em 1863²⁴



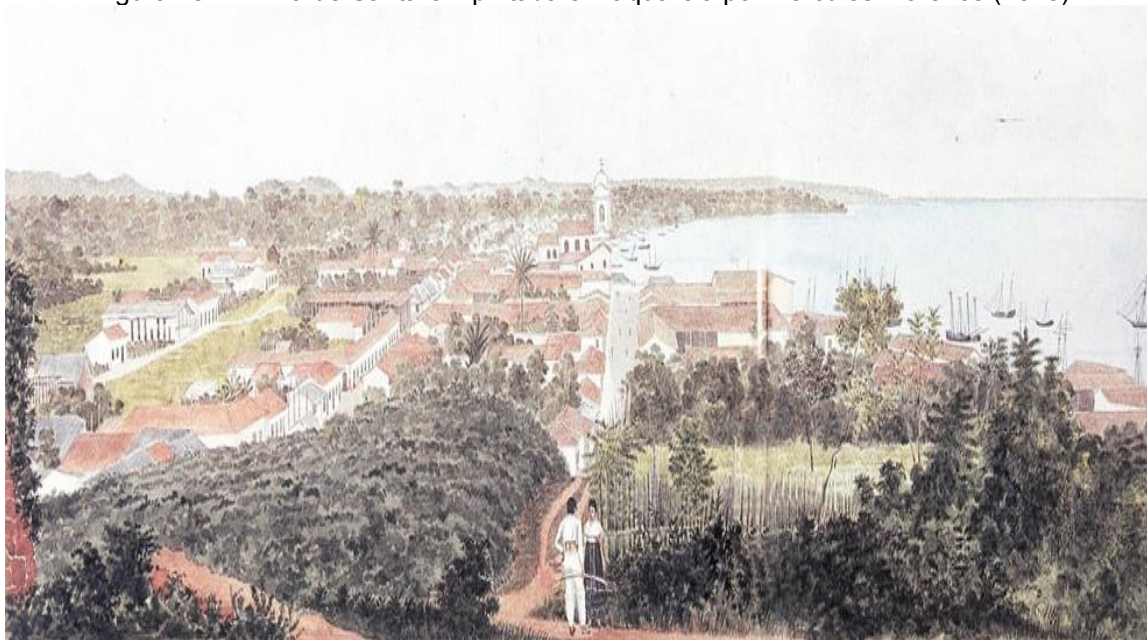
Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2024).

Wallace (2004) também fez referência ao forte em seus escritos ao pontuar que havia uma fortaleza, cujas paredes eram de barro, localizada em uma colina com vista

²⁴ Como as missões não tinham caráter apenas religioso, em 1693, houve a construção da Fortaleza do Tapajós para marcar o território, significando que ali era domínio português. A inauguração da Fortaleza se deu em 1697, apesar de não estar totalmente concluída na época. Em 1749, precisava passar por sérios reparos para continuar de pé. O ano de 1867 demarcou a última tentativa de salvar o forte. Nos dias atuais, no local em que um dia foi a Fortaleza do Tapajó, encontra-se a Escola de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio (Fonseca, 2015).

para o rio Amazonas. Hercules Florence (2007) pintou, no ano de 1828 (Figura 15), um dos registros mais bonitos de que se tem conhecimento. Na tela, é possível observar uma vila bem estruturada, com fileiras de casas, a igreja ao centro, embarcações ancoradas no rio Tapajós, os morros e a exuberância da vegetação. Essa pintura, provavelmente, foi feita a partir do morro da Fortaleza.

Figura 15 – A Vila de Santarém pintada em aquarela por Hercules Florence (1828)



Fonte: Instituto Hercule Florence Digital (2024).

Outro aspecto que a tela de Florence (2007) revela é a divisão da Vila de Santarém, bem delineada entre a região central habitada pelos brancos: comerciantes portugueses, famílias abastadas, residências em alvenaria e a periferia (denominada Aldeia), onde moravam indígenas, negros e miscigenados.

Ele inferiu que, em Santarém, havia cinco classes diversas: brancos, negros, indígenas, mulatos e mamelucos. Na percepção de Florence, existiam, naquela época, de oito a dez mil pessoas residindo na cidade. Os brancos eram a metade, oriundos da Europa, ao passo que os indígenas, chamados de tapuios, tinham a pele mais clara que os que viviam nas matas.

Segundo Florence (2007), eram eles que dominavam, quase com exclusividade, a navegação pelos muitos rios da província do Pará. Conforme o naturalista, eram dóceis e contentavam-se com pouco, bastando uma choupana, uma plantação, alguns víveres, roupas em algodão, entre outros. Quando decidiam, de uma hora para outra, ir embora, deixavam tudo para trás, importando-se com quase

nada e fugiam para o mato. Talvez a única coisa que poderia prendê-los fosse a cachaça, pois valorizavam mais que o dinheiro.

Spix e Martius (2017) corroboraram com Florence (2007) ao destacarem que a região central da Vila de Santarém era habitada pela população branca, cujas residências eram amplas e constituídas com o melhor material existente à época. A casa principal era separada do espaço destinado aos serviçais, demonstrando, claramente, a separação entre patrões e subalternos.

Importante contribuição para referendar as afirmações de Florence (2007) e Spix e Martius (2017) é percebida por Spruce (2006), ao asseverar que, na região central da cidade, moravam os ricos, ou seja, os brancos colonizadores e afortunados. Por seu turno, na outra parte da cidade, chamada Aldeia, era a região habitada pela população pobre e humilde, constituída por indígenas, negros e mulatos livres. Estes moravam em cabanas de paredes de barro e cobertas por palha de palmeiras.

Os apontamentos de Bates (1944) oferecem informações imprescindíveis acerca da divisão social de Santarém. Ele sustentou que, na época em que residiu na cidade, existia uma classe branca (brasileiros e portugueses) mais numerosa que em outras cidades e vilas por onde havia passado. Estes eram comerciantes, negociantes de praça, senhores de escravos, donos de fazendas de gado e proprietários de fazendas de cacau. A sociedade local era composta, ainda, de militares e autoridades civis oriundas de famílias tradicionais de outras províncias.

Além desses habitantes, contatava-se um pequeno número de indígenas, visto que, conforme o naturalista, ela era “muito civilizada” para eles. Compõe, também, a sociedade uma “classe inferior” formada por escravos e mestiços, em sua maioria, negros. O naturalista ressaltou que alguns negros trabalhavam como ourives e tinham muitos aprendizes. Em consonância com Bates (1944), o ofício de ferreiro é de responsabilidade de certos indígenas, muito comum por toda a província. Ele relatou haver exagero nas formalidades entre a classe superior e com os estrangeiros, sendo uma tentativa de imitar a sociedade do Pará.

Na ótica dele, o melhor recinto das casas estava reservado para as recepções, de maneira que os visitantes deveriam estar de indumentária preta no horário destinado às visitas (meio-dia). A sala era esse ambiente ornado com cadeiras de vime douradas e um sofá, local em que as visitas eram acomodadas no intuito de realizar negócios ou, simplesmente, para conversar. Nessa ocasião, ao despedir-se,

o anfitrião cumprimentava a visita com muitas deferências que terminavam à porta de frente para a rua (Bates, 1944).

Nessa direção, o relato de Avé-Lallemant (1961) ilustrou como eram as habitações da população humilde da cidade. Ao chegar à região onde moravam os indígenas, chamados de tapuias, presenciou o dia a dia daquela população, seus costumes e hábitos. Em conformidade com o naturalista, viviam em ocas simples e humildes, comercializavam trabalhos manuais feitos em tecido ou em palha. Percebe-se que o naturalista considerava os indígenas indolentes e ociosos pelo jeito simples de viver dado o seu cotidiano.

Tal aspecto fica evidente quando ele pontuou que esses “filhos da natureza saem para o rio, donde essas figuras fuscas, de cabelos pretos lustrosos, voltam depois de alguns minutos com as cabeças escorrendo água” (Avé-Lallemant, 1961, p. 76). Permeando a morada deles, ele registrou que a parte interna de uma oca indígena era muito original, porém desorganizada, tendo uma rede para dormir ou descansar, uma panela simples para se fazer comida e alguns utensílios feitos de cabaças.

Nessa descrição, elucida-se o pensamento eurocêntrico sobre as populações indígenas, isso posto que seu modo simples de viver, seus hábitos e costumes diferentes eram vistos, aos olhos do naturalista, como negativos e menos importantes.

Conforme o relato dos naturalistas, àquela época (século XIX), estimava-se que a vila abrigasse cerca de duas mil pessoas, de acordo com os registros da igreja. Considerando, ainda, os moradores dispersos pelas fazendas e as famílias indígenas que prestavam serviço para os proprietários, o total de habitantes contabilizava quatro mil. Em seus apontamentos, Avé-Lallemant (1961) expôs que, ao subir o morro da Fortaleza, observava lá do alto o telhado das casas e, assim, calculou o número de habitantes em seis mil pessoas. Todavia, em conversa com o senhor Miguel Pinto Guimarães, homem muito influente à época, este assegurou que eram quatro mil.

Para Bates (1944), a população que habitava Santarém era de duas mil e quinhentas pessoas. Já Spruce (2006) informou que, durante sua passagem por Santarém, havia uma população de aproximadamente duas mil pessoas, um número pouco menor que a somatória indicada por Bates.

Outro que esteve em Santarém no final do século XIX e observou a população foi o geólogo Henri Coudreau (1977), o qual especulava que habitavam na cidade cerca de 10 mil moradores. Em contrapartida, ele ouviu de muitos com quem teve contato em sua passagem que não passavam de três mil habitantes. Isso significa que

não havia unanimidade em relação ao número de habitantes na vila. Depois de constituída como cidade de Santarém, os relatos indicam um número aproximado. Ressalta-se que os naturalistas estiveram por ela em momentos distintos.

3.4 O cotidiano de Santarém durante o século XIX

Dois naturalistas registraram impressões significativas acerca do cotidiano dos habitantes de Santarém, revelando aspectos culturais e práticas sociais que, aos olhos europeus, assumiam caráter de exotismo e fascínio. Avé-Lallemant (1961), ao aguardar o navio a vapor para prosseguir sua viagem, relatou ter presenciado uma cena recorrente às margens do rio Tapajós (Figuras 16 e 17): indígenas entregavam-se ao hábito de banhar-se em qualquer hora do dia.

O naturalista não apenas se surpreendeu, mas também se deixou cativar pela naturalidade com que essa prática se integrava à vida local, em contraste com os costumes de sua terra natal. De modo semelhante, Wallace (2004) destacou a destreza dos banhistas, afirmando que nadavam com a leveza e a agilidade de peixes, reforçando o olhar estrangeiro sobre a singularidade dos modos de vida amazônicos.

A Figura 16 retrata uma cena emblemática do cotidiano da Vila de Santarém, em que a vida social e econômica se desenvolvia às margens do rio Tapajós. O espaço ribeirinho aparece como lócus privilegiado de sociabilidade, de trabalho e de lazer, revelando não apenas práticas materiais, mas também relações de poder, hierarquia e convivência interétnica.

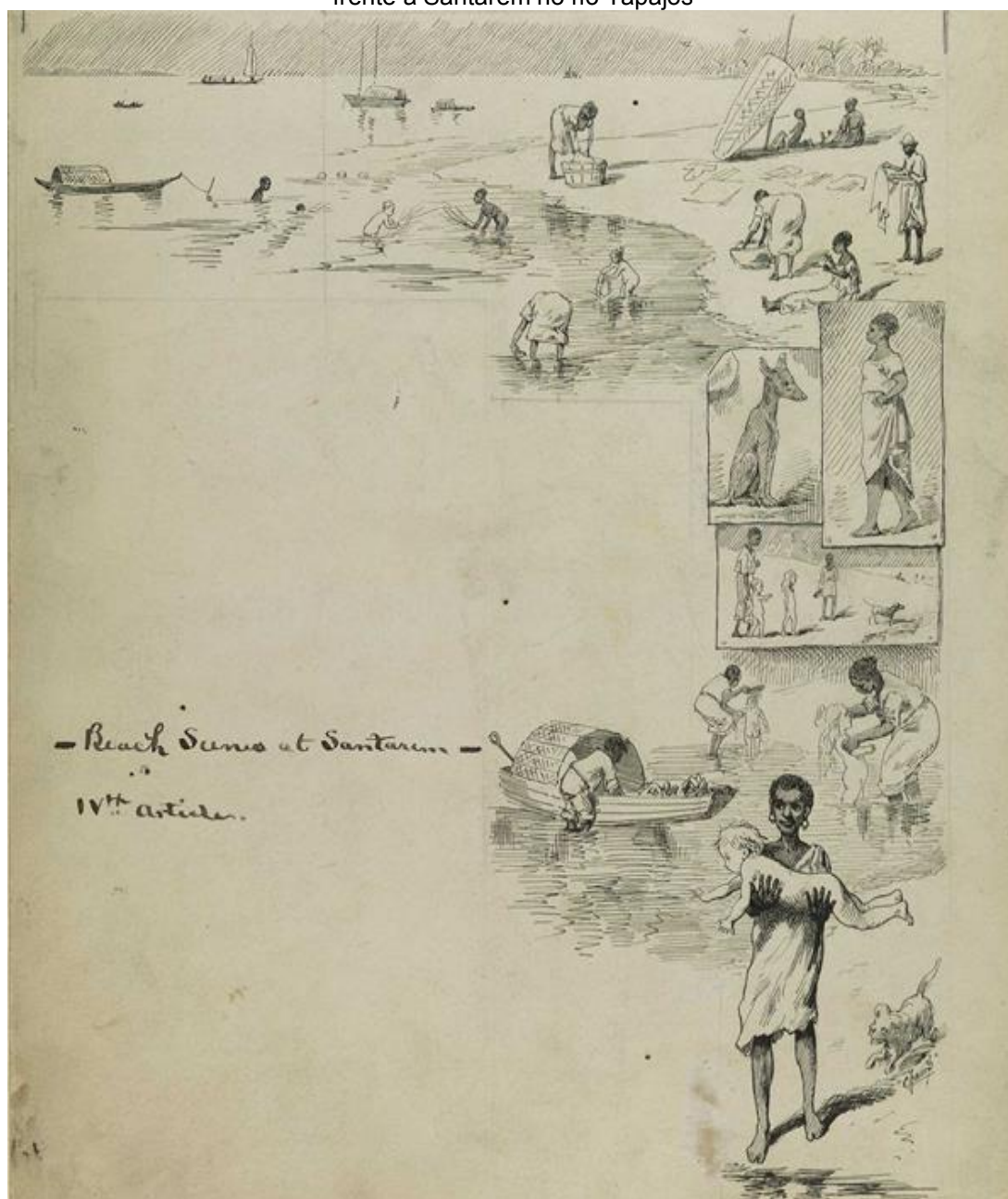
Na imagem, identificam-se negros e indígenas dedicados à lavagem e à secagem de roupas, atividades que, para além de responderem a necessidades práticas, configuravam uma rotina comunitária, marcada pelo encontro e pela circulação de saberes tradicionais. O banho de crianças brancas por mulheres negras, filhas de uma lógica escravocrata e servil, evidencia de forma contundente a manutenção das relações desiguais e a naturalização da exploração do trabalho doméstico.

Ao lado dessas práticas, os pescadores observam suas canoas carregadas de peixes, reafirmando a centralidade da pesca na economia local e na subsistência das famílias. As crianças, brancas e negras, aparecem em momentos de lazer, brincando ou banhando-se nas águas do Tapajós, o que sugere tanto a fluidez das interações sociais em espaços de sociabilidade compartilhada quanto os limites impostos por

fronteiras de classe e cor, mais rígidas no âmbito das relações formais. Nesse sentido, a cena sintetiza a ambivalência da sociedade santarena oitocentista: de um lado, a convivência entre diferentes grupos sociais no espaço público; de outro, a reprodução de hierarquias raciais, de gênero e de condição social.

A análise da Figura, portanto, permite compreender que o rio não era apenas um elemento natural, mas constituía-se como paisagem cultural, mediadora de relações sociais, econômicas e simbólicas. Ele funcionava como extensão da casa, lugar de trabalho, de práticas de higiene, de educação infantil e de lazer comunitário, tornando-se, assim, um dos principais eixos de organização da vida urbana de Santarém.

Figura 16 – Cenas pitorescas em que negros e indígenas realizam diversas atividades na praia em frente a Santarém no rio Tapajós



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2024).

Já a Figura 17 ilustra a descrição do cotidiano da Vila de Santarém no século XIX, em que indígenas dão banho em seus filhos e mulheres negras recolhem água no rio para consumo, revela muito mais do que práticas corriqueiras. Trata-se de uma cena que traduz a complexidade social, cultural e histórica daquele período. O rio, elemento central na vida da população, era fonte de abastecimento, higiene, transporte e encontro, constituindo-se como espaço vital de sobrevivência e de sociabilidade. Nele se entrelaçavam usos distintos, mas complementares, que sustentavam a dinâmica da vila.

O ato de banhar os filhos, realizado pelos indígenas, demonstra a continuidade de práticas tradicionais ligadas à relação com a natureza e à manutenção de costumes ancestrais, mesmo diante de pressões externas de aculturação. Já a presença das mulheres negras coletando água evidencia a inserção compulsória em funções domésticas fundamentais, revelando a marca da exploração do trabalho e da desigualdade racial que estruturava a sociedade local. Esses gestos simples, embora cotidianos, carregavam significados de resistência, adaptação e permanência.

A cena, portanto, não se limita à função prática da sobrevivência, mas expressa a formação de uma cultura híbrida resultante da convivência entre indígenas, negros e colonos. Cada ação cotidiana é também um indício do processo de constituição do espaço urbano, no qual se sobrepõem temporalidades, memórias e tensões. Assim, o cotidiano aparentemente trivial ganha densidade histórica, pois revela como se construía, nas margens do Tapajós, uma sociedade marcada tanto pela diversidade cultural quanto pelas hierarquias e desigualdades impostas pelo colonialismo e pela escravidão.

Figura 17 – Cena do cotidiano na praia em frente a Santarém onde indígenas e negros tomavam banho e realizavam outras atividades à beira do rio Tapajós



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2024).

O naturalista que permaneceu por mais tempo em Santarém foi Henry Bates (1944), ficando por aproximadamente três anos e meio. Período em que teceu, nos volumes I e II da obra “O Naturalista no Rio Amazonas”, considerações importantes para compreender a sociedade da época, o distrito de Alter do Chão e seus lugares favoritos na cidade.

Em sua obra, Bates (1944) pontuou que a vida social da cidade, em certas ocasiões, era bem movimentada, cabendo aos jovens esse protagonismo. Eles gostavam muito de música, e os instrumentos mais utilizados durante os eventos eram a flauta, o violino, o violão e o cavaquinho. O naturalista escreveu que, na sua primeira estada em Santarém, chamou sua atenção um pequeno grupo musical orquestrado por um jovem afrodescendente, alto, magro e esfarrapado.

Esses jovens se juntavam a outros e costumavam realizar serenatas em noite de lua cheia, aproveitando a luminosidade natural e as noites de clima ameno, sempre na época da estiagem. O repertório estava quase sempre composto por marchas e músicas dançantes de artistas italianos e franceses.

Segundo Bates, assim como na capital da província (Pará), o violão era o instrumento mais apreciado entre homens e mulheres, ainda que o piano também estivesse tomando o gosto dos jovens. As músicas cantadas com o acompanhamento de violão não eram aprendidas através de partituras ou de maneira impressa, mas repassadas de forma oral de um amigo para outro.

Essas músicas eram denominadas pelos jovens de modinhas e tinham os dias certos de serem cantadas, além disso, costumeiramente, eram substituídas por canções novas, de modo geral, trazidas da capital por algum rapaz. Quando aconteciam as festas, era comum utilizar máscaras e todos participavam: idosos, jovens, negros, brancos e indígenas. As mais aguardadas e consideradas melhores aconteciam no período do Carnaval, na Semana Santa e na véspera de São João.

No decorrer das festividades natalinas, quem assumia a vanguarda pelas ruas de Santarém eram os negros, encenando dramaturgia. As festas mais seletas tinham como organizadores os jovens brancos, conquanto participassem também jovens negros. Nesse cenário, o naturalista narrou que um grupo de moças e rapazes, de aproximadamente 30 a 40 pessoas, fantasiava-se, com muito esmero, de damas e cavalheiros mascarados.

Esse conjunto de pessoas se juntava a uma banda de músicos e todos saíam a cantarolar e dançar pelas casas de amigos à noite. Narrou o naturalista que as salas

das famílias mais abastadas serviam de palco para essas festas, que entravam madrugada adentro. Após as danças, hóspedes e mascarados bebiam e degustavam doces (Bates, 1944).

Na sequência, Bates destacou que, anualmente, os indígenas tinham a oportunidade de expressar sua cultura em espaços públicos e nas imediações da cidade. Reuniam-se em pontos específicos no entorno de Santarém, provenientes de diferentes localidades, e realizavam apresentações que envolviam o uso de máscaras e danças. À noite, em cortejo iluminado por tochas, dirigiam-se ao quarteirão ocupado pela população branca, onde executavam seus rituais, dançando e reverenciando suas divindades diante das residências das famílias mais abastadas.

Esse grupo consistia, em aproximadamente, 100 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Os homens usavam magníficos cocares de penas, colares e vestes confeccionadas pelos indígenas Mundurucus, as quais eram utilizadas em ocasiões solenes. Já as mulheres apresentavam o colo despido até a cintura e as crianças se apresentavam completamente nuas, com os corpos pintados e untados pela tintura vermelha de urucum. O tuxaua mais importante carregava um cetro ornado de penas de papagaios e tucanos nas cores verde, vermelho e laranja.

Logo após o tuxaua, que fumava um grande charuto de *tauari*²⁵, aparecia a figura do pajé, o curador da aldeia. Havia aqueles indígenas que faziam uso do *turé*²⁶, emitindo notas estridentes e desafinadas. O som produzido por esse instrumento representava, para muitas etnias indígenas, o sinal para atacar, quer seja outra tribo ou os portugueses. Daí o temor que os habitantes mais velhos de Santarém sentiam, pois isso remetia à época das guerras entre indígenas e portugueses.

Boa parte dos indígenas homens que compunha o cortejo carregava arcos, flechas, remos e cassetetes. Crianças maiores conduziam, em seus ombros, macacos e quatis, outras transportavam tartarugas sobre a cabeça. As mulheres indígenas levavam as crianças de colo em cestos nas costas sustentados por uma grande faixa de casca de árvores. Essa representação cultural dos indígenas era espontânea e com intuito de entretenimento para a população da localidade (Bates, 1944).

²⁵ Segundo Procópio *et al.* (2010), trata-se de uma lenhosa da família *Lecythidaceae*, de variadas espécies, em sua maioria, encontradas na Amazônia.

²⁶ Conforme Teodoro Sampaio (*apud* Bates, 1944, p. 12), “o termo é peculiar do Amazonas, designando a flauta feita de taquara servindo para as danças [...], pela descrição de Bates melhor diríamos uma clarineta ou um oboé”.

Pelo olhar de Bates (1944), percebe-se como a cultura dos povos originários é múltipla, rica e ancestral. Não obstante todo o processo de aculturação imposto pelo colonizador, eles conseguiram perpetuar seus rituais com o passar do tempo. Essa celebração importante e grandiosa congregava várias etnias dos arredores de Santarém, demonstrando que eles estavam vivos e pujantes.

Após essa bela passagem de seus escritos, o naturalista relatou que grande parte das vilas e cidades vizinhas vinha a Santarém para comercializar seus produtos, ou seja, a cidade era o núcleo comercial em que aconteciam a compra e a venda de vários produtos, como cacau, peixe salgado, salsaparrilha, bálsamo de copaíba, borracha, farinha, entre outros (Bates, 1944).

O naturalista destacou, ainda, a importância da educação para a população local. Havia duas escolas primárias, uma para meninos e outra para meninas, além dessas existia uma terceira, de ensino mais elevado, na qual os educandos aprendiam latim, francês e outras disciplinas. Ela funcionava como escola preparatória para aqueles que quisessem e pudessem avançar nos estudos e partir para estudar na capital, no Liceu ou Seminário episcopal, duas instituições muito conceituadas para as quais as famílias abastadas da época almejavam enviar seus filhos.

Conforme o naturalista, nas escolas primárias, ensinava-se o básico, contudo era surpreendente a celeridade com a qual os garotos brancos e negros desenvolviam a leitura, a escrita e realizavam cálculos. Os estudantes da escola de maior grau em Santarém precisavam passar por exames de seleção para poderem estudar na capital. Em um desses, Bates (1944) afirmou ter sido um dos examinadores.

Em outra passagem, o naturalista destacou Santarém como boa para se morar, na medida em que não havia insetos nocivos para a saúde humana, o clima ser ameno, com duas estações bem definidas: de agosto a fevereiro acontece a estiagem e chove pouco, nos outros meses, a incidência de chuvas é grande, de forma que a maioria das praias fica coberta pelas águas.

Conforme o naturalista, às vezes, o vento soprava tão forte que derrubava tudo dentro das casas, espalhando roupas e papéis para todos os lados. Na percepção dele, era difícil até mesmo caminhar pelas ruas tamanha a força dele. Ele destacou as benesses de se morar em Santarém, cujas ruas eram limpas e bem-cuidadas e onde havia ordem: açougues onde se comprava carne boa e fresca, venda de leite e pão em abundância, além de frutas e verduras variadas. Para findar as vantagens de se viver na cidade, ele elencou os banhos nas praias limpas do Tapajós.

Dentre todos os naturalistas que estiveram em Santarém e arredores durante o século XIX, sem dúvida, Bates (1944) foi o que mais escreveu sobre a vila Balneária de Alter do Chão. Para ele, o nome deriva da presença, na entrada do porto, de uma estranha colina de topo plano, comum nessa região Amazônica, que se assemelha ao altar principal das igrejas católicas.

Situa-se de forma isolada, uma vez que a colina apresenta altitude consideravelmente inferior às montanhas truncadas de aparência similar existentes no entorno de Almeirim, não ultrapassando, provavelmente, trezentos pés acima do nível do rio (cerca de 91 metros). Era desprovida de vegetação arbórea, no entanto, em algumas áreas, há a presença de samambaias.

No final da baía, havia um porto interno que conectava, através de um canal, alguns lagos que adentram a terra pelo meio das montanhas. Nesse cenário, a população da aldeia era formada, quase a totalidade, por indígenas semicivilizados, compreendendo, aproximadamente, 60 ou 70 famílias, cujas habitações são dispersas e formam amplas vias em relvados verdes aos pés da alta serra (Bates, 1944).

Ressalta-se que, no século XXI, a vila balneária de Alter do Chão constitui-se um dos distritos da cidade de Santarém. O acesso a partir do centro da cidade se dá através da PA-457 Rodovia Everaldo Martins num percurso de aproximadamente 30 km (40 minutos de carro particular) e por via fluvial num tempo previsto de três horas.

Em Alter do Chão, está localizada uma das praias mais conhecidas e famosas do Brasil, a Ilha do Amor (uma península de areia branca que surge no período da vazante dos rios na Amazônia). Nos anos de 2009 e 2012, foi eleita pelo jornal britânico *The Guardian* (2012) como uma das melhores praias fluviais do Brasil. Além da Ilha do Amor, o distrito tem outras praias excelentes para banho: Cajueiro e Jacundá.

No mês de setembro, acontece, em Alter do Chão, uma das manifestações culturais mais importantes do calendário de eventos do Pará, a Festa do Sairé. Esse evento, que se ressignificou diversas vezes, acontece há mais de 300 anos e é uma mistura de elementos sagrados e profanos (rituais, ladainhas e disputa entre os botos Tucuxi e Cor-de-rosa, entre outros) (Inventário da Oferta Turística de Santarém, 2018).

3.5 Cabanagem, o movimento revolucionário no século XIX

Em seus relatos, Bates (1944) destacou a origem indígena da vila da etnia Borari. A análise de sua obra evidencia que esse grupo manifestou, reiteradas vezes, resistência à colonização portuguesa. Tal postura se materializou, de modo mais contundente, no contexto da Cabanagem, entre 1835 e 1840, quando os Borari se aliaram aos rebeldes e participaram de ataques à vila de Santarém.

A Cabanagem constituiu um movimento revolucionário de caráter popular que se estendeu por toda a Amazônia, com maior intensidade na Província do Grão-Pará, durante o período imperial. Esse levante agregou segmentos sociais heterogêneos, como negros escravizados e libertos, indígenas, ribeirinhos, comerciantes e significativa parcela da elite econômica, que, apesar das diferenças, encontraram pontos de convergência em torno da insatisfação com as estruturas políticas e sociais vigentes.

As causas que originaram a insurreição são muitas, das quais se destacam o antagonismo entre brasileiros e portugueses, a luta em defesa de melhores condições de vida e trabalho, significativa participação popular nas decisões políticas, o despotismo e a tirania do governo provincial. Imperioso elucidar que a Cabanagem se revelou um dos primeiros movimentos populares que ascendeu ao poder no Brasil.

Nesse cenário adverso, os personagens desse levante ficaram conhecidos como “cabanos”, em virtude de boa parte dos revolucionários ser de origem humilde, moradores de barracas ou cabanas. Dentre os principais expoentes da revolução, sobressaíram-se os presidentes cabanos: Félix Antônio Clemente Malcher, Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Nogueira Angelim. Por sua vez, entre os principais líderes do movimento cabano na região do Tapajós, destacaram-se: Antônio Maciel Branches, Miguel Apolinário Maparajuba Firmeza, Braz Antônio Correa, entre outros (Cruz, 1973; Santos, 1999; Fonseca, 2015; Evander; Torii, 2021).

Mediante o exposto, na Vila de Santarém, pairava sensação de medo e tensão, haja vista a proximidade com o vilarejo de Ecuipiranga, reduto dos cabanos na região. Nesses interiores, grupos armados saqueavam vilas, fazendas, povoações, matando e implantando o terror por onde passavam.

Em 23 de março de 1836, cabanos de Ecuipiranga, juntamente com alguns homens “vagabundos” da Vila de Santarém e muitos indígenas a tomaram de assalto. Houve terror generalizado, saques aos estabelecimentos comerciais e escravos foram

brutalmente espancados. Dados extraoficiais da época indicam que foram trucidadas 36 pessoas, em sua maioria, portugueses idosos que viviam há tempos em Santarém, mais de 300 pessoas foram espancadas e mutiladas, principalmente, escravos que pertenciam aos portugueses (Fonseca, 2015).

Relevante asseverar que a Vila de Santarém, por vários meses, permaneceu sob o jugo dos cabanos até que, em 4 de outubro de 1836, uma esquadra armada, advinda da capital, compareceu à Vila para sufocar o levante cabano. Comandada pelo tenente Pereira Leal, após intenso combate, a tropa logrou êxito sobre os cabanos. Nesse contexto, houve 114 baixas da parte dos cabanos, ao passo que, do lado dos combatentes portugueses, somaram-se 15 mortos e 67 feridos.

No ano seguinte, em 22 de março, a Vila de Santarém sofreu novo ataque dos cabanos, os quais sofreram nova derrota, na qual 248 pessoas morreram. Após tanto sofrimento, terror e morte, em 1840, o imperador Dom Pedro II concedeu anistia aos cabanos pondo fim a mais importante insurreição do período imperial português.

Conforme Bates (1944), os desdobramentos e as consequências da Cabanagem para a Vila de Alter do Chão foram devastadoras. Do embate, poucos Borari sobreviveram, o que causou um déficit de homens indígenas de meia-idade e idosos. Por sua vez, nas aldeias semicivilizadas nas quais houve a interferência direta do homem branco nos costumes e hábitos, muitos indígenas não queriam mais trabalhar e produzir, mesmo que tivessem a oportunidade de aprendizagem de novos ofícios com os brancos.

Em determinadas épocas, havia, ainda, escassez do pescado, o que agravava ainda mais a situação. Esse estado de miséria se manifestou quando a embarcação que transportava o naturalista aportou. Ao encontro dela, vieram muitos (homens, mulheres e crianças) mendigar alimento. Por sua vez, o naturalista mencionou que, durante a estiagem, com os lagos rasos, havia facilidade e abundância de peixes, os quais eram pescados por mulheres e crianças, sobretudo, à noite.

Os relatos de Bates (1944) também evidenciam práticas cotidianas dos indígenas de Santarém, como o cultivo da mandioca em pequenas roças organizadas em regime de puxirum. Essa forma de trabalho coletivo assumia dimensões sociais, culturais e festivas, baseadas na solidariedade entre famílias e no compartilhamento de alimentos e bebidas tradicionais. Tais práticas revelam estratégias de resistência cultural frente às imposições do sistema colonial e a modelos de trabalho compulsório ou individualizado.

É precisamente essa lógica comunitária e autônoma que se conecta com o contexto da Cabanagem, uma vez que indígenas, negros escravizados e libertos, ribeirinhos e camadas populares se articularam contra o poder central e as elites locais, reivindicando maior autonomia e contestando as formas de exploração e exclusão impostas pela ordem imperial. O sistema de puxirum, descrito por Bates, mostra como os indígenas já possuíam práticas de cooperação e resistência que se refletiram na adesão de muitos deles ao movimento cabano, conforme atestam registros históricos sobre a participação das etnias da região de Santarém no ataque à vila durante a rebelião.

A paisagem amazônica descrita pelos viajantes naturalistas do século XIX, como Bates (1994), era frequentemente apresentada sob um olhar contemplativo e estético, enfatizando a exuberância de praias, lagos, bosques e a diversidade da fauna e flora. No entanto, tal construção discursiva contrasta com a realidade conflituosa que marcava a região no mesmo período, especialmente durante a Cabanagem (1835-1840), quando a Amazônia foi palco de intensas disputas políticas e sociais. Assim, embora Bates privilegie aspectos naturalistas e culturais, suas descrições podem ser interpretadas como um pano de fundo que revela as condições de vida, as tensões territoriais e a organização social que influenciaram a participação indígena e popular na insurgência.

Essa ambivalência entre a paisagem idealizada e o território vivido evidencia o conceito de paisagem como categoria histórica e cultural, não restrita ao visível, mas constituída por camadas de tempo, memória e conflito. Essa perspectiva é fundamental para interpretar o processo de transformação do espaço que posteriormente daria origem ao bairro Mapirí.

Na contemporaneidade, restam apenas vestígios materiais da paisagem natural outrora descrita pelos viajantes e registrada em fotografias aéreas das décadas passadas. A antiga praia do Mapirí foi gradualmente transformada pelo avanço da urbanização desordenada, convertendo-se em área habitacional e sofrendo impactos ambientais significativos. Ainda assim, persiste um remanescente relevante, o lago Papucu, que se mantém como espaço de reprodução de espécies durante a cheia do rio Tapajós, preservando valor ecológico e simbólico para a população local.

Zacardi *et al.* (2017, p. 34) evidenciam esse processo ao registrar “poluição e pressão da urbanização, como desmatamento e queimadas da vegetação nativa das

margens, presença de lixo inorgânico, despejo de esgoto sanitário, assoreamento entre outros”. Esses impactos demonstram o conflito entre a paisagem natural e a ocupação antrópica, indicando o avanço de uma paisagem degradada, porém ainda dotada de valor ambiental e simbólico para a população local.

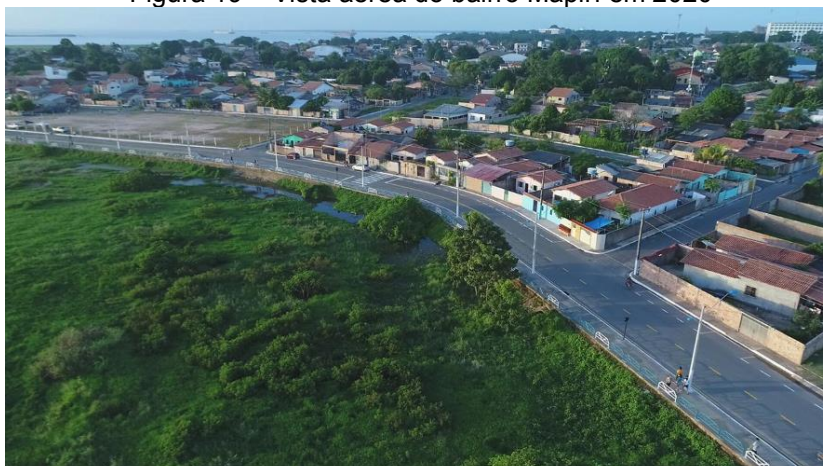
A Figura 18 registra um momento anterior à urbanização intensiva, quando a paisagem natural predominava e o Mapirí se configurava como espaço de lazer, pesca e convivência comunitária. Trata-se de uma paisagem associada a práticas culturais e ao modo de vida ribeirinho, que estruturavam a relação entre população e ambiente. Em contraste, a Figura 19 revela a consolidação do bairro e a supressão de elementos naturais que organizavam o território, evidenciando o processo de conversão da paisagem natural em paisagem urbana, marcado por ocupação irregular e pressão ambiental.

Figura 18 – Vista aérea da Praia do Mapirí – década de 1970



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS) (2024).

Figura 19 – Vista aérea do bairro Mapirí em 2020



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Santarém (2020).

As representações visuais analisadas confirmam a paisagem como construção histórica, reforçando o conceito de palimpsesto territorial, no qual um mesmo espaço acumula, ao longo do tempo, múltiplas camadas de significados, funções e formas de apropriação. Os relatos de viajantes, naturalistas e cientistas, desde o século XIX até a contemporaneidade, documentam as bases dessa paisagem, destacando a confluência entre os rios Amazonas e Tapajós como núcleo estruturador de um território que se consolidou como espaço de permanência, circulação e interação entre diferentes populações e culturas.

Os relatos produzidos por viajantes, naturalistas e cientistas, desde períodos ancestrais até a contemporaneidade, documentam as bases de estruturação dessa paisagem. A recorrência com que mencionam o ponto de confluência entre os rios Amazonas e Tapajós demonstra que esse elemento natural constituiu o núcleo formador de um território. Esse território, que hoje corresponde ao município de Santarém e seus distritos, consolidou-se historicamente como espaço de permanência, circulação e interação entre diferentes populações e culturas.

Para aprofundar a compreensão desse processo, recorre-se ao conceito de território formulado por Milton Santos (2014), segundo o qual o território ultrapassa a noção de simples suporte físico ou conjunto de artefatos. Trata-se de um espaço dotado de conteúdo material e simbólico, no qual os indivíduos residem, trabalham, estabelecem vínculos identitários e produzem sentidos de pertencimento. No caso de Santarém, o território que, no século XIX, se constituía por um pequeno núcleo urbano com poucas ruas e edificações, transformou-se, ao longo dos séculos, na terceira cidade mais populosa do estado do Pará, consolidando-se como porta de entrada do polo Tapajós e principal centro urbano do oeste paraense.

Essa centralidade regional tem sido reafirmada por eventos de projeção internacional, como a Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA), cuja 12ª edição foi realizada, pela primeira vez, em Santarém, entre 23 e 25 de agosto de 2024, no Centro de Convenções Sebastião Tapajós. A escolha do município como sede evidencia sua capacidade de integrar o circuito internacional de eventos, corroborando sua relevância histórica, geográfica, econômica, social e turística.

A FITA é considerada o mais importante evento turístico internacional da região Norte. Em sua edição de 2024, contou com a participação de expositores locais, regionais e nacionais, apresentações culturais e uma programação técnica abrangente, composta por painéis, mesas-redondas e workshops. Os temas

abordados refletiram os desafios contemporâneos do setor, com destaque para produção de dados turísticos, uso de mídias sociais, governança de destinos, sustentabilidade, mudanças climáticas, formação profissional, turismo de base comunitária e bioeconomia.

A realização de um evento com essa dimensão em Santarém não apenas reafirma sua inserção nas redes regionais e internacionais de turismo, mas também evidencia a capacidade do município de articular suas funções econômicas, culturais e logísticas em um território em constante transformação. Essa projeção contemporânea revela que a paisagem de Santarém deixou de ser compreendida apenas por seus atributos naturais ou por seu núcleo histórico originário, passando a expressar, de maneira cada vez mais evidente, os efeitos da urbanização moderna, da reconfiguração territorial e das pressões decorrentes da globalização.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como, ao longo dos séculos XX e XXI, a paisagem urbana santarena foi sucessivamente ressignificada, incorporando novas centralidades, funções e usos, o que será discutido na seção seguinte.

3.6A paisagem urbana de Santarém nos séculos XX e XXI

Nas primeiras décadas do século XX, a paisagem urbana de Santarém passou por transformações significativas, motivadas por um período de prosperidade econômica vinculado ao comércio regional e ao extrativismo da borracha, ainda que seguido por um colapso que redefiniu o cenário amazônico. Esse contexto favoreceu o aparecimento de edificações que, mais do que atender a funções utilitárias, buscavam afirmar prestígio, status e modernidade, expressando os anseios de uma elite local que pretendia inserir a cidade em um circuito mais amplo de referências culturais e urbanísticas.

Entre o conjunto de edificações que compunham a paisagem arquitetônica do Centro Histórico, destacou-se a construção popularmente conhecida como “O Castelo”, cuja imponência não se afirmava de forma isolada, mas em relação ao tecido urbano ao qual pertencia. Sua volumetria, ornamentação e linguagem arquitetônica, destoando das construções adjacentes, atuavam como ponto de inflexão na paisagem, conferindo singularidade ao conjunto e evidenciando as aspirações estéticas e culturais da elite local.

A análise comparativa entre o registro histórico da edificação e a configuração do espaço em 2025 evidencia não apenas a transformação morfológica do núcleo urbano, mas também a vulnerabilidade do patrimônio edificado diante das mudanças de valor, uso e apropriação econômica ao longo do tempo.

A notoriedade do “Castelo” alcançou dimensão suficiente para ultrapassar os limites da cidade, atraindo a atenção de intelectuais de renome nacional. Mário de Andrade, em passagem por Santarém, destacou a singularidade da construção ao afirmar que ela conferia à cidade uma aparência evocativa da paisagem veneziana (Canto, 2015). Essa observação, ao mesmo tempo poética e crítica, demonstra como a edificação operava como signo estético capaz de mobilizar associações culturais distantes, vinculando Santarém a tradições arquitetônicas europeias e atribuindo-lhe uma aura cosmopolita que contrastava com sua realidade amazônica.

Do ponto de vista da análise da paisagem urbana, esse exemplo é revelador. Ele evidencia que determinados edifícios não podem ser compreendidos apenas como elementos materiais, mas também como depositários de significados simbólicos e identitários. O “Castelo”, nesse sentido, inscreveu-se no imaginário coletivo santareno, permanecendo na memória da cidade mesmo após sua ausência física, o que reforça a concepção de que a paisagem é também uma construção social e cultural, marcada pela sobreposição de tempos, usos e representações.

Assim, a trajetória dessa edificação, do auge à ausência, permite compreender como a paisagem urbana de Santarém nos séculos XX e XXI é constituída por um processo dinâmico de permanências e rupturas. Ela não se resume à materialidade das construções, mas incorpora também as lembranças, os olhares e as narrativas que, ao longo do tempo, vão ressignificando os espaços.

Nesse sentido, o “Castelo” constitui-se em um exemplo paradigmático para a análise do patrimônio edificado local: ao mesmo tempo em que representa um momento de afirmação social e cultural, revela também as fragilidades da preservação e os desafios de se manter viva a memória urbana em um contexto marcado por transformações intensas e, muitas vezes, pela ausência de políticas públicas efetivas de proteção.

Figura 20 – Transformações na paisagem urbana de Santarém



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2015) e acervo do autor (2025).

A Figura 20 permite observar, de modo comparativo, as transformações na paisagem urbana de Santarém entre o final do século XX e as primeiras décadas do XXI. Na primeira imagem, o edifício conhecido como Castelo permanece parcialmente edificado em terra firme e parcialmente projetado sobre o rio Tapajós, configurando um exemplo emblemático da ausência, naquele período, de uma orla estruturada e da inexistência do aterro que, mais tarde, consolidaria a faixa ribeirinha da cidade. Tal condição evidencia a íntima relação da urbe com o rio, cujo regime de cheias e vazantes não apenas moldava a configuração física da paisagem, mas também condicionava práticas cotidianas e formas de apropriação social do espaço.

Além da imponência do Tapajós, é possível identificar, na mesma imagem, a presença de edificações que remetiam ao período de prosperidade econômica anterior à crise da borracha. Contudo, muitas dessas construções foram posteriormente demolidas ou sofreram processos de descaracterização, revelando a fragilidade das políticas de preservação patrimonial e a primazia da lógica da modernização urbana, que, ao longo do século XX, favoreceu a substituição do antigo pelo novo.

A imagem à esquerda (Figura 17), datada de março de 2025, já registra uma paisagem profundamente alterada: as intervenções de aterro e asfaltamento modificaram o leito natural do rio, permitindo a abertura da Avenida Tapajós e a implantação de uma orla urbana. O local outrora ocupado pelo Castelo foi substituído por uma agência bancária federal, circundada por edifícios de estilos

contemporâneos, o que simboliza não apenas uma transformação física, mas também a transição de uma economia ligada ao ciclo da borracha e à navegação fluvial para uma lógica de urbanização voltada à financeirização e à especulação imobiliária.

Segundo Canto (2015), até meados da década de 1940, as vias de Santarém eram de terra batida, conservadas pelos próprios moradores, e a primeira pavimentação em concreto se deu na Rua Lameira Bittencourt. Esse dado contextualiza a chegada dos veículos motorizados e marca o início da substituição das carroças puxadas por bois pelo transporte mecanizado, processo que se aceleraria nas décadas seguintes e repercutiria diretamente na reorganização do espaço urbano.

Assim, a leitura comparativa das imagens não apenas ilustra a alteração da paisagem material, mas também permite compreender a sobreposição de temporalidades que caracteriza o espaço urbano de Santarém. O contraste entre o passado marcado pela integração com o rio e o presente orientado pela lógica do progresso urbano e do capital imobiliário revela tensões próprias de um processo de modernização que se deu, em grande medida, em detrimento da preservação do patrimônio histórico edificado.

Em 12 de setembro de 1969, por meio do Decreto Lei nº 866, a Presidência da República inseriu Santarém na classificação de área de segurança nacional. O regime militar promoveu um acelerado processo de desenvolvimento e progresso na cidade. Em 1970, a cidade passou por ampla transformação urbana, caracterizada por intensas obras de infraestrutura. As vias pavimentadas com concreto foram substituídas por asfalto, resultando no aumento da temperatura local. Ademais, consolidaram-se intervenções no sistema de saneamento básico, incluindo a construção de uma grande galeria de esgoto sob as principais ruas centrais da municipalidade (Canto, 2015).

As intervenções no cais de arrimo de Santarém iniciaram-se na década de 1970, impulsionadas pela necessidade de expansão urbana e pelo controle das cheias do rio Tapajós. Nesse contexto, foram executadas obras estruturais que resultaram na construção do cais conforme indicado na Figura 21 e da Avenida Tapajós, apresentada na Figura 22, eixo viário que integra diferentes bairros à zona central do município. Com o passar do tempo, o cais foi substituído pela orla, que, em 2025, já se apresenta consolidada como frente urbana principal, promovendo uma reconfiguração significativa da paisagem ribeirinha e alterando de forma expressiva a

relação visual e funcional da cidade com o rio. A Figura 21 evidencia esse processo de transformação.

Figura 21 – Construção do Cais de arrimo em 1977



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2012).

Figura 22 – Av. Tapajós e Orla em 2025²⁷



Fonte: Roni Moreira, Agência Pará (2025).

A concepção da Orla e da Avenida Tapajós reconfigurou a paisagem ao introduzir novos usos e funções que ultrapassaram o caráter de apenas obra de infraestrutura. Ao longo de sua extensão, instalaram-se serviços de uso coletivo, como hotéis, estabelecimentos comerciais e espaços públicos destinados à sociabilidade, a

²⁷ Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/68168/estado-celebra-364-anos-de-santarem-com-obras-em-saude-seguranca-cultura-e-urbanizacao>.

exemplo de praças e áreas arborizadas. Os quiosques e *trailers*, aliados à presença de vendedores ambulantes, ampliaram a oferta de produtos e serviços, transformando a região em polo de lazer, alimentação e circulação de pessoas.

Essas intervenções, embora tenham impulsionado a urbanização e favorecido a economia local, também implicaram profundas alterações no modo como a cidade se relaciona com o rio Tapajós. Se antes a população mantinha uma relação direta e cotidiana com as águas, marcada por práticas de subsistência, lazer e identidade cultural, a construção da Avenida e da Orla instaurou uma barreira física e simbólica que ressignificou esse contato. Assim, as imagens não apenas documentam uma mudança material, mas também revelam a tensão entre modernização urbana e a perda de vínculos históricos e afetivos da comunidade com seu território ribeirinho.

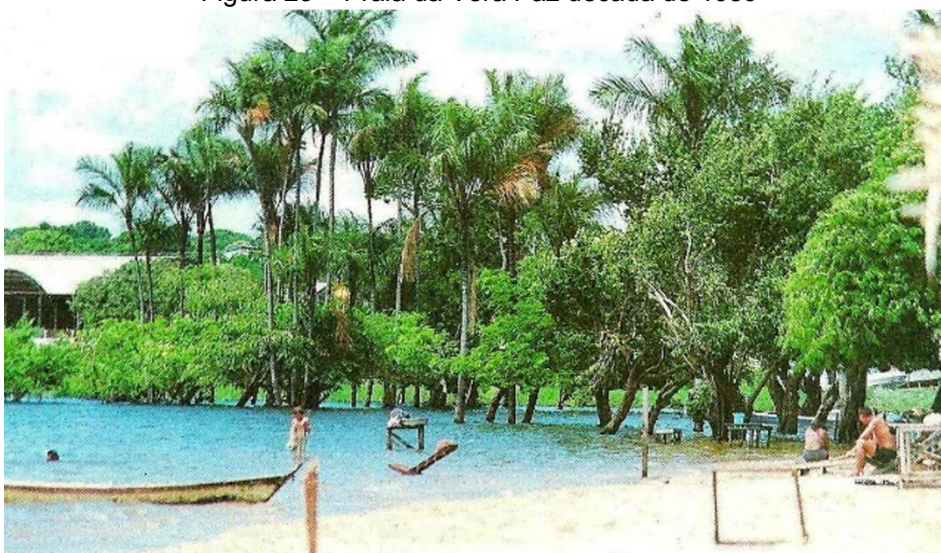
Aos finais de semana, realizam-se feiras de artesanato e apresentações culturais variadas. Essas áreas também oferecem uma vista privilegiada para o encontro dos rios Tapajós e Amazonas, formando um dos cartões-postais mais emblemáticos da cidade.

A orla de Santarém constitui um espaço relevante para lazer e entretenimento, atendendo à população local, visitantes e turistas. Diariamente, realiza-se a prática de diferentes modalidades de exercícios físicos ao longo de sua extensão, incluindo caminhadas, corridas, uso de bicicletas, patins, além da presença de uma academia pública acessível ao público em geral.

Ressalta-se que, antes da implementação do cais e posteriormente da orla, havia praias localizadas em toda a extensão da frente da cidade. Estas que já foram descritas por alguns naturalistas que estiveram na cidade durante o século XIX como belas, de água transparente e de areia alva, ficaram no passado. Inclusive no início da Avenida Tapajós havia uma barra de areia conhecida como praia da Vera Paz, apropriada como lazer, principalmente da população mais humilde da cidade. Porém, com a implantação do porto graneleiro da Cargill²⁸, destinado a exportação de soja, a partir de 1999 e sua conclusão e operação em 2003, a referida praia foi destruída, as Figuras 23, 24 e 25 ilustram esse fato.

²⁸ Fonte: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/estudo-completo-cargill-santarem.pdf>.

Figura 23 – Praia da Vera Paz década de 1980



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2012).

Figura 24 – Praia da Vera Paz década de 1980



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2012).

Figura 25 – Porto da Cargill em 2022 onde estava localizada a praia da Vera Paz



Fonte: G1 Santarém (2022).

A praia da Vera Paz ficou eternizada em letras de músicas de artistas santarenos como Wilson Fonseca que escreveu a canção “Canção da Vera Paz”, cujos versos exaltam as belezas do local:

Raras coisas desta vida
São gostosas como a ida
Em noite de lua cheia
À Vera Paz afamada
Pra comer uma peixada
Sobre o alvo chão de areia

E se há um violão
Ponteando uma canção
Como fundo musical,
A felicidade é tanta
Que a gente até se espanta,
Pensando não ser real.

Teu luar, ó “Vera Paz”
Saudade pra gente traz!

Ou, ainda, inspirou poemas com críticas contundentes acerca da destruição desse que foi um patrimônio natural do povo santareno, como se pode observar nos versos do poeta Emir Bemerguy, “Maldito tributo”:

Quando boiava, linda lá no azul celeste,
A luz peregrina, alcovitando amores,
Ó Vera Paz, quanta felicidade nos deste,
Ao som dos violões e a voz dos teus cantores !

Nas cinzas do que se foi, quase a chorar ingresso...
Todo um passado fica para sempre morto,

Porque, como um tributo pago ao progresso,
A nossa Vera Paz deu lugar ao Cais do Porto !

Por isso é que dói tanto a amarga realidade:
A mais inspiradora praia regional,
Hoje é lembrança... verso... lágrima e saudade.

Outro exemplo de como o conceito de “progresso” impactou a configuração do ambiente local refere-se à construção de uma ponte sobre a praia do Maracanã em período recente. Anteriormente, a praia mais próxima à zona urbana apresentava características distintas das observadas em 2025, conforme ilustrado na Figura 26.

Figura 26 – Praia do Maracanã antes e depois da ponte



Fonte: Facebook Santarém do Meu Amor (2025).

Semelhante ao ocorrido com o porto graneleiro da Cargill, a edificação da ponte sobre a praia do Maracanã enfrentou significativa resistência de movimentos populares, residentes locais próximos às praias, comerciantes informais e organizações não governamentais, como o *Greenpeace*. Contudo, apesar da oposição popular à execução desses projetos, suas realizações ocorreram independentemente da resistência de boa parte da população.

Nos últimos anos, tem-se observado um acelerado processo de verticalização²⁹ no município de Santarém, especialmente nas áreas próximas ao centro histórico e suas adjacências. Essa expansão caracteriza-se pela construção de edificações com elevado gabarito construtivo e progressivo aumento da verticalidade, equipados com instalações como piscinas, academias, espaços para eventos e áreas de lazer,

²⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/videos-jornal-tapajos-2-edicao/video/crescimento-vertical-cerca-de-60-predios-estao-em-construcao-em-santarem-7568931.ghtml>.

incluindo churrasqueiras. Nesse sentido, Cardoso *et al.* (2017, p. 907) inferem que “atualmente, o espaço contido na Região Metropolitana de Santarém é ambivalente: atende ao perfil hegemônico de metrópole, incorporando as tipologias correntes do léxico da cidade global – *shopping center*, projeto de orla típico, pressão por verticalização [...]”.

De acordo com Martins e Alvim (2013), a verticalização urbana nas cidades brasileiras, impulsionada pelo papel regulador e promotor do mercado imobiliário, evidencia tanto a atuação empreendedora dos agentes envolvidos quanto a necessidade premente de instrumentos legais que promovam melhorias efetivas na gestão e no planejamento urbanos. Esse fenômeno, na contemporaneidade, observado não apenas nas capitais mais populosas, mas também em cidades médias de todas as regiões do país, tem apresentado uma expansão acelerada.

Em Santarém, a configuração urbanística apresenta-se similar a outros contextos, conforme Bentes (2018), com a presença de edificações de altura média, predominantemente na área central, datadas anterior a 2010. Essas construções caracterizam-se por térreos destinados ao comércio e pavimentos superiores utilizados para fins residenciais. A partir de 2010, verificou-se um acréscimo na construção de edifícios de grande porte, superior a dez pavimentos. Nos últimos anos, os empreendimentos mais elevados em andamento ou concluídos atingem até trinta pavimentos.

A configuração do cenário urbano contemporâneo em Santarém tem produzido implicações alarmantes para a maior parte da população. Segundo Bentes (2018), essa população enfrenta predominantemente os ônus decorrentes do processo de verticalização, como o aumento da densidade populacional, congestionamentos e elevação da temperatura devido às barreiras impostas pelas edificações. Contribuem para o debate as percepções de Cardoso *et al.* (2017), que apontam a insuficiência de espaços verdes e públicos dotados de infraestrutura adequada para promover atividades sociais, esportivas e de lazer.

A conjugação desses fatores evidencia que os problemas urbanos associados à verticalização extrapolam a dimensão morfológica do ambiente construído, manifestando-se também como questões ambientais e de saúde pública. A intensificação do adensamento urbano, somada à redução de áreas vegetadas e à impermeabilização do solo, potencializa os efeitos das mudanças climáticas locais, agravando a sensação térmica e diminuindo a qualidade do ar. Nesse sentido, a

paisagem urbana passa a refletir um quadro de vulnerabilidade socioambiental, no qual os impactos da forma urbana contribuem diretamente para a degradação das condições de vida.

É nesse contexto que, nos anos de 2023 e 2024, a região Oeste do Pará passou a enfrentar condições climáticas severas, atribuídas principalmente à ocorrência de queimadas provenientes de outros estados e também de áreas situadas em Santarém e municípios adjacentes. Essas condições têm ocasionado transtornos significativos para a população, sobretudo em relação à saúde pública. As (Figuras 27 e 28) ilustram a paisagem poluída registrada em 2024, episódio cuja gravidade repercutiu em escala nacional, sendo amplamente reportado pelas principais mídias brasileiras.

Figura 27 – Paisagem em Santarém



Fonte: O Estado Net (2023).

Figura 28 – Paisagem em Santarém



Fonte: G1, Jornal Nacional (2024).

A análise realizada neste capítulo evidenciou que Santarém, desde o século XIX, foi descrita como um espaço no qual natureza e cultura se entrelaçavam, compondo a base de sua identidade urbana. Esses registros, ao documentarem práticas sociais e a materialidade das construções, também contribuíram para consolidar uma memória coletiva que atravessa o tempo e se ancora na paisagem como expressão de pertencimento.

Na contemporaneidade, entretanto, esse legado vem sendo tensionado por transformações intensas. A cidade tem experimentado processos que alteram profundamente sua configuração ambiental e simbólica, como a verticalização acelerada, a pressão sobre áreas públicas e a intensificação dos impactos ambientais provocados pelas queimadas que, nos últimos anos, encobriram o céu de Santarém com densa camada de fumaça, afetando gravemente a saúde da população, a visibilidade da paisagem e os ciclos naturais.

Esse cenário expõe a vulnerabilidade das cidades amazônicas frente à degradação ambiental e evidencia que o dano não é apenas ecológico, mas cultural, pois compromete a própria percepção coletiva do território e rompe a relação histórica entre os habitantes e seus elementos naturais de referência.

Somam-se a isso os aterros em áreas de várzea e margem do rio, que modificam o regime hídrico, eliminam ecossistemas formadores da paisagem original e produzem uma urbanização desconectada das lógicas naturais do território. Esses aterros operam como camadas artificiais que obscurecem a memória do lugar, transformando a paisagem em produto de interesses econômicos imediatistas, em detrimento de sua dimensão patrimonial e ambiental.

Esse contraste revela Santarém como território de permanências e rupturas, no qual o passado e os desafios contemporâneos se sobrepõem. No capítulo seguinte, o Centro Histórico será analisado como palimpsesto urbano, em que diferentes temporalidades se articulam na constituição da paisagem atual, evidenciando como as marcas históricas convivem com processos de degradação ambiental e pressões urbanísticas que reconfiguram, de forma acelerada e conflitiva, os sentidos atribuídos ao lugar.

4 CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM: UM PALIMPSESTO

Este capítulo aborda o CHS sob a perspectiva do conceito de palimpsesto, entendido como a “sobreposição de camadas históricas que se acumulam no mesmo espaço físico” (Netto; Pereira Costa, 2015, p. 64). Essa concepção permite compreender o CHS não apenas como um conjunto estático de edificações, mas como um organismo urbano em constante transformação, no qual diferentes temporalidades, usos e significados se sobrepõem, dialogam e, por vezes, entram em tensão.

O objetivo é examinar a constituição histórica e a configuração arquitetônica do CHS, evidenciando as sucessivas camadas temporais que o estruturam e identificando os bens patrimoniais remanescentes. Busca-se enfatizar tanto o estado de conservação dessas edificações quanto as alterações a que foram submetidas, considerando também a carga simbólica que carregam para a memória coletiva e para a identidade urbana.

Para isso, adota-se como procedimento metodológico a análise diacrônica da evolução da malha urbana desde o século XIX, fundamentada em registros cartográficos, relatos de viajantes naturalistas e no levantamento atualizado das edificações de interesse histórico, produzido a partir de estudos anteriores e de pesquisa de campo recente (2024 e 2025).

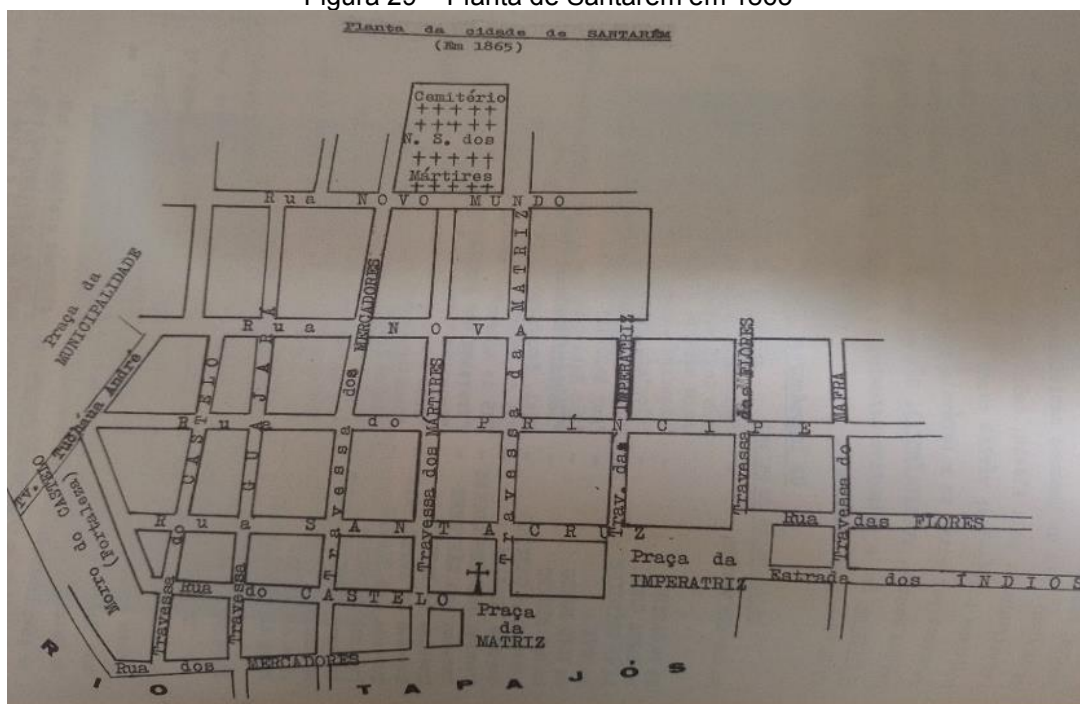
A sobreposição de camadas históricas torna-se particularmente perceptível a partir do século XIX, quando o núcleo urbano de Santarém começa a se delinear de forma mais estruturada. Os relatos de naturalistas que percorreram a região nesse período descrevem uma cidade composta por um número restrito de edificações, dispostas principalmente ao longo de ruas paralelas ao rio Tapajós e interligadas por travessas secundárias (Bates, 1944; Spruce, 2006; Spix; Martius, 2017).

Entre os registros documentais mais antigos, destaca-se a planta cartográfica de Santarém, datada de 1865 (Figura 29) reproduzida na obra “Meu Baú Mocarongo”, de Wilson Fonseca (2006). Preservada como fonte primária, essa representação possui relevância singular para a compreensão da configuração urbana oitocentista, na medida em que evidencia a lógica de ocupação inicial do território e os vetores de expansão da cidade. A leitura minuciosa dessa planta permite identificar os elementos estruturantes do espaço urbano, como a disposição das primeiras vias, a localização estratégica dos edifícios religiosos e administrativos, a relação direta com o rio

Tapajós como eixo de articulação socioeconômica e a presença de áreas destinadas ao uso coletivo.

Esses aspectos revelam o papel do poder político, da Igreja e das atividades comerciais na organização do território, evidenciando a articulação entre dominação espacial, práticas sociais e interesses econômicos. Desse modo, a planta de 1865 não constitui apenas um registro descritivo, mas um documento interpretativo fundamental para a investigação da formação territorial de Santarém, pois explicita as bases sobre as quais se consolidou a estrutura urbana, permitindo compreender continuidades e rupturas que definem a paisagem atual como expressão de um processo histórico de longa duração.

Figura 29 – Planta de Santarém em 1865



Fonte: Fonseca (2006).

A configuração urbana registrada nesse período evidencia que, no final do século XIX, a toponímia das vias diferia substancialmente da vigente em 2025, preservando-se apenas a denominação original da Travessa dos Mártires (Fonseca, 2006). Essas alterações toponímicas refletem não apenas mudanças funcionais no espaço urbano, mas também processos de ressignificação simbólica que acompanham a evolução histórica da cidade. Nesse contexto, a via identificada por Spruce (2006) como Rua dos Mercadores corresponde, atualmente, à Rua Lameira

Bittencourt, eixo que concentra alguns dos exemplares mais expressivos do patrimônio edificado santareno.

Para a catalogação das edificações históricas, realizado no segundo semestre de 2024, tomou-se como referência o levantamento conduzido pela historiadora Terezinha Amorim entre 2009 e 2011, no qual foram catalogados 47 bens patrimoniais localizados na área central e em seu entorno. Complementaram-se essas informações com as dissertações de Estefany Miléo de Couto (2013), “Casarões Históricos de Santarém: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém”, e de Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana (2022), “Às margens do rio Tapajós: investigação cultural e memorial do patrimônio histórico-arquitetônico de Santarém – PA”.

Para além de atualizar e ampliar os registros existentes, a realização dessa catalogação visa criar um mapeamento sistematizado e atualizado do patrimônio edificado, possibilitando a identificação de seu estado de conservação, usos atuais e eventuais alterações arquitetônicas. Esse procedimento é fundamental para subsidiar políticas públicas de preservação, orientar intervenções de restauro e conservação e fornecer uma base documental sólida para ações de educação patrimonial e Turismo Cultural.

Ao reunir informações precisas e comparáveis com levantamentos anteriores, a catalogação permite compreender a dinâmica de permanências e transformações no tecido urbano, contribuindo para a formulação de estratégias que garantam a salvaguarda desses bens em consonância com sua relevância histórica, cultural e simbólica para a cidade.

A análise das pesquisas de Amorim (2009, 2010, 2011) evidencia que o principal critério de classificação adotado foi o grau de preservação e conservação dos bens. À época, parte das edificações encontrava-se em uso, fator que favorecia sua manutenção. Entretanto, em 2024 constatou-se que algumas já haviam sido demolidas e substituídas por empreendimentos comerciais e prédio para moradia, o que será detalhado ao final deste capítulo.

No estudo de 2024, o valor histórico das construções foi atribuído prioritariamente com base na presença de elementos arquitetônicos originais ou vestígios estruturais remanescentes, conforme ilustra a Figura 30. Além disso, foram considerados os parâmetros indicados nas pesquisas de referência, especialmente no que se refere ao estado de conservação e à carga simbólica das edificações,

entendidas como expressões materiais da memória e da identidade urbana de Santarém.

Figura 30 – Detalhes arquitetônicos de edificações de valor histórico-cultural

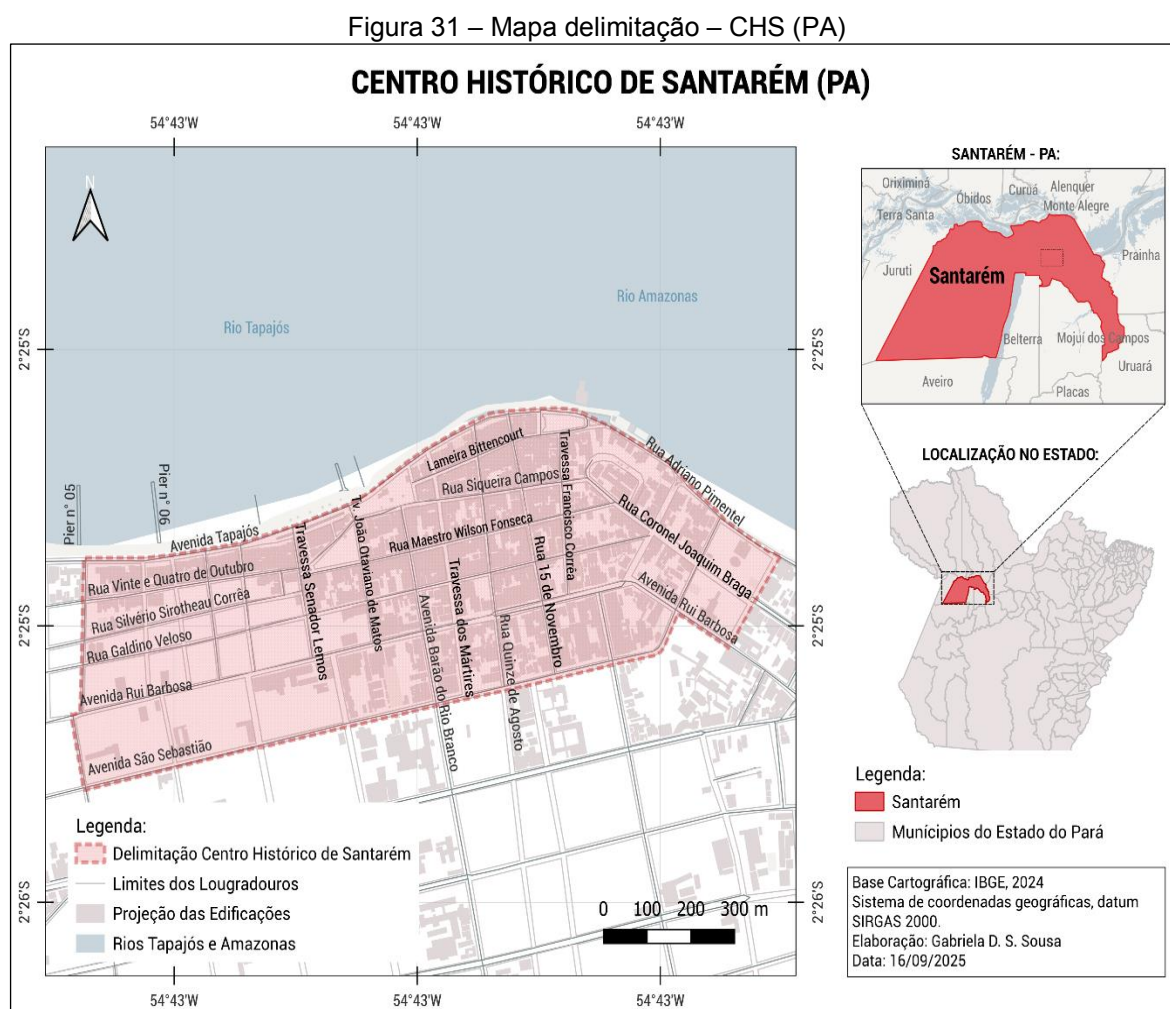


Fonte: Revista Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém (2010).

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca das edificações remanescentes no CHS, adotou-se como procedimento metodológico a catalogação dos imóveis segundo sua localização em logradouros específicos e respectivos perímetros, apresentados na Figura 31, estratégia que favorece a leitura sistematizada e a organização espacial da análise. Essa abordagem permite, além da identificação física, a contextualização histórica e funcional de cada bem, estabelecendo relações entre a morfologia urbana e a preservação patrimonial.

A área delimitada para o estudo, que abrange tanto o CHS (PA), conforme definido por Fonseca (2006), quanto a delimitação estabelecida pelo PACH (2010), apresenta como característica predominante de seu traçado urbano uma malha reticulada irregular. Essa configuração é composta por conjuntos de quadras organizados de forma a estabelecer ligações perpendiculares semelhantes a grelhas, intercaladas por outros conjuntos que, embora também apresentem conexões perpendiculares, distribuem-se em múltiplas direções. Cabe ressaltar, entretanto, que

a frente da cidade, voltada para o rio Tapajós, apresenta um desenho mais orgânico, condicionado pelas particularidades do terreno. Ademais, a irregularidade na distribuição das vias pode ser atribuída, em parte, ao processo de integração entre o núcleo colonial inicial e a malha ortogonal originada pelas expansões subsequentes (Ventura Neto; Moura, 2021). Essa condição gera trajetos contínuos que, apesar de fisicamente constituírem a mesma via, recebem denominações distintas em determinados trechos, refletindo as camadas históricas e funcionais do tecido urbano.



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

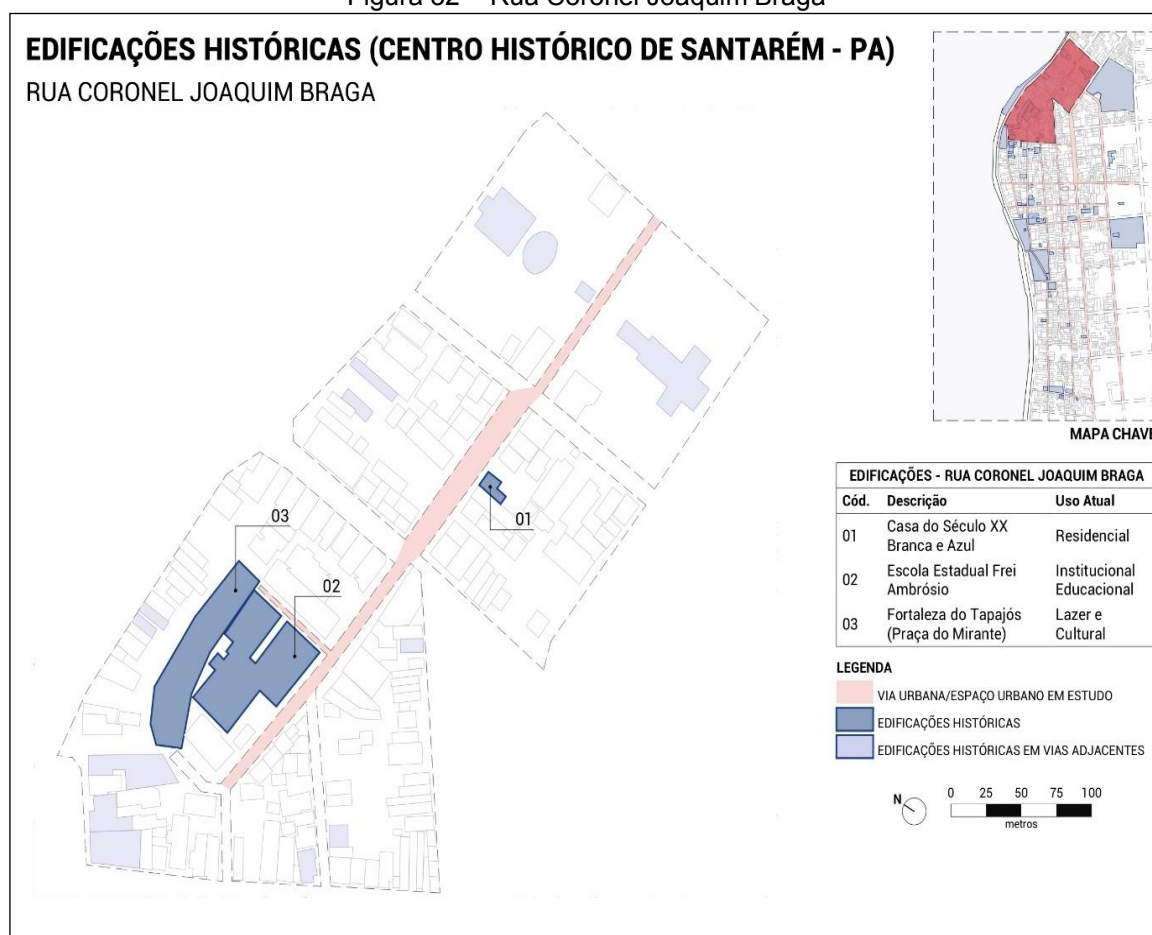
O levantamento teve início pela Rua Coronel Joaquim Braga (Figura 32) no trecho compreendido entre a Praça Barão de Santarém e a Travessa Francisco Corrêa. Trata-se de uma via essencialmente plana, característica que favorece a continuidade visual ao longo de todo o eixo. A topografia suave viabiliza observar, desde determinados pontos, visuais abertas tanto para a Praça Barão de Santarém quanto para trechos posteriores da via, configurando um corredor urbano com baixa

obstrução visual. Não há elevações significativas ou desníveis que comprometam a leitura da paisagem, o que reforça a linearidade do percurso.

No que se refere à ambiência, a rua apresenta um conjunto de edificações que, embora heterogêneas em idade e estado de conservação, conformam um alinhamento predominante ao nível frontal dos lotes. A maioria das fachadas situa-se junto ao passeio, sem recuos, o que gera uma frente contínua e estabelece um perfil urbano característico dos núcleos históricos amazônicos. Essa conformação resulta em um espaço mais confinado, marcado por fachadas próximas à calçada, e reforça a sensação de eixo tradicional, onde a relação entre o caminhar e a arquitetura é constantemente reforçada.

Nesse segmento, foram identificadas três estruturas de relevância histórica e cultural. Dentre elas, destaca-se a edificação de origem no século XX (Figura 33), que preserva elementos arquitetônicos significativos e remete ao período em que foi erguida, funcionando como testemunho material das práticas construtivas de sua época. A fachada, associada às janelas e à porta de grandes dimensões, evidencia um padrão construtivo que não apenas se distingue dos modelos arquitetônicos contemporâneos, mas também revela técnicas, proporções e soluções estéticas próprias do contexto histórico em que foi concebida. Esses atributos conferem à construção relevância não apenas arquitetônica, mas também simbólica, por representar a continuidade da memória urbana no CHS.

Figura 32 – Rua Coronel Joaquim Braga



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 33 – Casa de valor histórico-cultural do século XX



Fonte: Acervo do autor (2024).

No mesmo trecho da via, destaca-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio (Figura 34), instituição de tipo arquitetônico eclético cuja fundação remonta ao início do século XX. O edifício funcionou inicialmente no sobrado do Barão de Santarém e, em seguida, transferida para a Escola Estadual Rodrigues dos Santos.

A unidade de ensino mantém-se, há mais de um século, em sede própria localizada em área elevada da cidade, no antigo sítio da Fortaleza do Tapajós (Vasconcelos, 2015).

A permanência dessa instituição no mesmo território reafirma o papel estruturante da educação na conformação social e cultural de Santarém, ao mesmo tempo que consagra o edifício como marco referencial e elemento de forte carga simbólica no imaginário coletivo local.

Figura 34 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio



Fonte: Acervo do autor (2020).

Na área posterior à Escola Frei Ambrósio, encontra-se a Praça Fortaleza do Tapajós (Figuras 35 e 36), revitalizada pela Prefeitura de Santarém em 2025, por ocasião do aniversário da cidade. Mais do que um espaço de lazer, a praça compõe um conjunto paisagístico singular, marcado pela abertura do terreno, pela suavidade do declive e pela ampla visibilidade em direção aos rios. A ausência de barreiras construídas de grande porte possibilita um horizonte contínuo, no qual o encontro das

águas dos rios Tapajós e Amazonas se torna elemento dominante da experiência visual.

Essa configuração confere ao lugar uma ambiência rara, na qual a relação entre cidade, rio e céu se manifesta de maneira direta e sensorial. As linhas de vegetação, distribuídas sem obstruir o campo visual, funcionam como moldura natural da paisagem, reforçando o caráter contemplativo do espaço. Por essa razão, a Praça Fortaleza do Tapajós integra não apenas o patrimônio simbólico de Santarém, mas também um dos cenários urbanos mais expressivos do município, frequentemente reconhecido como cartão-postal e referência identitária dos moradores e visitantes.

Figura 35 – Praça Fortaleza do Tapajós em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

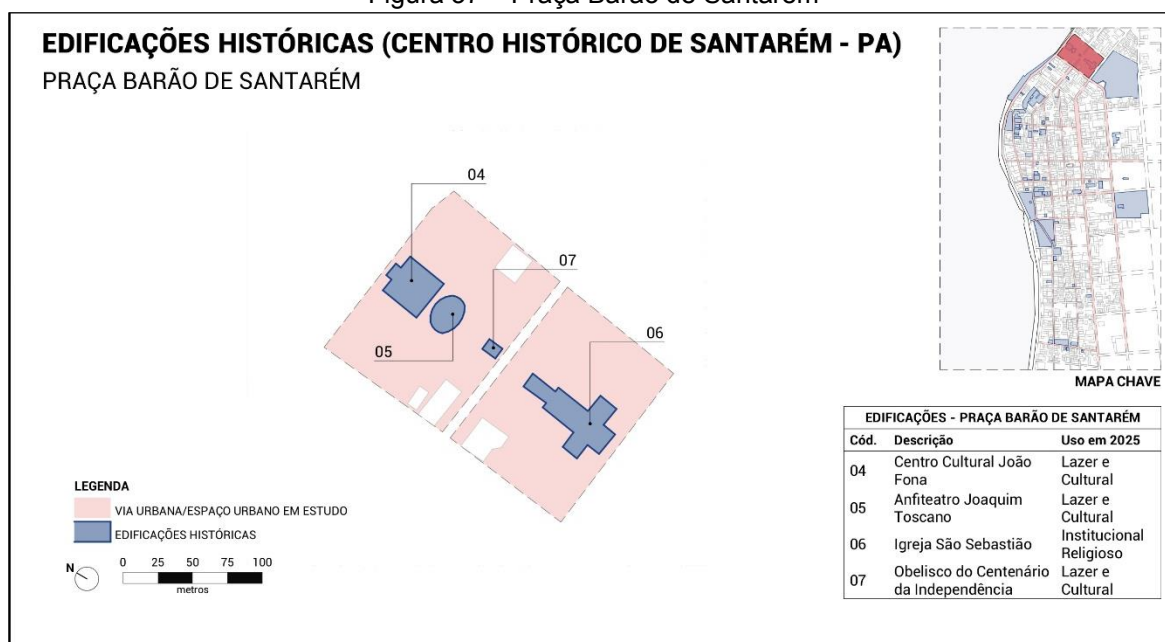
Figura 36 – Praça Fortaleza do Tapajós em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Na sequência, catalogou-se a Praça Barão de Santarém (Figura 37), situada nas proximidades da Rua Coronel Joaquim Braga, constitui um dos mais relevantes espaços históricos do município, conforme ilustrado na Figura XX. O conjunto é formado por três edificações de destaque, o Centro Cultural João Fona, a Praça São Sebastião e a Igreja de São Sebastião, e complementado por cinco monumentos de significativo valor histórico e simbólico. Originalmente denominada Praça da Municipalidade, recebeu a designação atual em 1882, em homenagem ao falecimento do titular homônimo, mantendo-se, desde então, como marco consolidado na paisagem e na memória urbana (Fonseca, 2006).

Figura 37 – Praça Barão de Santarém



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

A Praça Barão de Santarém (Figura 38) configura-se como um dos espaços públicos mais expressivos do município, tanto sob o ponto de vista estético quanto simbólico, distinguindo-se por sua arborização, valor histórico e relevância cultural. No local, destaca-se o Centro Cultural João Fona, edifício que preserva acervos e elementos representativos da história, da cultura e da memória de Santarém. Integram, ainda, o conjunto paisagístico e simbólico, a Igreja de São Sebastião, dedicada ao padroeiro do bairro onde se localiza, e um obelisco erguido em comemoração ao centenário da Independência do Brasil.

A praça abriga também um anfiteatro voltado a apresentações culturais e artísticas, bem como composições escultóricas de forte apelo identitário: vasos

ornamentados com cariátides e gargalos que remetem à cultura ancestral da região, além de representações de muiraquitãs dispostos em bancos distribuídos ao longo da área (Vasconcelos *et al.*, 2024).

Sob a perspectiva do conceito de paisagem cultural, conforme definido pela UNESCO (1992) e debatido por autores como Santos (2009) e Lemos e Sampaio (2021), a Praça Barão de Santarém representa uma síntese material e simbólica das relações entre sociedade, história e espaço urbano. Seus elementos arquitetônicos, escultóricos e naturais constituem marcas visíveis de processos históricos, identitários e culturais que se sedimentaram no tempo, reforçando a noção de que o patrimônio não se limita à dimensão física, mas incorpora significados imateriais e afetivos.

Assim, a praça configura-se como um espaço de múltiplas temporalidades, no qual diferentes camadas históricas se entrelaçam e convivem, possibilitando que moradores e visitantes experimentem, de forma simultânea, referências do passado e expressões do presente da cidade.

Figura 38 – Praça Barão de Santarém com seus monumentos

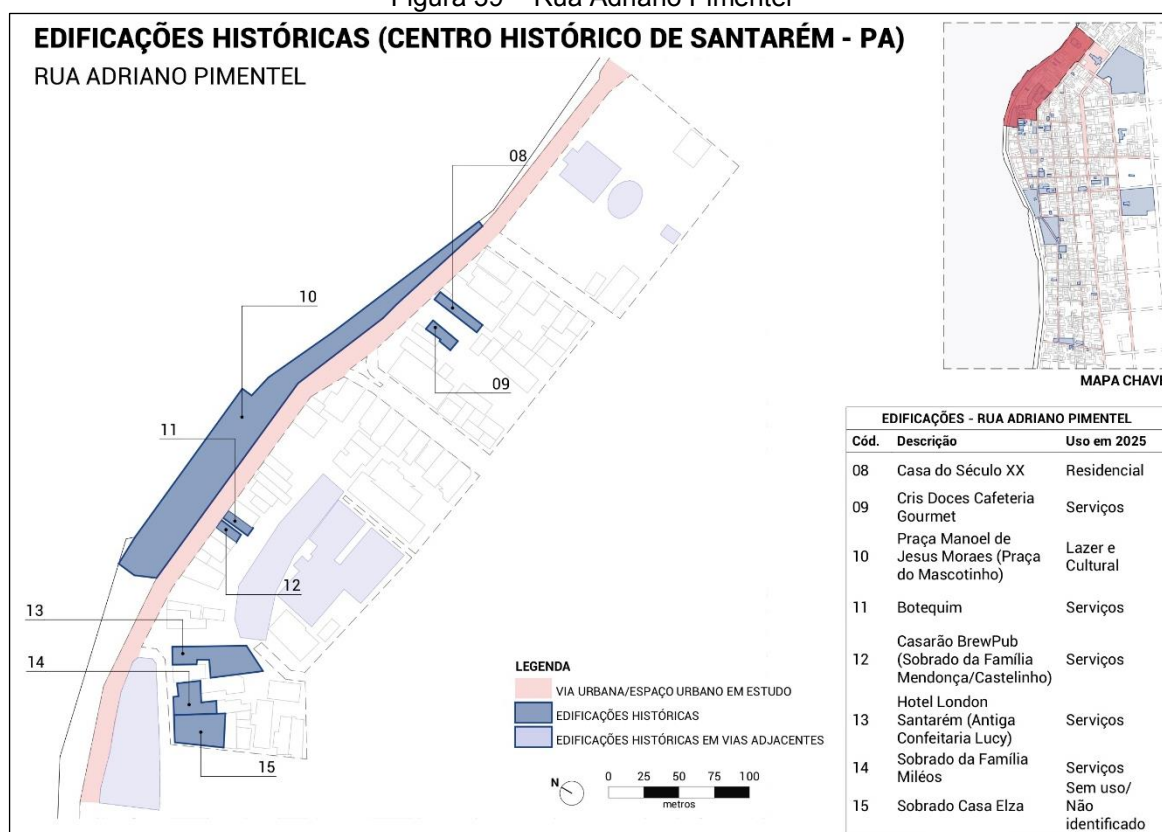


Fonte: Vasconcelos *et al.* (2024).

A Rua Adriano Pimentel (Figura 39) constituiu o terceiro logradouro a ser submetido à análise no levantamento do patrimônio edificado. Nesse segmento, identificaram-se treze estruturas de relevante interesse histórico e arquitetônico, compreendendo três sobrados, Casa Elza, Miléos e dos Mendonça, e oito edificações de tipo mista, caracterizadas pela conjugação de funções residenciais e comerciais, todas de origem no século XX e preservando elementos construtivos tradicionais.

Em 2025, destaca-se a fachada da antiga Confeitaria Lucy, cuja estrutura original foi mantida apenas em sua forma básica, porém desprovida dos elementos arquitetônicos que lhe conferiam valor histórico e estético. Atualmente incorporada à entrada do Hotel London, essa permanência parcial evidencia um processo de descaracterização patrimonial, no qual a preservação física não corresponde à preservação simbólica e cultural do bem. Integra, igualmente, o conjunto urbano catalogado a Praça Manoel de Jesus Moraes, cuja inserção espacial e valor simbólico contribuem para a compreensão da paisagem histórica local.

Figura 39 – Rua Adriano Pimentel



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 40 – Edificações localizadas a Rua Adriano Pimentel (três casas do século XX)



Fonte: Acervo do autor (2024).

A maior parte das edificações localizadas nesse perímetro, em 2025, encontra-se destinada a atividades do setor terciário (Figura 40), abrangendo tanto o comércio quanto a prestação de serviços, como bares, sorveteria, restaurante, salão de beleza, hotéis e confeitaria. Esse perfil funcional evidencia as transformações socioeconômicas e a reconfiguração do uso do solo no CHS, caracterizadas pela substituição progressiva de funções residenciais por empreendimentos voltados ao consumo, à hospitalidade e ao atendimento de demandas turísticas.

Essa configuração funcional, embora contribua para a dinamização econômica da área, também está associada a processos de gentrificação e turistificação, que podem provocar a valorização especulativa dos imóveis, descaracterização de usos tradicionais e o deslocamento de antigos moradores. Apenas uma parcela reduzida das construções preserva sua destinação habitacional, enquanto outras permanecem desocupadas por longos períodos, configurando situações de abandono que fragilizam o tecido urbano.

Entre elas, destaca-se o sobrado em estilo colonial português, popularmente conhecido como Casa Elza (Figura 41), expressivo exemplar arquitetônico do século XIX, cuja prolongada inatividade potencializa o risco de degradação material e ameaça à integridade de seus atributos históricos e estéticos.

Figura 41 – Casa Elza, sobrado do século XIX



Fonte: Acervo do autor (2024).

Entre os imóveis de maior destaque, figura um sobrado de traços ecléticos e volumetria singular, evocando a configuração de um pequeno castelo, pertencente à família Mendonça e que, em 2025, abriga um bar e restaurante (Figura 42). Outro exemplo relevante é o sobrado da família Miléo (Figura 43), que no mesmo local funciona como lanchonete especializada na comercialização de açaí e seus derivados, preserva parte significativa de seus elementos construtivos originais, o que reforça sua importância no conjunto edificado.

Figura 42 – Sobrado da família Mendonça (Castelinho)



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 43 – Sobrado da família Miléo

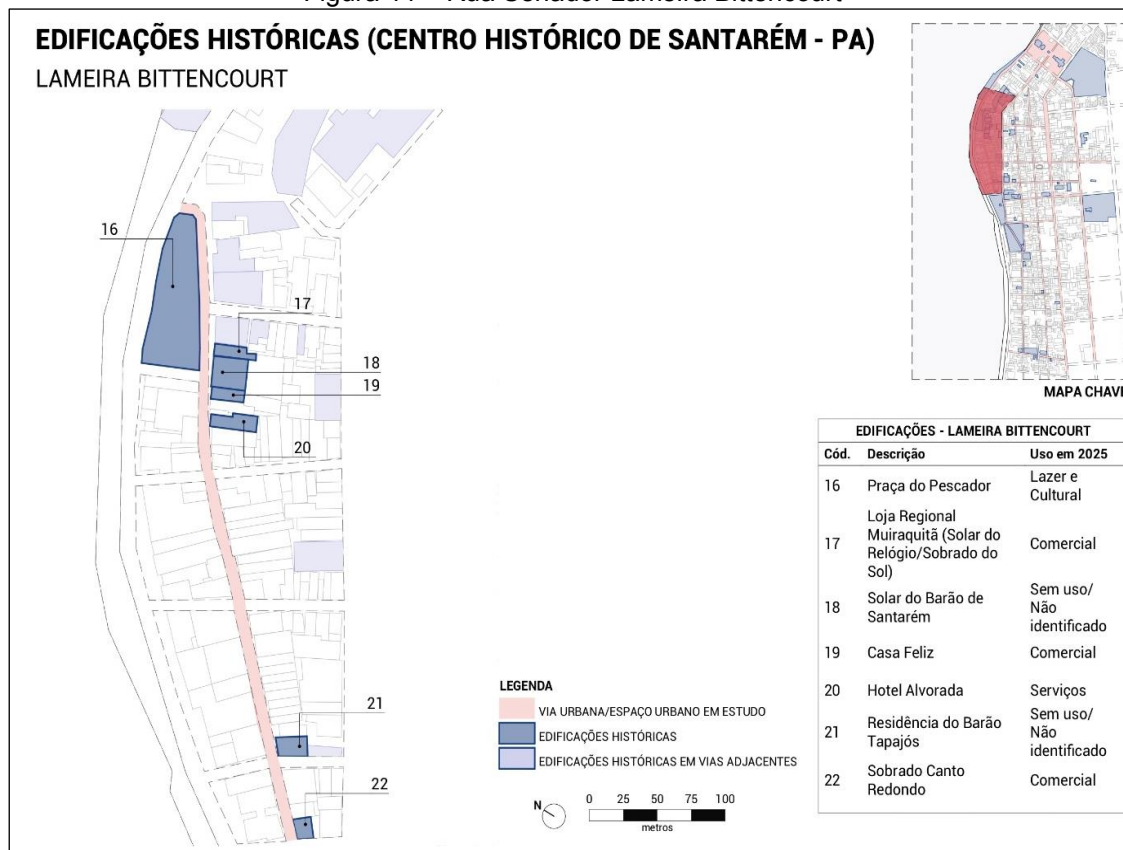


Fonte: Acervo do autor (2024).

Ao prosseguir o percurso pelo CHS, chega-se à primeira via urbana da cidade, originalmente denominada Rua dos Mercadores, posteriormente renomeada como Rua Senador Lameira Bittencourt (Figura 44), denominação ainda vigente em 2025. Essa mudança toponímica, além de indicar processos de ressignificação simbólica do

espaço urbano, revela a permanência de uma centralidade histórica que atravessa diferentes temporalidades.

Figura 44 – Rua Senador Lameira Bittencourt



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

No trecho compreendido entre a Travessa Francisco Corrêa e a Praça Monsenhor José Gregório (Praça da Matriz), registram-se onze edificações de valor histórico-cultural, entre as quais se destacam a Praça do Pescador, o Sobrado do Sol, o Solar do Barão de Santarém, a edificação denominada Casa Feliz e o edifício do Hotel Alvorada. A esses bens patrimoniais somam-se dois sobrados adaptados para uso comercial e quatro construções que, em 2025, encontram-se igualmente destinadas a pequenos estabelecimentos.

Esse conjunto revela a diversidade de tipos do patrimônio edificado e a dinâmica de transformação funcional que caracteriza o CHS. Edificações que outrora desempenharam funções residenciais ou institucionais passaram a ser ressignificadas como espaços de comércio, refletindo tanto as pressões do mercado imobiliário quanto os processos de adaptação da cidade às novas demandas socioeconômicas.

A coexistência entre bens de maior representatividade histórica, como o Solar do Barão de Santarém, bem como imóveis de uso corrente reforça a ideia de um espaço urbano marcado por tensões entre permanência e mudança. Nesse contexto, o patrimônio histórico-cultural é simultaneamente preservado, transformado e apropriado pelo cotidiano.

A edificação conhecida como Sobrado do Sol ou Solar do Relógio (Figura 45), segundo Amorim (2010), constitui exemplar singular do patrimônio histórico-cultural santareno por conservar em sua fachada um raro relógio solar, inserido entre as duas portas superiores e protegido por eiras e beiras ornadas por frisos e incisões retangulares. Essa particularidade o distingue das demais construções da cidade, conferindo-lhe caráter de excepcionalidade.

O sobrado apresenta dois níveis, com o térreo dedicado, desde sua origem até 2025, a atividades comerciais, enquanto o pavimento superior funcionava como residência. A fachada evidencia soluções arquitetônicas de valor estético, como janelões de arco pleno com bandeiras em madeira e vidro em formato de leque. O relógio solar, composto por números romanos e haste metálica, articula função prática e valor simbólico, reforçando o vínculo entre tempo, cotidiano urbano e memória coletiva (Couto, 2013).

Figura 45 – Sobrado do Sol



Fonte: Acervo do autor (2024).

Queiroz (1993) descreve ainda a presença de frisos, colunas dóricas e fileira de azulejos de estilo eclético, provavelmente inseridos em intervenções posteriores, o que evidencia o caráter dinâmico das modificações arquitetônicas. Esses elementos, embora discretos e pouco perceptíveis à primeira vista, revelam-se apenas mediante observação atenta, sinalizando como camadas de diferentes épocas se sobrepõem à estrutura original.

Em vista disso, o sobrado testemunha a longevidade material e reflete processos de ressignificação estética. Em 2025, abriga uma das mais tradicionais lojas de artesanato da cidade, convertendo o valor histórico em recurso econômico-cultural, ao mesmo tempo em que mantém vivo o vínculo entre patrimônio e uso social.

Outro bem patrimonial de destaque é o Solar do Barão de Santarém (Figura 46), considerado o segundo edifício mais antigo da cidade. Sua relevância não se restringe às características arquitetônicas, mas associa-se à trajetória do proprietário Miguel Antônio Pinto Guimarães, titulado Barão em 1871 pela Princesa Isabel, em reconhecimento a sua atuação política e administrativa (Fonseca, 2015). A edificação, em estilo colonial português, remete ao Palácio dos Governadores, em Belém, e distingue-se pelo florão no topo da fachada, símbolo heráldico que reafirma a identidade aristocrática de seu proprietário (Amorim, 2010).

Com três pavimentos, a construção evidencia a relação entre funções comerciais, logísticas e residenciais, demonstrando a versatilidade do espaço no século XIX. A descrição minuciosa de Couto (2013) ressalta a riqueza compositiva: sete portas no térreo, janelões nos pisos superiores, almofadas entalhadas, gradis ornamentados em ferro e uma cenografia arquitetônica marcada pelo equilíbrio entre elementos clássicos e variações formais.

Figura 46 – Sobrado Solar do Barão de Santarém



Fonte: Acervo do autor (2024).

Trata-se, portanto, de exemplar arquitetônico que articula monumentalidade e funcionalidade, condensando influências estéticas distintas. Após longo período de abandono, foi parcialmente restaurado em 2024, mas em 2025 encontra-se novamente fechado, apenas com placa de locação, o que revela a precariedade das políticas de preservação diante da valorização de bens patrimoniais de grande porte pertencentes à iniciativa privada.

Na mesma área, insere-se a edificação denominada Casa Feliz (Figura 47) tipo datado do século XX, cujo ano de construção se encontra gravado em relevo na fachada. Apesar de sua longevidade, a estrutura permanece sem função em 2025, evidenciando a descontinuidade de usos que fragiliza a permanência do patrimônio edificado.

Figura 47 – Casa Feliz



Fonte: Acervo do autor (2024).

Situação semelhante observa-se no antigo Hotel Alvorada (Figura 48), sobrado eclético revestido de azulejos portugueses e adornado por esculturas de concreto, entre as quais se destacam figuras representando os três continentes. Tais elementos não apenas reafirmam o cosmopolitismo aspirado pela elite local, como também sinalizam a incorporação de materiais e tendências que projetavam Santarém em diálogo com correntes arquitetônicas mais amplas (Couto, 2013). O edifício, apesar de singular, encontrava-se desativado em 2025, novamente disponível para locação, exemplo emblemático do descompasso entre reconhecimento patrimonial e efetiva conservação.

Figura 48 – Sobrado do Hotel Alvorada



Fonte: Acervo do autor (2024).

Outro imóvel de relevância é a residência que pertenceu ao Barão do Tapajós, José Caetano Corrêa, (Figura 49) edificação em estilo colonial português com portas em arcadas, sacadas em gradil, beirais e pilastras torneadas (Amorim, 2010). Embora mantenha parte do projeto original, o pavimento térreo foi completamente descaracterizado por adaptações comerciais, ilustrando a tensão entre preservação e funcionalidade contemporânea.

Figura 49 – Sobrado onde morou o Barão do Tapajós



Fonte: Acervo do autor (2024).

Caso semelhante é o do Canto Redondo (Figura 50), sobrado em dois pavimentos no qual apenas o nível superior preserva elementos originais, enquanto o térreo apresenta-se descaracterizado, revelando um padrão recorrente de descaracterização das fachadas no Centro Histórico.

Figura 50 – Sobrado Canto Redondo



Fonte: Acervo do autor (2024).

Na segunda rua mais antiga de Santarém, a Siqueira Campos (Figura 51), identificam-se dezesseis edificações datadas entre os séculos XVIII, XIX e XX. A Rua Siqueira Campos apresenta uma conformação predominantemente plana e de largura moderada, acompanhando o traçado histórico que conecta o antigo centro

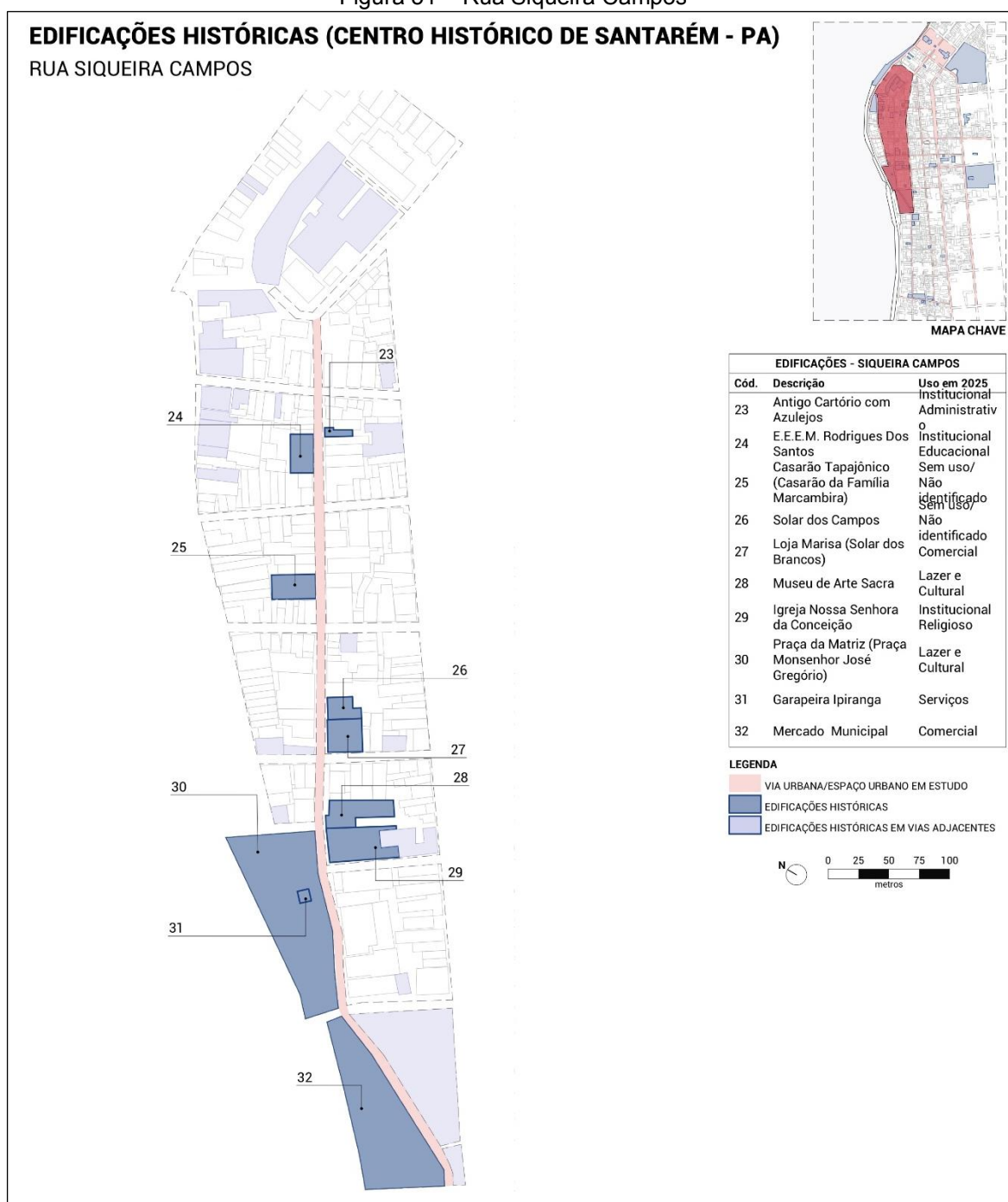
administrativo às áreas tradicionais de sociabilidade urbana. O alinhamento é pouco contínuo das fachadas, muitas delas geminadas ou implantadas diretamente sobre o lote sem recuos, produz uma sensação de corredor urbano que conduz o olhar do transeunte ao longo da rua, reforçando a leitura sequencial do patrimônio edificado.

A arborização é pontual, mas suficiente para criar zonas de sombra que suavizam a experiência de passagem, ao mesmo tempo em que revelam aberturas visuais para a paisagem natural da várzea e para trechos mais elevados do sítio urbano. Caminhar pela Siqueira Campos suscita uma percepção de imersão temporal: a presença de edificações históricas em diferentes estados de conservação, intercaladas por usos contemporâneos, produz contrastes que revelam tanto a permanência quanto as tensões da paisagem cultural do Centro Histórico.

Dentre elas, destacam-se o antigo cartório revestido em azulejos portugueses, a Escola Estadual Rodrigues dos Santos, o casarão Tapajônico, também referido como casarão da família Marcambira, os solares das famílias Campos e Brancos, o Museu Diocesano de Arte Sacra, a Igreja Catedral de Nossa Senhora da Conceição (único exemplar cuja construção remonta ao século XVIII), o coreto da Praça Monsenhor José Gregório (Praça da Matriz), a Garapeira Ypiranga, o edifício do antigo Cine Olímpia, o prédio do Centro Recreativo, a Praça da Bandeira e o Mercado Municipal.

Esse conjunto de notável densidade patrimônio histórico-cultural conforma um eixo urbano estratégico para a compreensão da historicidade e da formação identitária de Santarém. Todavia, a permanência material desses bens não assegura, por si só, sua preservação, uma vez que se encontram submetidos a distintos estágios de uso, apropriação e conservação.

Figura 51 – Rua Siqueira Campos



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Se, por um lado, tais edificações reafirmam a centralidade histórica, cultural e simbólica da via, por outro, revelam contradições próprias das dinâmicas urbanas contemporâneas. O abandono de imóveis, a descaracterização arquitetônica e a substituição funcional não devem ser interpretados como ocorrências isoladas, mas como manifestações de processos estruturais mais amplos, vinculados à especulação imobiliária, à fragilidade das políticas públicas de proteção e às pressões decorrentes

do turismo e da mercantilização do solo urbano. Esses fatores comprometem a integridade do patrimônio edificado e fragilizam sua capacidade de manter vínculos significativos com a memória coletiva.

Essa realidade encontra ressonância na crítica de Laurajane Smith (2006), segundo a qual o “discurso autorizado do patrimônio” tende a privilegiar narrativas oficiais e práticas institucionais em detrimento da participação efetiva das comunidades na definição e na gestão dos bens culturais. No caso da Rua Siqueira Campos, a dissociação entre políticas formais de preservação e as demandas concretas da população local intensifica a vulnerabilidade dos imóveis, reforçando a lógica da mercantilização dos espaços urbanos em detrimento da salvaguarda de sua autenticidade e integridade arquitetônica.

O cenário observado em Santarém apresenta paralelos com outros centros históricos brasileiros. Em Belém (PA), o abandono de casarões no entorno do centro comercial revela a força da especulação imobiliária, associada à ausência de estratégias de reuso sustentável.

Já em São Luís, mesmo após o reconhecimento como Patrimônio Mundial, observa-se a predominância de processos de gentrificação e de substituição funcional de imóveis, configurando tensões entre preservação, mercado imobiliário e exclusão social (Paes, 2017). Em ambos os casos, assim como em Santarém, coexistem permanência material e degradação simbólica, em um processo que privilegia a lógica do capital em detrimento da vivência comunitária.

Em contraste, o exemplo de Quito (Equador) apresenta uma experiência distinta. Reconhecido pela UNESCO, em 1978, como Patrimônio Cultural da Humanidade, o centro histórico foi objeto de políticas integradas de conservação, que articularam restauração arquitetônica, revitalização de usos e participação social.

Ainda que não esteja isento de tensões, o modelo de Quito demonstra que a preservação pode ser concebida como parte de uma política urbana mais ampla, capaz de compatibilizar salvaguarda patrimonial, vitalidade econômica e apropriação comunitária (Paes, 2017). A comparação evidencia, portanto, que a situação da Rua Siqueira Campos não constitui uma inevitabilidade histórica, mas decorre da ausência de políticas públicas articuladas, capazes de reposicionar o patrimônio como eixo estruturador do desenvolvimento urbano.

A primeira edificação (Figura 52) apresenta planta única, revestida integralmente por azulejos portugueses decorados com motivos florais nas

tonalidades azul e amarelo sobre fundo branco. A fachada, composta por duas portas em arco com almofadas lisas e elementos de serralheria em ferro, evidencia um repertório arquitetônico marcado por frisos, incisões e pilastras torneadas, que conferem ao imóvel caráter singular (Amorim, 2009).

Mais do que um exemplar formalmente preservado, a edificação remete ao processo histórico de circulação de materiais, técnicas e influências estéticas entre Europa e Amazônia, denotando a inserção de Santarém em redes comerciais e culturais mais amplas. Conforme observa Meneses (2006), o patrimônio não deve ser entendido como herança inerte, mas como produto de escolhas sociais que determinam o que deve ser lembrado e preservado. Nesse sentido, a permanência do imóvel sinaliza tanto o valor atribuído a símbolos de distinção cultural quanto a seletividade das memórias urbanas.

Figura 52 – Prédio azulejado



Fonte: Acervo do autor (2024).

O casarão Tapajônico, também referido como casarão da família Macambira, constitui um caso emblemático dessa seletividade. Em 2014, sua estrutura interna foi demolida para dar lugar a um estacionamento, restando apenas a fachada, preservada após interdição da obra pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) (Figura 53). Esse episódio explicita os conflitos entre memória social e

interesses econômicos, revelando o risco de o patrimônio ser reduzido a uma “fachada-cenário”, esvaziada de historicidade e autenticidade.

Em termos críticos, pode-se afirmar, em consonância com Meneses (2006), que a política de preservação não opera apenas como prática técnica, mas como estratégia de poder, na medida em que define quais elementos da cidade merecem ser mantidos e quais podem ser sacrificados em nome da lógica mercantil.

Figura 53 – Casarão Tapajônico



Fonte: Acervo do autor (2024).

O Solar dos Campos (Figura 54), datado de 1868, reforça essa interpretação. Sua fachada revestida de azulejos portugueses, seis janelas em arco e brasão da família Corrêa Campos configuram um exemplar neoclássico de porão elevado (Amorim, 2009; Couto, 2013). A conservação relativamente íntegra de seus traços originais não pode ser compreendida de forma neutra, mas como reflexo de uma hierarquia simbólica: famílias de prestígio social tiveram seus bens melhor preservados do que construções associadas a grupos populares, evidenciando a dimensão política da memória e da preservação.

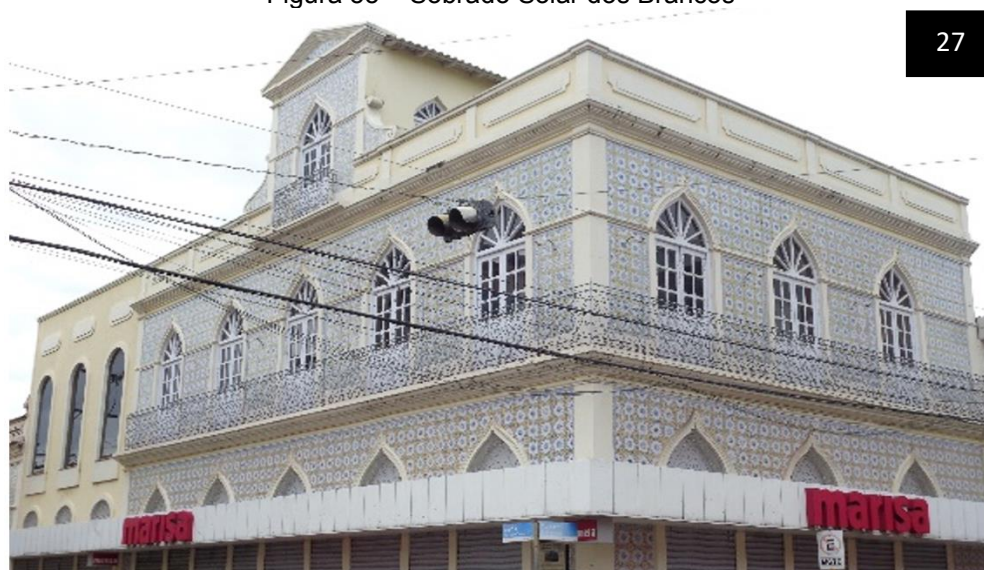
Figura 54 – Sobrado Solar dos Campos



Fonte: Acervo do autor (2024).

Em perspectiva semelhante, o Solar dos Brancos (Figura 55), edificado no final do século XIX, em estilo eclético e três pavimentos, ilustra o processo de ressignificação do patrimônio. Após restauração em 2008, foi adaptado ao uso comercial de vestuário, evidenciando a tensão entre preservação e mercantilização da memória (Amorim, 2009).

Figura 55 – Sobrado Solar dos Brancos



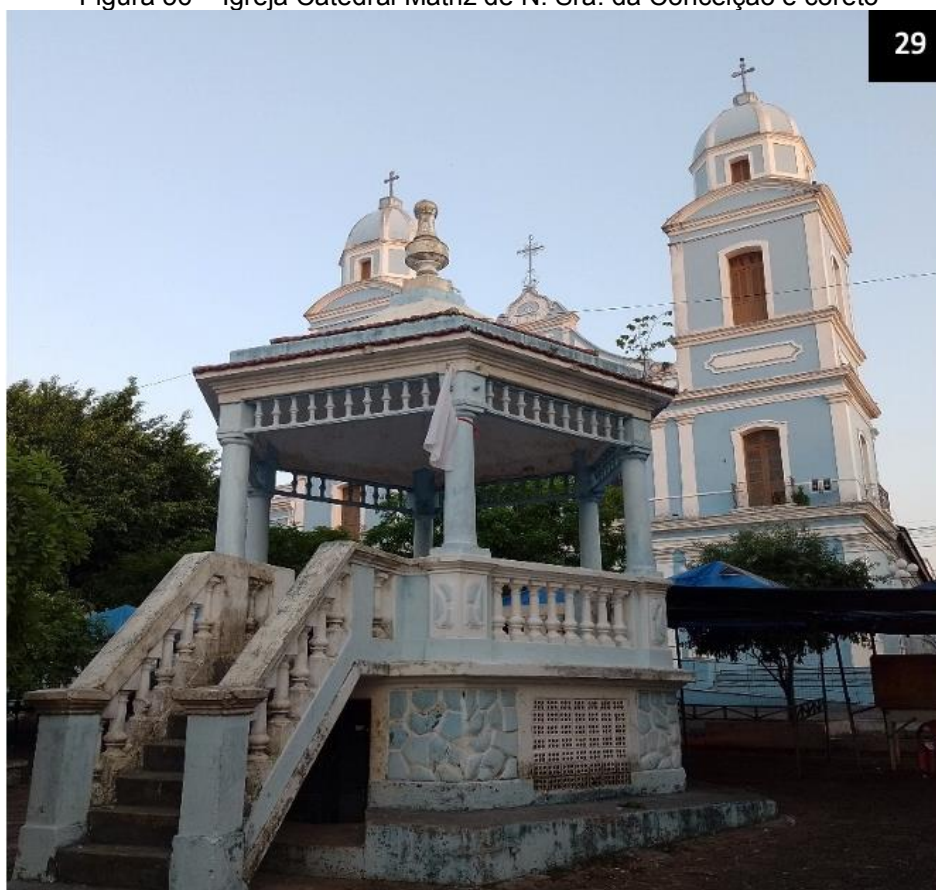
Fonte: Acervo do autor (2024).

A Igreja Catedral Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Figuras 56 e 57), iniciada em 1761 e concluída em 1819, ocupa posição central no imaginário local. Associada à presença do arquiteto Antônio José Landi e erguida sobre um antigo

cemitério indígena, a Matriz explicita o processo de sobreposição de camadas históricas e de silenciamento de memórias subalternas (Amorim, 2009, 2010). A Matriz, portanto, não é apenas um ícone religioso, mas também expressão de disputas pela construção de sentidos no espaço urbano.

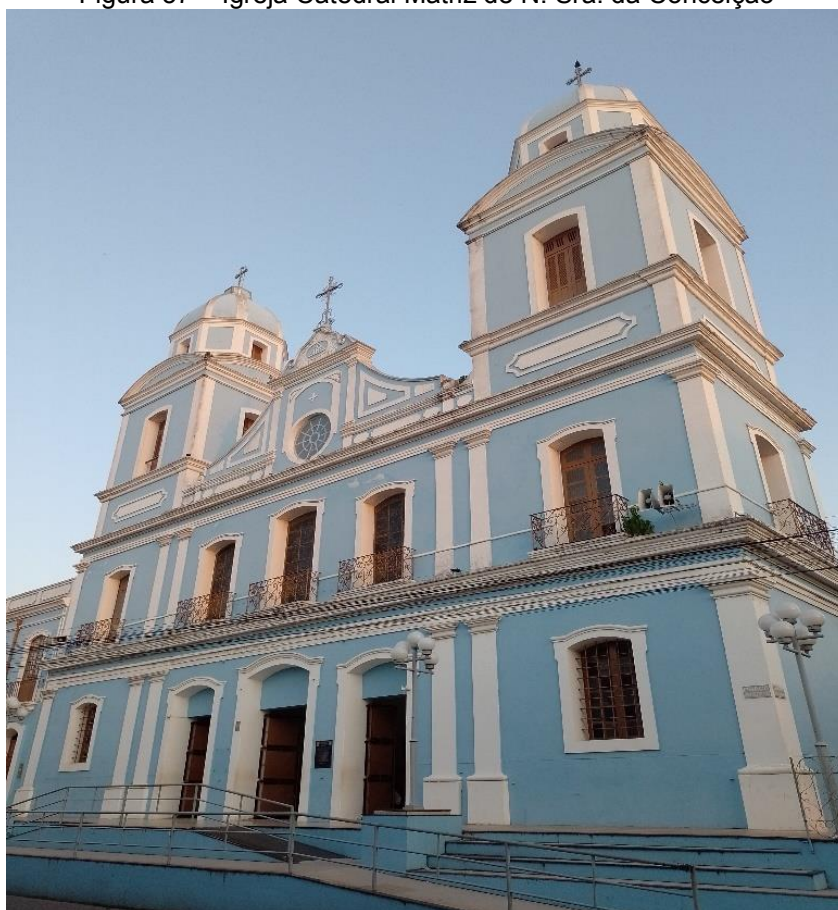
O coreto da Praça Monsenhor José Gregório, edificado em 1935, desempenhou papel fundamental como palco de sociabilidade e manifestações culturais entre as décadas de 1950 e 1970 (Fonseca, 2006; Amorim, 2009). Sua trajetória confirma a noção de que o patrimônio não se resume à materialidade arquitetônica, mas incorpora usos sociais e práticas simbólicas que lhe conferem significado.

Figura 56 – Igreja Catedral Matriz de N. Sra. da Conceição e coreto



Fonte: Acervo do autor (2022).

Figura 57 – Igreja Catedral Matriz de N. Sra. da Conceição



Fonte: Acervo do autor (2022).

Por fim, a garapeira Ypiranga (Figura 58), inaugurada em 1922, constitui exemplo de patrimônio histórico-cultural vinculado à cultura popular. Originalmente em madeira e posteriormente em alvenaria, o espaço mantém vitalidade como ponto de encontro e referência identitária, evidenciando o que Meneses (2006) denomina de patrimônio como prática viva, legitimada pela apropriação cotidiana. Nesse caso, o valor não deriva de sua monumentalidade, mas da continuidade da experiência comunitária que o sustenta.

Figura 58 – Garapeira Ypiranga

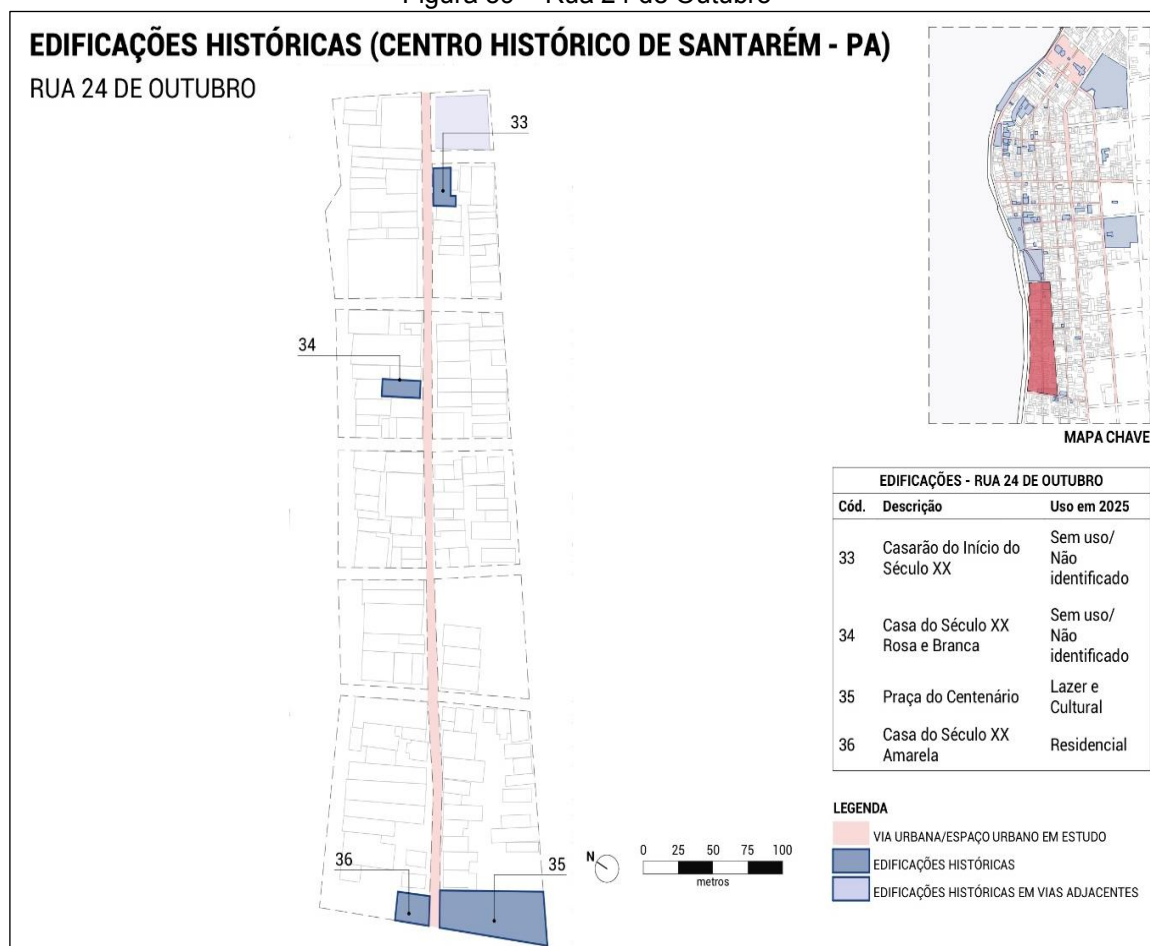


Fonte: Acervo do autor (2022).

Na sequência, o roteiro apresenta a Rua 24 de Outubro (Figura 59), considerada uma das mais antigas da cidade. Trata-se de uma via plana, de largura moderada e ladeada por edificações no alinhamento frontal, conformando um corredor visual que preserva parte da leitura histórica do conjunto urbano. O trecho situado entre a Praça Rodrigues dos Santos e a Travessa Silva Jardim abriga cinco edificações de interesse histórico-cultural, compostas por quatro casas e um casarão.

Apesar da permanência desses imóveis, a ambiência da rua é marcada pela intensa interferência de elementos contemporâneos, como fachadas remodeladas, acréscimos volumétricos, letreiros comerciais e alterações nos materiais, o que produz no transeunte uma sensação de fragmentação e descontinuidade da paisagem construída. Ainda assim, esses imóveis, ao conservarem elementos arquitetônicos característicos de seu período de construção, revelam não apenas o valor estético e documental de suas formas, mas também sua relevância como testemunhos materiais de processos históricos urbanos.

Figura 59 – Rua 24 de Outubro



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Todavia, a permanência desses vestígios não garante, por si só, sua preservação. A análise crítica evidencia que tais bens se encontram submetidos às pressões típicas do Centro Histórico, como a especulação imobiliária, a ausência de políticas de conservação continuada e as transformações funcionais impostas pelo dinamismo econômico da cidade. Assim, este conjunto edificado não pode ser compreendido apenas como remanescente arquitetônico, mas como parte de um campo de disputas simbólicas e materiais em torno da memória e da identidade santarena.

A Figura 60 apresenta uma edificação de relevância histórica localizada no entorno imediato do Teatro Vitória, área considerada núcleo simbólico do CHS, por concentrar edificações representativas do período áureo da economia gomífera e da formação urbana oitocentista. O primeiro exemplar corresponde a um casarão situado na parte posterior do Teatro Vitória, originalmente integrado ao conjunto arquitetônico

considerado de alto valor patrimonial por sua proximidade com o antigo eixo de sociabilidade e cultura da cidade.

Em 2025, encontra-se descaracterizado e em avançado estado de abandono, evidenciando os efeitos do descaso e da ausência de políticas eficazes de conservação, o que revela a fragilidade da salvaguarda do patrimônio edificado mesmo em áreas centrais e de alta visibilidade histórica.

Figura 60 – Casarão do início do século XX descaracterizado



Fonte: Acervo do autor (2024).

Em seguida, observa-se uma construção em tons de rosa e branco (Figura 61), que, apesar de manter parte de sua configuração externa, encontra-se fechada há vários anos e ofertada para locação, o que a coloca em condição de incerteza quanto à sua função social e continuidade patrimonial. Por fim, identifica-se uma residência do século XX (Figura 62), habitada pela mesma família há décadas, que se destaca pela preservação de elementos arquitetônicos pretéritos, configurando um raro caso de continuidade de uso e cuidado, em contraste com os demais imóveis.

Figura 61 – Casa do século XX situada na Rua 24 de Outubro



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 62 – Casa do século XX situada na Rua 24 de Outubro



Fonte: Acervo do autor (2024).

A antiga Rua Floriano Peixoto, em 2025 denominada Rua Maestro Wilson Fonseca (Figura 63), constitui um eixo urbano de expressiva relevância histórica, cultural e simbólica no Centro Histórico de Santarém. O segmento em análise, compreendido entre a Rua Coronel Joaquim Braga e a Travessa Senador Lemos, reúne nove edificações que materializam diferentes momentos da formação urbana e cultural da cidade.

Nesse conjunto destacam-se o Museu Dica Frazão, o Solar do Barão de São Nicolau e a residência onde viveu o poeta Emir Bemergui, além de dois casarões que, em 2025, encontram-se adaptados para fins comerciais, abrigando lojas e restaurante,

o que evidencia processos de ressignificação funcional do patrimônio edificado. Completam esse percurso uma casa do século XX situada junto à Praça Rodrigues dos Santos, o prédio do Centro Diocesano de Pastoral e o Teatro Vitória, conformando um cenário urbano representativo da diversidade de usos e temporalidades presentes no Centro Histórico de Santarém.

No trecho analisado, a Rua Maestro Wilson Fonseca apresenta traçado predominantemente plano e proporção relativamente estreita, condição que reforça a sensação de eixo contínuo e linear. As edificações, majoritariamente implantadas no alinhamento da via, conformam uma borda urbana marcada por ritmos e volumetrias variadas, criando uma ambiência de forte caráter histórico. A presença de fachadas antigas, intercaladas por usos contemporâneos, produz contrastes visuais que revelam as camadas de transformação da paisagem.

Para o transeunte, a rua provoca uma percepção de imersão temporal: ao mesmo tempo em que remete ao passado pelo grau de preservação de certos imóveis, também expressa dinâmicas atuais de apropriação e circulação. Essa combinação de elementos materiais, simbólicos e sensoriais reafirma a rua como componente da paisagem urbana cultural do Centro Histórico, articulando arquitetura, memória e práticas sociais no cotidiano da cidade.

Figura 63 – Rua Maestro Wilson Fonseca



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

A diversidade de tipos e funções reunidas nesse espaço evidenciam a pluralidade do acervo arquitetônico, bem como as dinâmicas de transformação e de ressignificação do uso do solo urbano ao longo do tempo. Por um lado, observa-se a permanência de instituições culturais e religiosas que reforçam a centralidade simbólica da rua no imaginário santareno; por outro, a reconversão de casarões em empreendimentos comerciais revela processos de adaptação funcional,

frequentemente associados às pressões do mercado e à ausência de políticas de preservação consistentes.

Nesse sentido, o conjunto edificado da Rua Maestro Wilson Fonseca não deve ser compreendido apenas como um inventário de bens materiais, mas como um campo de tensões onde se entrecruzam memória, identidade e interesses econômicos. A coexistência entre edificações preservadas, reapropriadas e descaracterizadas evidencia, simultaneamente, a capacidade de resiliência da herança cultural e as fragilidades de sua conservação. Esse cenário demonstra que a salvaguarda do patrimônio edificado demanda ações que ultrapassem o mero registro formal, exigindo políticas de valorização efetiva e estratégias integradas de uso social, capazes de inserir esses bens de forma ativa na dinâmica urbana contemporânea.

Nesse contexto, destaca-se a figura da artesã paraense Dica Frazão, amplamente reconhecida em Santarém pela habilidade manual e pelo refinamento estético de suas criações. Utilizando insumos regionais como penas de ganso, fibras vegetais, sementes e cascas, produziu roupas, chapéus, leques e acessórios que extrapolaram a dimensão utilitária para se afirmarem como expressões artísticas da cultura amazônica. Ao transformar elementos naturais do cotidiano em artefatos de elevado valor simbólico, Dica Frazão consolidou um repertório estético diretamente associado à identidade regional, inscrevendo o artesanato local em circuitos culturais de maior amplitude.

De acordo com Amorim (2009), a família Frazão reside, desde 1943, em uma edificação de paredes espessas e aberturas retangulares (Figura 64), convertida, em 1983, no Museu Dica Frazão. A musealização da residência representa a institucionalização da memória da artesã, configurando-se como um marco na valorização do patrimônio imaterial associado ao fazer artesanal. Entretanto, tal processo também evidencia as tensões inerentes à preservação patrimonial em Santarém, uma vez que, embora o acervo possua relevância cultural e simbólica, permanece desprovido de políticas consistentes de conservação e difusão, revelando a vulnerabilidade das iniciativas locais de proteção e gestão do patrimônio cultural.

Figura 64 – Museu Dica Frazão



Fonte: Acervo do autor (2024).

Na mesma via, ergue-se o Solar do Barão de São Nicolau, construído em 1867, exemplar de notável ecletismo estilístico. Suas nove janelas e quatro portas em estilo árabe, associadas às grades mouriscas e aos revestimentos cerâmicos em azul e branco (Figura 65), atestam a circulação de modelos arquitetônicos globais no contexto amazônico oitocentista.

A ornamentação da fachada, composta por doze compartimentos delimitados e marquise decorada, evidencia a apropriação de linguagens exógenas que, reconfiguradas no espaço local, conferem singularidade ao patrimônio. Nesse sentido, o edifício expressa tanto a inserção de Santarém em redes comerciais e culturais transnacionais quanto a cristalização de hierarquias sociais associadas à elite regional.

Figura 65 – Solar do Barão de São Nicolau



Fonte: Acervo do autor (2024).

Outro marco presente no mesmo eixo urbano é o Centro Diocesano de Pastoral (Figura 66), edificação de finais do século XIX que integra o conjunto arquitetônico da Catedral de Nossa Senhora da Conceição. Sua implantação no mesmo lote reforça a centralidade da Igreja Católica na formação urbana e na regulação dos usos do espaço público, demonstrando a sobreposição entre poder religioso e organização territorial.

Figura 66 – Centro Diocesano de Pastoral



Fonte: Acervo do autor (2024).

Em frente à Praça Rodrigues dos Santos, observa-se uma residência (Figura 67) de valor histórico-cultural, atualmente desocupada. A situação de abandono dessa

edificação ilustra o paradoxo entre o reconhecimento simbólico do patrimônio e a ausência de mecanismos efetivos de preservação, problema recorrente no CHS.

Figura 67 – Casa do século XX situada em frente à Praça Rodrigues dos Santos



Fonte: Acervo do autor (2024).

A Praça Rodrigues dos Santos (Figuras 68 e 69), considerada uma das primeiras da cidade, é um espaço de expressiva densidade simbólica. Além de constituir um dos primeiros marcos de urbanização, seu entorno guarda a memória do encontro entre colonizadores e povos indígenas. Fonseca (2006) remete à tradição segundo a qual esse contato ocorreu em um amplo terreiro denominado “Ocara-Açu”, expressão indígena que significa “Terreiro Grande”, associado à fundação da cidade por Padre João Felipe Bettendorf. Assim, a praça transcende sua função material de espaço público e se converte em lugar de memória, vinculando-se às narrativas de origem da urbe e aos processos de apropriação colonial.

A praça apresenta topografia plana e abertura visual ampla, características que favorecem a leitura do conjunto arquitetônico e da malha urbana que a circunda. A conformação retangular e a ausência de barreiras físicas significativas produzem uma sensação de campo aberto, permitindo ao transeunte perceber o espaço como um ponto de respiro dentro do tecido urbano.

Mesmo diante das intervenções contemporâneas e perdas de elementos históricos, o logradouro preserva uma ambiência de centralidade simbólica, decorrente tanto da escala do espaço quanto da presença de edifícios e eixos viários que convergem para ele. A experiência sensorial é marcada por uma combinação de

amplitude, luminosidade e visibilidade, elementos que reforçam a condição da praça como núcleo irradiador de memória e como referência espacial na paisagem urbana cultural do Centro Histórico de Santarém.

Figura 68 – Praça Rodrigues dos Santos



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 69 – Praça Rodrigues dos Santos



Fonte: Acervo do autor (2025).

O Teatro Vitória (Figura 70), inaugurado em 1896 como Teatro 15 de Janeiro, constitui outro patrimônio histórico-cultural de significativa relevância. Erguido no contexto da economia da borracha, insere-se no mesmo ciclo em que foram construídos o Teatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus, ainda que em proporções mais modestas.

Sua função inicial como espaço de apresentações artísticas logo se diversificou: bailes, banquetes, hospedaria e até depósito de juta, revelando a plasticidade do edifício diante das transformações socioeconômicas da cidade (Santos, 1999). Entretanto, sucessivas modificações e adaptações descaracterizaram sua estrutura, culminando, em 2025, na utilização parcial pelo Ministério Público Estadual. O caso ilustra a tensão entre funcionalidade contemporânea e preservação da autenticidade histórica, uma problemática recorrente nos bens edificados do CHS.

Figura 70 – Teatro Vitória em 2024



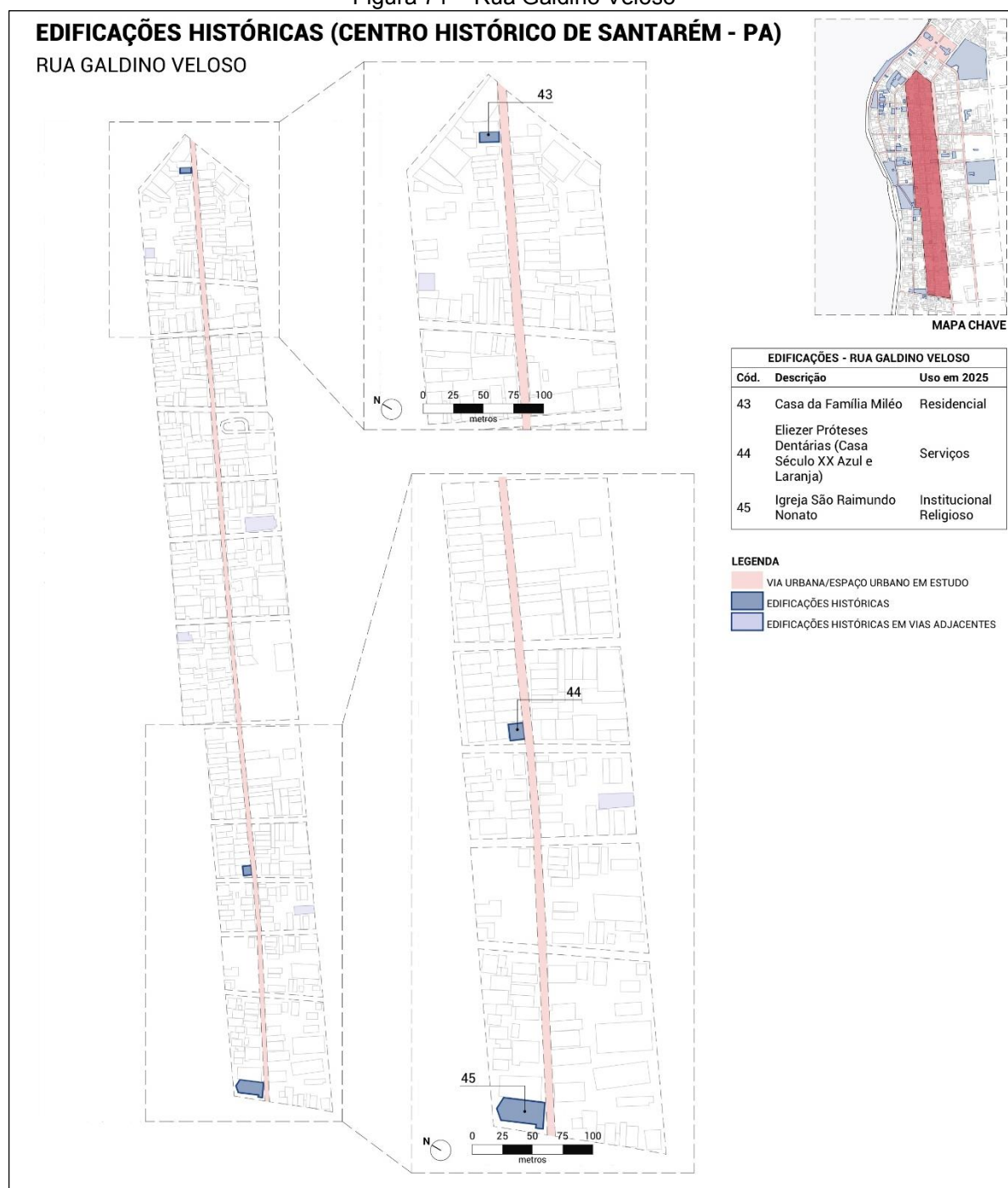
Fonte: Acervo do autor (2024).

A via seguinte a ser catalogada corresponde à Rua Galdino Veloso (Figura 71), no trecho situado entre as Travessas Francisco Corrêa e Silva Jardim, onde foram identificadas onze edificações de relevância histórico-cultural. Trata-se de uma rua plana e de largura moderada, ladeada por edificações no alinhamento, o que cria um eixo visual contínuo e uma sensação de confinamento suave, apenas interrompida pela abertura gerada pela Praça do Centenário. O percurso é marcado por visadas curtas, típicas de vias tradicionais, que fazem com que o transeunte experimente o espaço de forma progressiva, percebendo sucessivas camadas arquitetônicas e simbólicas.

Entre as edificações, destacam-se sete residências datadas do século XX, a sede de uma loja maçônica, a Praça do Centenário (também conhecida como Praça de São Raimundo Nonato), a igreja homônima e o coreto localizado em seu entorno. A presença da praça introduz uma ambiência mais aberta e luminosa, ampliando o

campo visual e oferecendo um contraste significativo com o traçado mais estreito da rua. Esse conjunto configura um recorte urbano expressivo, no qual se entrelaçam funções residenciais, religiosas, associativas e de lazer, compondo um mosaico que revela a pluralidade de usos e os múltiplos valores sociais e simbólicos atribuídos ao espaço ao longo do tempo.

Figura 71 – Rua Galdino Veloso



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Todavia, a análise evidencia uma heterogeneidade acentuada nos estágios de conservação das edificações e dos espaços públicos, oscilando entre situações de relativa preservação e casos de degradação manifesta. Esse quadro explicita a ausência de políticas públicas integradas e continuadas de preservação, que possam assegurar a permanência e a valorização desses bens enquanto elementos constitutivos da paisagem urbana e da memória coletiva.

Nesse sentido, a Rua Galdino Veloso materializa a tensão entre a permanência simbólica do patrimônio e a fragilidade dos mecanismos de gestão e proteção, expondo o risco iminente de perdas, tanto materiais quanto imateriais, que comprometem a identidade cultural de Santarém.

A edificação ilustrada na Figura 72, pertencente à tradicional família Miléo, constitui um exemplo de permanência do uso residencial associado à preservação de traços arquitetônicos históricos. Sua manutenção ao longo de décadas reforça a continuidade de vínculos familiares com o espaço e evidencia a resistência frente às pressões de descaracterização que incidem sobre o Centro Histórico.

Na sequência, observa-se outra residência de origem no século XX (Figura 73), cuja configuração formal preserva elementos arquitetônicos de um período pretérito. Esses traços materiais não apenas dialogam com o contexto urbano de sua época de construção, mas também se integram ao conjunto patrimonial, contribuindo para a leitura da formação histórica da cidade e para a compreensão das dinâmicas de permanência e transformação no espaço urbano.

Figura 72 – Residência da família Miléo



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 73 – Residência datada do século XX



Fonte: Acervo do autor (2024).

O bem patrimonial seguinte corresponde à Igreja de São Raimundo Nonato, dedicada ao padroeiro do bairro da Aldeia (Figura 74). Erguida entre 1926 e 1941, a edificação insere-se no repertório da arquitetura colonial de matriz portuguesa, apresentando duas torres laterais e uma fachada central cuja configuração remete à tipo de capela, marcada por frontão e janelas enquadradas por molduras retangulares simples. A preservação de elementos originais, como o piso, o altar, a escada de acesso ao coro e os nichos devocionais (Amorim, 2010), reforça a autenticidade do conjunto e o valor histórico-cultural do bem, assegurando sua permanência como referência identitária para a comunidade local.

Figura 74 – Igreja de São Raimundo Nonato



Fonte: Acervo do autor (2024).

A inauguração da Praça do Centenário, também denominada Praça de São Raimundo Nonato, em alusão ao centenário da elevação de Santarém à categoria de cidade (1848-1948). O espaço reúne diferentes marcas da memória coletiva, materializadas no coreto (Figura 75), em esculturas e em outros elementos históricos. Registros documentais indicam que, em períodos anteriores, a praça chegou a abrigar um fosso com répteis e quelônios, além de dispor de um caramanchão e de dois canhões provenientes da antiga fortaleza do Tapajós (Santos, 1999; Fonseca, 2006; Amorim, 2010).

No contexto do CHS, a presença articulada da igreja e da praça transcende a dimensão material, projetando-se como espaço de sociabilidade, devoção religiosa e celebração cívica. Enquanto a igreja reafirma valores espirituais e tradições enraizadas no bairro da Aldeia, a praça configura-se como lócus da memória urbana, condensando práticas sociais e rituais coletivos que dialogam com diferentes temporalidades da cidade.

Assim, o conjunto expressa não apenas a permanência de formas arquitetônicas de períodos pretéritos e de bens de uso público, mas também a capacidade desses espaços de ressignificar-se ao longo do tempo, reforçando o papel do patrimônio edificado como depositário de identidade, memória e pertencimento.

Figura 75 – Praça do Centenário (São Raimundo Nonato) e ao fundo o coreto



Fonte: Acervo do autor (2024).

O trecho da Avenida Rui Barbosa (Figura 76), situado entre a Praça Barão de Santarém e a Travessa Silva Jardim, conforma um segmento plano, relativamente amplo e voltado para o fluxo intenso de pedestres e veículos. As edificações dispõem-se no alinhamento da via, criando uma leitura contínua do conjunto e permitindo ao transeunte uma percepção clara de suas diferentes temporalidades. A amplitude visual do logradouro, favorecida pela ausência de barreiras físicas significativas, proporciona uma sensação de abertura, embora o ritmo heterogêneo das fachadas revele intervenções contemporâneas que tensionam sua ambiência histórica.

Nesse percurso, encontram-se três edificações de expressivo valor histórico-cultural. A mais antiga, de 1954, é a Primeira Igreja Batista de Santarém, cuja implantação no tecido urbano simboliza a presença e a expansão do protestantismo no município. A segunda corresponde ao antigo Cinerama, atualmente adaptado para uso religioso por uma congregação evangélica, configurando um exemplo de ressignificação funcional do patrimônio arquitetônico. Completa o conjunto uma residência do século XX que preserva parte de sua configuração original.

A justaposição desses imóveis evidencia a multifuncionalidade da avenida e o contraste entre edificações que mantêm sua integridade, aquelas transformadas por novos usos e outras em processo de descaracterização. Assim, o trecho expressa uma paisagem urbana cultural marcada pela coexistência de camadas históricas, pela dinâmica de apropriações sociais e pelas distintas formas de vivência e leitura do espaço.

Figura 76 – Avenida Rui Barbosa

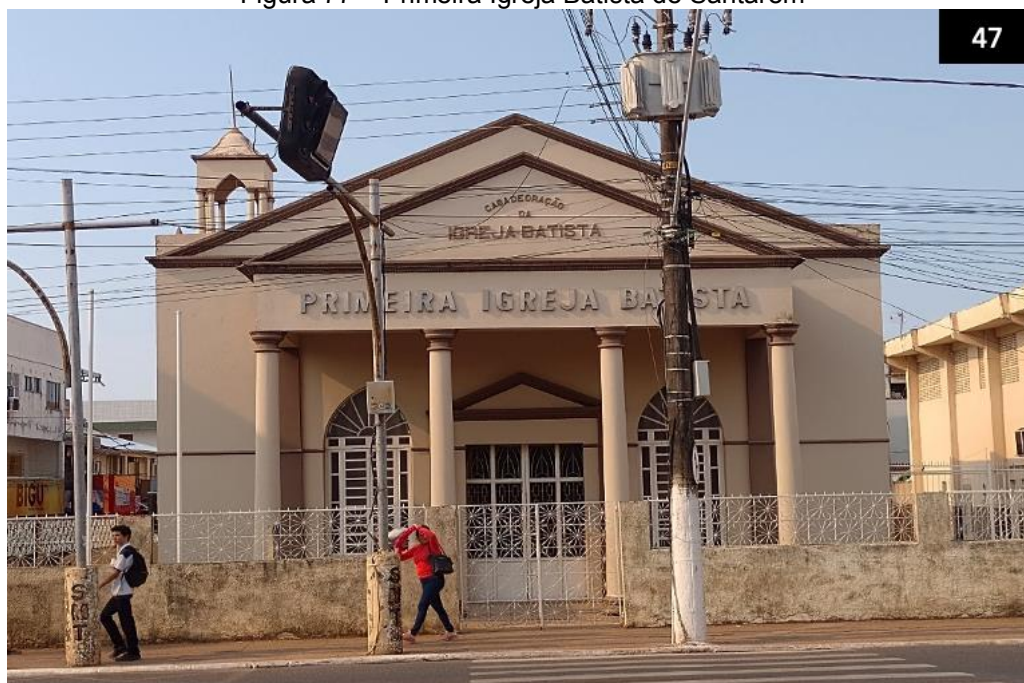


Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

A Primeira Igreja Batista de Santarém (Figura 77) foi implantada, originalmente em 1904, em área próxima ao local ocupado pelo templo atual (2025). Sua edificação inaugural, inteiramente construída em madeira, permaneceu em uso por vários anos, atendendo à expansão do protestantismo na cidade no início do século XX. Em 1935, foi erguida uma nova estrutura em alvenaria, marco de um período de maior estabilidade e consolidação institucional, posteriormente substituída pela atual sede,

inaugurada em 1954, a qual segue em funcionamento em 2025. A antiga igreja, preservada, passou a desempenhar função de casa pastoral, mantendo vínculo material e simbólico com a memória da comunidade (Amorim, 2009).

Figura 77 – Primeira Igreja Batista de Santarém

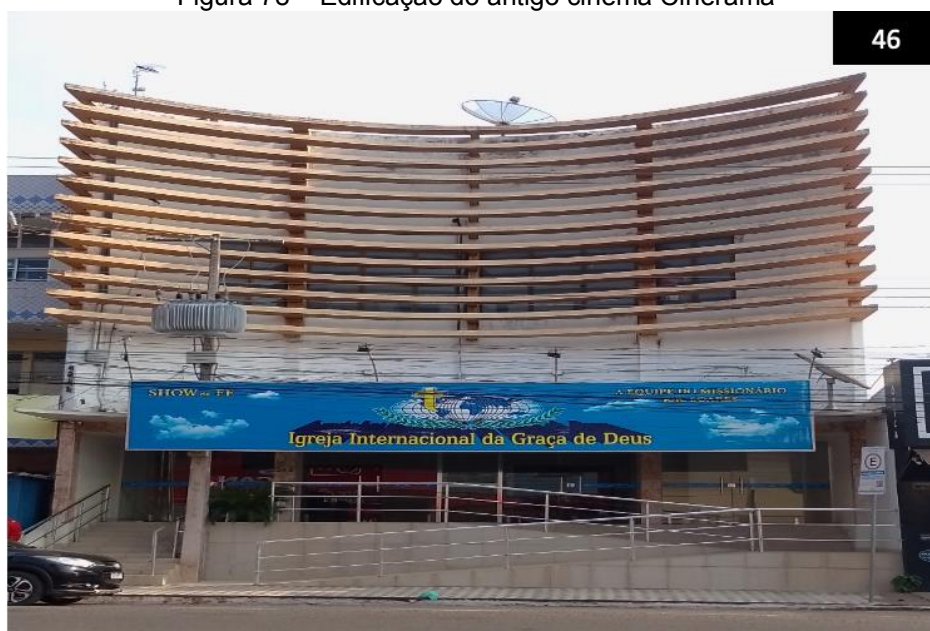


Fonte: Acervo do autor (2024).

Segundo Amorim (2009), a edificação apresenta elementos arquitetônicos de expressividade notável, como a porta central encimada por frontão, frisos ressaltados, colunas e pinhas ornamentais, que materializam uma linguagem simbólica vinculada à tradição cristã e ao repertório arquitetônico do período. Esses elementos conferem valor estético à construção e reforçam sua presença como marco de referência no cenário urbano.

A segunda edificação em destaque é o antigo cinema “Cinerama” (Figura 78), inaugurado na década de 1970, que permaneceu em funcionamento até 2006. Em 2025, sua estrutura abriga um templo evangélico, caracterizando um processo de resignificação funcional que, embora preserve a volumetria original, altera profundamente o uso social e cultural do imóvel. O Cinerama mantém-se como referência espacial na área, evocando memórias coletivas ligadas ao lazer e à sociabilidade urbana, mas com significado resignificado pelo novo uso religioso.

Figura 78 – Edificação do antigo cinema Cinerama



Fonte: Acervo do autor (2024).

A terceira edificação identificada corresponde a uma residência de tipo arquitetônico do século XX (Figura 79) cuja fachada preserva um óculo, elemento circular destinado à ventilação ou iluminação, que se sobressai como recurso formal distintivo. Esse elemento cumpre função técnica, além de integrar a composição estética do edifício, evidenciando o cuidado do projeto e a permanência de traços construtivos característicos de um período anterior à modernização acelerada do Centro Histórico.

Figura 79 – Casa com detalhe arquitetônico óculo, século XX



Fonte: Acervo do autor (2024).

O conjunto dessas três edificações ilustra, de forma concreta, a diversidade de trajetórias que o patrimônio edificado do CHS pode assumir ao longo do tempo. A Primeira Igreja Batista exemplifica o processo de preservação e continuidade funcional, ainda que com substituições estruturais ao longo do século XX.

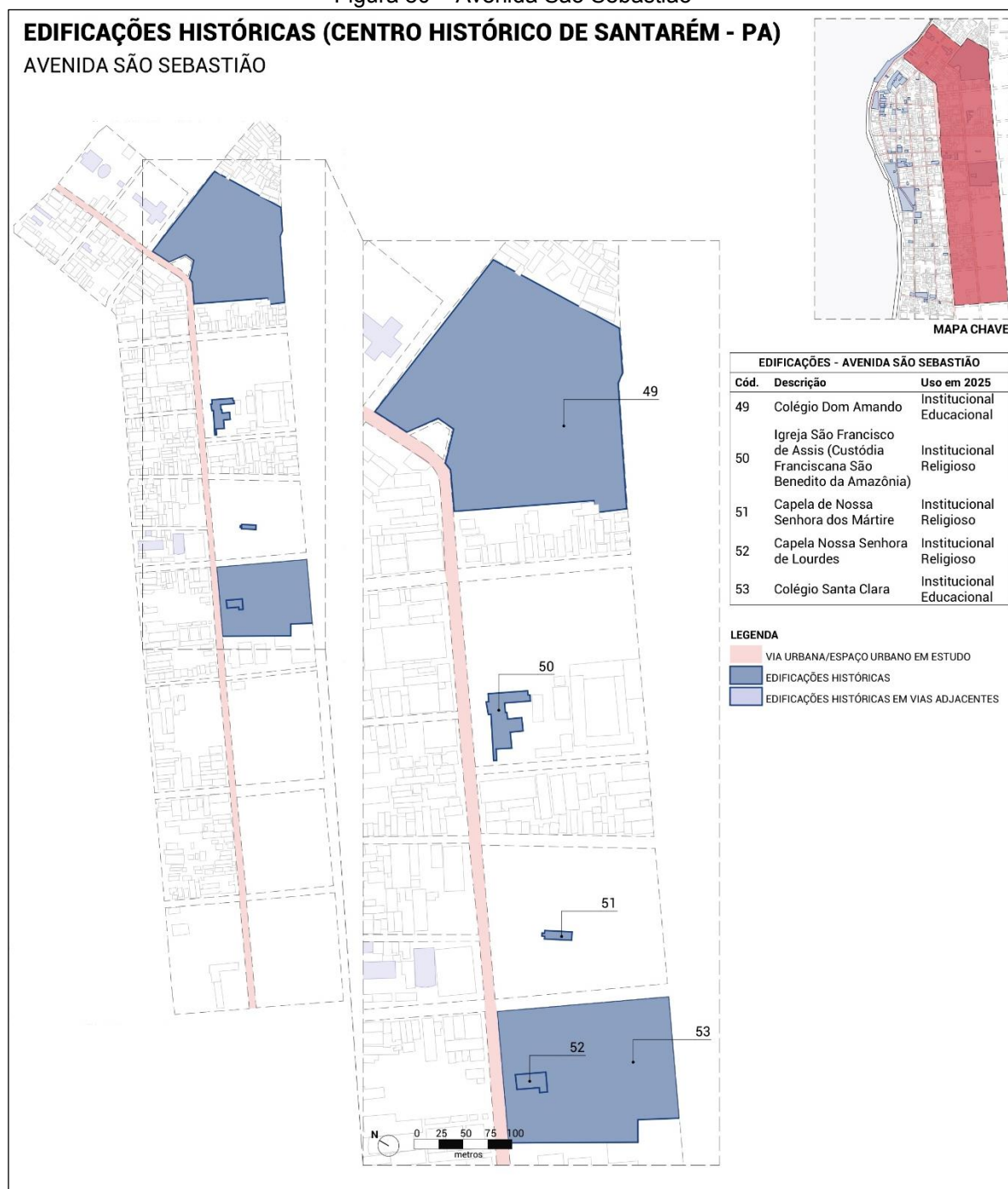
O antigo Cinerama, por sua vez, evidencia a ressignificação funcional, mantendo parte da materialidade original, mas alterando de maneira significativa seu papel cultural na vida urbana. Já a residência do século XX, representa a permanência de elementos arquitetônicos característicos, mesmo sem função pública de destaque, o que reforça a importância das edificações domésticas como parte integrante da paisagem histórica.

Esses exemplos revelam a coexistência, no mesmo perímetro, de estratégias distintas, preservação, adaptação e transformação, que configuram um mosaico de práticas e significados atribuídos ao patrimônio. Tal cenário expõe, simultaneamente, a capacidade de resistência material dessas construções e a vulnerabilidade de seus valores simbólicos diante das dinâmicas urbanas, econômicas e sociais que moldam o CHS em 2025.

Ainda no referido eixo urbano, identificaram-se seis edificações de expressiva relevância patrimonial, localizadas na Avenida São Sebastião (Figura 80), no segmento delimitado pela Praça Barão de Santarém e a Travessa Silva Jardim. Trata-se de uma via plana, de largura intermediária, ladeada por edificações no alinhamento, conformando um percurso visual contínuo no qual diferentes volumetrias, usos e linguagens arquitetônicas produzem uma ambiência heterogênea. Para o transeunte, essa configuração gera uma sensação de alternância entre recolhimento e abertura, resultante tanto da diversidade tipológica quanto da presença marcante de instituições religiosas e educacionais que estruturam o eixo.

Compõem esse conjunto o Colégio Dom Amando, instituição de ensino cuja atuação remonta à primeira metade do século XX; o Convento e a Capela de São Francisco de Assis, de forte significado religioso e cultural para a comunidade franciscana; a Capela de Nossa Senhora dos Mártires, erguida no interior do cemitério homônimo, espaço de devoção popular e memória coletiva; o Colégio Santa Clara; e a Capela de Lourdes, cuja devoção mariana atrai fiéis e se mantém como expressão da religiosidade local. As referidas edificações encontram-se representadas nas Figuras 81 e 82.

Figura 80 – Avenida São Sebastião



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

O Colégio Dom Amando constitui uma das instituições de ensino particular mais tradicionais de Santarém, com trajetória marcada por diferentes funções e administrações ao longo do tempo. Segundo Amorim (2009), sua origem remonta a 1943, quando o edifício foi inaugurado como hospital sob a denominação de São José, por iniciativa do bispo Dom Anselmo Pietrulha, que também exerceu a função de primeiro diretor. Até 1951, a gestão esteve sob responsabilidade dos franciscanos da

província de Santo Antônio, designados pela Prelazia de Santarém. Nesse período, a instituição destinava-se exclusivamente ao público masculino, refletindo a orientação educacional vigente.

Figura 81 – Colégio Dom Amando



Fonte: Blog do Espaço Aberto (2008).

Com a instalação da congregação dos Irmãos de Santa Cruz em 1951, a administração foi transferida para essa irmandade no ano seguinte, consolidando um novo ciclo institucional. A mudança representou alteração administrativa e adaptação da proposta pedagógica às diretrizes da congregação. Posteriormente, a escola ampliou sua abrangência ao admitir estudantes do gênero feminino, processo que evidencia transformações sociais e educacionais mais amplas. Em 2025, o colégio atende anualmente discentes de todos os gêneros, mantendo-se como referência na educação privada local.

De modo análogo, o Colégio Santa Clara, também vinculado à Igreja Católica, constitui um marco da educação santarena. Idealizado em 1910 pelo bispo Dom Amando Bahlman e pela Madre Imaculada de Jesus, o estabelecimento iniciou suas atividades como orfanato, localizado na Rua Floriano Peixoto (em 2025, Rua Wilson Fonseca), sob a gestão das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Em 1913, transferiu-se para a esquina da Avenida Barão do Rio Branco com a Avenida São Sebastião, onde consolidou sua função educativa.

Figura 82 – Colégio Santa Clara e Capela Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: Ronaldo Ferreira (2011).

O complexo educacional foi ampliado com a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora de Lourdes, adjacente ao prédio escolar, reforçando o vínculo entre educação e religiosidade. Durante várias décadas, o Colégio Santa Clara manteve-se restrito à função de orfanato, passando, em 1934, a admitir apenas alunas do gênero feminino. Essa configuração perdurou até 1994, quando homens foram incluídos no corpo discente, processo que, assim como no Colégio Dom Amando, reflete a gradual flexibilização das práticas educacionais e a reconfiguração do papel das instituições confessionais no cenário escolar da cidade (Amorim, 2009).

A análise comparativa das duas instituições evidencia tanto convergências quanto singularidades. Ambas nasceram sob forte influência da Igreja Católica, assumindo papéis sociais que ultrapassaram a dimensão estritamente educacional: o Colégio Dom Amando, inicialmente como hospital e posteriormente como escola, e o Colégio Santa Clara, com função de orfanato antes de consolidar-se como espaço de ensino. Essa origem reforça o caráter assistencial e formativo que marcou a inserção de ordens e congregações religiosas na estrutura urbana e social de Santarém.

Outro ponto de convergência diz respeito à questão de gênero. Tanto o Dom Amando quanto o Santa Clara iniciaram suas atividades educacionais com restrições: o primeiro direcionado ao público masculino e o segundo, posteriormente, restrito ao feminino. A abertura gradual de ambos para estudantes de todos os gêneros espelha mudanças nos paradigmas educacionais e revela a adaptação dessas instituições às demandas sociais contemporâneas e à maior democratização do acesso à educação.

No entanto, suas trajetórias se distinguem quanto ao papel desempenhado na cidade: o Dom Amando construiu sua identidade como colégio voltado para a

educação secundária tradicional, com forte disciplina acadêmica e religiosa; já o Santa Clara reforçou seu caráter assistencial e de acolhimento antes de consolidar-se como escola. Essas diferenças refletem a diversidade de estratégias adotadas pelas congregações católicas para responder às necessidades locais, revelando como a educação confessional se articulou tanto à formação de elites intelectuais quanto à proteção social de grupos vulneráveis.

Outro patrimônio histórico-cultural destacado, o Tapajós Bar (Figura 83), situado nas imediações da Igreja Matriz, Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em posição privilegiada na Avenida Tapajós, eixo urbano que concentra bens de elevada representatividade histórica e simbólica. Segundo Amorim (2009), sua edificação remonta a 1946, fruto da iniciativa de seu proprietário, integrando o conjunto arquitetônico da Praça Monsenhor José Gregório, popularmente denominada Praça da Matriz, espaço de centralidade religiosa, social e cultural para a vida santarena.

Figura 83 – Tapajós Bar



Fonte: Acervo do autor (2024).

Embora a paisagem original da Avenida Tapajós tenha sido profundamente modificada ao longo das últimas décadas, a imagem apresentada registra o edifício no contexto atual de seu entorno imediato. A edificação se insere em trecho plano da via, mantendo relação frontal com o alinhamento do passeio e estabelecendo uma ambiência aberta orientada visualmente para a orla. Ainda que a presença de elementos contemporâneos tenha alterado significativamente a legibilidade da paisagem histórica, o registro permite reconhecer aspectos essenciais de sua

inserção urbana, especialmente a condição de ponto de referência no percurso ribeirinho que acompanha o rio Tapajós.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o bar consolidou-se como ponto de encontro boêmio, associado a práticas de lazer e sociabilidade que ressignificavam o espaço público como lugar de convivência, circulação de ideias e expressão cultural. Sua atratividade estava relacionada à paisagem singular da orla, que oferecia ao público a contemplação do pôr do sol e do encontro das águas entre os rios Tapajós e Amazonas, fenômeno natural que, para além da contemplação estética, reforçava vínculos afetivos e identitários com a cidade.

Com a abertura da Avenida Tapajós, na década de 1970, o caráter de centralidade desse espaço foi intensificado, transformando-o em território de convivência entre gerações e em símbolo de integração social. Nesse sentido, o edifício e seu entorno extrapolam a condição de simples estrutura arquitetônica ou de marco urbanístico: configuram-se como lugares de memória, em que a materialidade do patrimônio dialoga tanto com a paisagem natural quanto com as práticas sociais que lhe conferem significados.

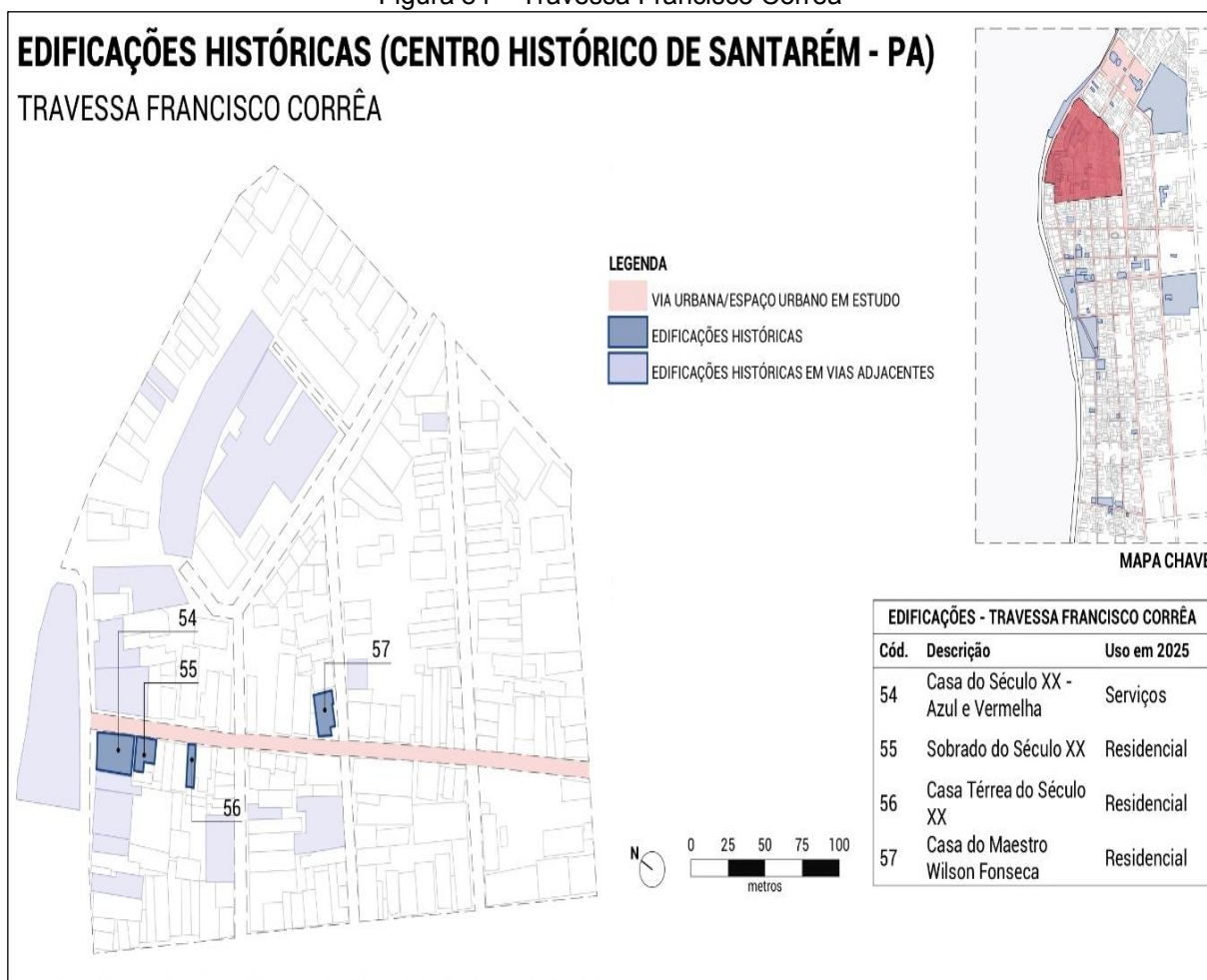
Essa articulação evidencia que a preservação desses espaços não se limita à manutenção física das edificações, mas exige também a valorização de suas dimensões simbólicas, identitárias e afetivas, fundamentais para a compreensão do patrimônio em sua totalidade.

Prosseguindo o percurso, observa-se que, na Travessa Francisco Corrêa (Figura 80), no trecho situado entre a Praça do Pescador e a Avenida Rui Barbosa, foram identificadas sete edificações de relevância histórico-cultural, um sobrado e seis residências, devidamente registradas na (Figura 84). Trata-se de uma via plana e relativamente estreita, ladeada por edificações no alinhamento do lote, o que produz uma ambiência mais recolhida e contínua, marcada pela proximidade entre calçadas, fachadas e vegetação esparsa.

Essa configuração gera no transeunte uma sensação de percurso íntimo, com campo visual parcialmente delimitado, favorecendo a leitura das fachadas e o reconhecimento da paisagem urbana cultural como conjunto integrado. Essas construções preservam elementos formais e estilísticos que remetem ao período de sua edificação, o que evidencia a permanência de valores arquitetônicos e urbanísticos constitutivos da paisagem cultural do CHS.

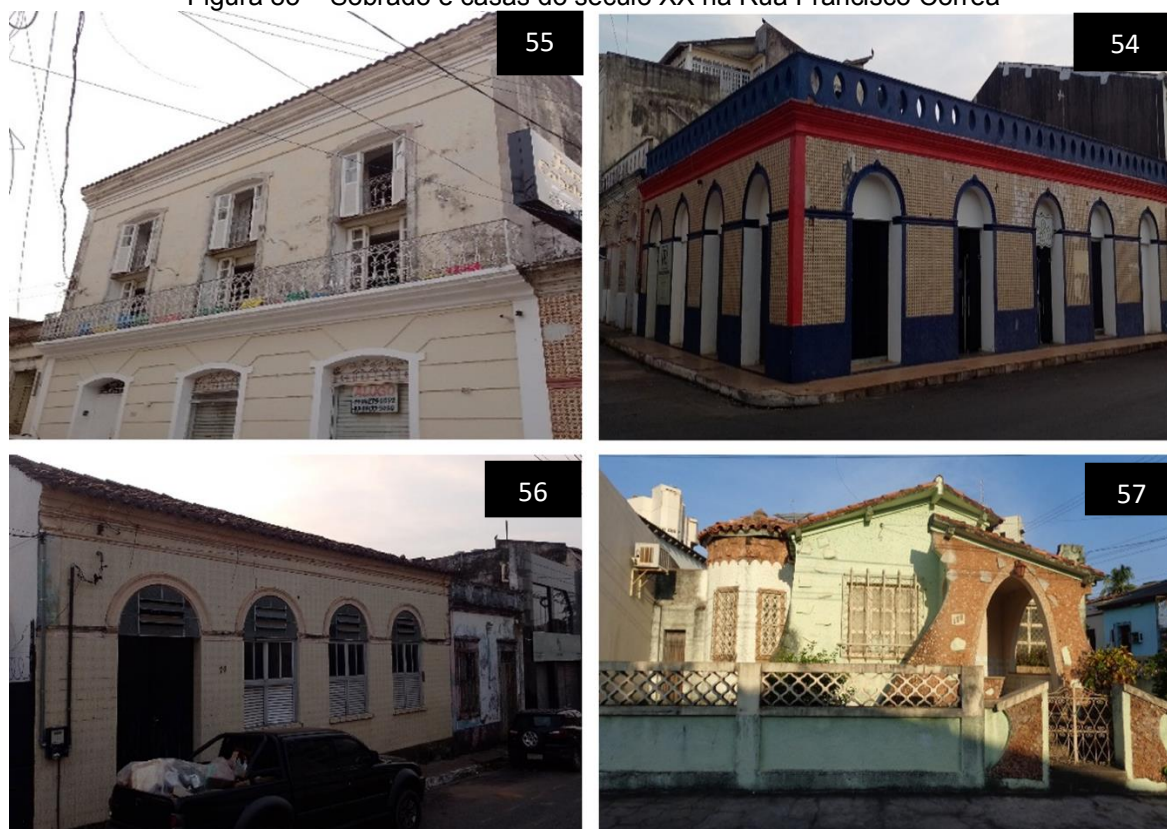
A manutenção dessas características confere ao conjunto não apenas valor patrimonial, mas também potencial interpretativo, ao permitir a compreensão das práticas construtivas e dos modos de habitar de épocas pretéritas. Contudo, a conservação dessas edificações encontra-se tensionada por processos de transformação urbana que, na ausência de políticas públicas consistentes de preservação, podem comprometer tanto a integridade material quanto a representatividade simbólica desse patrimônio histórico-cultural no âmbito mais amplo da memória coletiva santarena.

Figura 84 – Travessa Francisco Corrêa



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 85 – Sobrado e casas do século XX na Rua Francisco Corrêa



Fonte: Acervo do autor (2024).

Primeiramente, destaca-se o sobrado de dois pavimentos (Figura 85, primeira à esquerda). Em seguida, as residências, que, em 2025, encontram-se descaracterizadas (Figura 85, segunda à esquerda), compõem um conjunto representativo de etapas da trajetória urbana e arquitetônica de Santarém. Entre elas, encontra-se uma casa revestida por azulejos, com fachada dotada de elementos vazados (Figura 85, segunda à direita).

Apesar de se apresentarem em diferentes estágios de conservação, essas edificações constituem testemunhos materiais da evolução histórica e estilística do município. Entretanto, a descaracterização parcial de parte dessas estruturas e a carência de intervenções consistentes de preservação evidenciam tensões entre a permanência física dos bens e a descontinuidade das políticas públicas de proteção. Esse quadro, ao mesmo tempo em que reafirma a resiliência simbólica desses elementos na paisagem cultural, revela a fragilidade institucional diante das pressões urbanísticas e da lógica especulativa contemporânea.

Nesse contexto, a Figura 85 (segunda à direita) destaca a residência onde viveu o maestro Wilson Fonseca, conhecido como Isoca, um dos mais notórios expoentes da cultura santarena. De acordo com Amorim (2010), o imóvel, datado de

1948, representa não apenas valor arquitetônico, mas sobretudo relevância simbólica vinculada à memória cultural da cidade. A presença dessa dimensão memorialística confere centralidade à casa enquanto referência identitária coletiva, evidenciando que sua preservação deve ultrapassar a dimensão estritamente material e depender de políticas públicas eficazes de reconhecimento, conservação e valorização, capazes de integrá-la ao circuito de bens que conformam a memória urbana de Santarém.

A leitura desse exemplar evidencia como o patrimônio edificado atua como depositário de valores afetivos e culturais, articulando lembranças individuais e coletivas que compõem a paisagem histórica local. Assim, mais do que objetos isolados, essas construções configuram marcos de continuidade e permanência no tecido urbano, expressando o entrelaçamento entre memória, identidade e materialidade.

Nesse mesmo horizonte interpretativo, a Travessa Quinze de Agosto (Figura 86) revela outro fragmento dessa memória materializada. No trecho situado entre a Rua Senador Lameira Bittencourt e a Avenida São Sebastião, destacam-se três edificações de interesse histórico-cultural: dois casarões do século XX e uma residência. Esse pequeno conjunto conforma mais um núcleo patrimonial na catalogação arquitetônica da área central de Santarém, compondo a narrativa urbana que se revela a cada quadra.

Trata-se de uma via predominantemente plana e de largura moderada, ladeada por edificações alinhadas ao passeio, o que produz uma sensação de percurso contínuo e de certa intimidade espacial ao transeunte. A presença de sombras projetadas pelas fachadas, associada à baixa intensidade de fluxos, favorece uma ambiência de calma, onde a paisagem urbana combina elementos históricos com interferências contemporâneas, revelando aberturas pontuais para outras quadras e trechos do Centro Histórico.

A presença dessas construções, ainda resistentes diante das transformações contemporâneas, convida à leitura do espaço como testemunho vivo da trajetória histórica da cidade, reafirmando a condição de palimpsesto urbano do Centro Histórico, no qual diferentes tempos e usos se sobrepõem, constituindo a paisagem cultural santarena.

Figura 86 – Travessa Quinze de Agosto



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

A Figura 87 apresenta um dos casarões mais antigos ainda preservados na região central de Santarém: a edificação da família Figueira, datada de 1917. O imóvel conserva elementos formais significativos, como a porta com almofadas lisas, janelas protegidas por grades na seção inferior, sustentadas por marquise, além de incisões retangulares divididas em cinco seções na parte superior da fachada. Destaca-se, ainda, o brasão vazado em configuração arqueada, localizado no topo, e a presença de um sótão em sua base (Amorim, 2009).

Figura 87 – Casarão do século XX da família Figueira, detalhe para a fachada e inscrição de 1917



Fonte: Acervo do autor (2024).

Entretanto, apesar de seu valor arquitetônico e simbólico, a edificação encontra-se desativada há anos, revelando sinais de abandono. A placa de aluguel afixada em sua fachada explicita não apenas a falta de uso, mas sobretudo a ausência de políticas consistentes de preservação e de gestão do patrimônio histórico local. Essa situação exemplifica um quadro recorrente de negligência patrimonial, em que bens de relevância histórico-cultural permanecem à mercê da especulação imobiliária e de dinâmicas urbanas excludentes, comprometendo sua integridade material e sua função social no âmbito da memória coletiva santarena.

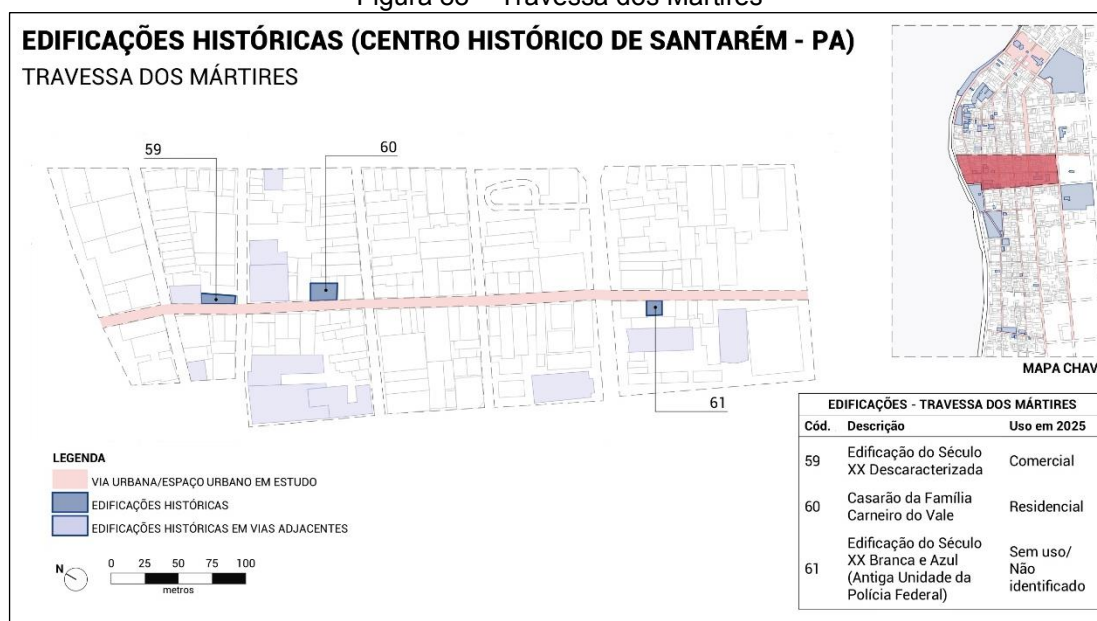
A próxima via a ser catalogada é a Travessa dos Mártires (Figura 88), no trecho delimitado entre a Rua Senador Lameira Bittencourt e a Avenida São Sebastião, onde foram identificadas seis edificações de interesse histórico-cultural: um casarão em bom estado de conservação e cinco casas que, em 2025, encontram-se ocupadas por estabelecimentos comerciais.

A travessa apresenta-se plana, de perfil estreito e com edificações alinhadas ao lote, o que conforma um corredor urbano marcado pela proximidade visual entre pedestre e fachadas. Essa conformação espacial produz uma sensação de passagem contínua, na qual o transeunte percebe com nitidez os elementos construtivos, os desgastes do tempo e as interferências contemporâneas que se sobrepõem às preexistências históricas.

Inserida na paisagem urbana cultural do CHS, a via articula camadas temporais distintas: de um lado, a permanência material de bens arquitetônicos de valor patrimonial; de outro, a reconversão funcional que adapta essas edificações às

dinâmicas econômicas atuais. A coexistência entre memória construída e usos contemporâneos evidencia a tensão entre preservação e mercado, revelando um cenário que, se não for acompanhado por políticas públicas consistentes, pode comprometer a integridade e a representatividade histórica dessas construções no conjunto urbano.

Figura 88 – Travessa dos Mártires



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

O próximo percurso inicia-se no casarão da família Carneiro do Vale (Figura 89), exemplar do estilo colonial português (Amorim, 2009), cuja longevidade de uso e integridade de elementos formais, porta frontal, três janelas em arco, beirais e frisos escalonados, configuram um caso de preservação relativamente elevado no CHS. A permanência material desse imóvel reflete práticas de cuidado e traduz a manutenção de vínculos simbólicos que associam a linhagem familiar à memória urbana, projetando sobre a edificação um valor que transcende a dimensão estética e inscreve-se no plano das identidades locais.

Figura 89 – Casarão da família Carneiro do Vale



Fonte: Acervo do autor (2024).

A segunda estrutura (Figura 90), localizada em esquina, integrava o conjunto de edificações de uso misto que caracterizavam a paisagem do Centro Histórico de Santarém nas primeiras décadas do século XX. O imóvel, que abrigou originalmente funções residenciais e comerciais, encontra-se (em 2025), descaracterizado.

As placas e revestimentos metálicos aplicados sobre a fachada alteraram sua leitura arquitetônica, embora ainda seja possível identificar vestígios da composição original, como o ritmo das aberturas e a volumetria típica dos casarões urbanos. Essa descaracterização reflete o processo mais amplo de adaptação dos imóveis históricos às demandas contemporâneas do comércio local, fenômeno recorrente em diversas áreas do CHS.

Figura 90 – Edificação do século XX descaracterizada



Fonte: Acervo do autor (2024).

A terceira edificação (Figura 91) retoma ao século XX, em bom estado de conservação, apresentando três janelas, porta frontal e ornamentos, como a pinha. A esse repertório formal acrescenta-se um componente de memória institucional: segundo Amorim (2009), o imóvel abrigou a primeira unidade da Polícia Federal em Santarém. A sobreposição entre valor arquitetônico e significado histórico amplia o horizonte interpretativo do bem, inserindo-o em circuitos de lembrança coletiva que extrapolam o bairro e se articulam a narrativas da cidade e do Estado.

Figura 91 – Edificação do século XX preservada



Fonte: Acervo do autor (2024).

No trecho analisado, dois casos isolados ajudam a dimensionar a escala do problema: o prédio Cristo Rei (Figura 93), único exemplar remanescente de interesse histórico e arquitetônico identificado na Avenida Barão do Rio Branco (Figura 92), no segmento situado entre a Avenida São Sebastião e a Rua Senador Lameira Bittencourt (Figura 94); e o prédio de uma residência do século XX, em 2025, adaptada para ponto comercial, preservando traços arquitetônicos pretéritos, localizada na Travessa João Otaviano de Matos (Figura 94), entre a Avenida Rui Barbosa e a Rua Senador Lameira Bittencourt (Figura 95).

A Avenida Barão do Rio Branco apresenta-se como via plana, relativamente ampla e marcada pela predominância de edificações contemporâneas dispostas no alinhamento da rua. A uniformidade visual produzida por essas construções recentes gera uma ambiência de ruptura, na qual o prédio Cristo Rei se destaca de maneira isolada, quase como um marco residual em meio a um cenário em que reformas, substituições e ampliações eliminaram grande parte dos elementos arquitetônicos originais. Para o transeunte, essa configuração transmite uma sensação de descontinuidade histórica, uma vez que o percurso não revela mais camadas temporais integradas, mas sim fragmentos dispersos.

Na Travessa João Otaviano de Matos, igualmente plana, porém mais estreita e com menor fluxo, a presença de uma única edificação com feições antigas reforça a impressão de paisagem tensionada. A memória construída manifesta-se de forma pontual entre construções recentes de caráter funcional, permitindo ainda reconhecer traços das práticas arquitetônicas do século XX que contribuíram para a formação do tecido urbano tradicional.

A singularidade dessas duas edificações decorre justamente da intensa descaracterização das demais construções de seus respectivos trechos, que perderam integralmente elementos arquitetônicos e ornamentais originais. Assim, a permanência isolada desses exemplares evidencia uma malha patrimonial fragmentada, marcada por interrupções na continuidade histórica e paisagística e pela inserção de elementos dissonantes, revelando uma paisagem urbana cultural na qual os estratos do passado sobrevivem de forma dispersa e vulnerável.

Figura 92 – Avenida Barão do Rio Branco



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 93 – Prédio Cristo Rei adaptado para fins comerciais



Fonte: Blog do Jeso (2017).

Figura 94 – Travessa João Otaviano de Matos



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 95 – Residência do século XX adaptada para fins comerciais



Fonte: Acervo do autor (2024).

Tomadas em conjunto, essas observações delineiam um roteiro crítico do CHS: (1) a permanência material, exemplificada pelo casarão da família Carneiro do Vale e pela antiga sede da Polícia Federal, evidencia resistências frente aos processos de desgaste; (2) a descaracterização recoberta por placas denuncia a primazia de lógicas mercantis que comprometem a legibilidade histórica das fachadas; e (3) a dispersão de exemplares como o Cristo Rei e a residência com características arquitetônicas de

épocas passadas demonstra a fragilidade da continuidade patrimonial em determinados eixos de circulação.

Dessa forma, a análise não se limita à descrição de edificações, mas revela um campo de disputas entre memória e uso, preservação e substituição, integridade e colagem. Esse quadro reforça a urgência de políticas públicas integradas, capazes de transcender intervenções pontuais e assegurar a leitura coerente do conjunto urbano. Nesse sentido, o roteiro converte-se também em diagnóstico: onde subsiste a integridade formal, mantêm-se referências que sustentam narrativas identitárias; onde prevalecem recobrimento e descaracterização, multiplicam-se silenciamentos e lacunas que, se não enfrentados, acentuarão a descontinuidade do patrimônio edificado de Santarém.

O edifício Cristo Rei, de propriedade da Diocese de Santarém, remonta à década de 1940 e sofreu, ao longo do tempo, múltiplas intervenções em sua estrutura externa e interna. Sua função original e os usos subsequentes modificaram-se consideravelmente até a década de 1970, quando o imóvel se consolidou como sede de relevantes eventos sociais e culturais da cidade.

Posteriormente, foi adaptado para fins comerciais e, desde 2015, abriga um polo de artesanato, configurando-se como espaço de exposição e comercialização de produtos elaborados por artesãos locais. Essa trajetória evidencia a ressignificação de usos do patrimônio edificado, em que a permanência material da construção se articula à mutabilidade de funções sociais e econômicas atribuídas ao espaço.

O outro imóvel identificado no levantamento encontra-se, em 2025, em funcionamento como estabelecimento comercial sob a denominação “Casa do Criador”. Embora a fachada esteja parcialmente encoberta pela poluição visual resultante da sobreposição de placas comerciais, ainda é possível reconhecer elementos arquitetônicos de relevância, que remetem ao valor estético e histórico original da edificação. A tensão entre permanência formal e descaracterização simbólica exemplifica um dos dilemas centrais da preservação urbana: a dificuldade de conciliar a memória arquitetônica com as demandas contemporâneas de uso econômico do solo.

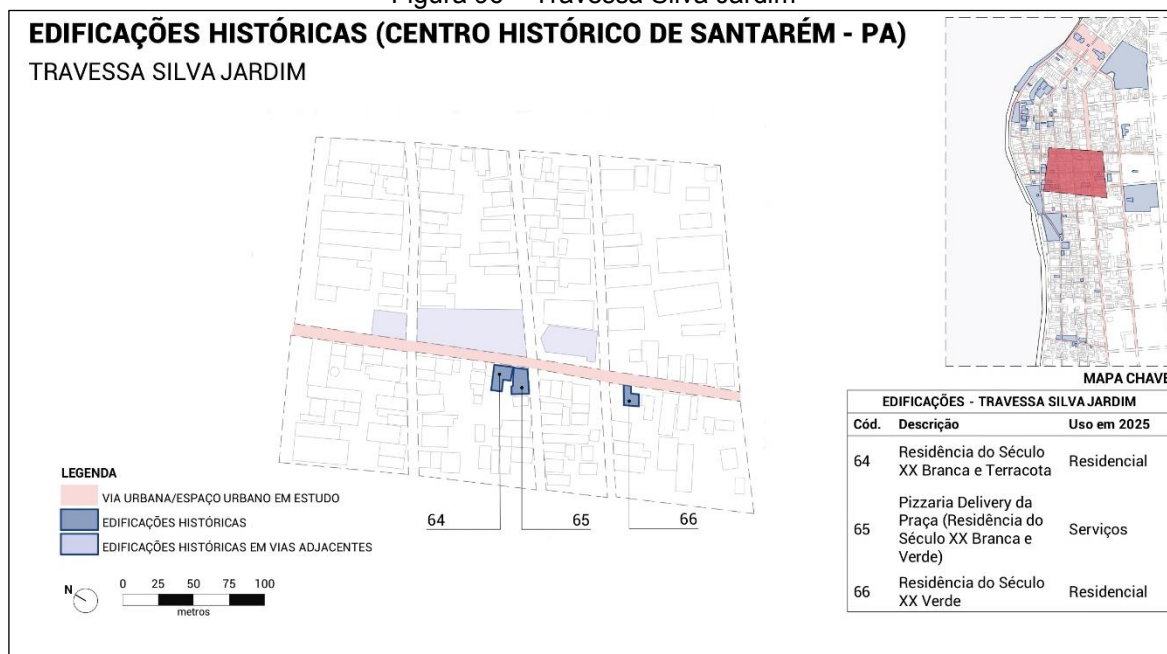
Por fim, na Travessa Silva Jardim (Figura 96), no trecho situado entre a Avenida São Sebastião e a Avenida Tapajós, observa-se uma via plana e relativamente estreita, delimitada por edificações que, em sua maioria, já não seguem um alinhamento contínuo, resultado das substituições recentes que alteraram a leitura do

conjunto. A paisagem urbana apresenta ambiente visualmente fragmentado, no qual predominam construções contemporâneas de caráter funcional, contrastando com a escala mais baixa e com os materiais característicos do antigo tecido histórico. Essa configuração produz no transeunte uma sensação de ruptura, como se o percurso revelasse uma malha urbana em processo de descontinuidade, onde as referências culturais se tornam menos evidentes a cada quadra.

Nesse cenário, as três edificações de valor histórico-cultural catalogadas (Figura 93) assumem relevância simbólica ampliada, pois constituem os últimos remanescentes capazes de evocar a morfologia tradicional da travessa. Sua presença, ainda que isolada, atua como marco de permanência em meio à crescente homogeneização arquitetônica, evidenciando o contraste entre continuidade e apagamento.

Esse quadro revela os efeitos cumulativos da especulação imobiliária e das pressões por usos comerciais, processos que, ao longo das últimas décadas, impulsionaram a substituição de estruturas originais por edificações padronizadas e destituídas de valor histórico. A paisagem resultante reforça a urgência de políticas públicas que conciliem a valorização econômica do solo urbano com a salvaguarda do patrimônio como referência identitária, preservando os vínculos culturais que estruturam a memória coletiva da cidade.

Figura 96 – Travessa Silva Jardim



Fonte: Elaborado por Gabriela Sousa (2025).

Figura 97 – Edificações do século XX localizadas na Rua Silva Jardim



Fonte: Acervo do autor (2024).

Esses três exemplares do século XX permanecem preservados ao longo da via, configurando testemunhos materiais de etapas significativas da formação urbana de Santarém. A primeira (Figura 97, à esquerda) destaca-se pela presença de uma porta e de uma janela de grandes dimensões, atributos que remetem à funcionalidade e à simplicidade formal característica do período.

A segunda edificação apresenta três portas no pavimento térreo (Figura 97, à direita), conformando uma composição de maior simetria e amplitude de acesso. Já a terceira (Figura 97), dotada de quatro janelas e de uma porta principal, revela uma fachada com maior elaboração estética, cujo detalhamento denota não apenas diferenciação estética, mas também a possibilidade de maior distinção social de seus ocupantes. Essas observações ilustram a diversidade formal e funcional registrada ao longo do levantamento, cujo resultado permitiu identificar 102 edificações dotadas de expressivo valor histórico-cultural no âmbito do Centro Histórico de Santarém, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Edificações identificadas no CHS

Patrimônio	Quant.
Casarões	9
Sobrados	11
Casas	48
Igrejas	4
Capelas	3
Escolas	4
Coretos	2
Museus	3
Praças	8
Outros (Centro Diocesano de Pastoral, Centro Recreativo, Cristo Rei, Prédio antigo Cinerama, Prédio antigo cine Olímpia, garapeira Ipiranga, Tapajós bar, mercado Municipal, loja Maçônica, fachada confeitaria Luci).	10
Total	102

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Cabe destacar que a catalogação realizada por Amorim, entre 2009 e 2011, identificou aproximadamente 15 edificações que, em 2025, já não existem mais, porquanto foram demolidas e substituídas por estabelecimentos comerciais de diferentes naturezas. A catalogação conduzida por esta pesquisa, em 2024, confirmou a ausência material dessas construções anteriormente registradas, o que denota não apenas a continuidade do processo de supressão do acervo edificado, mas também a fragilidade das estratégias de preservação patrimonial em Santarém.

Segundo Reis Filho (2000), o estudo dos principais tipos habitacionais revela a predominância de sobrados e casas térreas. A principal distinção entre ambos estava vinculada ao tipo de piso: os sobrados possuíam assoalho, ao passo que as casas térreas apresentavam chão batido. Essas diferenças expressavam, de modo evidente, a correlação entre soluções arquitetônicas e hierarquias sociais, uma vez que os sobrados simbolizavam prosperidade, enquanto as moradias térreas com piso batido denotavam condições de pobreza. Nessa lógica, os pavimentos inferiores dos sobrados, quando não ocupados por atividades comerciais, eram comumente destinados ao alojamento de escravizados e animais ou permaneciam praticamente desocupados, sem uso pelas famílias proprietárias.

A incorporação dessa leitura histórica permite compreender que as perdas recentes não se limitam à materialidade dos imóveis, mas alcançam dimensões simbólicas relacionadas à memória social e às formas de habitar. Essa constatação ultrapassa a dimensão quantitativa da perda: traduz-se, sobretudo, na diluição de referências urbanas que sustentavam vínculos identitários e narrativas coletivas. A

demolição desses bens evidencia a prevalência de lógicas de mercado e de valorização imediata do solo urbano sobre o reconhecimento do patrimônio histórico-cultural como suporte de memória e de pertencimento.

Nesse sentido, o desaparecimento dessas edificações simboliza uma ruptura mais ampla entre passado e presente, comprometendo a possibilidade de transmissão entre gerações da história inscrita na paisagem urbana do Centro Histórico, como podem ser observadas nas (Figuras 98 e 99).

Figura 98 – Casa do século XX (demolida) catalogada em 2009 na Rua Galdino Veloso



Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém (2009).

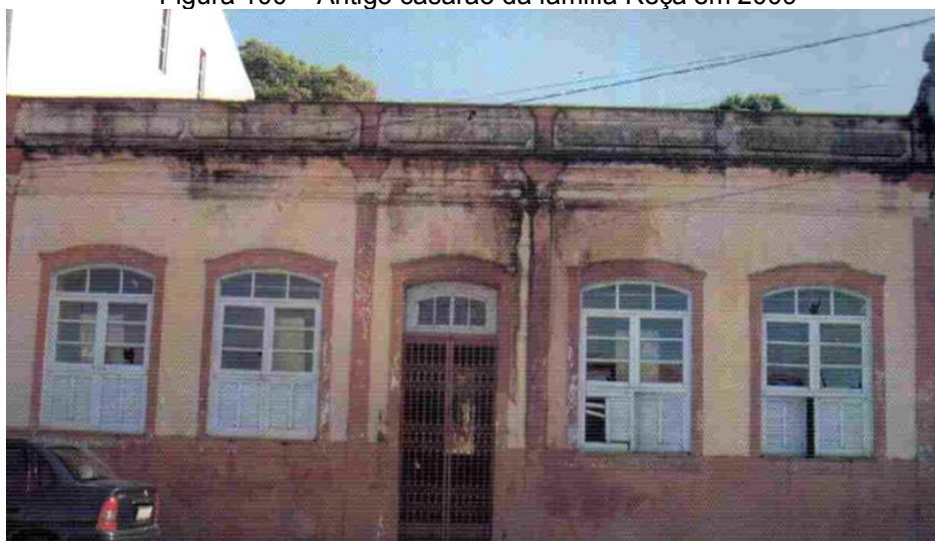
Figura 99 – Estabelecimento comercial em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Outro exemplo refere-se ao antigo Casarão da família Reça, identificado na catalogação de 2009, mas que, em 2025, já não existe mais. No local, encontra-se em andamento a construção de um edifício residencial, conforme evidenciam as Figuras 100 e 101. A substituição da edificação de valor histórico-cultural por um empreendimento contemporâneo ilustra a dinâmica de transformação do Centro Histórico, marcada pela perda de referências arquitetônicas e pela prevalência de lógicas de valorização imobiliária sobre a preservação patrimonial.

Figura 100 – Antigo casarão da família Reça em 2009



Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém (2009).

Figura 101 – Local em que estava localizado o antigo casarão da família Reça

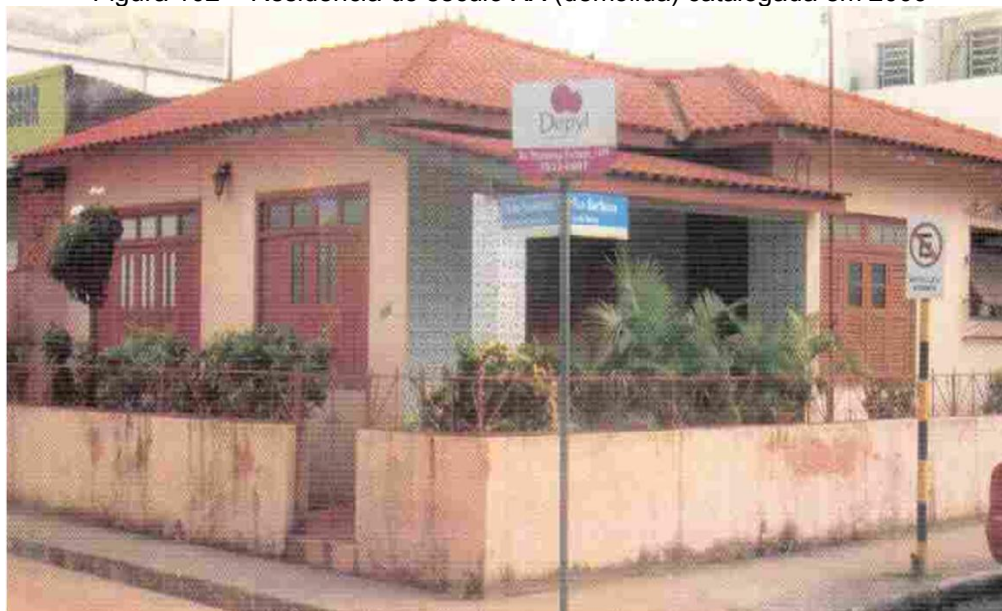


Fonte: Acervo do autor (2025).

Na sequência, registra-se a destruição de uma residência do século XX (Figura 102), que ainda constava na catalogação realizada por Amorim (2009), mas que, em 2025, foi demolida para dar lugar a uma loja de calçados (Figura 103). Essa

substituição evidencia um processo de desaparecimento do patrimônio edificado, no qual interesses comerciais se sobrepõem ao valor histórico e cultural das construções. A ausência de políticas públicas eficazes de preservação favorece a lógica mercadológica, que, ao transformar espaços de memória em empreendimentos de consumo imediato, promove a descaracterização do tecido urbano e acentua a descontinuidade da paisagem cultural do CHS.

Figura 102 – Residência do século XX (demolida) catalogada em 2009



Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém (2009).

Figura 103 – Fachada de estabelecimento comercial (loja de calçados) em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Os três exemplos analisados não se limitam a ilustrar perdas isoladas, mas revelam um quadro mais amplo de fragilidade patrimonial no CHS. Em 2025, tais edificações sobrevivem apenas em registros materiais e imateriais, livros, fotografias, pinturas, alguns raros vídeos e, sobretudo, nas lembranças de quem as vivenciou, configurando um processo de patrimonialização pela ausência, no qual a memória substitui a materialidade desaparecida.

Canto (2015) identifica que o esvaziamento arquitetônico do CHS teve início ainda no final do século XX e se intensificou nas primeiras décadas do século XXI. A demolição da edificação conhecida como “O Castelo” é apontada como símbolo de uma era marcada pela negligência institucional e pela ausência de políticas públicas consistentes voltadas à preservação do patrimônio santareno.

Esse episódio não se encerra em si mesmo, mas inaugura uma dinâmica recorrente de substituição de bens históricos por empreendimentos motivados pela lógica mercadológica, em que o lucro se sobrepõe ao valor cultural, resultando na descaracterização do espaço urbano e no enfraquecimento da memória coletiva.

Nesse contexto, a destruição de marcos arquitetônicos como o casarão “Vila Paraíso”, residência natal de Wilson Fonseca; a antiga Igreja de São Sebastião e seu coreto; o prédio da Casa de Saúde São Sebastião, o antigo Mercado Municipal e o antigo prédio do Teatro Vitória representam não apenas a perda física de elementos constitutivos da paisagem urbana, mas também um atentado contra a identidade cultural santarena. Essas edificações, ao desaparecerem, deixaram lacunas irreparáveis no tecido urbano e simbólico da cidade, reafirmando a vulnerabilidade do patrimônio quando submetido a pressões econômicas desarticuladas de políticas efetivas de proteção e valorização da memória histórica.

As informações disponíveis sobre o casarão de estilo colonial português, datado do século XIX e ilustrado na Figura 104, são escassas. Apesar disso, a edificação guarda notável valor histórico e simbólico, por ter sido o local de nascimento, em 1912, de Wilson Dias da Fonseca, um dos mais proeminentes artistas santarenos, cuja obra marcou de maneira decisiva a vida cultural da cidade e da região amazônica.

Paradoxalmente, enquanto o imóvel encontra-se ausente de ações efetivas de preservação, sua memória é amplamente celebrada por meio de homenagens oficiais: em 2025, a rua onde se situava a edificação, o Aeroporto Internacional de Santarém, uma escola pública e outros logradouros municipais passaram a ostentar o seu nome.

Esse cenário revela a contradição recorrente entre a valorização simbólica de figuras e referências culturais e a negligência diante da conservação dos bens materiais que lhes conferem concretude histórica, fragilizando a articulação entre memória, patrimônio e identidade local.

Figura 104 – Vila Paraíso em 1911



Fonte: Fonseca (2015).

A edificação da antiga Igreja de São Sebastião (Figura 105) resultou de uma mobilização comunitária, em cumprimento a uma promessa feita pelos fiéis em razão do livramento da cidade frente a duas epidemias que assolaram a província do Grão-Pará: a febre amarela, em 1850, e o cólera-morbo, em 1855. Conforme o compromisso assumido, caso as doenças não atingissem Santarém, a própria população se responsabilizaria pela construção de um templo dedicado ao santo, sem apoio oficial e custeado unicamente por recursos e esforços locais (Santos, 1999).

Conforme Santos (1999), as obras tiveram início em 1872, sendo executadas de modo coletivo e solidário. Fiéis se deslocavam diariamente da praia até o terreno destinado ao templo, transportando pedras, madeira, telhas e tijolos. A divisão das tarefas evidenciava uma lógica de gênero e idade: os homens encarregavam-se das cargas mais pesadas, enquanto mulheres e crianças auxiliavam no transporte de materiais menores. Esse processo, marcado por sucessivas interrupções e retomadas, reflete a precariedade de recursos e, sobretudo, a dimensão simbólica do envolvimento comunitário na materialização do espaço sagrado.

Ao longo das décadas, a Igreja de São Sebastião foi objeto de múltiplas intervenções internas e externas, que acabaram por descaracterizar seu projeto

original e culminaram em sua demolição. Em 1966, foi inaugurada uma nova edificação (Figura 106), configurando uma ruptura definitiva com a concepção arquitetônica precedente e, conseqüentemente, com parte da memória material do templo primitivo. Cabe destacar, ainda, a ausência de registros consistentes sobre o coreto outrora existente na praça vinculada à Igreja, o que dificulta a reconstituição histórica desse espaço e evidencia lacunas documentais recorrentes na preservação do patrimônio edificado de Santarém.

Figura 105 – Antiga Igreja e coreto de São Sebastião, século XIX



Fonte: Blog Sidney Canto (2018).

Figura 106 – Igreja de São Sebastião século XXI



Fonte: Acervo do autor (2020).

A Casa de Saúde São Sebastião (Figura 107) constituiu-se em relevante espaço de acolhimento e assistência à saúde pública, voltado, sobretudo, à população em situação de vulnerabilidade social. Idealizada pelo médico Waldemar Penna³⁰, reconhecido como um dos pioneiros da prática médica em Santarém, a instituição desempenhou papel central no atendimento comunitário durante décadas. Sua demolição, ocorrida no início do século XXI, simboliza não apenas a perda material de um edifício de valor histórico, mas também o esvaziamento de uma memória coletiva vinculada ao cuidado e à solidariedade.

Após sua destruição, o local permaneceu por anos como terreno baldio, refletindo a ausência de políticas públicas de reaproveitamento ou preservação da área. Posteriormente, iniciou-se a construção de uma nova edificação que, até 2025, segue inacabada, configurando um espaço de interrupções e descontinuidades, tanto no plano material quanto no simbólico, e evidenciando fragilidades no processo de gestão e planejamento urbano da cidade.

Figura 107 – Antiga Casa de Saúde São Sebastião em 1968



Fonte: Blog Sidney Canto (2018).

Sobre o antigo Mercado Municipal de Santarém (Figura 108), Santos (1999) assinala que, à época de sua construção, a cidade possuía cerca de quatro mil habitantes e sofria com a carência de estabelecimentos comerciais capazes de atender de forma adequada à demanda cotidiana por gêneros alimentícios, especialmente frutas, carnes e peixes. A dificuldade de acesso à carne fresca era particularmente grave: apesar da existência de dez a doze pequenos açougues, estes não asseguravam abastecimento regular, o que obrigava os moradores a acordar por

³⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/por-dentro-da-historia/noticia/2024/12/17/waldemar-penna-conheca-a-historia-do-medico-pioneiro-que-transformou-a-saude-em-santarem.ghtml>.

volta das três horas da manhã na tentativa de adquirir o produto, sendo recorrente encontrarem os estoques já esgotados.

Nesse cenário, a criação do mercado representou não apenas a introdução de um espaço destinado à comercialização organizada de alimentos, mas também um marco no processo de modernização da cidade, ao institucionalizar práticas de abastecimento até então dispersas e pouco eficientes.

A decisão de delimitar oficialmente o terreno em 17 de fevereiro de 1896 e iniciar no dia seguinte o transporte de materiais para sua construção evidencia a urgência e a relevância atribuídas à obra, que respondia a uma necessidade coletiva e revelava a incipiente intervenção do poder público na regulação da vida urbana e no ordenamento do espaço comercial santareno. O mercado ali erguido tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, um dos principais polos de abastecimento e de sociabilidade da cidade, refletindo a vitalidade do centro urbano em formação.

Entretanto, sua destruição no início do século XX interrompeu essa trajetória e resultou na perda de um marco simbólico da paisagem santarena. Em outro ponto da cidade, ergueu-se um novo mercado, mais adequado às demandas funcionais do período, mas desprovido dos vínculos históricos e afetivos que conferiam singularidade ao edifício original, revelando a substituição da memória material por uma lógica de modernização que persiste, de diferentes formas, até 2025.

Figura 108 – Antigo mercado municipal, final do século XIX

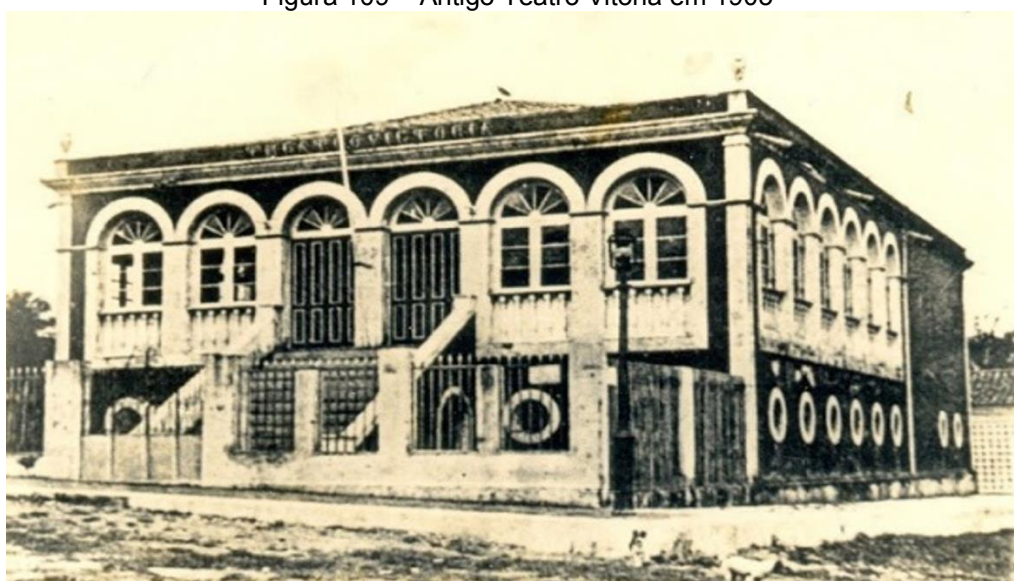


Fonte: Blog do Ignácio Neto (2012).

A última edificação referida por Canto (2015) corresponde ao antigo Teatro Vitória (Figura 109), cuja estrutura original foi demolida sob o argumento do “progresso”. Erguido durante o auge da economia da borracha, o teatro distinguia-se pela estética arquitetônica e era reconhecido como a mais relevante construção de seu gênero na região interiorana da Amazônia.

O projeto inicial previa uma escadaria frontal monumental, posteriormente eliminada em reformas que introduziram escadarias laterais, conforme se observa em 2025. A configuração atual, profundamente distinta da concepção original, revela um processo de descaracterização que comprometeu de maneira significativa o valor histórico e patrimonial do imóvel, exemplificando a recorrente subordinação da memória urbana a interesses imediatistas de modernização.

Figura 109 – Antigo Teatro Vitória em 1905



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

A análise desenvolvida neste capítulo demonstra que, em 2025, as três principais vias do CHS concentram a maior parte dos bens edificados remanescentes de valor histórico-cultural patrimonial no município. Nesse conjunto, sobressai a Rua Senador Lameira Bittencourt, anteriormente denominada Rua dos Mercadores e, posteriormente, Rua do Comércio, cuja trajetória revela não apenas sua centralidade na conformação histórica e urbana da cidade, mas também sua condição de espaço privilegiado para a circulação de pessoas, mercadorias e símbolos.

O percurso histórico da via evidencia o modo como diferentes camadas de uso e significado foram se sobrepondo ao longo do tempo: do comércio colonial à

modernização impulsionada pelo ciclo da borracha, até as atuais disputas em torno da valorização imobiliária e da preservação patrimonial. Entretanto, a permanência dos edifícios históricos nessa artéria encontra-se tensionada por processos de descaracterização, substituição e mercantilização do espaço urbano.

Ao mesmo tempo que a rua permanece como eixo simbólico e comercial da cidade, sua paisagem urbana revela contradições entre o valor histórico-cultural dos imóveis e a lógica de transformação acelerada ditada pelo mercado. Essa dualidade reforça a necessidade de políticas públicas de preservação que ultrapassem ações pontuais e reconheçam a paisagem como componente fundamental do acervo cultural santareno e da memória urbana da Amazônia.

Ressalta-se que, no início do século XXI, a Prefeitura Municipal de Santarém passou a denominar o trecho compreendido entre a Rua Quinze de Novembro e a Praça Monsenhor José Gregório como “Belo Centro”, em uma tentativa de conferir-lhe distinção simbólica e reforçar sua centralidade histórica no tecido urbano. A iniciativa buscava valorizar um eixo cujas funções de referência cultural, identitária e patrimonial já eram amplamente reconhecidas pela população e pelos registros históricos.

Em décadas anteriores, esse logradouro foi considerado uma das vias mais belas e dinâmicas da cidade, funcionando como espaço privilegiado de sociabilidade e de circulação de bens, pessoas e ideias. Ao longo de seu traçado, concentravam-se atividades econômicas, sociais e culturais que configuraram a vida urbana santarena.

Nesse contexto, as ilustrações registram diferentes momentos da Rua Senador Lameira Bittencourt, parcialmente denominada “Belo Centro”. Na primeira imagem (Figura 110), observa-se o intenso fluxo de transeuntes em uma via que, durante décadas, consolidou-se como o principal eixo comercial de Santarém. Nesse período, o Centro Histórico encontrava-se em estado de conservação relativamente satisfatório; casas, casarões e sobrados de arquitetura colonial portuguesa (Amorim, 2009) revelavam a expressividade de seus elementos formais. As fachadas, ricamente ornamentadas e dispostas em composições harmônicas, conferiam unidade estética ao conjunto urbano e projetavam sentidos de identidade e pertencimento, constituindo-se em marcos simbólicos da memória coletiva.

Figura 110 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Esse registro imagético permite compreender como a vitalidade urbana estava intrinsecamente associada à preservação material do patrimônio edificado. Diferentemente do que se observa em 2025, quando parte significativa dessas estruturas se encontra descaracterizada, como se pode observar nas Figuras 111 e 112 ou substituída por edificações desprovidas de valor histórico-cultural, o período retratado nas imagens evidencia uma fase em que a permanência das formas arquitetônicas se articulava de maneira mais direta com a centralidade cultural e econômica da rua.

O contraste ressalta a transição de um momento em que modernização e conservação coexistiam para um cenário marcado pela pressão imobiliária, pela fragmentação da paisagem urbana e pela ausência de políticas públicas eficazes de preservação.

Figura 111 – Rua Senador Lameira Bittencourt em 2025 (trecho Belo Centro)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Figura 112 – Rua Senador Lameira Bittencourt em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Convém destacar que a Figura 113 evidencia o avanço das águas do rio Tapajós durante o período de cheia, quando o nível do rio alcançava a faixa urbana do Centro Histórico, chegando até as portas dos estabelecimentos comerciais. Nesse contexto, era comum que os meios de embarcação ancorassem diante desses comércios, o que evidencia a intensa integração entre o espaço fluvial e a dinâmica econômica da cidade, reforçando o papel do rio como via estruturante das práticas cotidianas e das trocas comerciais.

Figura 113 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Já a imagem da Figura 114 evidencia três edificações que permanecem como marcos na paisagem cultural da cidade: a construção conhecida como Canto Redondo, as torres da Igreja Catedral Matriz de Nossa Senhora da Conceição e, ao fundo, o prédio do Tapajós Bar. À direita da imagem, observa-se ainda o extinto edifício denominado “O Castelo”, cuja ausência material no século XXI contrasta com sua importância simbólica no passado. A presença simultânea de bens preservados e de uma edificação já desaparecida ilustra, de forma emblemática, a tensão entre permanência e destruição do patrimônio no CHS.

Figura 114 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Essa justaposição visual revela, por um lado, a resiliência de determinados marcos identitários, capazes de atravessar o tempo e manter sua função de referência cultural; por outro, evidencia a fragilidade das políticas de preservação frente às pressões de modernização e de exploração econômica, que frequentemente resultam na eliminação de construções dotadas de valor histórico-cultural.

Na sequência, as ilustrações da Figura 115a registram a configuração arquitetônica das residências e dos estabelecimentos comerciais dispostos ao longo da principal via de comércio da cidade, revelando, simultaneamente, aspectos do cotidiano que nela se desenvolvia e que confirmam sua centralidade econômica e social no período. A última imagem (Figura 115b) acrescenta uma dimensão significativa ao evidenciar as soluções construtivas utilizadas para enfrentar as cheias do rio Tapajós, como o cais provido de parapeito e as escadarias que asseguravam o acesso direto ao curso fluvial.

Esses elementos demonstram a adaptação do espaço urbano às condições hidrológicas e a integração funcional entre cidade e rio, característica das dinâmicas amazônicas. No detalhe à esquerda, identifica-se a edificação conhecida como casa Elza; à direita, o sobrado do Barão de Santarém, único edifício de três pavimentos no período, cuja volumetria destoava do conjunto edificado, funcionando como símbolo da hierarquia social e expressão do poder econômico de seu proprietário.

Figura 115 – Rua Senador Lameira Bittencourt século XX em diferentes paisagens



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Ressalta-se que, anos depois, o pequeno cais foi removido e a área em frente passou por um processo de aterro de aproximadamente vinte metros sobre o leito do

Rio Tapajós. No espaço resultante foi implantada a Praça do Pescador (Figura 116), configurando uma intervenção que reconfigurou a relação da cidade com o rio.

Essa transformação não se limitou a uma alteração física da paisagem: implicou também a ruptura de práticas cotidianas vinculadas ao cais, apagando memórias sociais associadas ao contato direto com as águas. Ao deslocar o vínculo entre população e ambiente natural, o aterro evidencia a lógica de modernização que, ao privilegiar a criação de áreas urbanizadas, contribuiu para o enfraquecimento de referências culturais e patrimoniais fundamentais para a identidade ribeirinha de Santarém.

Figura 116 – Praça do Pescador na década de 1970



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

A via adjacente à Rua Lameira Bittencourt corresponde à Rua Siqueira Campos, anteriormente denominada Rua do Castelo. As imagens do século XIX (Figura 117) registram a expressividade da antiga cidade de Santarém, revelando a consolidação de um espaço urbano que não se restringia à função prática de circulação, mas constituía também um cenário de afirmação social e cultural.

Figura 117 – Rua Siqueira Campos século XIX



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Figura 118 – Rua Siqueira Campos em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Nelas, identificam-se casarões coloniais de matriz portuguesa em sua conformação original, marcados por proporções regulares e estética harmônica, elementos que conferiam legibilidade e unidade à paisagem urbana. A coerência arquitetônica do período, longe de ser apenas um aspecto formal, refletia a própria organização social e econômica, na qual o espaço edificado constituía um referencial identitário compartilhado pela coletividade.

Esse quadro contrasta profundamente com a situação observada em 2025, caracterizada pela descaracterização das fachadas e pela poluição visual que recobre e fragmenta a leitura da paisagem histórica. O que antes configurava um conjunto arquitetônico de valores simbólicos e referenciais foi progressivamente submetido a pressões comerciais, resultando em uma paisagem saturada por elementos desconexos que obscurecem a memória do lugar. Esse processo evidencia transformações físicas e a ruptura entre o patrimônio como suporte da identidade

coletiva e a lógica econômica que o instrumentaliza, reduzindo-o a mero suporte funcional.

No início da via, situava-se uma escadaria que conduzia ao Morro da Fortaleza, elemento que, para além de sua função de acesso, operava como marco de transição entre diferentes planos da cidade e como signo de memória urbana. Sua supressão, motivada pela expansão asfáltica, não significou apenas a eliminação de um elemento urbano, mas a dissolução de um elo entre passado e presente.

Essa perda exemplifica um processo recorrente em que as intervenções urbanas, legitimadas pela racionalidade técnica e pelo discurso do progresso, desconsideram as camadas de memória incorporadas ao espaço. Assim, a tensão entre modernização viária e preservação patrimonial não se limita a uma disputa material, mas evidencia a prevalência de temporalidades conflitantes: de um lado, o tempo lento e cumulativo da memória; de outro, o tempo acelerado e utilitário do crescimento urbano.

As ilustrações subsequentes (Figuras 119 e 120) delineiam o entorno imediato da Igreja Matriz Catedral de Nossa Senhora da Conceição, evidenciando aspectos constitutivos do traçado urbano em períodos pretéritos. As imagens revelam a reduzida circulação de veículos automotores, a inexistência de pavimentação nas vias e a padronização das calçadas, elementos que configuram uma paisagem de maior organicidade e harmonia visual.

Essas características permitem inferir que a Santarém de outrora mantinha um grau mais elevado de coerência espacial e de ordenamento estético, em contraste com a fragmentação e a descontinuidade que marcam o cenário urbano de 2025, onde prevalecem sobreposições, desordenamento visual e transformações que diluem a unidade histórica do sítio.

Figura 119 – Rua Siqueira Campos século XIX



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Figura 120 – Rua Siqueira Campos em 2025

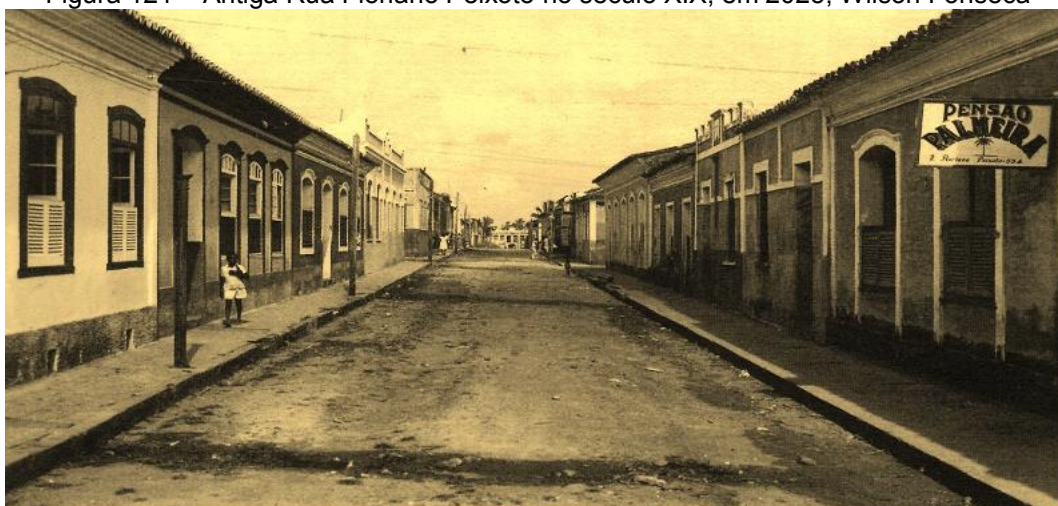


Fonte: Acervo do autor (2025).

A terceira via urbana considerada neste levantamento (Figura 121) apresenta um percurso toponímico que reflete diferentes momentos da história e das transformações culturais da cidade. Inicialmente denominada Rua Santa Cruz, posteriormente rebatizada como Rua Floriano Peixoto, em referência ao primeiro presidente civil do Brasil, passou, em 2025, a ser chamada Rua Wilson Fonseca.

A adoção do nome do maestro santareno, cuja produção musical e atuação cultural alcançaram projeção regional e nacional, evidencia a valorização de personalidades locais como forma de reforço identitário e de reconhecimento da memória coletiva. Esse processo de renomeação traduz mudanças administrativas e dinâmicas simbólicas que vinculam o espaço urbano à trajetória cultural de Santarém, revelando o entrelaçamento entre política de memória, homenagem pública e as dimensões simbólicas e imateriais que configuram a paisagem urbana.

Figura 121 – Antiga Rua Floriano Peixoto no século XIX, em 2025, Wilson Fonseca



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2013).

Em 2025, a Rua Wilson Fonseca apresenta-se substancialmente distinta da configuração registrada nas imagens do século XIX, conforme a Figura 122. Nesse período, predominavam residências e casarões coloniais de reconhecido valor estético, responsáveis por conferir maior ornamentação e coerência ao traçado urbano. A análise dos registros fotográficos evidencia, ainda, a ausência do emaranhado de fios elétricos que atualmente caracteriza o CHS, sinalizando que, naquele momento, a paisagem urbana apresentava maior organização visual e preservação de seus atributos formais.

Apesar da pavimentação em terra batida, a via transmitia uma percepção de limpeza e conservação, reforçando a imagem de um espaço dotado de ordem e equilíbrio estético. Ao final do percurso, destacava-se o Teatro Vitória, edificação de expressiva relevância arquitetônica e cultural, símbolo de um período de prosperidade vinculado à economia da borracha.

Figura 122 – Rua Wilson Fonseca em 2025



Fonte: Acervo do autor (2025).

Ao término deste capítulo, torna-se evidente o conjunto de transformações a que o CHS foi submetido ao longo do tempo. Parte significativa das edificações de valor histórico teve sua integridade comprometida; algumas encontram-se em estado de abandono, enquanto outras foram destruídas. A perda material repercute na paisagem urbana e na dimensão simbólica, acarretando a fragmentação da memória coletiva e a diluição do patrimônio cultural da cidade.

Esse percurso analítico articula-se diretamente com o capítulo inicial, no qual se discutiu a formação da cidade desde a aldeia e a vila até sua consolidação urbana, evidenciando como o espaço santareno resultou de sobreposições sucessivas de tempos, práticas e formas. O diálogo entre os dois capítulos possibilita compreender a historicidade do centro histórico como um palimpsesto, em que camadas materiais e simbólicas se inscrevem, se tensionam e se transformam.

A compreensão desse processo em sua historicidade, bem como de suas implicações na contemporaneidade e das projeções que suscita para o futuro, constitui o objeto de análise do capítulo subsequente. Nesse sentido, revela-se imprescindível ouvir os moradores do Centro Histórico, cujas vivências e memórias acumuladas ao longo de décadas permitem a construção de uma perspectiva situada. De igual modo, a escuta dos representantes de órgãos públicos, de associações da sociedade e de fazedores de cultura oferece subsídios inestimáveis para o delineamento de uma compreensão mais ampla e articulada do contexto patrimonial, social e político que incide sobre esse território.

5 O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM: A PERSPECTIVA DE SEUS MORADORES, ENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E FAZEDORES DE CULTURA³¹

5.1 Com a palavra: os moradores do Centro Histórico de Santarém

Este capítulo tem por objetivo analisar o Centro Histórico de Santarém a partir das percepções de moradores, agentes públicos, representantes de associações e fazedores de cultura. As diferentes leituras desses sujeitos, ora convergentes, ora divergentes, oferecem subsídios essenciais para a compreensão da problemática que estrutura esta tese: em pleno século XXI, qual é a interpretação da paisagem do CHS a partir de múltiplos olhares, que colocam em tensão, de um lado, a preservação, a conservação e a qualificação de bens patrimoniais e, de outro, as políticas públicas e sua interface com o Turismo Cultural.

A análise dessas percepções busca evidenciar como tais dimensões se entrelaçam na constituição de uma paisagem urbana marcada por disputas de sentido, apropriações simbólicas e desafios à preservação. Para tanto, no primeiro semestre de 2025, foram entrevistados dez moradores do CHS, sete mulheres e três homens, com idades entre 52 e 89 anos. Os participantes foram selecionados por amostragem não probabilística do tipo intencional, conforme Gil (2008), que a caracteriza pela escolha deliberada dos sujeitos que melhor atendem aos objetivos da pesquisa.

O total de participantes foi definido como suficiente para os propósitos de uma investigação qualitativa, cujo foco é a análise aprofundada das percepções e experiências dos sujeitos envolvidos. No que concerne à escolaridade, três

³¹ Termo é amplamente utilizado pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Cultura. No estado do Pará e na cidade de Santarém, a expressão foi incorporada nos editais de fomento cultural. A Prefeitura Municipal de Tijucas (SC), em seu portal oficial, caracteriza os fazedores e fazedoras de Cultura como: todos os indivíduos e grupos responsáveis pela criação, pela produção e pela divulgação de manifestações culturais. Esses agentes desempenham papel fundamental na preservação, na renovação e na difusão da diversidade cultural nacional. Os agentes culturais compreendem uma variedade de profissionais e atores do setor, tais como artistas, músicos, escritores, cineastas, bailarinos, artesãos, curadores, produtores culturais e gestores de espaços culturais. Sua atuação abrange diversas áreas e linguagens artísticas, incluindo teatro, dança, música, cinema, literatura, artes visuais, *design*, patrimônio cultural, gastronomia e demais manifestações. Esses agentes são incumbidos de criar e disseminar expressões artísticas e culturais que representam a identidade, a história e as tradições do povo brasileiro. Exercem papel inestimável na formação da consciência coletiva, na construção de narrativas culturais e na promoção do diálogo intercultural.

entrevistados possuem ensino médio completo, ao passo que sete apresentam formação em nível superior completo ou pós-graduação. Todos são naturais do CHS e nele residem desde o nascimento, o que lhes confere vivências acumuladas ao longo de suas trajetórias pessoais e coletivas na região.

O acesso aos participantes foi viabilizado pela indicação de rede de contatos, por meio da qual amigos e conhecidos sugeriram nomes de moradores cujos perfis fossem compatíveis com os critérios estabelecidos: idade igual ou superior a quarenta anos, residência na área central desde o nascimento (preferencialmente) e disponibilidade para participar da entrevista. Considera-se que esses indivíduos detêm conhecimento significativo relacionado ao território, às suas transformações históricas e aos processos sociais vivenciados ao longo do tempo.

Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, adotou-se a codificação alfanumérica, identificando-os como Morador 1 (M1) até Morador 10 (M10), conforme a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

No que se refere aos representantes de órgãos públicos, associações e agentes culturais, foram selecionados seis participantes – quatro homens e duas mulheres, todos com formação de nível superior e com idades entre 35 e 76 anos. A seleção desses interlocutores pautou-se em suas atuações e práticas profissionais vinculadas às questões patrimoniais, visto que a problemática da descaracterização e da negligência que atinge o CHS envolve instâncias da administração pública, entidades da sociedade civil organizada e profissionais do setor cultural.

Dentre os entrevistados, destacam-se representantes da SEMTUR, da SEMC, do IHGTap, do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMPHAC), além de dois fazedores de cultura com atuação reconhecida no município. Para fins de identificação no transcurso deste capítulo, os participantes desse grupo serão designados pela sigla ROP AFC (Representantes de Órgãos Públicos, Associações e Fazedores de Cultura), seguidos de numeração sequencial (ROPAFC1, ROP AFC2), em conformidade com a ordem em que foram entrevistados.

Com esse intuito, as entrevistas contemplaram um conjunto de perguntas voltadas à compreensão das percepções dos moradores acerca do CHS, abordando temas como o significado atribuído ao CHS, o conhecimento sobre seus patrimônios edificados, a avaliação das condições de preservação e conservação, as transformações percebidas ao longo do tempo, a influência da especulação imobiliária e as sugestões de ações voltadas à valorização do patrimônio local.

Na primeira dessas questões, solicitou-se aos entrevistados que descrevessem, com base em suas experiências, o que compreendem como CHS. Essa etapa inicial revelou sentidos atribuídos ao espaço urbano que extrapolam definições técnico-normativas, evidenciando percepções enraizadas na memória, no afeto e no sentimento de pertencimento.

Essa perspectiva encontra respaldo em Tolentino (2013, p. 7), para quem “a identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores [...], as identidades expressam uma postura e ação de afirmação étnica, local, ideológica”, revelando que, mais do que uma condição subjetiva, a identidade se materializa em ações e posicionamentos concretos.

As percepções dos entrevistados revelam compreensões que articulam dimensões históricas, simbólicas e críticas. No relato do M1, o CHS é descrito como o “lugar onde a cidade nasceu”, espaço de origem e pertencimento. Sua fala destaca o valor material do conjunto arquitetônico original, mencionando edificações de estilo colonial e imperial ainda parcialmente preservadas, como os casarões de adobe, o Solar do Barão e o altar da Igreja da Matriz.

Ao mesmo tempo, o entrevistado denuncia práticas de descaracterização intencional, como o destelhamento proposital e o abandono, configurando uma crítica direta à ausência de políticas públicas eficazes. O destelhamento proposital consiste na retirada deliberada de telhas ou elementos de cobertura com o objetivo de acelerar a deterioração do imóvel, tornando sua recuperação mais onerosa e, em muitos casos, justificando sua demolição posterior sob alegação de risco estrutural. Essa narrativa, marcada por tom nostálgico, combina a identificação da origem da cidade com a denúncia da negligência institucional, oferecendo múltiplas camadas de sentido, histórica, arquitetônica, afetiva e política.

O viés adotado aproxima-se da noção de patrimônio identitário, que concebe o espaço urbano como configuração física e território simbólico, portador de memórias coletivas e de sentidos fundacionais. Nessa conjuntura, Halbwachs (1990) concebe o espaço como refúgio da memória coletiva, reforçando a ideia do CHS como território de memória. A menção aos estilos arquitetônicos revela familiaridade com os tipos locais, evidenciando vínculo cultural e afetivo com as formas construídas.

Como observa Carsalade (2024, p. 22), a cultura constitui um “[...] código comum dos grupos e das cidades, compartilhado quanto à atribuição de valores e

ideias, como uma maneira específica de ver o mundo”. Assim, os elementos arquitetônicos e urbanísticos do CHS operam como signos culturais que mediam a realidade, comunicam valores coletivos e reforçam identidades compartilhadas.

A fala do M2, por sua vez, adota uma abordagem mais simbólica e afetiva ao afirmar que o CHS “é o começo da cidade, a origem da cidade. É o começo, é a partida pra cidade, é onde estão os casarões antigos, é a alma da cidade”. Ao descrever o CHS com essas expressões, o entrevistado atribui ao território um papel central na constituição da identidade coletiva, evocando uma relação de pertencimento enraizada na memória e na história local. Uma leitura que dialoga com Nora (1989), para quem os lugares de memória funcionam como suportes simbólicos da continuidade cultural, transcendendo sua materialidade física.

Complementarmente, Geertz (1989) entende a cultura como um sistema de signos e significados no qual o ser humano está imerso em uma rede simbólica por ele mesmo tecida, organizando sua experiência e construindo sua visão de mundo. Sob essa chave de leitura, compreende-se que os moradores do CHS mobilizam, em suas descrições, códigos culturais que estruturam suas memórias e atribuem sentidos ao espaço.

Dessa forma, os relatos de M1 e M2 evidenciam que o CHS é, simultaneamente, concebido como estrutura física sujeita à degradação e como referência identitária de caráter imaterial, exigindo, portanto, uma abordagem integrada de preservação que reconheça a sobreposição entre o patrimônio tangível e intangível.

A percepção apresentada pelo M5 adota uma perspectiva próxima à técnico-institucional ao definir o CHS como “a parte inicial da cidade, próximo da orla”, descrição que coincide com o quadrilátero delimitado pela Prefeitura Municipal de Santarém (PMS) em parceria com o IPHAN. Embora não se possa afirmar que o entrevistado tenha pleno conhecimento desse processo formal de delimitação, sua fala sugere familiaridade com a noção de área protegida e com os limites geralmente associados ao centro histórico. Ao mesmo tempo, incorpora um viés crítico ao destacar que, mesmo havendo delimitação oficial, “na prática, não é respeitado, valorizado e não é cumprido”.

Essa observação do M5 evidencia, em minha análise, a desconexão entre a previsão normativa e sua aplicação concreta, agravada pela contumaz ausência de regulamentação, mesmo diante de “inúmeras iniciativas”. Essa lacuna normativa e

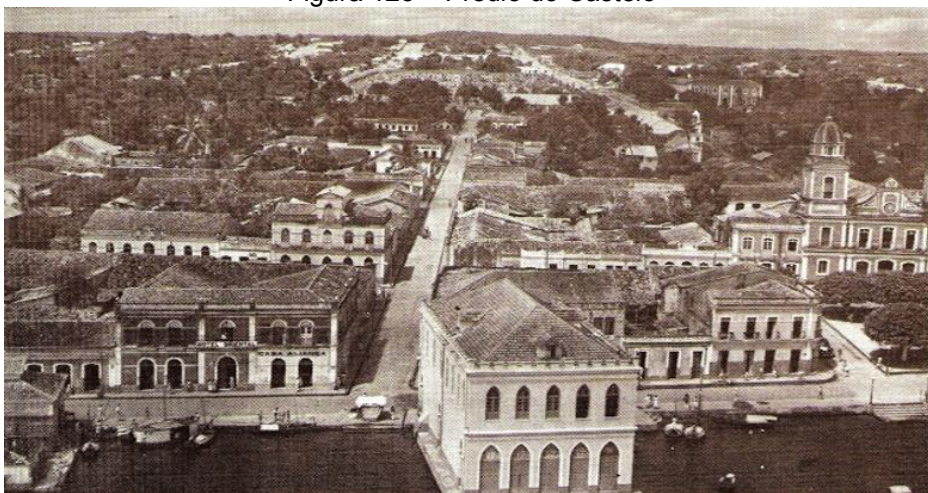
institucional fragiliza os mecanismos de preservação e expõe os limites da governança patrimonial no contexto local. A dissonância percebida entre reconhecimento oficial e implementação concreta remete à noção de “patrimonialização simbólica” discutida por Paes (2017), segundo a qual o reconhecimento formal do patrimônio, quando desvinculado de medidas concretas, tende à inoperância, como ocorreu no Centro Histórico de São Luís (MA).

Essa percepção é reforçada por outra fala do mesmo entrevistado, que amplia o tom crítico ao introduzir a dimensão política da descaracterização. Ao recordar a substituição de residências por imóveis comerciais e, principalmente, a demolição do Castelo, edificação histórica situada de frente para o rio Tapajós (Figura 123), a narrativa assume caráter de denúncia ao afirmar que “o processo de descaracterização tem avançado frequentemente com a anuência dos poderes constituídos”.

Sua lembrança articula-se ao registro de Mário de Andrade em “O Turista Aprendiz” (2023), no qual o poeta descreve sua hospedagem no Castelo durante viagem a Santarém em 1927, relatando ter se sentido em Veneza ao contemplar o edifício projetando-se sobre as águas do Tapajós, imagem que, em 2025, subsiste apenas na memória.

O entrevistado denuncia, ainda, práticas intencionais de deterioração, como o destelhamento proposital de imóveis antigos para acelerar seu colapso no período chuvoso, configurando uma forma velada de especulação imobiliária. As Figuras 123 e 124 demonstram momentos distintos da edificação (Castelo): a primeira mostra o prédio ainda em pleno funcionamento no século XX, época de cheia do rio Tapajós em que boa parte dele ficava para o interior do rio; por seu turno, o segundo registro apresenta a sua ruína na década de 1980.

Figura 123 – Prédio do Castelo



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2014).

Figura 124 – Prédio do Castelo



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2016)

Ambas as falas compartilham uma visão desalentada sobre o presente do CHS, contrapondo a riqueza patrimonial do passado à negligência institucional contemporânea. Além de evocarem memórias pessoais, os relatos expõem mecanismos concretos de descaracterização e omissão, constituindo uma crítica em escala múltipla que transita entre o afetivo e o estrutural, entre a lembrança individual e a denúncia coletiva.

Ao articular crítica institucional, denúncia política e memória afetiva, o depoimento do M5 sintetiza a tensão entre o discurso de preservação e a prática de destruição, evidenciando que a descaracterização do CHS é também um processo social e político, e não apenas físico ou estético.

As contribuições dos demais interlocutores reafirmam o valor material e simbólico do CHS, destacando a permanência de elementos arquitetônicos como casarões e monumentos que “fazem memória”. A análise das entrevistas viabiliza identificar quatro grandes sentidos atribuídos ao CHS pelos moradores:

- (1) espaço fundacional, entendido como o local de origem e expansão da cidade;
- (2) lugar de memória e identidade, em que se materializam os valores históricos e culturais;
- (3) patrimônio negligenciado, marcado pela omissão estatal e vulnerabilidade física; e
- (4) espaço afetivo e simbólico, descrito como “alma da cidade” e expressão do pertencimento.

A pluralidade de significados evidencia que o CHS não se limita a um território físico, mas se configura como arena de disputas narrativas em que memória, patrimônio e política urbana se entrecruzam. A escuta dos moradores desvela camadas de significado que devem fundamentar políticas de preservação orientadas por critérios técnicos, pela vivência e pela experiência cultural dos sujeitos que habitam e ressignificam esse espaço.

As contribuições de Jenkins (2001) e Meneses (2020) reforçam essa ótica ao compreenderem a história como um campo de vozes múltiplas e interpretações plurais. Nessa chave de leitura, as narrativas dos moradores não se configuram como verdades absolutas sobre o passado, mas como formas legítimas de significar e reivindicar a história local do CHS.

Em vista disso, ao se considerar que a identidade, Tolentino (2013), expõe que há um sentimento de pertencimento, uma postura e ação envolvidos que afirmam vínculos étnicos, locais e ideológicos. Com isto, depreende-se que o CHS constitui um território no qual essas dimensões se materializam nas práticas e nas percepções dos moradores. A leitura de Carsalade (2024) sobre a cultura como um código comum, capaz de mediar a realidade e expressar valores coletivos, viabiliza entender o CHS como um espaço de comunicação simbólica, no qual edificações, ruas e praças operam como signos compartilhados.

Nessa mesma linha, Geertz (1989) concebe a cultura como uma rede de significados tecida pelos próprios sujeitos, evidenciando que as narrativas dos moradores descrevem o espaço, constroem e perpetuam seus sentidos. Ao integrar esses três vieses, reforça-se a compreensão do CHS como um lócus em que memória, identidade e cultura se entrelaçam, sustentando a necessidade de políticas de preservação que reconheçam e valorizem sua dimensão material e simbólica.

A escuta qualificada dos moradores, conforme o primeiro questionamento proposto, evidenciou uma compreensão significativa acerca do que constitui o CHS. Isso possibilitou o reconhecimento de sua importância histórica, de seu processo de formação e dos marcos que o estruturaram desde o século XVIII até os dias atuais. As narrativas apresentadas, ora convergentes, ora divergentes, revelam abordagens distintas entre memória, identidade e território. O exercício de rememorar o passado, mediante lembranças individuais e coletivas, configurou-se como elemento estruturante para compreender o *modus operandi* do CHS em tempos pretéritos e as transformações a ele impostas no século XXI.

Na sequência, buscou-se aprofundar essa reflexão por meio do segundo questionamento, que teve como propósito compreender as percepções dos moradores sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Assim, foi formulada a pergunta: “O Sr. (a) poderia falar como era no passado e como está em 2025 o CHS?” Esse enunciado permitiu identificar contrastes entre diferentes temporalidades e reconhecer como as experiências individuais se articulam às transformações materiais e simbólicas do espaço urbano.

Nesse sentido, Halbwachs (1968, p. 51) ressalta que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. A citação evidencia a natureza dinâmica das memórias e sua ancoragem nas experiências sociais dos sujeitos. Essa concepção se manifesta, por exemplo, na fala do M1.

A perspectiva de Halbwachs dialoga com Meneses (1992), para quem a memória é comumente entendida como um mecanismo de registro e retenção. Funciona como um repositório de informações, conhecimentos e experiências, sendo frequentemente associada aos produtos concretos resultantes desse processo. Entretanto, o autor enfatiza que a memória constitui um processo contínuo de construção e reconstrução, um trabalho permanente que, no âmbito dos grupos e

coletividades, organiza-se e reorganiza-se, adquire novas estruturas e refaz-se constantemente, assumindo um caráter adaptativo. Essa compreensão reforça a ideia de que a memória se compõe de lembranças e de esquecimentos (Meneses, 2020), sendo ambos elementos indissociáveis na construção das narrativas sobre o passado.

Essa dimensão é coerente com Funari e Pelegrini (2009, p. 35), que afirmam: “a memória da cidade se expressa mediante a conservação dos estilos arquitetônicos do casario, das igrejas, dos edifícios públicos e monumentos, no contexto de suas respectivas paisagens culturais”. Contudo, o entrevistado denuncia alterações substanciais nessas estruturas, lamentando que até o interior da Matriz tenha sido “modificado por dentro (sic)”, comprometendo o estilo arquitetônico original (Figuras 125 e 126). Percepção que sugere uma ruptura entre o passado preservado e o presente alterado, tensionando a noção de autenticidade.

Figura 125 – Altar-mor da Igreja Catedral Matriz 1920



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2014).

A Figura 125 registra o interior da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Conceição em 1920, período em que o espaço litúrgico preservava integralmente o altar-mor, executado em mármore, cuja imponência e refinamento ornamental refletiam padrões estéticos e simbólicos próprios da época. A configuração, profundamente distinta daquela que se observa em 2025, foi gradualmente descaracterizada em decorrência de sucessivas intervenções físicas e estilísticas realizadas ao longo do século XX e início do XXI.

Essas modificações implicaram a substituição de elementos originais e a perda de referências arquitetônicas e artísticas que constituíam importantes testemunhos da historicidade e da identidade material do templo.

Figura 126 – Interior da Igreja Catedral Matriz em 2025



Fonte: Loyola, G1 Santarém (2013).

Em 2025, o interior da antiga Matriz (Figura 126) encontra-se substancialmente alterado, privado de vínculos visuais e formais com sua conformação histórica, revelando um processo de transformação que, embora inserido em dinâmicas de adaptação e funcionalidade, resultou na diluição de seu valor patrimonial e simbólico.

As narrativas dos M2, M3, M4, M6, M7, M8, M9 e M10 revelam pontos convergentes que permitem identificar um padrão discursivo recorrente. Em suas concepções, salientam-se a denúncia da substituição dos antigos casarões por edificações modernas, como lojas e prédios comerciais, a constatação da descaracterização progressiva das fachadas, pisos e estruturas originais. Essa transformação é percebida como uma ruptura com a identidade arquitetônica do CHS, resultante de intervenções que desconsideram o valor histórico e cultural do conjunto edificado.

Em conformidade com Rodrigues (2003), esses bens patrimoniais contribuem para interpretar o passado e constituem testemunhos de experiências vividas, evocando lembranças e fortalecendo o sentimento de pertencimento a um território comum, aspecto que se percebe enfraquecido ante a perda material e simbólica denunciada pelos moradores.

De forma mais específica, os depoimentos dos M8, M9 e M10 apontam para um processo de esvaziamento de referências culturais do CHS. Espaços outrora emblemáticos para a sociabilidade cotidiana, como praças, escadaria (Figura 127), Padaria Lucy (Figura 128) e residências de vizinhos, foram suprimidos ou radicalmente transformados, comprometendo a configuração espacial do Centro Histórico, a memória coletiva e as vivências afetivas associadas a esses locais.

Figura 127 – Escadaria



Fonte: Blog do Jeso (2025).

Figura 128 – Fachada da Padaria e Confeitaria Lucy



Fonte: Arnoldo Riker (2007).

As ilustrações evidenciam dois marcos significativos da memória urbana local. A primeira retrata a escadaria mencionada por diversos moradores como ponto de encontro da juventude da época, especialmente ao entardecer, quando grupos se reuniam para socializar e contemplar o pôr do sol.

A segunda imagem registra a Padaria e Confeitaria Lucy, estabelecimento que marcou, profundamente, uma geração por ser uma das poucas existentes na cidade e pela imponência de sua fachada, enriquecida por adornos arquitetônicos como pinhas ornamentais e azulejos portugueses. Em 2025, entretanto, o edifício foi integralmente demolido, cedendo lugar à construção de um hotel cuja fachada reproduz, de forma simulada, o desenho original, exemplo característico do que se convencionou chamar de pastiche arquitetônico.

Figura 129 – Fachada do Hotel London



Fonte: Acervo do autor (2025).

Analisadas de modo correlacionado, as narrativas evidenciam que os moradores entrevistados compartilham um sentimento generalizado de perda material e simbólica. Depoimentos mais incisivos, como os dos M1 e M5, descrevem uma cidade que, anteriormente identificada como um ambiente acolhedor e por edificações tradicionais carregadas de memória, cedeu lugar a um espaço marcado pela descaracterização e pela crescente mercantilização urbana. Embora traga melhorias pontuais em infraestrutura, como asfaltamento e ampliação de serviços, a modernização é interpretada como fator de rompimento com a identidade histórica local.

Esse processo é amplamente associado à especulação imobiliária, manifestada por meio de práticas como o abandono deliberado de imóveis antigos, reformas descontextualizadas ou, mesmo, a destruição parcial de estruturas de valor histórico. Nesse cenário, a ausência de políticas públicas eficazes de proteção patrimonial agrava o quadro, revelando a prevalência de interesses econômicos em detrimento da salvaguarda da memória coletiva. Essa constatação dialoga com Santos (2009), ao asseverar que a memória é, reiteradamente, uma recriação,

carregando continuidades e diferenças em relação ao passado, mas também com Chagas (2009), para o qual, se não for atualizada, perde seu sentido.

Em síntese, as entrevistas demonstram que, em 2025, o CHS é percebido como um território em declínio patrimonial. Ainda que o sentimento de pertencimento permaneça entre os moradores, conforme observa Tolentino (2013) como expressão de uma postura e ação de afirmação local, é tensionado por uma consciência aguda de perda arquitetônica, simbólica e identitária.

Nesse contexto, a escuta das vozes locais assume o protagonismo na formulação de estratégias de preservação que contemplem a conservação física do patrimônio e a valorização das trajetórias, memórias e afetos que configuram a história viva do CHS, reforçando o elo indissociável entre memória, identidade e território.

A concepção de patrimônio assumida nesta pesquisa alinha-se à perspectiva contemporânea defendida por Fonseca (2001), Meneses (2006, 2020), Smith (2006, 2021), Castriota (2009), Gonçalves (2009) e Carsalade (2024), entre outros. Para esses estudiosos, o patrimônio não se restringe a um inventário fixo de bens, mas se configura como um fenômeno simbólico, plural e em constante transformação, resultante de disputas de memória, usos sociais e processos identitários que atravessam a vida coletiva.

Nessa perspectiva, Meneses (2020) enfatiza que o patrimônio corresponde àquilo que é reconhecido como dotado de valor e, por essa razão, torna-se elemento mediador na construção de vínculos de pertencimento. Constitui, portanto, um bem de natureza material ou imaterial, capaz de expressar múltiplas formas de identificação com os resultados da ação humana.

A valorização e a preservação desses bens decorrem do fato de que eles representam uma referência de antiguidade, oferecendo à sociedade uma sensação de equilíbrio e continuidade perante as transformações históricas. Assim sendo, preservar um bem significa reafirmar a própria história, individual e coletiva, como algo que resistiu ao tempo e carrega um valor simbólico e afetivo.

Complementarmente, Smith (2006) argumenta que aquilo que transforma objetos, locais e práticas em patrimônio histórico cultural não é uma essência intrínseca, mas os processos sociais e culturais pelos quais sujeitos, individual e coletivamente, atribuem valor. Jeudy (1990) acrescenta que a memória urbana é constituída por bens monumentais, como igrejas e antigas hospedarias, pelo cotidiano dos transeuntes e pelas marcas deixadas nas vias públicas e nas praças. Para o autor,

a memória coletiva é mobilizada sob a ameaça de sua própria finitude, sendo reativada quando há percepção de perda ou transformação dos elementos que a sustentam.

À luz dessa abordagem, revelou-se imprescindível investigar junto aos moradores do CHS em que medida reconhecem os bens patrimoniais edificados no município e quais são capazes de identificar nominalmente. Nesse sentido, Halbwachs (2006) observa que a memória individual adquire mais nitidez quando partilhada coletivamente, pois, ao se entrelaçar com a lembrança do outro, torna factível reconstruir eventos, espaços e objetos vividos em comum, ampliando sua potência simbólica e histórica.

Tendo em vista esse cenário, as manifestações dos interlocutores M4 e M9 revelam um significativo exercício de reconhecimento e nomeação dos bens patrimoniais edificados de Santarém, demonstrando, com base na memória social e na vivência cotidiana, a coexistência entre permanência e descaracterização desses elementos históricos.

A fala do M4, em particular, acentua-se pela elaboração de um inventário afetivo minucioso, no qual são mencionados diversos exemplares que ainda conservam traços da arquitetura colonial portuguesa, como igrejas, praças, solares, coretos e monumentos. Esse mapeamento, ainda que não institucional, configura-se como expressão de pertencimento e valorização simbólica do patrimônio local, indicando que, para além dos dispositivos legais de proteção, há uma dimensão subjetiva e comunitária na constituição do que se concebe como patrimônio edificado.

Essa dimensão afetiva é também ressaltada por Olender (2017, p. 339), ao asseverar que “os afetos podem ser individuais ou coletivos, mas, mesmo aqueles considerados individuais são afetos por ou para alguém ou alguma coisa”. Assim, o patrimônio é um bem preservado por sua antiguidade ou valor histórico-documental e por sua capacidade de mobilizar emoções, memórias e pertencimentos.

A fala do interlocutor M9 evidencia um conhecimento localizado e experiencial dos bens patrimoniais edificados de Santarém, ao elucidar tanto os elementos que resistem ao tempo, quanto aqueles que sofreram intervenções significativas. Ao mencionar edificações como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Solar dos Campos, o Solar dos Brancos e o Solar do Barão de Santarém, o entrevistado aponta para um processo recorrente de descaracterização interna, ainda que, em alguns casos, a fachada permaneça preservada.

A referência à Casa Elza e ao antigo cartório defronte à Escola Rodrigues dos Santos (Figura 130) amplia o espectro da memória individual, incorporando edificações menos presentes no discurso institucional sobre o patrimônio local. A observação relacionada ao uso comercial do Solar dos Brancos, ao abrigar uma loja de roupas em 2025, revela o tensionamento entre preservação e funcionalidade econômica, característica comum em centros históricos submetidos à pressão do mercado imobiliário e à reconfiguração urbana.

A edificação apresentada a seguir constitui um exemplar representativo do repertório arquitetônico das construções históricas da cidade. Sua configuração evidencia a preservação de elementos originais, como os azulejos portugueses, cuja aplicação remete à influência luso-brasileira no contexto urbano local e os ornamentos arquitetônicos, que conferem singularidade e valor estético ao conjunto, revelando práticas construtivas e artísticas de épocas pretéritas.

Figura 130 – Antigo cartório



Fonte: Acervo do autor (2024).

Nessa lógica, a fala contribui para a compreensão de que a permanência física das edificações não assegura, por si só, a preservação de seus valores históricos, simbólicos e arquitetônicos. É necessário, como argumenta Carsalade (2024), compreender o conceito de “significância” do patrimônio, que, inspirado em Pomian (1987), pode ser entendido como um semióforo, um objeto visível portador de significados invisíveis, impregnado de sentidos que ultrapassam sua existência física, atuando como mediador entre o presente e o passado, entre o vivido e o transmitido.

Por intermédio das demais narrativas (M1, M5), observa-se, também, uma preocupação latente com o processo de descaracterização e degradação das edificações, apontando para uma memória que resiste mesmo diante da obsolescência urbana. Alguns entrevistados (M5, M2 e M3) destacam que imóveis históricos, nos dias atuais, encontram-se ocupados por estabelecimentos comerciais, com fachadas alteradas ou interiores descaracterizados, o que reforça a tensão entre a preservação do patrimônio e os imperativos da modernização urbana.

Há, ainda, a valorização de espaços institucionais considerados de menor significância como patrimônio, segundo M2, M4, M6, M7 e M8. Entre eles, destacam-se a garapeira Ypiranga, as praças de bairro e as escolas centenárias. Essa valorização evidencia que o entendimento de patrimônio pelos moradores ultrapassa os critérios oficiais e fundamenta-se nas vivências, nas lembranças e nas relações sociais construídas ao longo do tempo.

Em virtude disso, a recorrência da Igreja Matriz nas falas dos moradores evidencia sua força simbólica e seu valor como patrimônio afetivo, social e cultural. Na sequência, apresentamos como esses sujeitos compreendem a importância e o significado dos patrimônios edificados localizados no CHS, a partir de suas próprias experiências e interpretações.

As falas dos interlocutores M1, M8 e M9 desvelam compreensões convergentes quanto à relevância simbólica, histórica, identitária e pedagógica dos patrimônios históricos edificados de Santarém. Em comum, os depoimentos associam esses bens à preservação da memória coletiva e à constituição de uma narrativa visual e material da cidade. Essa percepção corrobora a afirmação de Monteiro (2014) de que preservar o patrimônio histórico e arquitetônico é imprescindível para manter viva a memória de uma cidade e de um país. Um povo que negligencia seu passado encontra múltiplos impasses para projetar o futuro.

No relato do M1, salienta-se uma valorização do patrimônio como expressão da capacidade criativa das gerações passadas, destacando-se a arquitetura como registro de um “estilo de trabalho” marcado pelo capricho e pela resistência mesmo em contextos adversos. A fala também introduz a noção de “história visual”, atribuindo ao patrimônio a função de tornar tangível o passado, favorecendo o ensino e a transmissão de saberes, o que converge com a ótica de Bitar (2013, p. 87), o qual compreende que o patrimônio “é um processo de construção e reconstrução social e simbólica através das experiências sensíveis, individuais e coletivas”.

O M8, por sua vez, reforça a função do patrimônio como marcador temporal e testemunho histórico. Ao afirmar que “cada patrimônio conta um fato”, o interlocutor estabelece uma relação direta entre os edifícios e os eventos que constituem a história local, atribuindo-lhes o papel de agentes narrativos. Ao complementar as ideias anteriores, a fala do M9 apresenta uma compreensão ampliada ao reconhecer os bens patrimoniais como depositários de “lembranças coletivas, tradições e modos de vida”, reforçando seu papel como elemento de conexão entre gerações.

O caráter educativo do patrimônio é também enfatizado ao ser apontado como instrumento de compreensão histórica por meio das narrativas incorporadas à materialidade urbana. Em consonância com Pelegrini (2009), essa perspectiva evidencia que zelar pelos espaços de encontro ou pelo patrimônio, tanto físico quanto cultural, é um meio de reforçar vínculos afetivos e consolidar o pertencimento coletivo.

Desse modo, as três narrativas analisadas apontam para uma dimensão dinâmica e significativa do patrimônio edificado, superando sua materialidade e reafirmando seu papel como recurso identitário, histórico e educativo para a cidade de Santarém. Essa compreensão aproxima-se da proposição de Barretto (2000), que defende a conservação integrada à dinâmica viva da cultura, contrapondo-se à preservação estática, e da visão de Carsalade (2024, p. 25-26), ao afirmar que “a finalidade da preservação não é a manutenção dos objetos em si, mas dos valores a eles atribuídos”, visto que “[...] proteger o patrimônio não é mais deixá-lo parado em um canto da história”.

Para os M2, M3 e M6, o patrimônio é interpretado como testemunho da história local. Há uma compreensão generalizada de que os bens edificados representam capítulos da história de Santarém, particularmente, sua “história recente” (M3). Os M2 e M6 ressaltam, ainda, que essas construções são documentos materiais que preservam “arquiteturas únicas” e contribuem para o entendimento do passado urbano. Essa leitura se aproxima da ótica de Pelegrini (2009), ao destacar que a lembrança da cidade se manifesta pela conservação dos estilos de arquitetura das casas, das igrejas, dos prédios públicos e dos monumentos, inseridos em suas paisagens culturais.

As respostas evidenciam que, para uma parcela dos moradores, os patrimônios edificados do CHS constituem expressões materiais da memória coletiva, da identidade local (M4) e da história urbana. Reconhecidos como elementos que “contam visualmente” a trajetória da cidade, esses bens também são compreendidos

como instrumentos educativos ao permitirem à população o contato direto com o passado por meio da arquitetura, das narrativas e das práticas sociais associadas a esses espaços. Nessa direção, Olender (2024) observa que as lembranças e, por consequência, os memoriais que moldam nossas identidades incentivam-nos a trabalhar por sua conservação, elemento indissociável da vida coletiva.

No entanto, sobressai igualmente um sentimento de perda e de apagamento simbólico, expresso em narrativas que denunciam abandono, descaracterização e desconhecimento generalizado, sobretudo, entre as gerações mais jovens (M5 e M10). Essas impressões revelam a fragilidade das iniciativas de preservação e, sobretudo, a ausência de políticas públicas estruturadas que integrem educação patrimonial e uso social dos bens.

Nesse caminho, torna-se pertinente a observação de Scifoni (2024, p. 52) ao afirmar que “processos participativos implicam tempo lento na criação de relações de confiança e de proximidade com os sujeitos do patrimônio”, evidenciando que a lacuna institucional compromete a construção desse vínculo. Essas percepções contraditórias revelam uma ambivalência no modo como os patrimônios edificados são percebidos: ora como símbolos de pertencimento e memória, ora como vestígios negligenciados por uma cidade em transformação.

O estado de conservação e preservação dos bens patrimoniais nos centros históricos das cidades brasileiras reflete o modo como eles são considerados pelo poder público, pela iniciativa privada e pela população. Essa condição não se limita à materialidade das edificações, mas evidencia o grau de comprometimento social e institucional com a memória e a identidade urbana. Para refletir sobre essa questão, buscou-se conhecer a opinião dos moradores do CHS sobre esses patrimônios, com o objetivo de compreender como percebem as ações, ou a ausência delas, voltadas à sua salvaguarda.

Em conformidade com o IPHAN, o tombamento constitui o principal mecanismo jurídico de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural brasileiro, podendo ocorrer em qualquer uma das três esferas administrativas. Em âmbito federal, a prática foi institucionalizada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (Brasil, 1937), marco legal que inaugurou a política de preservação do patrimônio cultural no país e o primeiro do gênero nas Américas. Embora criado no início do século XX, seus princípios continuam válidos e em vigor, orientando as ações de preservação no

século XXI, ainda que sua aplicação revele desigualdades regionais e fragilidades de implementação.

Com base nesse referencial, investigou-se junto aos moradores do CHS se possuíam conhecimento sobre políticas de proteção patrimonial e se poderiam discorrer a respeito. As respostas evidenciaram percepções heterogêneas, que variaram entre certo domínio conceitual das normas existentes e o desconhecimento quase total de sua existência ou aplicabilidade.

Essa diversidade de percepções indica não apenas a distância entre o arcabouço jurídico e a realidade local, mas também a ausência de estratégias efetivas de difusão e de participação social nos processos de preservação, o que compromete a eficácia das políticas patrimoniais e enfraquece a consciência coletiva sobre o valor do patrimônio edificado.

Em conformidade com esse marco normativo, a fala do M1 mobiliza uma crítica contundente à morosidade e à ineficácia dos mecanismos de tombamento enquanto instrumentos de proteção patrimonial. Ainda que reconheça a existência de órgãos competentes, o interlocutor problematiza a inoperância prática dessas instituições perante a destruição progressiva do acervo edificado do CHS. A menção ao trapiche (Figura 131) demolido constitui um exemplo concreto da perda de um bem simbólico que poderia ter sido ressignificado no contexto do Turismo Cultural e da economia criativa.

Figura 131 – Trapiche na década de 1950



Fonte: Blog do Ignácio Neto (2012).

Ao fazê-lo, o entrevistado revela compreender o patrimônio como ativo cultural e econômico, cuja conservação poderia fortalecer a identidade local e fomentar usos

contemporâneos dinâmicos. Por sua vez, o relato de M5 apresenta um diagnóstico crítico e articulado sobre os múltiplos vetores da descaracterização patrimonial, incluindo a leniência institucional, a insuficiência técnica dos gestores públicos e a ausência de políticas públicas integradas.

A crítica ganha relevo quando confrontada com a existência de instrumentos legais consolidados, como o próprio tombamento, cuja efetividade depende da articulação entre os três poderes e a sociedade civil. A referência do M5 à falta de capacitação para captar recursos desmascara um hiato entre os dispositivos normativos e sua operacionalização, demonstrando que a precarização da gestão patrimonial é tanto uma questão técnica e institucional quanto orçamentária.

As narrativas dos M2, M3, M4, M6, M7, M8 e M10 convergem ao apontar a deterioração física e o abandono dos bens patrimoniais na área central. Por sua vez, M2, M6, M7 e M8 destacam que praças e casarões se encontram em condições precárias, ao passo que M3 acrescenta que a composição construtiva tradicional (pedra, cal e barro) dificulta a manutenção, principalmente, em clima úmido. M2 enfatiza o estado degradado do Sobrado da Casa Elza (Figura 132) e M7 menciona os casarões desabitados como exemplos emblemáticos desse cenário.

Figura 132 – Fachada do sobrado da Casa Elza



Fonte: Acervo do autor (2024).

A ausência de políticas públicas e de incentivos é recorrente nas narrativas. M4 salienta a inexistência de diretrizes municipais para a preservação e a ausência de

educação patrimonial no currículo escolar, crítica corroborada por M5 e M9, embora formulada de maneira mais incisiva por M4. Para os entrevistados, a falta de políticas efetivas potencializa o processo de desvalorização e a perda do patrimônio, notabilizando uma lacuna administrativa e educacional. Também se salientam, nas falas, a percepção de inexistência de responsabilidade compartilhada e a omissão do poder público.

O M3 sublinha o alto custo de manutenção e a ausência de financiamento aos proprietários, à medida que M10 critica a demolição de prédios históricos em nome do “progresso”, sugerindo conivência ou omissão por parte dos gestores. Em decorrência disso, para os moradores, tanto o poder público quanto os proprietários particulares negligenciam suas responsabilidades, perpetuando um impasse institucional em torno da conservação.

Examinadas de maneira articulada, as narrativas revelam um desalinhamento entre o potencial do marco jurídico, consolidado desde o Decreto-Lei nº 25/1937, e sua aplicação efetiva no contexto local. O diagnóstico apresentado pelos entrevistados é predominantemente negativo, apontando abandono sistemático, ausência de políticas públicas eficazes, descontinuidade nos processos de tombamento e fragilidade nos mecanismos de financiamento e preservação.

Portanto, para os moradores, o patrimônio edificado carece de manutenção física e de inserção efetiva em um planejamento urbano sensível à memória histórica. A negligência institucional, somada à invisibilidade do tema nos discursos educacionais e culturais, compromete as construções e os sentidos de pertencimento e identidade local.

Dessa forma, as percepções dos moradores acerca da situação do patrimônio histórico edificado não se limitam a constatar seu estado físico, mas apontam para um quadro mais amplo de fragilidade na política patrimonial, no qual a legislação existente, embora sólida e histórica, carece de efetividade prática. Essa constatação estabelece um ponto de transição para a análise das relações entre memória, identidade e gestão pública, permitindo compreender como as políticas de preservação, ou sua ausência, moldam a paisagem urbana e a própria narrativa coletiva sobre o CHS.

À luz desse entendimento, destaca-se a percepção do M4, que evidencia elevado nível de familiaridade com o ordenamento jurídico municipal, revelando conhecimento técnico do funcionamento da gestão urbana e de seus dispositivos

legais. A menção ao Plano Diretor Participativo (Lei Municipal nº 20.534/2018), especialmente ao art. 140, demonstra leitura precisa da legislação ao identificar as “zonas de proteção do patrimônio histórico” como instrumentos formalmente previstos.

Apesar de afirmar conhecer legislações em todas as esferas (municipal, estadual e federal), o entrevistado concentra-se, exclusivamente, na esfera municipal, o que pode indicar que, no cenário local, é o município quem concentra, ou deixa de concentrar, ações relacionadas à proteção patrimonial. A narrativa reforça a existência de um marco legal consolidado, mas que, conforme outras falas e evidências coletadas, ainda não se traduz em práticas efetivas de conservação, desvelando uma lacuna entre o aparato normativo e sua implementação concreta.

O relato do M5 apresenta uma postura crítica, avultando o distanciamento entre a existência de normas e a aplicação prática. Embora reconheça que o Código de Posturas e outras legislações municipais já preveem dispositivos de proteção desde 1967, enfatiza a ausência de fiscalização e o desconhecimento por parte da população. Seu argumento desloca o foco da simples existência da lei para a ineficácia de sua execução, apontando tanto falhas institucionais quanto carência de engajamento social na preservação.

Por sua vez, o M9 formula uma resposta estruturada por esfera federativa, demonstrando compreensão abrangente da arquitetura normativa relativa à proteção do patrimônio. Ainda que não mencione números de leis específicas, exceto o Decreto-Lei nº 25/1937, reconhece, corretamente, os marcos legais mais relevantes, como a Constituição Federal e a existência de normas estaduais e municipais.

Ao ponderar que algumas legislações “não são específicas sobre patrimônio”, acentua um problema recorrente na formulação das políticas públicas patrimoniais: a fragilidade normativa e a transversalidade pouco integrada, o que dificulta a operacionalização das diretrizes de preservação no âmbito local.

Esse aspecto remete diretamente ao que estabelece o art. 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988), segundo o qual cabe ao Estado, com participação da sociedade, fomentar e resguardar o patrimônio cultural brasileiro por meio de instrumentos como inventários, registros, monitoramento, tombamento, desapropriação e outras formas de proteção e conservação. Ademais, o art. 215 assegura o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A lacuna entre a formalização normativa e sua efetividade prática, destacada nas falas, encontra respaldo em dados institucionais obtidos junto ao poder público. Em abril de 2024, um levantamento empreendido pela SEMC confirmou a inexistência de bens oficialmente tombados no município, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

De acordo com uma técnica da SEMC, os processos de tombamento tramitam desde a década de 1980 sob responsabilidade do DPHAC, vinculado ao governo estadual. Entre os bens contemplados, figura a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição, cujo procedimento, ainda que em andamento há décadas, permanece inconcluso.

Essa constatação foi reiterada, publicamente, em 10 de maio de 2024 durante o II Fórum de Patrimônio Cultural de Santarém³², ocasião em que foram eleitos os novos integrantes do COMPHAC. Na palestra intitulada “Pensando Santarém: Nossos Bens, Nossos Patrimônios na Amazônia”, o professor da UFOPA, Itamar Rodrigues Paulino, reafirmou que não há, até o presente, qualquer bem patrimonial tombado em Santarém. Acrescentou que, desde 2012, a UFOPA mantém diálogo com a Superintendência do IPHAN, sediada em Belém, com vistas à instalação de uma representação do órgão no município.

Provenientes tanto de fontes institucionais quanto de especialistas da área, essas evidências confirmam que a ausência de bens formalmente tombados em Santarém é um dado objetivo, e não apenas uma percepção dos moradores. Essa realidade reforça a análise de que a política patrimonial local carece de efetividade, permanecendo distante das diretrizes constitucionais e dos compromissos assumidos pelo Brasil em instrumentos internacionais de preservação.

Nesse sentido, no artigo “Patrimônio cultural e participação social”, Scifoni (2024) ressalta que a verdadeira participação se concretiza mediante processos coletivos e horizontais, baseados em escuta e diálogo, capazes de criar novas formas de fazer política patrimonial e estabelecer relações diferenciadas com as comunidades que vivem e utilizam os bens culturais. Para a autora, a participação efetiva pressupõe escuta ativa, processos democráticos e partilha real das decisões.

Essa reflexão converge com diretrizes e recomendações constantes em conferências internacionais, cartas patrimoniais e documentos de referência global

³² Fonte: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/cultura/ii-forum-municipal-de-patrimonio-cultural-sera-nesta-sexta-10-eleicao-do-compac-bg5d9a>.

que orientam a preservação do patrimônio cultural, como discutem Cury (2004), Costa (2012) e Pellicciotta e Solha (2016). Somados ao ordenamento jurídico brasileiro, esses instrumentos conformam um arcabouço robusto no plano formal, cuja efetividade prática permanece limitada no contexto santareno.

As três falas dialogam sobre o reconhecimento da existência de um corpo legal que regulamenta a preservação do patrimônio histórico-cultural em Santarém, ainda que cada uma adote enfoque distinto: o M4 privilegia a esfera municipal e demonstra conhecimento técnico específico; o M5 enfatiza a ineficácia da aplicação da lei; enquanto o M9 oferece uma visão sistêmica em múltiplas escalas de gestão, articulando legislações de diferentes esferas e ressaltando sua abrangência temática.

Considerados de forma integrada, as narrativas e os dados institucionais revelam uma tensão recorrente nas políticas de preservação: a incongruência entre a formalização normativa e a efetividade prática. Enquanto os M4 e M9 ressaltam a robustez do aparato jurídico, o M5 questiona sua aplicabilidade concreta, destacando lacunas na fiscalização e na mobilização social. Esse conjunto de percepções reforça a compreensão de que a preservação patrimonial depende da existência de normas e de mecanismos consistentes de implementação, monitoramento e participação comunitária, alinhados às diretrizes constitucionais e aos princípios defendidos por Scifoni (2024).

Quanto aos demais entrevistados, observam-se diferentes níveis de conhecimento sobre o tema. Parte deles (M2, M3, M6 e M7) declarou desconhecer políticas em qualquer nível federativo ou possuir apenas noções superficiais, como o M2 que associa o IPHAN a uma função genérica de apoio a reformas. Outros participantes (M5 e M10) mencionaram o Código de Posturas do município, porém reforçaram sua ineficácia, atribuindo-a à ausência de fiscalização e de cumprimento por parte do poder público e da população.

O M8 reconheceu a existência de políticas nos três níveis de governo, enquanto afirmou não notar sua aplicação prática. Já o M1 apontou a dificuldade de executar ações conservacionistas devido à exigência de autorizações dos órgãos competentes, identificando a burocracia como entrave à realização de intervenções, inclusive, de caráter preservacionista.

Partindo dessa compreensão, a presente pesquisa buscou averiguar, junto aos moradores do CHS, a quem atribuem a responsabilidade pela conservação dos bens patrimoniais ali localizados.

Nessa ótica, destacam-se as narrativas dos M1, M4 e M9 que expressam impressões complementares sobre a preservação dos patrimônios edificados do CHS. Embora cada uma priorize um enfoque específico, afetivo, normativo ou institucional, todas reconhecem a complexidade dessa tarefa, concebendo-a como uma obrigação compartilhada entre o poder público, os proprietários dos imóveis e a sociedade civil.

O relato do M1 revela uma perspectiva relacional e fortemente implicada com o território. Ao afirmar que a responsabilidade começa pelos proprietários, estendendo-se ao município, que deve atuar com vigilância para evitar demolições, e envolve órgãos especializados, como o DPHAC e o IPHAN, o entrevistado estabelece uma cadeia de corresponsabilidades.

Sua ênfase, contudo, recai sobre a população enquanto agente ativo da preservação, sobretudo, aquela que demonstra “amor pela cidade”, que “ajuda a preservar” e valoriza os bens patrimoniais. Essa leitura confere centralidade ao afeto e ao pertencimento como vetores da conservação, aproximando-se da noção de patrimônio como prática vivida (Olender, 2017, 2024), em que a dimensão simbólica e emocional da memória coletiva orienta ações concretas de cuidado com o legado histórico.

Por sua vez, o M4 propõe uma leitura dual: de um lado, reconhece a preservação como responsabilidade coletiva, ao afirmar que todos os cidadãos integram um mesmo corpo social; de outro, delimita com clareza os contornos jurídicos dessa responsabilidade. Segundo sua narrativa, cabe aos entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural com base em leis e decretos.

Essa perspectiva evoca uma concepção normativa e institucionalizada da preservação, fundamentada no arcabouço jurídico vigente, reforçando a tese de que a efetividade da conservação está intrinsecamente ligada à atuação estatal estruturada. A menção aos “gestores” e aos instrumentos legais evidencia uma compreensão tecnicamente orientada sobre o papel do Estado na política patrimonial.

A contribuição do M9, por outro lado, apresenta uma formulação técnica e funcional. O entrevistado descreve a atuação dos três níveis governamentais, atribuindo responsabilidades específicas a cada esfera: à prefeitura compete a implementação de ações locais; ao governo estadual, a atuação por meio do DPHAC; e, em nível federal, ao IPHAN, a incumbência da proteção dos bens edificados. Além do aparato público, destaca o papel dos proprietários como responsáveis pela

manutenção das edificações. Sua fala evidencia familiaridade com os mecanismos institucionais de gestão do patrimônio e uma compreensão operativa das funções dos diversos agentes envolvidos, sem desconsiderar as obrigações do setor privado.

A análise comparativa dessas narrativas desvela convergências substanciais no entendimento sobre a preservação do patrimônio edificado. Independentemente das especificidades de cada depoimento, todos os entrevistados reconhecem que a conservação desses bens não pode ser atribuída a um único sujeito, exigindo a atuação conjunta do Estado, da população e dos proprietários.

À medida que o M1 ressalta a dimensão afetiva e cidadã dessa responsabilidade, o M4 enfatiza o papel dos dispositivos legais e o dever estatal e o M9 propõe uma visão integrada que combina funções institucionais e obrigações privadas. Essa pluralidade de enfoques aponta para a preservação patrimonial como um processo social intrinsecamente complexo, que requer tanto o engajamento comunitário quanto uma estrutura legal e administrativa eficaz.

Nessa abordagem, Zanirato (2009, p. 145) compreende que “a garantia dos usos sociais do patrimônio requer uma gestão adequada desses bens, a defesa da aplicação de políticas públicas adotadas por ações compartilhadas”. Para a autora, a responsabilidade pela preservação está condicionada a uma sociedade bem informada, capaz de compreender e reivindicar seus direitos, bem como assumir suas obrigações no campo patrimonial.

Ao serem cotejados, os relatos e a abordagem teórica convergem para o entendimento de que a conservação dos bens históricos não se sustenta unicamente em arcabouços normativos ou estruturas institucionais; ao contrário, depende da consolidação de vínculos sociais e políticos entre os sujeitos envolvidos com o território, conferindo ao patrimônio um caráter vivo e participativo.

As falas dos interlocutores M5, M6, M8 e M10 evidenciam a percepção de que a responsabilidade pela preservação é compartilhada, ainda que expressem preocupações quanto à omissão, à ineficácia e à falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes. Essa leitura aponta para uma fragilidade institucional que compromete a eficácia das ações de conservação e favorece a permanência de práticas negligentes e de descaracterização dos bens históricos.

Diante desse quadro, ganha relevância a Educação Patrimonial como ferramenta estratégica de mobilização e sensibilização social, tema recorrente nas falas dos entrevistados, que a reconhecem como meio essencial para fortalecer a

consciência histórica e o sentimento de pertencimento. Entendida como um processo contínuo, interdisciplinar e adaptado às especificidades de cada comunidade, a educação patrimonial deve estar acessível a todos os públicos, promovendo o reconhecimento dos sujeitos enquanto protagonistas da seleção e proteção dos bens que representam sua história e identidade.

Na perspectiva de Itaqui (1998), a atuação da educação patrimonial consiste em promover nos indivíduos um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de seu patrimônio cultural, com o objetivo de capacitá-los para uma utilização mais consciente desses bens. Além disso, busca-se estimular a geração e a produção de novos conhecimentos, mantendo um ciclo contínuo de criação cultural.

Outrossim, Scifoni (2012) afirma que a educação patrimonial constitui um campo ampliado de atuação, não se restringindo à visitação a museus ou a bens patrimoniais, abrangendo, ainda, ações educativas diversificadas, nas quais a participação da população local é indispensável. Logo, a inclusão se torna imprescindível, uma vez que é ela quem seleciona seus bens de referência.

Adicionalmente, a criação ou o fortalecimento de conselhos voltados à gestão do patrimônio pode representar um avanço na institucionalização de práticas participativas. Gohn (2001) observa que esses conselhos podem constituir ferramentas valiosas para uma gestão democrática e participativa, promovendo uma nova forma de interação entre Estado e sociedade no campo das políticas públicas. Por outro lado, adverte que podem se converter em estruturas burocráticas formais ou canais meramente transmissores de decisões previamente estabelecidas, funcionando como meios de repasse de recursos escassos à comunidade, à qual é delegada a responsabilidade por sua gestão.

Essa reflexão é fundamental para o debate acerca da efetividade dos instrumentos participativos no campo patrimonial, sobretudo, em contextos nos quais a atuação estatal é limitada por entraves técnicos, políticos e orçamentários.

Por sua vez, o M2 introduz uma crítica de natureza fiscal, ao correlacionar a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com a ausência de suporte técnico e financeiro à preservação. Sua reflexão sugere a necessidade de políticas públicas mais equitativas e redistributivas, nas quais o Estado exerça o controle regulatório e ofereça condições materiais concretas para a manutenção das edificações históricas, em especial, em áreas centrais com alta densidade patrimonial.

Quando questionados sobre quais ações poderiam contribuir para a melhoria, a preservação e a conservação do CHS, os moradores apresentaram propostas que revelam, simultaneamente, o reconhecimento da relevância simbólica e histórica desses espaços e uma percepção crítica acerca das limitações das políticas públicas voltadas à sua proteção. As respostas foram sistematizadas em três eixos de análise: (1) governança pública e financiamento; (2) educação patrimonial e mobilização comunitária; e (3) requalificação urbana e uso social dos espaços patrimoniais.

No primeiro eixo, a fala do M1 destaca a centralidade da atuação do poder legislativo municipal na formulação de leis e projetos que viabilizem a captação de recursos públicos para a preservação do patrimônio edificado. O entrevistado enfatiza que o município, por meio da Câmara, deveria assumir uma postura mais proativa, sobretudo, na obtenção de emendas parlamentares direcionadas às edificações históricas. Em suas palavras, “[...] o município através da Câmara (deve) criar leis, criar projetos [...] para que se consiga recursos [...] para ajudar não as pessoas, mas as próprias edificações a serem preservadas [...]”. Essa contribuição reforça a compreensão de que o apoio financeiro deve ser institucionalizado como elemento estruturante das políticas de conservação, ancorando-se em uma lógica de responsabilidade pública contínua.

Ainda nesse eixo, o M2 propõe a criação de uma secretaria municipal específica para a fiscalização e a manutenção dos imóveis históricos, sugerindo, inclusive, a destinação de parte da arrecadação do IPTU para esse fim. Em consonância, o M7 defende a constituição de um órgão com orçamento próprio e atribuições exclusivas voltadas à proteção patrimonial.

Esses posicionamentos revelam a percepção de que a ausência de uma estrutura administrativa estável e dedicada constitui um entrave significativo à efetividade das políticas de preservação, reiterando a necessidade de institucionalização da gestão patrimonial em âmbito local. A esse panorama soma-se a fala do M3, que elucida as dificuldades enfrentadas para manter edificações históricas sem apoio econômico adequado, ilustrando sua argumentação com o caso do prédio que abriga o Museu Dica Frazão. Sua narrativa evidencia os impactos da negligência patrimonial e clama por uma atuação mais incisiva tanto do poder público quanto da iniciativa privada.

O segundo eixo, referente à educação patrimonial e à mobilização comunitária, emerge com força na fala do M4, que enfatiza a importância da formulação de políticas

públicas construídas a partir de audiências públicas, com efetiva participação de munícipes e representantes legais. O entrevistado defende a realização de campanhas educativas em escolas, universidades e instituições representativas da sociedade civil, com o objetivo de promover o reconhecimento do valor histórico, artístico e paisagístico do CHS.

Para ele, ações como essas são indispensáveis à construção de um sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Essa compreensão converge com as reflexões de Canclini (1999), ao consentir que o patrimônio cultural é expressão de vínculos compartilhados entre sujeitos e constitui um vetor de identidade coletiva. O autor ressalta que ações de preservação e valorização serão efetivas tão somente se forem reconhecidas e apropriadas pelos próprios moradores e frequentadores dos centros históricos.

Nesse mesmo eixo, o M5 propõe que a Secretaria Municipal de Cultura coordene campanhas educativas com a participação de representantes dos setores turístico, comercial e cultural, ampliando o alcance das ações de sensibilização. Os M10 e M8, por sua vez, sugerem a inclusão de conteúdos sobre patrimônio local no currículo escolar e a realização de palestras sobre o tema.

Essas contribuições evidenciam que a educação patrimonial deve se constituir como política pública contínua, iniciando-se no ambiente escolar e estendendo-se a diferentes segmentos da sociedade, a fim de consolidar uma cultura de valorização do patrimônio. Nesse sentido, Dias e Soares (2007) afirmam que, primordialmente, deve-se possibilitar ao estudante a percepção de sua posição na sociedade e a seleção do que constitui seu patrimônio cultural. Os autores também destacam a necessidade de uma educação que promova autonomia e liberdade, permitindo aos estudantes escolherem seus patrimônios com base na representatividade deles em suas realidades sociais.

O terceiro eixo, relacionado à requalificação urbana e ao uso social dos bens patrimoniais, é enfatizado essencialmente pelos M9 e M6. O primeiro propõe a adoção de medidas integradas que envolvam a implementação de benefícios fiscais, criação de linhas específicas de financiamento, fortalecimento da fiscalização e ações de educação patrimonial.

Além disso, sugere a realização de oficinas e rodas de conversa como formas de engajamento comunitário, bem como a requalificação de calçadas e vias e a ocupação criativa de imóveis históricos com cafés, livrarias e ateliês. Conforme

pontua: “a valorização do espaço urbano pode ser promovida através da requalificação de calçadas [...]. A ocupação criativa de imóveis históricos com cafés, livrarias e ateliês também contribui para a revitalização do centro”.

Já o M6 ressalta a importância da refuncionalização e manutenção de espaços públicos como estratégia de valorização simbólica e de apropriação social dos bens patrimoniais. Defende, para isso, a reativação de praças e demais equipamentos urbanos, destacando o papel do poder público na efetivação dessas ações. Sua contribuição corrobora a ideia de que a vitalidade e o uso contínuo dos espaços patrimoniais são inestimáveis para a preservação, uma vez que fortalecem os laços da comunidade com seu território histórico.

De forma sintética, observa-se que as falas dos entrevistados apresentam propostas interligadas que abrangem: (a) a governança pública e o financiamento (M1, M2, M3, M7 e M9); (b) a educação patrimonial e a mobilização comunitária (M4, M5, M8 e M10); e (c) a requalificação urbana e o uso social dos espaços patrimoniais (M6 e M9). Essas proposições reiteram a complexidade que envolve a conservação do CHS, ao indicarem que a proteção do patrimônio edificado demanda políticas públicas integradas, amparadas por marcos legislativos eficazes, incentivos econômicos, práticas educativas contínuas e participação ativa da sociedade civil.

Em última instância, a valorização do CHS pressupõe o reconhecimento de sua centralidade simbólica e a adoção de estratégias sustentáveis que promovam sua reinserção qualificada na dinâmica urbana contemporânea.

Um dos principais entraves à preservação dos bens patrimoniais, situados nos centros históricos das cidades brasileiras, reside na lógica da especulação imobiliária. Essa prática, bastante disseminada em contextos urbanos marcados por processos de valorização fundiária, manifesta-se, segundo Alves, Cordeiro e Pagani (2015, p. 171), “quando o proprietário deixa o imóvel abandonado ou subutilizado, aguardando sua valorização para, posteriormente, vendê-lo ou alugá-lo por um valor mais elevado”.

Essa dinâmica é observável também no contexto de Santarém, conforme denuncia um dos entrevistados: “[...] é por essa razão que as pessoas não procuram recuperar o telhado, deixam o apuizeiro³³ tomar conta da edificação pra que seja

³³ Espécie de vegetal parasita que se prende às árvores, causando seu sufocamento e eventual morte (Pacheco, 2015). De acordo com conhecimentos tradicionais, o *Ficus inspida* é utilizado na Medicina

tombada naturalmente [...]. Ele deixa ela tombar naturalmente e depois vai vender só o terreno [...]" (M1). A fala explicita a existência de uma estratégia deliberada de deterioração do patrimônio edificado, revelando o interesse especulativo relacionada ao solo urbano e à ausência de instrumentos eficazes de fiscalização e responsabilização.

Ao negligenciar a função social do patrimônio e privilegiar sua rentabilidade futura, essa lógica compromete a integridade física dos imóveis e enfraquece o caráter coletivo do CHS enquanto espaço de memória e identidade. A expressão "deixar tombar naturalmente" remete à omissão intencional por parte dos proprietários, que veem no colapso físico das edificações uma forma de contornar eventuais restrições administrativas ou normativas associadas à preservação do conjunto histórico, ainda que, em Santarém, inexistam bens tombados formalmente. Essas limitações decorrem, portanto, mais de reconhecimentos técnicos e de diretrizes urbanísticas do que de instrumentos legais de proteção efetiva.

Essa dinâmica revela uma tensão estrutural entre diferentes formas de apropriação do espaço urbano. De um lado, os moradores e trabalhadores que atribuem ao território funções sociais, culturais e afetivas; de outro, os agentes que veem a cidade como ativo financeiro. Como assevera Maricato (1997), de um lado, estão aqueles que almejam condições dignas de vida, moradia, transporte, lazer, convivência comunitária; e, de outro, os que reduzem o espaço urbano a uma mercadoria, um instrumento de acumulação. Essa dicotomia também estrutura os conflitos em torno do CHS, onde o valor de uso é suprimido de forma sistemática em favor do valor de troca.

O entrevistado também identifica a lógica de mercado como força dominante sobre o valor cultural dos imóveis, priorizando "boxe, lojas" em detrimento dos usos sociais e históricos do espaço. Ao propor "apoio financeiro" e "fiscalização", o M1 sugere soluções concretas que remetem à necessidade de políticas públicas de proteção patrimonial e habitação, em consonância com a literatura concernente ao enfrentamento à gentrificação em centros históricos.

Por seu turno, a narrativa do M9 apresenta um discurso mais estruturado e reflexivo, que compreende a especulação imobiliária como parte de um processo maior de transformação urbana excludente. O entrevistado aborda, com clareza, os

popular para o tratamento de "rasgaduras" e hérnias escrotais, aproveitando os princípios do poder atribuídos ao apuizeiro (Pereira, 2018).

impactos negativos do abandono intencional, que levam à descaracterização do patrimônio e à erosão da coesão social. Ao mencionar explicitamente o processo de gentrificação, o M9 demonstra consciência crítica de que a valorização imobiliária descontrolada pode expulsar os moradores tradicionais e comerciantes locais, substituindo-os por grupos com maior poder aquisitivo.

A defesa do Centro Histórico como “bem coletivo”, e não apenas como ativo financeiro, evoca uma perspectiva que articula direito à cidade, à memória e à identidade cultural, em consonância com Lefebvre (2001) e Harvey (2013). Além disso, a valorização do Turismo Cultural como instrumento de preservação indica a possibilidade de integração entre conservação e desenvolvimento econômico, desde que fundamentada em princípios de justiça espacial e sustentabilidade patrimonial.

Ambas as falas convergem na denúncia da desvalorização estratégica de imóveis históricos como prática especulativa, indicando efeitos deletérios sobre o tecido social e urbano do CHS. Contudo, diferem quanto à forma de enunciação: enquanto o M1 descreve a partir de uma vivência prática e concreta – exemplificada pela metáfora do “apuizeiro”, o M9 articula um discurso mais conceitual e técnico-reflexivo, incorporando categorias analíticas como gentrificação e bem coletivo.

Esses dois depoimentos, portanto, não se excluem, mas se complementam: o M1 oferece o olhar de quem observa o fenômeno no cotidiano local, ao passo que o M9 propõe uma interpretação crítica ampliada, ancorada em categorias pertinentes ao campo da preservação urbana e do planejamento participativo. Ambos os discursos são basilares para sustentar a argumentação desta pesquisa em torno da tensão entre o mercado imobiliário e os direitos culturais.

As percepções dos demais entrevistados reafirmam a gravidade da situação. O M2, por exemplo, aponta o poder executivo municipal como principal responsável por fiscalizar e coibir práticas de especulação. Relata um caso concreto de imóvel à venda que, provavelmente, será demolido para dar lugar a um novo empreendimento comercial, destacando o risco iminente de descaracterização do CHS.

Essa realidade ecoa na análise de Gonçalves (2002) ao ponderar que a especulação imobiliária está na origem do aumento dos custos de habitação, da existência de imóveis desocupados, da baixa utilização da infraestrutura urbana e do encarecimento dos meios de transporte. No caso de Santarém, esses efeitos tornam-se visíveis na proliferação de vazios urbanos, na deterioração deliberada dos imóveis

históricos e na transformação do CHS em ativo econômico descolado de sua função sociocultural.

Já o M3 reconhece a presença da especulação, atribuindo-a à falta de vínculos afetivos com o território, embora relativize o fenômeno ao mencionar situações de herança e inviabilidade econômica que levam à venda dos imóveis.

O M4 observa que a prática gera lucros sem contrapartida social, bloqueia o uso coletivo dos imóveis e contribui para a gentrificação e a escassez de moradias. Interpreta o fenômeno como expressão de um processo mais amplo de transformações urbanas excludentes. O M5 critica a ausência de fiscalização e a complacência de conselhos profissionais e da sociedade civil organizada. Segundo o entrevistado, a especulação prospera com base na impunidade e na desinformação.

O M8 relata perdas concretas: casas históricas substituídas por estruturas comerciais genéricas, desprovidas de valor estético. Critica o vazio institucional e cobra a atuação efetiva do Ministério Público e da sociedade. Por fim, o M10 menciona que a prática especulativa tem se intensificado, ressaltando que muitos compradores desconhecem o valor histórico dos imóveis, o que pode resultar na extinção dos casarões remanescentes.

Com base na análise das respostas, é possível identificar os seguintes eixos temáticos recorrentes:

- **Abandono e descaracterização deliberada** – estratégias intencionais para degradar imóveis históricos e facilitar sua conversão em terrenos comerciais (M1, M8 e M10);
- **Ausência de fiscalização pública** – frequentes menções à omissão da prefeitura e de órgãos técnicos e fiscalizadores (M2, M5 e M6);
- **Consequências sociais e culturais** – gentrificação, perda de memória coletiva, expulsão de moradores tradicionais e desvalorização da função social do patrimônio (M3, M4, M9 e M10);
- **Lógica de lucro dissociada do interesse público** – crítica à valorização econômica sem uso social efetivo (M4 e M9);
- **Iniciativas ausentes ou insuficientes** – apelos por políticas públicas eficazes, subsídios, fiscalização e mobilização das entidades de classe (M1, M5 e M6).

A análise das falas desvela uma percepção crítica e articulada dos impactos da especulação imobiliária no CHS. O discurso dos moradores revela a tensão entre o valor histórico-cultural dos bens edificados e a lógica mercadológica de valorização fundiária. Esse processo é apontado como catalisador da descaracterização arquitetônica, da expulsão de populações tradicionais e da ruptura da memória urbana, fenômenos associados ao avanço de uma gentrificação silenciosa e gradual.

Embora alguns entrevistados reconheçam motivações legítimas, como partilhas familiares e dificuldades econômicas, há consenso quanto à necessidade de políticas públicas estruturadas, sobretudo, no campo da fiscalização, dos incentivos à conservação e da atuação mais efetiva de conselhos e instituições. A ausência dessas medidas transforma o CHS em espaço de rentabilidade privada, substituindo edificações históricas por construções genéricas, voltadas ao consumo imediato e desprovidas de identidade.

Essa dinâmica compromete o patrimônio arquitetônico e o tecido simbólico e afetivo da cidade, ameaçando a possibilidade de construção de uma memória urbana plural, inclusiva e socialmente significativa. A especulação, portanto, não se limita a um fenômeno econômico; ela atua como vetor de transformação urbana, produzindo desigualdades espaciais e simbólicas que exigem enfrentamento intersetorial, orientado por diretrizes de justiça espacial e pelo direito à cidade.

Essa mercantilização da cidade, em que o lucro se sobrepõe ao interesse coletivo, também é denunciada no campo da produção cultural contemporânea. A canção “Lucro (Descomprimindo)”, da banda *BaianaSystem*, oferece uma leitura poética e incisiva dos efeitos da especulação imobiliária relacionados ao espaço urbano e ambiental.

Os versos “Tire as construções da minha praia, não consigo respirar [...], especulação imobiliária e o petróleo em alto-mar [...], lucro, máquina de louco, você pra mim é lucro [...]” expressam, de forma simbólica, o colapso provocado pela lógica do capital, que sufoca os espaços públicos e esvazia os sentidos coletivos do território. A crítica embutida na letra reforça a percepção de que o foco exclusivo na rentabilidade compromete tanto a paisagem quanto os direitos culturais e sociais, asfixiando a cidade enquanto bem comum.

A partir dessa assertiva, procurou-se compreender qual é a percepção dos moradores acerca do Turismo Cultural e de sua relação com a preservação do patrimônio histórico local. Compreender essas percepções é fundamental, uma vez

que os residentes constituem sujeitos sociais implicados na vivência cotidiana, na construção simbólica e na apropriação dos espaços patrimoniais.

Em vista disso, buscou-se captar definições espontâneas ou descritivas sobre o Turismo Cultural e identificar em que medida essa prática é reconhecida como uma estratégia potencial para a valorização da identidade local, a dinamização da cultura regional e a conservação dos bens materiais e imateriais que compõem o acervo histórico da cidade.

Essa abordagem permitiu problematizar a presença (ou ausência) de vínculos afetivos, cognitivos e políticos entre a população local e as ações de preservação patrimonial mediadas ou fomentadas pelo turismo, revelando tensões, contradições e possibilidades no campo das políticas públicas de patrimônio e turismo.

Dessa forma, as percepções dos M1 e M4 revelam compreensões distintas, embora complementares, acerca do conceito de Turismo Cultural, refletindo tanto vivências locais quanto uma concepção mais sistematizada do fenômeno. Ambas as falas convergem ao reconhecer o Turismo Cultural como vetor de valorização da identidade local e de dinamização da vida cultural regional.

Em comum, manifestam a compreensão de que o patrimônio, seja ele material ou imaterial, deve ser concebido como recurso passível de exploração turística e como expressão viva da memória coletiva. Essa concepção alinha-se à definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) (2001, p. 23), segundo a qual o Turismo Cultural compreende o “[...] movimento de pessoas, devido essencialmente a motivos culturais como viagens de estudo, viagens a festivais ou outros eventos artísticos, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, a arte, o folclore, as peregrinações”.

A narrativa do M1 evidencia uma perspectiva empírica e afetiva, profundamente enraizada nas manifestações tradicionais da cultura popular. O entrevistado associa o Turismo Cultural à preservação de expressões como os cordões folclóricos, o boi-bumbá, as brincadeiras infantis e as danças típicas. Ao afirmar que “isso faz parte de um Turismo Cultural, faz parte da cultura”, o M1 explicita a interdependência entre identidade cultural e atratividade turística, ressaltando que a valorização do patrimônio imaterial é condição necessária ao fortalecimento desse segmento.

A crítica implícita à ausência de apoio institucional, expressa pela observação “só falta mais um pouquinho de apoio”, aponta para a percepção de negligência por parte do poder público, o que compromete o pleno aproveitamento do potencial

cultural da cidade. O posicionamento ecoa a proposição de Meneses (1996), conforme a qual a cultura deve ser entendida como categoria estruturante da vida social, indispensável à produção e à reprodução das relações coletivas.

Essa visão converge com o entendimento de que o Turismo Cultural demanda políticas públicas orientadas à valorização e ao incentivo das práticas culturais locais. A ênfase conferida ao patrimônio imaterial pelo entrevistado está em consonância com a perspectiva de Moletta (1998), para o qual o Turismo Cultural envolve deslocamentos motivados pela contemplação e pela interação com manifestações culturais compreendidas em suas dimensões simbólica, histórica e cotidiana.

Já a resposta do M4 apresenta uma formulação mais conceitual e abrangente, incorporando elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio. O entrevistado delimita o Turismo Cultural como uma experiência que promove o conhecimento da história, das práticas sociais, das tradições e dos bens materiais, como igrejas, museus e a gastronomia regional.

Ao afirmar que o Turismo Cultural “fomenta a memória, a identidade e a criatividade”, o M4 articula sua compreensão a partir de uma perspectiva que reconhece o papel do turismo como vetor de preservação e reinvenção cultural, alinhando-se às definições de Beni (2007) e Swarbrooke (2000), para os quais o Turismo Cultural contribui, significativamente, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da valorização da diversidade cultural.

Observa-se, portanto, que a fala do M1 traduz uma percepção vivencial e afetiva do fenômeno, enquanto o M4 assume uma abordagem técnico-conceitual mais próxima dos discursos institucionais ou acadêmicos. Ambas são igualmente relevantes para a análise do Turismo Cultural em Santarém.

Por um lado, o M1 destaca a centralidade das práticas culturais para a construção da identidade local e para a hospitalidade turística. Por outro, o M4 sistematiza os componentes estruturais desse segmento e reforça seu potencial de desenvolvimento sociocultural. Ademais, a noção de cultura mobilizada por esse último aproxima-se da definição de cultura de Cuche (1999), a qual, como atributo exclusivamente humano, manifesta a unidade do ser por meio da pluralidade de modos de vida, crenças e práticas.

Essas falas, ao serem articuladas, revelam uma confluência entre saberes populares e técnicos, indicando que qualquer política voltada à valorização do Turismo Cultural no CHS deve considerar as manifestações espontâneas da cultura local e o

patrimônio institucionalizado. A crítica à ausência de apoio público reforça, ainda, a urgência de um planejamento participativo, que envolva agentes culturais, moradores e gestores públicos de forma dialógica e corresponsável.

A maioria dos entrevistados demonstrou compreender o Turismo Cultural, ainda que por meio de distintos enfoques. Alguns o associam prioritariamente à visitação de bens materiais, como casarões, igrejas e praças antigas. É o caso do M2, cuja narrativa expressa uma perspectiva histórico-patrimonial: “é a visitação pública dos patrimônios, das casas, igrejas e tal, patrimônio da cidade, é o que arrecada fundos para o turismo mesmo, porque eles vão visitar o que era antigo, a igreja, a praça, o casario antigo [...]”.

Outros ampliam essa definição, incorporando aspectos vivenciais e simbólicos da cultura local. O M3, por exemplo, valoriza as manifestações populares e critica a ausência de incentivos públicos e privados à valorização cultural, revelando preocupação com a sustentabilidade das expressões comunitárias. Já o M5 aproxima-se de um discurso técnico ao mencionar o Turismo Cultural como segmento estruturado, composto por elementos como culinária, música, cinema e arquitetura, demonstrando familiaridade com a categorização do setor no campo das políticas públicas e do planejamento turístico.

Por sua vez, o M8 associa o Turismo Cultural a experiências afetivas, ao rememorar visitas ao Lago do Maicá e refletir sobre a relação entre memória, identidade e pertencimento. Outros participantes, como os M6, M7, M9 e M10, apresentam definições mais sintéticas ou generalistas, mas que, em diferentes níveis, reconhecem a interdependência entre turismo e cultura, seja por meio da fruição de bens materiais, seja pela vivência de expressões simbólicas do território.

Estando imbricadas, as respostas revelam um entendimento plural sobre o Turismo Cultural, ora centrado na materialidade dos bens patrimoniais, ora nas experiências afetivas e simbólicas e nos fundamentos técnicos do setor. Essa diversidade reforça a necessidade de políticas públicas que articulem a preservação do patrimônio físico à valorização das práticas culturais cotidianas. Essa multiplicidade de olhares corrobora a perspectiva de Ivanovic (2008), segundo a qual as culturas apresentam diferenças marcantes entre as sociedades, e é justamente essa diversidade que fundamenta o Turismo Cultural, pois o que desperta o interesse das pessoas são as distinções, e não as semelhanças.

Dessa forma, considerando que o Turismo Cultural é, em sua essência, impulsionado pelos atributos culturais do outro, isto é, pela alteridade e pelo interesse em vivenciar o que é distinto de si, tornou-se pertinente investigar, junto aos moradores do CHS, a possível relação entre essa prática e os processos de preservação e conservação.

Os relatos dos entrevistados M3, M5 e M9 evidenciam uma compreensão convergente acerca do papel estratégico do Turismo Cultural na valorização e na conservação do patrimônio histórico edificado do CHS. Ainda que com ênfases distintas, todas as narrativas articulam o reconhecimento da importância da memória, da identidade local e da preservação como elementos fundamentais para o fortalecimento desse segmento turístico.

A fala do M3 evidencia a percepção direta entre a existência de bens patrimoniais preservados e a atratividade turística do Centro Histórico. O entrevistado ressalta que a valorização simbólica e estética do passado é fundamental para o Turismo Cultural, mas lamenta a precariedade da conservação dos imóveis históricos locais. Ao afirmar que “se tem um patrimônio, tem que conservar”, o sujeito expressa uma lógica patrimonial elementar e objetiva que associa a preservação física dos edifícios à manutenção da memória coletiva e à recepção turística.

Há, portanto, o reconhecimento de que a conservação é condição necessária para a transmissão entre gerações e para o fortalecimento da identidade local perante os visitantes. A crítica implícita à ausência de ações conservacionistas também sinaliza uma demanda por políticas públicas mais efetivas e comprometidas com o patrimônio.

Já o M5 amplia a concepção de preservação para além da materialidade dos bens edificados. Ao destacar que a atividade turística possibilita conservar e preservar elementos como a música, a cultura, a culinária, a arte, o artesanato, as nomenclaturas e a ancestralidade, o discurso assume uma perspectiva integrada entre bens tangíveis e intangíveis. O Turismo Cultural, nesse sentido, é compreendido como instrumento de valorização e perpetuação das raízes culturais, desde que acompanhado de ações que respeitem a autenticidade dos elementos locais.

A menção às “adaptações atuais” sugere também uma aceitação crítica da necessidade de diálogo entre preservação e usos contemporâneos, desde que isso não implique descaracterização. Essa compreensão alinha-se à reflexão de Azevedo (2002), ao considerar o Turismo Cultural como uma dimensão do desenvolvimento

cultural que, ao valorizar a diversidade de expressões e promover interações entre visitantes e comunidades, reforça o compromisso com as gerações futuras e contribui para a formação da cidadania.

A terceira fala, atribuída ao M9, estabelece uma relação sistêmica entre Turismo Cultural, valorização do patrimônio e desenvolvimento socioeconômico. O interlocutor concebe esse tipo de turismo como vetor de reconhecimento, conscientização e revitalização do CHS. Ao descrever o processo como um “ciclo positivo”, sinaliza que o aumento da visitação pode incentivar a conservação por meio da mobilização de recursos e da sensibilização coletiva.

Essa visão está alinhada com modelos de gestão participativa e sustentável do patrimônio, nos quais o turismo é consumidor de cultura e agente catalisador da sua preservação. A fala se destaca por articular aspectos simbólicos e econômicos, ao mesmo tempo que propõe o turismo como alternativa viável para a requalificação urbana e a geração de investimentos.

A partir da análise das entrevistas, observa-se a coexistência de duas visões antagônicas sobre a articulação entre Turismo Cultural e preservação no CHS. Uma parcela dos entrevistados (M1, M2 e M10) revela descrença ou percepção limitada dessa relação, amparada na constatação empírica da deterioração do patrimônio, ausência de incentivos públicos e prevalência de interesses econômicos que favorecem a descaracterização urbana.

Essa desconfiança é compatível com o alerta feito por Brenner (2005, p. 369) ao advertir que “o excesso de visitantes termina por degradar a cultura, até o ponto de fazê-la perder todo o atrativo [...], existe o risco que esta seja reinventada essencialmente em função dos imperativos da indústria turística”. A instrumentalização da cultura para fins exclusivamente mercadológicos compromete sua autenticidade e pode resultar em perdas irreversíveis para a memória coletiva.

Por outro lado, falas como as dos M3, M4, M5, M6, M8 e M9 reconhecem o papel estruturante da preservação para o desenvolvimento do Turismo Cultural. Destacam que a valorização do patrimônio edificado, enquanto repositório de memória, estética e identidade, favorece a experiência turística e contribui para o fortalecimento de um sentimento de pertencimento, memória coletiva e consciência histórica.

Esse embate discursivo revela que, embora o potencial teórico e simbólico do Turismo Cultural esteja amplamente reconhecido, sua efetivação prática no CHS de

Santarém ainda esbarra em entraves estruturais e políticos. A inexistência de políticas de incentivo contínuas, a especulação imobiliária e o distanciamento entre os gestores públicos e a comunidade local comprometem a construção de um círculo virtuoso de preservação e valorização turística. Em síntese, o discurso social evidencia que a integração entre Turismo Cultural e preservação patrimonial é um desafio institucional e uma urgência simbólica.

Dessa maneira, ao concluir a análise das percepções dos moradores, observa-se que suas vozes revelam tanto a dimensão afetiva e simbólica do patrimônio quanto as limitações práticas que dificultam sua preservação e aproveitamento turístico. Essa leitura inaugura a necessidade de ampliar o campo de observação, incorporando outros agentes que também atuam sobre o CHS. Desse modo, o capítulo seguinte desloca o foco para os representantes de órgãos públicos, associações e fazedores de cultura, cujas narrativas permitem compreender as políticas, estratégias e tensões institucionais que permeiam a gestão e a salvaguarda do CHS.

5.2 Com a palavra: os representantes de órgãos públicos, associações e fazedores de cultura

Após a escuta das narrativas dos moradores do CHS, tornou-se imperativo considerar a perspectiva dos ROP AFC. Em vista disso, procurou-se identificar as impressões desses atores acerca da preservação e conservação do referido espaço. Suas contribuições constituem um contraponto técnico e político às experiências cotidianas relatadas pelos moradores, ampliando e qualificando o debate sobre a gestão do CHS. Conforme observa Borde (2024, p. 125), “[...] não se pode esquecer que os centros históricos agregam valor cultural às suas cidades [...]”, o que reforça a centralidade do CHS como núcleo portador de significados históricos e identitários.

As considerações apresentadas por ROP AFC¹ a respeito do CHS são múltiplas e evidenciam uma compreensão abrangente dos desafios e das potencialidades do território. O entrevistado ressalta a importância de reconhecer e valorizar as técnicas construtivas tradicionais, como a taipa de pilão e o pau a pique, associando-os à identidade cultural e à memória coletiva.

Ao destacar que as inovações contemporâneas têm desestabilizado as “ideias raiz da cultura”, aponta para um processo de apagamento de saberes e práticas que, historicamente, moldaram o espaço urbano. Sua fala, portanto, vincula a preservação

patrimonial à conservação física dos bens e à manutenção das materialidades arquitetônicas e dos modos de fazer que lhes conferem sentido histórico e simbólico.

Em diálogo com essa perspectiva, ROP AFC2 enfatiza o caráter estrutural dos obstáculos à preservação, denunciando as “brechas” administrativas que permitem que proprietários negligenciem seus imóveis sem sofrer sanções. Essa crítica evidencia a fragilidade do aparato estatal e sugere uma convivência institucional que, ao não fiscalizar de forma efetiva, favorece a deterioração dos bens históricos. Essa dinâmica confirma a análise de Canclini (1999), segundo a qual o patrimônio, enquanto arena de competição econômica, política e simbólica, é moldado pela intervenção de três agentes principais: setor privado, Estado e movimentos sociais.

O ROP AFC4, por sua vez, insere a questão patrimonial na dimensão simbólica da memória coletiva. Ao rememorar um passado em que a integridade arquitetônica era mais preservada, especialmente nos imóveis situados à margem do rio, o entrevistado associa a perda material ao enfraquecimento da identidade local. Para ele, a preservação desses bens é condição indissociável para que a história da cidade possa ser transmitida às futuras gerações.

Complementando esse quadro, ROP AFC6 desloca a análise para uma perspectiva histórica de longa duração, ressaltando que o território já era habitado por povos originários antes da colonização. Sua fala confronta a colonialidade presente nas práticas de gestão urbana e, ao empregar a expressão irônica “tombando (literalmente)”, denuncia o paradoxo entre o discurso oficial de proteção e a destruição efetiva dos bens patrimoniais.

Assim, ao serem tratadas de modo correlacionado, as falas articulam três dimensões interdependentes: a valorização das materialidades construtivas e saberes tradicionais (ROP AFC1); a crítica à fragilidade institucional e aos mecanismos de fiscalização (ROP AFC2); e a ênfase no valor simbólico e histórico dos bens (ROP AFC4 e ROP AFC6). Essa convergência evidencia que a preservação do CHS exige a integração entre políticas públicas eficazes, ações de valorização cultural e estratégias que reconheçam o patrimônio como elemento central da identidade urbana e da memória social.

Nesse sentido, é pertinente a reflexão de Carsalade (2024). O autor observa que, diante da predominância de modelos de gestão autoritários, há uma condução verticalizada que privilegia a autoridade técnica em detrimento dos demais agentes. Para ele, torna-se fundamental reconhecer a função social do patrimônio e adotar o

caminho participativo como alternativa necessária e definitiva para a construção de políticas culturais mais democráticas e eficazes.

Assim, avaliadas em perspectiva integrada, as vozes denunciam fragilidades estruturais e oferecem parâmetros concretos para a construção de uma gestão patrimonial inclusiva, crítica e socialmente legitimada. Encerradas as manifestações dos ROP AFC acerca das ações de preservação e conservação do CHS, procedeu-se à análise comparativa de suas percepções sobre as condições desse território no passado e em 2025.

As narrativas evidenciam experiências pessoais e diagnósticos críticos acerca das transformações físicas, funcionais e simbólicas ocorridas ao longo do tempo. Contudo, nem todos os interlocutores demonstraram o mesmo grau de familiaridade com o CHS pretérito. Enquanto alguns revelaram lembranças detalhadas sobre sua configuração original e os usos sociais associados, outros apresentaram percepções fragmentadas ou baseadas em referências mais recentes, o que reforça a heterogeneidade das memórias individuais e coletivas acerca desse espaço.

O ROP AFC1 apresenta uma evocação pessoal vinculada à experiência urbana e estética dos anos 1970, articulando referências arquitetônicas com crítica à negligência institucional e cultural. Sua fala oferece densidade histórica, cultural e afetiva, enriquecendo a dimensão subjetiva da análise sobre o CHS. Por sua vez, a narrativa do ROP AFC3 estabelece um encadeamento argumentativo claro entre o pretérito e o presente, associando o processo de descaracterização à expansão urbana, econômica e comercial. Além disso, aponta a ausência de políticas públicas eficazes como fator agravante, articulando memória pessoal com crítica institucional.

A análise das narrativas permite identificar três núcleos temáticos centrais, estruturados a partir de convergências entre memória, crítica institucional e percepção urbana.

- 1. Memória afetiva e apagamento urbano:** os ROP AFC1, ROP AFC2 e ROP AFC4 constroem suas falas a partir de vivências pessoais que remontam à infância. Essa memória afetiva vincula-se à percepção de desaparecimento progressivo dos bens históricos, configurando um processo de desmaterialização da paisagem urbana, que compromete a continuidade simbólica e cultural da cidade. No caso específico de ROP AFC4, essa evocação associa-se também à presença de vestígios

arqueológicos no território, percebidos como marcas tangíveis de tempos pretéritos. O entrevistado relata que, em determinadas áreas, ainda é possível encontrar fragmentos e peças inteiras de cerâmica atribuídas a povos ancestrais. Essa observação encontra respaldo em registros acadêmicos, segundo os quais foram identificados “cachimbos [...], faianças, louças, pederneiras, cerâmica pré-histórica e histórica” (Gomes; Muniz, 2017, p. 55), artefatos que testemunham a diversidade cultural e a longa duração das práticas humanas no local. A análise da cerâmica histórica de Santarém revela a presença de objetos de uso cotidiano produzidos em um contexto colonial, caracterizados pela combinação de influências estilísticas indígenas e europeias, acrescidas de elementos de origem africana, ainda que menos expressivos. Nesse sentido, a cerâmica pode ser interpretada como um meio de expressão identitária, refletindo processos de resistência, negociação e transformação cultural (Gomes; Muniz, 2017). Ao associar as narrativas dos moradores às evidências arqueológicas registradas na literatura, evidencia-se que o CHS deve ser compreendido como um território de estratificações históricas, cuja preservação não pode restringir-se às edificações visíveis, devendo incluir, também, o acervo subjacente que compõe a memória material e simbólica da cidade.

2. **Crescimento urbano e descaracterização:** as falas de ROP AFC3 e ROP AFC5 explicitam a relação entre o crescimento econômico e demográfico e a descaracterização do patrimônio edificado. A aquisição de imóveis históricos por comerciantes, voltados prioritariamente ao lucro, sem contrapartida de políticas públicas, como a concessão de isenção de IPTU condicionada à preservação, revela a conivência indireta do poder público com a deterioração patrimonial.
3. **Ausência de políticas estruturantes:** a crítica à omissão institucional é recorrente em todas as falas, ainda que com ênfases distintas. Seja pela inexistência de incentivos fiscais (ROP AFC3), pela ausência de tombamento de bens significativos (ROP AFC5) ou pelo contraste com cidades que valorizam seu patrimônio (ROP AFC1), a carência de uma política pública efetiva de preservação patrimonial emerge como fator transversal. Essa constatação reforça a compreensão de que a degradação

do CHS decorre de ações individuais e de falhas sistêmicas de governança e gestão urbana.

Em função disso, as narrativas analisadas articulam afetividade, percepção estética, crítica política e diagnóstico urbano, compondo um quadro que identifica a progressiva descaracterização do CHS como resultado de um duplo movimento: a expansão econômica não regulada e a ausência de políticas públicas eficazes de proteção patrimonial. Apesar das perdas já concretizadas, o corpus das respostas indica que o território ainda guarda potencial de recuperação, desde que haja ações integradas entre poder público e sociedade civil, capazes de articular preservação, valorização e uso social do patrimônio histórico e arqueológico.

Concluída a etapa de coleta dos relatos dos ROP AFC no que tange às condições do CHS no passado e em 2025, a investigação direcionou-se à compreensão das percepções desses sujeitos sobre a importância do domínio da legislação patrimonial por parte dos profissionais envolvidos na preservação e na conservação desses bens.

No município de Santarém, encontram-se, em vigor, diversos dispositivos legais que regulamentam matérias relativas ao patrimônio cultural e ambiental, entre os quais: a Lei nº 19.207/2012, que dispõe sobre o Código de Posturas Municipal; a Lei nº 19.191/2012, que estabelece o Código de Obras; a Lei nº 20.534/2018, que institui o Plano Diretor Municipal; e a Lei Complementar nº 007/2012, que trata do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Essas normativas incorporam, em seus escopos, dispositivos voltados à proteção do patrimônio cultural e ambiental. De forma mais específica, a referida Lei Complementar, em seu art. 7º, reconhece como integrantes do patrimônio cultural e ambiental os bens arquitetônicos e paisagísticos, tombados ou inventariados, que possuam valor significativo para a história do município. Ademais, sua Seção VI disciplina a Zona de Preservação ao Patrimônio Histórico e Cultural (ZPPC), determinando que os usos permitidos nessa zona devem observar as disposições da Lei Federal nº 3.924/1961, que versa sobre a proteção de bens arqueológicos e patrimoniais de interesse nacional.

As narrativas do ROP AFC3 e do ROP AFC5 articulam-se de modo complementar ao problematizar os limites e as potencialidades da legislação no campo da preservação patrimonial. O ROP AFC3 apresenta uma crítica incisiva à

ineficácia das normas quando não acompanhadas por engajamento social e consciência patrimonial por parte de proprietários e cidadãos.

Sua contribuição amplia o debate ao evidenciar a lacuna comunicacional entre o aparato jurídico e a sociedade, alertando para os riscos da descaracterização e do uso predatório do patrimônio. Essa perspectiva encontra consonância em Canclini (1999), ao defender que a preservação dos bens culturais deve equilibrar-se com as necessidades humanas e que, na recuperação de centros históricos, a valorização dos monumentos não deve se sobrepor às demandas habitacionais e simbólicas de seus residentes.

Por sua vez, o ROP AFC5 adota uma abordagem propositiva, com ênfase na função normativa das leis e na necessidade de formação contínua dos agentes envolvidos. Ressalta, ainda, o papel estratégico de conselhos e gestores públicos e sugere iniciativas como conferências e semanas temáticas voltadas à sensibilização da sociedade. Essa compreensão aproxima-se da análise de Zanirato (2009), no que concerne à participação efetiva no campo patrimonial que exige investimentos na capacitação de membros de órgãos consultivos e/ou deliberativos, fortalecendo-os para atuar em condições de igualdade com técnicos e gestores públicos.

A análise das demais entrevistas revela perspectivas distintas quanto ao papel da legislação na preservação do patrimônio histórico, com ênfases que variam entre a normatividade punitiva, a centralidade do saber jurídico e as limitações de sua efetividade. O ROP AFC1 assume postura cética ao afirmar que a legislação só produz efeitos concretos quando aplicada de forma coercitiva, evidenciando a insuficiência da consciência patrimonial como motivadora de mudanças comportamentais. Em contraponto, o ROP AFC2 reitera a relevância do conhecimento legal como condição essencial para a efetivação normativa, por possibilitar que os agentes fiscalizem e exijam seu cumprimento.

O ROP AFC4 amplia essa compreensão ao destacar o valor instrumental das leis como fundamento legítimo para ações coletivas em defesa do patrimônio, demonstrando que o arcabouço jurídico pode servir como proteção às iniciativas da sociedade civil. Já o ROP AFC6 insere uma crítica estrutural ao apontar o descompasso entre a existência da legislação e sua aplicação prática, condicionada por interesses políticos e econômicos. Essa leitura denuncia a seletividade da ação estatal e a dependência da pressão social como fatores determinantes para a concretização das normas.

De forma geral, as respostas evidenciam uma tensão persistente entre a função ideal da legislação e sua operacionalização concreta, reforçando que o simples conhecimento das normas não é suficiente. Faz-se necessária a conjugação entre formação qualificada, mobilização cidadã e fortalecimento dos mecanismos de controle democrático, de modo que os dispositivos legais se convertam, de fato, em políticas públicas eficazes de conservação patrimonial.

Essa constatação ilumina desafios práticos para a gestão do CHS e contribui para o debate acadêmico sobre a relação entre normatividade e efetividade, com implicações diretas para o desenho de políticas de preservação no contexto brasileiro.

Posterior às narrativas referentes aos ROPAF3 evidenciarem a relevância do conhecimento e da divulgação da legislação pertinente à manutenção e à conservação do patrimônio, procurou-se compreender o grau de desconhecimento, seja parcial ou completo, dessas leis no contexto do processo de preservação e conservação desses bens.

As entrevistas analisadas revelam um consenso entre os participantes quanto aos efeitos negativos do desconhecimento, parcial ou total, da legislação voltada à proteção do patrimônio edificado em Santarém. Não obstante existam dispositivos legais em diferentes esferas de governo, sua eficácia está comprometida por falhas estruturais nos processos de comunicação, formação e fiscalização, evidenciando dissonância entre o aparato normativo e sua aplicação prática.

Essa constatação aproxima-se da análise de Zanirato (2009), segundo a qual a preparação dos indivíduos para a participação na política patrimonial demanda conhecimentos diversos, visto que essa política abarca a produção do espaço urbano e confronta-se, reiteradamente, com contextos adversos permeados por interesses imobiliários e concepções de progresso. Esses interesses tendem a ser articulados em discursos que associam o “novo” e o “moderno” à beleza e à superioridade, enfraquecendo o reconhecimento do valor histórico e simbólico de áreas consolidadas.

Nesse cenário, o ROPAF3 denuncia a inexistência de articulação entre o poder público e os agentes privados nos processos de compra e venda de imóveis localizados em áreas que deveriam ser protegidas. O entrevistado evidencia a fragilidade dos mecanismos de controle e fiscalização, os quais, ao não intervirem adequadamente no momento da transferência de propriedade, favorecem a descaracterização de bens históricos, mesmo quando formalmente amparados por

normas legais. Essa crítica evidencia uma falência do modelo de governança patrimonial, marcado por uma legislação aparentemente inoperante frente à ausência de engajamento institucional efetivo.

Em complemento a essa análise, a fala do ROP AFC5 apresenta uma crítica de caráter sistêmico, ao articular o desconhecimento legal à estagnação das políticas públicas e à perda da memória coletiva. O entrevistado denuncia a ausência de instrumentos fundamentais de proteção, como o livro de tomo municipal e propõe a criação de articulações institucionais entre universidades e poder público. Sua abordagem, de natureza interdisciplinar, combina dimensões jurídicas, políticas e formativas, sugerindo ações concretas como a realização de conferências públicas e semanas temáticas de educação patrimonial.

As demais falas corroboram esse diagnóstico crítico por diferentes perspectivas. O ROP AFC2 classifica o desconhecimento jurídico como entrave direto à aplicação normativa, à medida que o ROP AFC6 enfatiza o distanciamento entre o saber técnico-científico e o conhecimento popular acerca do patrimônio local. Já o ROP AFC1 propõe uma abordagem educativa de caráter plural, capaz de dialogar com a diversidade social por meio de processos formativos sensíveis às realidades culturais dos sujeitos envolvidos. Por sua vez, o ROP AFC4 associa o domínio das normas à capacidade de resistência frente à especulação imobiliária e à valorização da memória urbana, defendendo o saber jurídico como instrumento de proteção simbólica e material do território.

O desconhecimento da legislação patrimonial, portanto, emerge como um problema estruturante no processo de preservação e conservação dos bens históricos em Santarém. Esse desconhecimento compromete a efetividade das normas existentes, além de enfraquecer o potencial educativo e simbólico do patrimônio, perpetuando ciclos de desinformação, negligência e descaracterização.

Nesse sentido, a reflexão apresentada na matéria publicada em 24 de maio de 2025, pelo portal de notícias “Hora Campinas”, sob o título “Entre prédios e patrimônios: a disputa silenciosa pelo centro histórico de Campinas”, guarda estreita relação com a realidade santarena. Nela, o arquiteto Fernando Shigueo Nakandakare observa que “quando tratamos edifícios apenas como mercadoria, deixamos à mercê do mercado que busca apenas o lucro” e acrescenta que “hoje, para muitos, patrimônio é sinônimo de prédio abandonado. Proteger é ocupar, dar função, memória. Não demolir não é preservar”.

Sua argumentação reforça a necessidade de que o poder público disponha de instrumentos mais eficazes de gestão patrimonial, capazes de integrar de forma sustentável esses bens à dinâmica social, cultural e econômica das cidades. Diante desse panorama, as entrevistas indicam que enfrentar o desafio exige mais do que ajustes pontuais na legislação. É imprescindível investir em ações de educação patrimonial continuada, em estratégias eficazes de divulgação das normas vigentes, na articulação interinstitucional entre os diversos atores envolvidos e em reformas administrativas capazes de fortalecer a governança local sobre o patrimônio edificado.

É sabido que existem dispositivos legais na legislação brasileira voltados à proteção e à conservação do patrimônio cultural. O tombamento talvez seja o meio mais popular, ou seja, de conhecimento de boa parte da população. Conforme observa Pelegrini (2009), trata-se de uma medida de preservação e revitalização de bens culturais, articulando-se com a implementação de ações complementares que intentam valorizar patrimônios em estado de deterioração.

Ressalta-se que tal instrumento não tem como propósito impedir o desenvolvimento urbano ou estagnar a cidade; ao contrário, busca assegurar a proteção dos bens e a conservação de suas características originais, permitindo intervenções que qualifiquem o espaço urbano e promovam sua integração à vida contemporânea.

Assim, buscou-se averiguar junto aos ROP AFC se eles consideram o tombamento de bens patrimoniais uma estratégia viável para assegurar a preservação dos patrimônios situados na região central da cidade. A análise das respostas à pergunta sobre o tombamento como instrumento legal de salvaguarda dos bens do CHS revela um consenso parcial entre os entrevistados quanto à sua relevância normativa.

A fala de ROP AFC5 destaca o tombamento como passo fundamental para o avanço da política cultural local, enfatizando sua integração ao sistema municipal de cultura como condição para garantir a efetiva preservação dos elementos patrimoniais.

Contudo, a resposta do ROP AFC6 tensiona essa perspectiva ao alertar que, na ausência de recursos, projetos e vontade política, o tombamento se reduz a uma formalidade sem eficácia prática. Essa crítica é reforçada pelo ROP AFC1, que evidencia a contradição entre a obrigação legal de conservar e a inexistência de

contrapartidas financeiras aos proprietários, apontando a conservação como um ônus desproporcional quando não há suporte público.

Nessa direção, Paes (2017) adverte que, a despeito de a patrimonialização representar um avanço no reconhecimento dos bens culturais, sua efetividade é limitada quando não acompanhada de políticas públicas adequadas ou quando os instrumentos existentes são empregados de forma ineficaz, resultando no abandono dos bens. O ROP AFC3 acrescenta outra dimensão ao debate ao denunciar a divergência entre o tombamento legal e a funcionalidade dos bens, argumentando que imóveis tombados sem destinação de uso tendem ao abandono, como exemplificado pelo caso do Solar do Barão de Santarém.

Já os ROP AFC2 e ROP AFC4 adotam posições afirmativas, mas sem aprofundamento argumentativo. Nesse contexto, reforça-se o apontamento de Pelegrini (2009, p. 34) de que outros mecanismos devem ser articulados ao tombamento, como o inventário dos bens culturais, o qual “constitui um passo primordial no sentido da conservação de um bem cultural”, por registrar e sistematizar informações essenciais para subsidiar políticas públicas e decisões técnicas voltadas à preservação.

Dessa forma, as vozes revelam que o tombamento, embora reconhecido como instrumento legítimo, mostra-se insuficiente para garantir a salvaguarda do patrimônio edificado quando dissociado de políticas públicas estruturadas, financiamento adequado e estratégias de uso social dos bens culturais.

Tendo compreensão de que o tombamento constitui um dos principais mecanismos de proteção dos bens patrimoniais situados no CHS, a pesquisa buscou identificar junto aos ROP AFC o conhecimento que esses sujeitos detêm acerca da existência de edificações inscritas no livro do tomo, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

As respostas evidenciam inconsistências significativas nesse conhecimento. O ROP AFC1 declarou: “Olha, local assim eu não tenho conhecimento não, nunca ouvi dizer que x prédio já foi tombado, documentado, não tenho conhecimento não”, revelando total desconhecimento sobre o tema. Em sentido semelhante, o ROP AFC4 afirmou: “Não, eu te confesso que eu não tenho conhecimento”. Já o ROP AFC5 sustentou, de forma categórica, que “não tem tombado, mas em processo. Só está em processo no município de Santarém. Então, os nossos bens [...] não [são] um

tombamento oficial que realmente salvasse aquele bem”. Essas assertivas indicam ausência ou insuficiência de informações a respeito do instrumento legal.

Por outro lado, os ROP AFC2, ROP AFC3 e ROP AFC6 apresentaram interpretações equivocadas, atribuindo proteção oficial a bens que, na realidade, não possuem registro formal em nenhuma instância administrativa. Esse equívoco, mais que um lapso individual, reflete lacunas estruturais na comunicação e difusão de informações sobre o patrimônio, o que compromete a eficácia do tombamento como instrumento de salvaguarda. A imprecisão nas percepções dos moradores, portanto, pode ser entendida como sintoma da desconexão entre o aparato jurídico e a consciência coletiva, prejudicando a apropriação social do patrimônio e, conseqüentemente, sua preservação.

Essa deficiência informacional não se restringe à esfera individual, ainda que corresponda, de forma contundente, à própria realidade institucional. A ausência de registros amplamente divulgados sobre processos de tombamento em Santarém, em qualquer uma das esferas administrativas, evidencia lacunas na estrutura de gestão patrimonial e na consolidação de instrumentos jurídicos de proteção. Essa constatação reforça a fragilidade das políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio edificado, indicando a necessidade de maior transparência, articulação interinstitucional e fortalecimento das ações voltadas à salvaguarda dos bens culturais³⁴.

De acordo com informações prestadas por uma servidora da Secretaria Municipal de Cultura, os processos de tombamento existentes em Santarém encontram-se sob responsabilidade do DPHAC, órgão vinculado ao governo estadual desde a década de 1980. Entre os bens mencionados nesse contexto figura a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição, cujo processo, segundo a mesma fonte, permanece inconcluso, mesmo após várias décadas de sua abertura. Essa situação evidencia a morosidade e a descontinuidade administrativa que frequentemente comprometem a efetividade dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural.

³⁴ Até o momento da pesquisa (abril de 2024), não foram localizados registros públicos ou documentos oficiais que indicassem a existência de bens tombados em Santarém nas esferas municipal, estadual ou federal. As informações foram obtidas a partir de consulta informal à Secretaria Municipal de Cultura, bem como de verificação junto ao DPHAC e às bases públicas do IPHAN.

Superada a etapa investigativa inicial, a pesquisa direcionou-se à análise da relação percebida pelos ROP AFC entre a preservação e a conservação do CHS e o desenvolvimento do Turismo Cultural. Essa abordagem requer, preliminarmente, situar o território em um contexto mais amplo das políticas públicas voltadas ao turismo no Estado do Pará. Nessa perspectiva, a Resolução nº 001/2009, que regulamenta a adequação dos polos turísticos às novas regiões definidas pelo Decreto Estadual nº 1.066/2008, estabeleceu que o Polo Tapajós passasse a abranger os municípios das Regiões do Baixo Amazonas e Tapajós.

Inserido no roteiro turístico “Amazônia, Selva e História”, o referido polo contempla, segundo diretrizes do Ministério do Turismo (MTur, 2025), segmentos como o Turismo Cultural, o ecoturismo e o turismo de aventura, configurando-se como um território estratégico para o fortalecimento da atividade turística e para a valorização de seus patrimônios materiais e imateriais.

À luz desse enquadramento institucional, as percepções dos entrevistados revelam múltiplos níveis de compreensão, engajamento e criticidade acerca da relação entre Turismo Cultural e preservação patrimonial. Entre as falas, destacam-se duas que articulam com clareza e profundidade essa relação. Para o ROP AFC2, a conservação dos bens patrimoniais potencializa a atratividade turística ao proporcionar ao visitante a oportunidade de conhecer a história e a materialidade dos espaços, o que, em conformidade com o entrevistado, repercute na valorização cultural, no fortalecimento econômico local e no estímulo ao pertencimento comunitário.

Por conseguinte, o ROP AFC5 complementa essa perspectiva ao sustentar que o Turismo Cultural se fundamenta na memória coletiva e nos elementos simbólicos constitutivos do território, advertindo que o desconhecimento desses valores tem conduzido à descaracterização de espaços significativos, como a Praça Rodrigues dos Santos.

Essa relação entre patrimônio e pertencimento encontra respaldo em Olender (2017), cuja análise do caso do “Castelinho do Bairro”, em Juiz de Fora (MG), demonstra que vínculos afetivos e identitários podem mobilizar comunidades em prol da preservação de seus bens culturais. Nesse exemplo, a mobilização popular pelo tombamento evidenciou que o valor simbólico de uma edificação transcende sua materialidade, tornando-se elemento estruturante da memória, da identidade e do senso de pertencimento coletivos.

As demais narrativas reforçam, por diferentes vieses, os desafios à efetivação dessa articulação. Os ROP AFC1 e ROP AFC3 apontam a predominância da lógica do turismo natural, exemplificada por modalidades como sol e praia ou ecoturismo, em detrimento da valorização do patrimônio edificado. O ROP AFC6, por sua vez, identifica a ausência de diálogo entre os setores turístico, cultural e histórico como um entrave estrutural à formulação de políticas integradas. Já o ROP AFC4 evidencia o potencial narrativo dos edifícios históricos, sugerindo que sua preservação viabiliza a reconstrução da história local e fortalece a identidade regional.

Diante desse panorama, constata-se que, embora os entrevistados reconheçam a potência do CHS como ativo cultural e turístico, persistem limitações de ordem institucional, simbólica e mercadológica que dificultam sua plena integração às dinâmicas do Turismo Cultural. Essa compreensão é aprofundada pela conceituação proposta por Marujo e Ramos (2011). Os autores ampliam o entendimento do Turismo Cultural ao demonstrar que essa prática não se restringe à visita a monumentos e ao patrimônio edificado. Envolve, sobretudo, a fruição de estilos de vida, hábitos e costumes, bem como a valorização de artefatos, da gastronomia, dos conhecimentos tradicionais, das celebrações e das manifestações artísticas, teatrais e musicais.

Essa perspectiva amplia a leitura da relação entre patrimônio e turismo, ao reconhecer que a preservação deve abarcar tanto dimensões materiais quanto imateriais da cultura local, condição indispensável para a consolidação de políticas culturais e turísticas integradas.

Como desdobramento dessa etapa da pesquisa, buscou-se investigar o número de bens patrimoniais catalogados na cidade até o ano de 2025. Nesse sentido, questionou-se aos ROP AFC se dispunham de informações concernentes à existência e à disponibilidade desse levantamento.

Ao serem questionados sobre a existência de um catálogo atualizado de bens patrimoniais edificados no município de Santarém até o ano de 2025, os entrevistados revelaram percepções que convergem para a inexistência de tal instrumento, ainda que em diferentes graus de informação e detalhamento. A narrativa do ROP AFC5 é incisiva ao afirmar: “em 2025, ainda nenhum”. Apesar de lacônica, a resposta se mostra altamente significativa ao indicar, de forma direta, a inexistência de bens catalogados até o referido ano.

Por outro lado, a narrativa do ROP AFC6 complementa a anterior ao explicitar o esforço institucional pela catalogação, mas reconhece não haver resultado conclusivo até o momento. A resposta amplia o contexto, permitindo compreender a inexistência do inventário como fruto de um processo em curso e ainda incompleto. A conjugação dessas duas falas permite afirmar que, embora haja esforços institucionais, até 2025 não se dispõe de um instrumento consolidado e publicamente acessível de gestão do patrimônio edificado.

As demais elucidações reforçam o cenário de desinformação ou de ausência de dados sistematizados. Os ROP AFC1, ROP AFC3 e ROP AFC4 declararam não possuir qualquer conhecimento relacionado à existência ou à quantidade de bens patrimoniais catalogados, notabilizando um déficit de comunicação entre os órgãos responsáveis pela gestão patrimonial e a sociedade civil.

Ainda que não responda prontamente à indagação, o relato do ROP AFC2 sinaliza a existência de um processo conduzido pela Secretaria Municipal de Turismo voltado à atualização da oferta turística local, o que incluiria o levantamento de prédios históricos. No entanto, a ausência de menções a resultados concretos ou a dados disponíveis revela que a ação permanece no plano técnico ou preliminar, sem alcançar efetividade pública até o momento da pesquisa.

A análise das falas permite a identificação de três eixos temáticos centrais:

- (1) a ausência de uma catalogação pública atualizada;
- (2) o desconhecimento generalizado entre os atores sociais locais; e
- (3) a existência de processos institucionais em andamento, porém ainda inconclusos.

A inexistência de uma catalogação comprometida com a sistematização e a disponibilização de informações atualizadas constitui um obstáculo à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas à preservação, à fiscalização e à valorização do patrimônio histórico edificado. Além disso, o distanciamento entre o poder público e a comunidade quanto ao conhecimento sobre o acervo patrimonial fragiliza os vínculos identitários e dificulta o engajamento coletivo na salvaguarda da memória urbana.

Em virtude disso, assevera-se que, até 2025, Santarém não dispõe de um inventário consolidado de seus bens patrimoniais edificados. Os esforços

institucionais, ainda que existentes, não se traduziram em instrumentos de gestão eficazes, perpetuando um quadro de desconhecimento e desarticulação que compromete a efetividade da política patrimonial e dos dispositivos legais de proteção.

Nesse percurso, a última indagação dirigida aos ROP AFC buscou obter suas avaliações sobre a relevância da preservação e conservação dos bens patrimoniais situados no CHS. Os relatos de ROP AFC1, ROP AFC3 e ROP AFC4 revelam convergências ao reconhecer que a proteção desses bens representa uma memória viva da cidade, refletindo acontecimentos de diferentes períodos históricos.

A percepção dos entrevistados oferece subsídios valiosos para a análise das políticas patrimoniais em curso. A análise das percepções de sujeitos direta ou indiretamente envolvidos nos processos de gestão, valorização e difusão do patrimônio cultural permite compreender como atribuem valor a esses bens. A partir disso, evidenciam-se os sentidos conferidos à memória urbana e os desafios institucionais e operacionais que marcam a salvaguarda do acervo histórico edificado.

Pelegrini (2009) destaca que a memória é indissociável da identidade individual e coletiva, articulando-se às manifestações culturais e às formas de compreensão do mundo, sendo imprescindível à preservação das práticas culturais e à reconstrução da identidade. De forma complementar, Meneses (1992) observa que a memória se configura como uma construção social, resultante de uma operação ideológica capaz de estruturar representações visuais e organizar simbolicamente as relações sociais e seus bens materiais, legitimando cultural, histórica e socialmente esses elementos.

As falas dos ROP AFC3 e ROP AFC5 evidenciam concepções alicerçadas na função simbólica e histórica do patrimônio. A narrativa do ROP AFC3 enfatiza a preservação da memória urbana como imperativo histórico. Ao afirmar que “tu não podes ir apagando tudo, daqui a pouco, a cidade não tem memória”, o entrevistado denuncia o risco iminente de aniquilação simbólica do passado diante da ausência de ações conservacionistas. Essa perspectiva vincula a materialidade dos bens edificados à construção do pertencimento e da identidade local.

Por sua vez, o ROP AFC5 amplia o entendimento ao introduzir uma dimensão geracional e educativa. Ao afirmar que conservar o patrimônio é “salvaguardar para que as nossas futuras gerações possam ter acesso”, desloca o foco da preservação do tempo presente para o futuro. A relevância dos bens patrimoniais perpassa, então, por sua capacidade de transmitir valores culturais, identitários e históricos às próximas gerações e aos visitantes. Para Zanirato (2009), a educação constitui instrumento

essencial para transformar mentalidades e reforçar a importância da preservação de símbolos históricos que representam memórias e narrativas vividas.

Decerto imbricadas, essas falas refletem a compreensão do CHS enquanto espaço de identidade, memória e projeção histórica. Sua conservação, portanto, deve ser vista como compromisso técnico ou urbanístico e como escolha ética, política e cultural de uma coletividade em relação ao seu passado e futuro. Nesse horizonte, Funari e Pelegrini (2006) acrescentam que a reabilitação de centros históricos fortalece a identidade coletiva, preserva bens culturais materiais e imateriais e pode constituir vetor estratégico de desenvolvimento econômico e social, aproveitando a infraestrutura existente e impulsionando o turismo.

As contribuições dos ROP AFC1, ROP AFC4 e ROP AFC6, ainda que não transcritas integralmente, também se mostram relevantes para compreender a imprescindibilidade da preservação do CHS. A análise dessas falas permite identificar três eixos analíticos predominantes, articulados de forma crítica e complementar:

- i. **Dimensão educativa do patrimônio** – a narrativa de ROP AFC1 aponta para a necessidade de projetos inovadores de educação criativa. Sem estímulo pedagógico, os bens históricos tendem a perder sua função de gerar pertencimento e memória coletiva. A ausência de políticas que dinamizem espaços, como mercados públicos, compromete o exercício de sua função social.
- ii. **Reconstrução narrativa da história local** – a fala do ROP AFC4 denuncia o apagamento de Santarém nos registros oficiais e defende a valorização dos bens edificados como meio de recuperar a memória e as especificidades culturais locais. Trata-se de um apelo à visibilidade das narrativas historicamente silenciadas. Nesse sentido, Bertini (2015) adverte que transformações urbanas impostas por políticas externas à organização social podem distanciar os indivíduos de sua cidade, gerando estranhamento e perda de vínculo simbólico.
- iii. **Articulação entre memória e desenvolvimento** – a perspectiva do ROP AFC6 associa a preservação à reparação de dívidas históricas com grupos marginalizados, como indígenas, negros e imigrantes. A conservação deve ser economicamente viável e socialmente justa,

servindo à recuperação simbólica e à dinamização econômica das comunidades locais, especialmente por meio do turismo.

De forma integrada, esses três eixos robustecem a centralidade do patrimônio como elemento de memória coletiva, instrumento educativo e recurso de valorização socioeconômica. A memória, recorrente em todas as falas, aparece como fundamento simbólico da conservação, confirmando a tese de Halbwachs (1990) de que os bens patrimoniais funcionam como marcos materiais da identidade urbana. A ausência de preservação é percebida como apagamento da história local e ruptura do pertencimento cultural.

Nessa senda, as percepções dos entrevistados delineiam uma compreensão ampla e crítica do papel do patrimônio no contexto do CHS, evidenciando que sua salvaguarda demanda políticas públicas integradas, capazes de articular educação, memória e desenvolvimento como eixos indissociáveis.

Superar a dicotomia entre proteção formal e uso social implica reconhecer que a vitalidade do patrimônio reside tanto na preservação de seus valores históricos quanto na sua capacidade de dialogar com as dinâmicas contemporâneas da cidade. Assim sendo, impõe-se a corresponsabilidade entre poder público e sociedade civil na construção de estratégias que assegurem a continuidade de uma memória urbana viva, significativa e permanentemente aberta a processos de ressignificação.

5.3 Convergências e divergências entre as perspectivas dos moradores do CHS, agentes públicos, sociedade civil organizada e fazedores de cultura

A compreensão das transformações contemporâneas nos centros históricos brasileiros requer a análise de experiências diversas, nas quais se verificam padrões recorrentes de reconfiguração espacial e funcional. Conforme Carsalade (2019), essas áreas constituem espaços complexos de patrimônio urbano, caracterizados por múltiplas camadas de significado cultural sobrepostas no tempo e no espaço.

Compostos por subconjuntos patrimoniais que, mesmo sem continuidade física, mantêm vínculos significativos, esses centros, quando inseridos em contextos de desenvolvimento urbano, tornam-se suscetíveis a pressões decorrentes de mudanças nos usos e na configuração espacial, além da atuação de diversos atores que competem pela apropriação dos valores econômicos gerados nela.

No caso brasileiro, Brusadin, Castriota e Rezende (2023) identificam, no Centro Histórico de Ouro Preto, uma tendência à adaptação de edifícios residenciais para funções comerciais e de serviços, em consonância com as lógicas do capitalismo contemporâneo. Esse processo implica a substituição progressiva de usos originalmente residenciais por atividades voltadas ao consumo, fenômeno que ultrapassa os limites de Ouro Preto e repete-se em diferentes centros históricos, produzindo alterações profundas na morfologia e na função social desses territórios.

Segundo Pereira Costa *et al.* (2023), em estudo sobre o Centro Histórico de Tiradentes (MG), o acelerado processo de urbanização impulsionado pela atividade turística evidencia um paradoxo recorrente nas cidades históricas brasileiras: o desenvolvimento econômico ocorre à custa do deslocamento dos moradores originais, processo reconhecido como gentrificação. Ao serem progressivamente afastados do núcleo urbano, esses sujeitos são compelidos a fixar-se em áreas periféricas, levando consigo traços do modo de vida tradicional mineiro que conferia sentido e autenticidade ao cotidiano local.

Com o passar do tempo, essas práticas, saberes e formas de sociabilidade tendem a se diluir no espaço urbano ampliado, perdendo intensidade até quase desaparecerem. O resultado é a conformação de uma cidade-cenário, dinâmica e comercialmente ativa, mas esvaziada de seus referenciais simbólicos e de seus modos de vida originais, em que a paisagem preservada serve mais à contemplação turística do que à reprodução das memórias e identidades que a originaram.

Essa dinâmica encontra paralelo no CHS, onde práticas econômicas contemporâneas e interesses imobiliários promovem a substituição gradual de usos residenciais por comércio, turismo e serviços. Embora esse movimento possa gerar dinamismo econômico, também acarreta perda de autenticidade arquitetônica e fragmentação social, dificultando a preservação de valores históricos e culturais. A esse quadro somam-se problemas estéticos, como a presença de sinalizações e letreiros incompatíveis com o conjunto histórico.

Em consonância com Filho (2000), a sinalização deve respeitar proporções, tipos e materiais coerentes com o contexto arquitetônico, a fim de preservar a harmonia visual e evitar a poluição estética (Figuras 133, 134 e 135), aspecto frequentemente comprometido no CHS. As três ilustrações analisadas destacam o tratamento dispensado, em 2025, às edificações históricas da cidade. Observa-se que, por trás de placas e letreiros comerciais contemporâneos, subsistem construções

antigas que materializam um período significativo da trajetória urbana, conquanto se encontrem em estado de evidente negligência.

Ainda é possível identificar, nas fachadas, traços arquitetônicos característicos e elementos formais que remetem ao modo de concepção e execução das edificações em épocas pretéritas, revelando a persistência de referências à arquitetura tradicional, mesmo diante das intervenções e descaracterizações recentes.

Figura 133 – Poluição estética



Fonte: Acervo do autor (2025).

Figura 134 – Poluição estética



Fonte: Acervo do autor (2025).

Figura 135 – Poluição estética



Fonte: Acervo do autor (2025).

Nesse contexto, procede-se à análise comparativa das perspectivas dos atores envolvidos na pesquisa, cotejando as configurações passadas e contemporâneas do CHS. As narrativas convergem ao indicar que, em períodos pretéritos, predominavam edificações residenciais, casas, casarões e sobrados de arquitetura colonial portuguesa, associadas a um elevado valor estético e a uma ambiência acolhedora. Esse panorama contrasta com a atualidade, marcada por transformações estruturais, perda de tipos originais e inserção de elementos dissonantes.

Essa percepção é reforçada por Conzen (1981), cuja paisagem urbana, expressão morfológica da vida urbana, reflete a especificidade e a trajetória histórica de uma sociedade. De modo complementar, Salgado (2017, p. 254) enfatiza que “a paisagem como fenômeno só terá sentido a partir da experiência, ou seja, para sua compreensão é necessário que o sujeito a vivencie, fato que sustenta a relação do sujeito com o objeto”. Assim, as mudanças no CHS afetam os aspectos formais e a dimensão existencial e identitária vivida por seus moradores, transformando a relação cotidiana com o espaço.

Nesse sentido, Bessa (2021) adota uma concepção holística e fenomenológica da paisagem, afastando-se de uma visão fragmentada ou meramente objetiva. Para o autor, a paisagem não é composta por elementos isolados, como prédios, árvores, sons ou cheiros, mas pela experiência sensível e integrada do sujeito no espaço. A percepção emerge de uma relação de imersão, na qual todos os estímulos (visuais, auditivos, olfativos, táteis e emocionais) entrelaçam-se, formando uma unidade indissociável. Nesse processo, os elementos perdem sua individualidade e são percebidos como parte de um todo coerente, impregnado de significado vivido.

As narrativas dos entrevistados ilustram esse contraste. O M1 enfatiza a estética tradicional, mencionando portas arqueadas e construções de “estilo antigo” associadas a um sentimento de aconchego. O M2 destaca a predominância passada do casario e a presença de famílias no centro, apontando que a demolição de casarões marca o início da descaracterização.

O ROP AFC3 remete à infância, período em que “todos os prédios estavam bem conservados”, enquanto o ROP AFC5 reconhece o CHS como “referência” e “riquíssimo em informações”, mas alerta para a degradação atual e a urgência de políticas de preservação. De modo articulado, esses depoimentos evidenciam a transição de um espaço historicamente preservado e funcionalmente vivo para um cenário de perda arquitetônica e vulnerabilidade social. A análise também revela convergência diagnóstica quanto à situação presente do patrimônio edificado:

- deterioração física;
- descaracterização arquitetônica;
- ausência de políticas eficazes.

O M3 enfatiza a responsabilidade dos proprietários diante da inação do poder público; o M4 qualifica a situação como “precária”; o M5 observa que o processo de descaracterização é antigo; o ROP AFC3 aponta demolições e perda de autenticidade; o ROP AFC5 reivindica uma “política cultural de patrimônio bem responsável”. Entre as falas mais contundentes, destaca-se a do M9: “o patrimônio edificado enfrenta um processo contínuo de deterioração, e não no sentido de proteção, mas de ruína”, e a do ROP AFC6, que denuncia a destruição com a “desculpa de um progresso”.

Esse cenário dialoga com a reflexão de Salgado (2017), segundo a qual a preservação que perde sua função social deixa de apresentar relevância plena para o morador urbano, tornando-se insustentável quanto à manutenção da paisagem como espaço existencial. Essa circunstância, como observa a autora, contribui para o conflito entre comunidades e órgãos preservacionistas, evidenciando incoerências normativas e estéticas.

Do ponto de vista analítico, os depoimentos convergem para dois fatores centrais de fragilidade:

1. Ausência de políticas públicas articuladas que integrem conservação, educação patrimonial e fiscalização;
2. Substituição de práticas preservacionistas por lógicas de uso econômico imediato, legitimadas por discursos modernizadores que desconsideram valores históricos e simbólicos.

No que concerne à relação entre preservação patrimonial e Turismo Cultural, emergem divergências:

- **Negam vínculo efetivo:** M1, M2 e ROP AFC3 apontam inexistência de ações concretas de restauração ou recuperação, o que compromete a valorização turística;
- **Reconhecem interdependência:** o M6 defende que “os dois caminham juntos, pois sem preservação o turismo fica decadente”; o M9 reforça que o Turismo Cultural valoriza história, arquitetura e tradições locais, fomentando engajamento comunitário.

Esse último viés aproxima-se de Baracho *et al.* (2023), que assevera que o turismo deve conectar residentes, turistas e gestores, aplicando a cultura como vetor de sustentabilidade. Complementarmente, Jamal *et al.* (2018), Hawkes (2001) e Murzyn-Kupisz (2012), defendem que o Turismo Cultural, quando sustentável, promove envolvimento comunitário, melhora a qualidade de vida, preserva o patrimônio e fortalece a compreensão coletiva de que os espaços culturais mantêm relação simbiótica com a sociedade. No campo institucional, o ROP AFC4 descreve essa relação como “visceral”, enquanto os ROP AFC5 e ROP AFC6, embora a reconheçam, defendem articulação mais considerável entre os setores turístico, cultural e histórico.

As perspectivas analisadas apresentam convergências na percepção das perdas materiais e simbólicas do CHS e na crítica à ausência de políticas públicas integradas. Contudo, revelam divergências quanto ao papel do Turismo Cultural no fortalecimento da preservação. Superar essas fragilidades requer a formulação e a implementação de políticas intersetoriais e participativas, sustentadas em diagnósticos consistentes e em mecanismos de acompanhamento contínuo.

Nesse sentido, Salgado (2017, p. 262) concebe a paisagem como “construção cultural complexa” que se revela “como um palimpsesto de camadas históricas”, cuja leitura e compreensão nem sempre se mostram plenamente acessíveis. Incorporar essa concepção no planejamento e na gestão patrimonial significa reconhecer que o CHS carrega sobreposições temporais e simbólicas que não podem ser reduzidas a critérios estritamente formais ou mercadológicos.

Essa abordagem permitiria que o Turismo Cultural deixasse de atuar apenas como consumidor de patrimônio e assumisse, efetivamente, a condição de agente corresponsável por sua preservação, valorização e transmissão às gerações futuras.

Com o objetivo de sintetizar, visualmente, as percepções dos diferentes atores entrevistados acerca das configurações passadas e presentes do CHS e da relação entre preservação patrimonial e Turismo Cultural, elaborou-se o Quadro 2. A sistematização apresentada organiza os resultados em dois eixos principais, convergências e divergências, possibilitando identificar padrões de concordância e pontos de dissenso entre as narrativas, além de destacar os fatores de fragilidade apontados pelos interlocutores.

Quadro 2 – Convergências e divergências nas percepções sobre o CHS

Eixo de análise	Convergências	Divergências
Condição passada do CHS	<ul style="list-style-type: none"> - Predomínio de edificações residenciais (casas, casarões e sobrados) com arquitetura colonial portuguesa. - Elevado valor estético e ambiência acolhedora, marcada por laços de vizinhança, festas religiosas e práticas cotidianas ligadas ao rio Tapajós. - Reconhecimento da preservação física e simbólica, vinculada à memória coletiva e à identidade local. - Percepção de harmonia estética e coesão social como traços constitutivos da paisagem histórica. 	-
Condição contemporânea do CHS	<ul style="list-style-type: none"> - Deterioração física e descaracterização arquitetônica. - Perda dos tipos originais e substituição de usos residenciais por atividades comerciais e de serviços. - Presença de elementos dissonantes (letreiros, placas e sinalizações inadequadas), configurando poluição estética. - Ausência de políticas públicas eficazes e descontinuidade administrativa. - Processos de verticalização e especulação imobiliária, que comprometem a autenticidade e o sentido de lugar. 	-
Fatores de fragilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de políticas públicas integradas e articuladas entre os níveis municipal, estadual e federal. - Descontinuidade administrativa e inexistência de instrumentos jurídicos de proteção, como o 	-

	<p>tombamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Substituição de práticas preservacionistas por lógicas econômicas imediatistas, legitimadas por discursos modernizadores. - Fragilidade institucional e simbólica: perda de pertencimento, de memória coletiva e da função social do patrimônio. 	
<p>Relação preservação – Turismo Cultural</p>	-	<ul style="list-style-type: none"> - Parte dos entrevistados (M1, M2 e ROP AFC3) negam vínculo efetivo, apontando inexistência de ações concretas de restauração ou recuperação. - Outros (M6 e M9) reconhecem interdependência entre preservação e Turismo Cultural, afirmando que ambos se fortalecem mutuamente. - Representantes institucionais (ROP AFC4, ROP AFC5 e ROP AFC6) classificam a relação como essencial, mas defendem maior articulação entre os setores turístico, cultural e histórico. - Predomina o entendimento de que o Turismo Cultural deve assumir papel corresponsável na valorização simbólica e na preservação dos bens patrimoniais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em entrevistas e referências (2025).

As convergências identificadas entre os diferentes sujeitos evidenciam que o processo em curso no Centro Histórico de Santarém não se restringe à degradação física ou à fragilidade das políticas públicas, mas expressa um rompimento da temporalidade que historicamente estruturava a relação entre patrimônio e sociedade. Esse rompimento manifesta-se na perda da continuidade entre passado e presente, no enfraquecimento da memória coletiva e na redução do reconhecimento social dos bens patrimoniais. Como consequência, observa-se a substituição dessa temporalidade por uma lógica de temporaneidade, na qual os usos do espaço tornam-se episódicos, desarticulados e desvinculados de significados históricos mais densos, contribuindo para a descaracterização da paisagem cultural e para a marginalização do patrimônio na experiência urbana contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tela, partiu da seguinte questão norteadora: em pleno século XXI, qual é a interpretação da paisagem do Centro Histórico de Santarém (PA), a partir de diferentes olhares, considerando, de um lado, a preservação, a conservação e a qualificação dos bens patrimoniais ali existentes e, de outro, as políticas públicas voltadas a esses fins e sua interface com o Turismo Cultural? A hipótese sustentou que o CHS se configura como um palimpsesto urbano, em que se sobrepõem camadas materiais, simbólicas e afetivas que traduzem as permanências e as rupturas resultantes das dinâmicas econômicas, políticas e culturais contemporâneas.

Compreender o CHS como paisagem cultural significou ultrapassar a leitura restrita de seu conjunto edificado, reconhecendo-o como território de significações múltiplas, onde a materialidade das construções dialoga com as dimensões imateriais da memória, da identidade e das práticas sociais. Nesse sentido, a paisagem não foi tratada como cenário estático, mas como construção histórica e simbólica, permanentemente ressignificada pelos sujeitos que a habitam e pelas políticas que a moldam, incluindo as interpretações produzidas pelos moradores como uma das dimensões centrais dessa leitura.

Os resultados desta pesquisa indicam que a problemática do Centro Histórico de Santarém ultrapassa a dimensão material da degradação, configurando um rompimento da temporalidade que sustentava a relação entre patrimônio e sociedade. A predominância de práticas marcadas pela temporaneidade evidencia a fragilidade dos vínculos sociais com o patrimônio, comprometendo sua função como suporte de memória coletiva e como elemento estruturante da identidade local.

As reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa demonstram que o processo de patrimonialização em Santarém permanece marcado por fragilidades institucionais, descontinuidade administrativa e pela ausência de instrumentos efetivos de gestão. A análise evidenciou que a conservação do acervo edificado não se sustenta apenas em dispositivos normativos, mas depende da consolidação de vínculos sociais, da educação patrimonial e da participação comunitária. A valorização do CHS, portanto, exige compreender o patrimônio como campo de disputa simbólica e política, onde se confrontam interesses econômicos, memórias coletivas e projetos de cidade.

A comparação com outras experiências brasileiras de gestão patrimonial revelou que, em contextos nos quais se estabeleceram pactos institucionais e sociais voltados à salvaguarda do patrimônio, a preservação passou a integrar a vida cotidiana e a economia local, fortalecendo o Turismo Cultural e a identidade territorial.

Em Santarém, contudo, a prevalência da especulação imobiliária e a desarticulação das políticas públicas impedem que o patrimônio cumpra plenamente sua função social. Reconhecer o CHS como espaço de memória, cidadania e desenvolvimento cultural significa, portanto, afirmar a urgência de políticas integradas, participativas e de longo prazo que promovam a permanência dos bens históricos e a revitalização do tecido urbano como expressão viva da cidade e de sua história.

O diagnóstico da situação atual aponta que o CHS apresenta fragilidade estrutural e simbólica. Intervenções urbanas realizadas desde o final do século XX descaracterizaram seu núcleo histórico, como a demolição do edifício conhecido como Castelo, a substituição do pavimento de concreto das vias centrais por camadas de asfalto e a implementação de galerias subterrâneas sem critérios de preservação.

Essas medidas, orientadas por uma lógica de modernização imediatista, comprometeram a paisagem cultural e enfraqueceram o sentimento de pertencimento da população. O patrimônio passou a ser tratado como mercadoria, mais do que como referência de identidade urbana e memória coletiva.

A análise evidenciou, ainda, que a negligência institucional resulta de múltiplos fatores: inexistência de legislação municipal específica para proteção do patrimônio; ausência de tombamentos em qualquer esfera administrativa; descontinuidade de políticas públicas; ocupação de secretarias por gestores sem preparo técnico; e deficiente articulação entre instâncias municipais, estaduais e federais. Essa combinação resultou em vulnerabilidade jurídica e institucional, abrindo espaço para práticas especulativas e para a demolição de edificações históricas.

O quadro se agravou com a venda de imóveis por descendentes de antigos moradores a agentes externos, seguida de substituição por empreendimentos comerciais desprovidos de vínculo com a memória local. Esse processo não apenas representou perda material de bens arquitetônicos, mas também enfraqueceu o tecido social e cultural que sustentava o caráter histórico do território.

O mercado imobiliário, marcado por lógica especulativa voltada à acumulação de capital, emergiu como vetor da descaracterização do CHS. Ao priorizar o valor econômico imediato em detrimento da relevância cultural e histórica das edificações,

intensificou-se a destruição de bens patrimoniais, substituídos por empreendimentos homogeneizadores e desconectados da ambiência histórica. Esse processo contribuiu para o apagamento de referências identitárias e para a ruptura de continuidades urbanas que constituíam a memória da cidade.

Outro aspecto identificado foi a instabilidade administrativa, que inviabilizou a continuidade de políticas e desarticulou iniciativas em curso. Muitas propostas de preservação não avançaram em razão da troca constante de orientações políticas, revelando fragilidade estrutural na condução da pauta patrimonial. Esse cenário foi agravado pela presença de gestores sem formação ou conhecimento técnico suficientes, o que comprometeu a formulação de estratégias consistentes. O resultado foi a perpetuação de negligência e descaracterização, reforçando a percepção de que a preservação não constitui prioridade na agenda pública local.

A pesquisa mostrou, ainda, que a desarticulação entre instâncias municipal, estadual e federal constitui entrave relevante ao avanço das políticas de preservação em Santarém. Processos encaminhados ao DPHAC em Belém permanecem paralisados desde a década de 1980, o que evidencia inércia burocrática e ausência de prioridade. Até 2025, nenhuma edificação do CHS alcançou reconhecimento formal por tombamento em qualquer esfera administrativa, fato que amplia a vulnerabilidade perante intervenções indiscriminadas de proprietários e agentes privados. Caso houvesse tombamento efetivo, haveria limites mais claros à ação especulativa, além de condições mais consistentes para formulação de políticas públicas de preservação.

As falas dos sujeitos da pesquisa evidenciam a centralidade do conhecimento da legislação patrimonial. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, reconhece a proteção do patrimônio cultural como direito da sociedade, vinculando-a ao exercício da cidadania. De forma complementar, o Decreto-Lei nº 25 de 1937 instituiu o tombamento como instrumento de tutela de bens de valor histórico, artístico e cultural. A distância entre esses marcos normativos e sua efetiva aplicação em Santarém evidencia o descompasso entre legislação e prática, revelando que instrumentos legais não são suficientes sem articulação institucional, vontade política e participação social.

No plano municipal, existem dispositivos no Código de Posturas, no Código de Obras e na Lei de Uso e Ocupação do Solo que poderiam contribuir para a proteção do patrimônio. Contudo, sua aplicação mostrou-se limitada, ao passo que a ausência de divulgação clara reforça o desconhecimento da população quanto à realidade do

CHS. A pesquisa constatou percepções equivocadas, como a crença na existência de tombamentos inexistentes, reflexo da deficiência informacional que fragiliza o engajamento comunitário. A falta de transparência de dados básicos compromete a formulação de políticas públicas, produzindo distanciamento entre comunidade e patrimônio.

Essa fragilidade documental também se expressa na escassez de registros históricos e na carência de referências bibliográficas sistemáticas relacionadas a Santarém. A ausência de uma sede regional do IPHAN reforça a sensação de abandono institucional. Desde a obra *Tupaiulândia*, de Paulo Rodrigues dos Santos (1971), poucas publicações trataram, de forma sistemática, da historicidade local. Entre os trabalhos mais recentes, destacam-se Fonseca (2006), Amorim (2009, 2010, 2011), Carvalho (*apud* Carvalho; Mileo, 2012), Canto (2015), Couto (2018) e Sussuarana (2022). Apesar de avanços, a produção continua insuficiente para a dimensão do patrimônio santareno.

No percurso metodológico, a pesquisa contemplou a catalogação sistemática das edificações do CHS, resultando em registros fotográficos das fachadas de 102 construções. Essa catalogação forneceu base para análises críticas sobre a configuração urbana, a integridade arquitetônica e o grau de vulnerabilidade do acervo, subsidiando diagnósticos mais precisos e fortalecendo as discussões relacionadas à preservação, à conservação e à valorização cultural.

No campo das políticas públicas, verificou-se que diversos moradores possuem algum nível de conhecimento sobre a importância da preservação, mas pouco domínio sobre a legislação e os órgãos responsáveis. Essa lacuna reforça a necessidade de ampliar a disseminação de informações claras e acessíveis. O desconhecimento, inclusive entre representantes de associações locais, evidencia a urgência de estratégias de educação patrimonial capazes de fomentar participação comunitária e fortalecer um pacto social em torno da preservação.

As entrevistas confirmaram a relevância da educação patrimonial como eixo estruturante da valorização cultural. A inclusão de conteúdos sobre história e patrimônio nos currículos escolares, visitas guiadas, oficinas e rodas de diálogo podem fortalecer vínculos identitários e sensibilizar novas gerações. Campanhas permanentes de sensibilização e educação patrimonial e ambiental, conduzidas por secretarias de cultura, turismo e meio ambiente, também se apresentam como caminhos eficazes para promover pertencimento e corresponsabilidade.

No campo do turismo, identificou-se potencial expressivo para o CHS, desde que orientado por políticas consistentes e gestão participativa. A interpretação do patrimônio, segundo Goodey e Murta (1995) e Albano e Murta (2002), constitui ferramenta de mediação entre visitantes, comunidade e bens patrimoniais, enriquecendo a experiência cultural e fortalecendo o reconhecimento do valor histórico das edificações.

Roteiros interpretativos conduzidos por guias locais, integrando praças, igrejas, sobrados e espaços de sociabilidade, poderiam articular história, cultura e paisagem natural, ampliando a experiência do visitante e reforçando o caráter sensível do lugar.

A requalificação urbana, com revitalização de calçadas, melhoria da iluminação, sinalização turística adequada e criação de espaços de convivência, constitui dimensão imprescindível para ampliar o uso social do CHS e qualificá-lo como paisagem cultural viva. Essas intervenções devem ser acompanhadas de políticas de incentivo à ocupação cultural dos imóveis, de modo a garantir que a revitalização resulte em valorização econômica e no fortalecimento de vínculos comunitários.

A participação social é elemento indissociável nesse processo. O engajamento comunitário pode ser estimulado por meio de grupos de moradores e comerciantes voltados à vigilância e ao cuidado do espaço urbano, mutirões de limpeza, pequenos projetos de restauração e associações culturais defensoras do patrimônio. O Turismo Cultural, quando articulado a essas iniciativas, pode atuar como catalisador de reconhecimento social e mobilizador de investimentos para restauração, museus temáticos e eventos culturais que enalteçam a memória local, desde que articulado a políticas públicas consistentes e gestão eficiente.

A aplicação de entrevistas semiestruturadas revelou que os moradores entendem a conservação do patrimônio como responsabilidade compartilhada entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada. Contudo, a precariedade documental, a descontinuidade administrativa e a ausência de tombamentos fragilizam a possibilidade de consolidar esse pacto. A instalação de uma representação do IPHAN em Santarém, reivindicação recorrente desde 2012, permanece sem avanços, perpetuando a concepção de abandono.

Dessa forma, a pesquisa confirmou que o CHS é um espaço de contradições: campo de memória, identidade e sociabilidade, mas também alvo de negligência institucional e de interesses mercadológicos. A leitura do CHS como palimpsesto

urbano e paisagem cultural mostrou-se fecunda para compreender a sobreposição de camadas, resistências e apagamentos que caracterizam sua trajetória, sendo o olhar do morador uma chave interpretativa fundamental para apreender as camadas de sentido que estruturam essa paisagem.

Ao recuperar a história da cidade, interpretar o CHS e dar voz a moradores, agentes públicos, associações e fazedores de cultura, a pesquisa demonstrou que qualquer projeto de preservação depende da integração entre políticas públicas, educação patrimonial, Turismo Cultural e participação comunitária. Essa integração é condição para transformar o patrimônio em recurso de memória e identidade, ao mesmo tempo que cria potencial para desenvolvimento sustentável.

Espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam para o campo das Ciências Sociais Aplicadas, abrangendo Turismo, História, Arquitetura e Geografia, e ofereçam subsídios práticos para políticas de preservação em centros históricos amazônicos. Santarém, como caso emblemático, ilumina desafios compartilhados por outros contextos urbanos brasileiros e aponta caminhos para futuras pesquisas, como a comparação com cidades amazônicas vizinhas e a avaliação crítica das políticas patrimoniais em curso.

Cumprir destacar que os resultados desta pesquisa devem ser interpretados à luz de alguns limites inerentes ao seu percurso teórico-metodológico. Em primeiro lugar, trata-se de um estudo circunscrito ao Centro Histórico de Santarém, o que implica que as interpretações aqui desenvolvidas não possuem pretensão de generalização, ainda que possam oferecer subsídios analíticos para contextos urbanos de natureza semelhante.

No plano metodológico, a pesquisa fundamentou-se predominantemente em abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e na leitura interpretativa da paisagem. Embora essa estratégia permita apreender dimensões simbólicas, percepções e experiências dos sujeitos, ela também está sujeita à subjetividade dos depoimentos, os quais refletem trajetórias individuais, memórias seletivas e posicionamentos específicos frente ao patrimônio.

Além disso, o número de participantes e a diversidade dos grupos contemplados, ainda que tenham buscado abarcar diferentes atores sociais, não esgotam a complexidade das dinâmicas que incidem sobre o Centro Histórico. Do mesmo modo, a análise corresponde a um recorte temporal específico, não sendo

capaz de apreender, em sua totalidade, as transformações contínuas e processuais que caracterizam a paisagem urbana.

Por fim, reconhece-se que a própria natureza interdisciplinar do objeto, que articula patrimônio, memória, paisagem e políticas públicas, envolve múltiplas escalas e dimensões analíticas que não podem ser integralmente esgotadas em um único estudo, indicando a necessidade de investigações complementares e de aprofundamentos futuros.

Ademais, reafirma-se que a preservação do CHS deve ser compreendida como salvaguarda de edificações antigas e como construção coletiva de futuro. O patrimônio edificado, ao articular memória, identidade, paisagem e uso social, constitui base para a afirmação da cidadania e para a valorização cultural da Amazônia.

Como contribuição desta tese, destaca-se a incorporação do olhar do morador como categoria analítica para a compreensão do patrimônio edificado, ao evidenciar dimensões simbólicas, práticas e memoriais que não se revelam plenamente por meio de abordagens exclusivamente institucionais.

Diante disso, mais do que registrar perdas e vulnerabilidades, esta tese busca contribuir para um horizonte em que a cidade se reconheça em sua história e a projete como recurso de desenvolvimento sustentável, inclusão social e fortalecimento da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. **Descobrimientos dos rios das Amazonas**. Trad. C. de Melo-Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1868-1866**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Albano, Celina; MURTA, Stela Maris (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALVES, Jolinda de Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; PAGANI, Eliane Barbosa Santos. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 1, p. 167-183, 2015.

ALVES, Marcony Lopes. Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, [S.l.], v. 13, p. 11-36, 2018.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém**: projeto de produção de réplicas e catalogação dos prédios históricos. Santarém. Santarém: Gráfica Brasil, 2009.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Santarém**: uma síntese histórica. Canoas: Editora ULBRA, 1999.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Guia de visitação à arquitetura histórica de Santarém**: projeto produção de réplicas e catalogação dos prédios históricos de Santarém – II etapa. Santarém: Gráfica Global, 2010.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Revista Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém**. Santarém: Gráfica Brasil, 2010.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém**: projeto de produção de réplicas e catalogação dos prédios históricos. Santarém. Santarém: Gráfica Brasil, 2010.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Sinopse histórica do Baixo Amazonas e Tapajós**. Belém: Paka-Tatu, 2022.

ARANTES, Antônio Augustos. Salvaguarda, um dispositivo-chave de gestão patrimonial. In: QUEIROZ, Hermano; SANT'ANNA, Marcia (org.). **Em defesa do Patrimônio Cultural**: percursos e desafios. Vitória: Milfontes, 2021.

ARAÚJO, Anderson. A origem do “égua” e outras curiosidades do sotaque paraense. **Diário Online**, Belém, 21 ago. 2024. Atualizado em 23 ago. 2024. Disponível em: <https://dol.com.br/especiais/872128/a-origem-do-egua-e-outras-curiosidades-do-sotaque-paraense?d=1#>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. v. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

AZEVEDO, Julia. Cultura, patrimônio e turismo. *In*: IRVING, Marta de Azevedo (org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

BARACHO, Renata *et al.* Proposta de ferramenta de avaliação de elementos de sustentabilidade cultural em patrimônios: a perspectiva do turista. *In*: BRUSADIN, Leandro B.; CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Memória e patrimônio cultural: gestão, preservação e interpretação**. Pacoti, CE: Geplam Assessoria; Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG, 2023.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

BARRETTO, Margarita. Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 1-11, 2009.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Santarém: dinâmicas da ocupação e uso do território (1542 – 2020)**. Curitiba: CRV, 2021.

BARROS FILHO, Edilson Borges de. **Urbs Adamantina: o estudo da morfologia urbana de Diamantina/MG e implicações na gestão de sua paisagem cultural**. 2023. Tese (Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/66336>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BARBOSA RODRIGUES, João. **Exploração e estudo do Valle do Amazonas**. O rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BARTALINI, Vladimir. Natureza, paisagem e cidade. *In*: BESSA, Altamiro Sergio Mol (org.). **A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021. p. 49-65.

BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. v. 1-2. São Paulo: Brasileira, 1944.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 197-221.

BENTES, Elber Cleyson Pereira. **Verticalização urbana: um estudo de caso sobre os condomínios verticais em Santarém-PA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol (org.). **A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

BIARD, François Auguste. **Dois anos no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônio e dádiva: as Baianas de acarajé no Rio de Janeiro. *In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro (org.) A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad-X / FAPERJ, 2013.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN, 2010.

BORDE, André. Vazios urbanos em centros históricos: temporalidades urbanas contraditórias? *In: SAMPAIO, Andréa da Rosa; PESSOA, José Simões de Belmont; CARSALADE, Flávio de Lemos (org.) Patrimônio cultural na contemporaneidade*. v. 2. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília, DF: MTur, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: MTur, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Rio de Janeiro, RJ, p. 23911-23912, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.

BRENNER, Eliane Lopes. Uma contribuição teórica para o Turismo Cultural. **Habitus**: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 347-360, jul./dez. 2005.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **História, turismo e patrimônio cultural**: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social. Curitiba: Prismas, 2015.

CAMARGO, Patrícia; CRUZ, Gustavo da. Os impactos do Turismo Cultural. *In*: **Turismo Cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009. p. 69-88.

CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. *In*: AGUILAR CRIADO, Encarnación (coord.). **Patrimonio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999.

CANTO, Sidney Augusto. **Sobre o centro histórico de Santarém**. Santarém, 2015.

CORBOZ, André. El território como palimpsesto. *In*: **Lo Urbano**: en 20 autores contemporáneos. Trad. Arteleku. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

CARDOSO *et al.* Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 891-918, 2017.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 139.03, dez. 2011.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Conjunto Moderno da Pampulha**: patrimônio, gestão turística e desenvolvimento social. Relatório final da jornada especial de trabalho. Belo Horizonte: ICOMOS, 2019.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Patrimônio e sociedade: alguns pontos para o debate. *In*: SAMPAIO, Andréa da Rosa; PESSOA, José; CARSALADE, Flavio de Lemos (org.). **Patrimônio cultural na contemporaneidade**. v. 2. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.

CARVAJAL, Gaspar de; ACUÑA, Cristobal; ROJAS, Alonso de. **Descobrimientos do rio das Amazonas**. Trad. C. de Melo-Leitão. Porto Alegre: Companhia Editoria Nacional, 1941.

CARVALHO, Luciana Gonçalves. Materialidade e imaterialidade na cultura do patrimônio cultural em Santarém. *In*: CARVALHO, Luciana Gonçalves; MILEO, Bruno Alberto Paracampo (org.). **Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia**: experiências de pesquisa e gestão. Santarém: UFOPA, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. O Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte – uma experiência metodológica. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. **Anais** [...]. Campinas, 1998.

CÁVEM, Mara. **Centros históricos contemporâneos**: mudanças de perspectiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

CERQUEIRA *et al.* **Educação patrimonial**: perspectivas multidisciplinares. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Viera Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

COLLOT, Michel. Paysage et pensée selon la phénoménologie. *In*: BERQUE, Augustin; DE BIASE, Alessia; BONNIN, Philippe (org.). **Donner lieu au monde**: la poétique de l'habiter, actes du colloque de Cerisy-la-Salle. Paris: Éditions Donner Lieu, 2012.

CONZEN, R. G. The morphology of towns in Britain during the industrial era. *In*: WHITEHAND, Jeremy. W. R. **The urban landscape**: Historical development and management. Papers by M. R. G. Conzen. Birmingham: Academic Press. Institute of British Geographers Special Publications - Department of Geography, Series 13. 1981.

COPATTI, Carina; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de. A leitura do espaço urbano: interações entre patrimônio, memória e Turismo Cultural. **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 48-58, jan./jun. 2016.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; DIAS, Débora Ferreira Freire. A metrópole Fortaleza-CE turistificada. **Caderno de Geografia**, v. 32, n. 69, p. 575–575, 2022.

COSTA, Célio Juvenal. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. *In*: MENEZES, Sezinando Luiz; PEREIRA, Lupercio Antonio; MENDES, Claudinei Magno M. (org.). **A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América**. Maringá: EDUEM, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, Lisboa, v. XLVII, n. 93, p. 5-28, 2012.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. *In*: BRUSADIN, Leandro Benedini; COSTA, Everaldo Batista; PIRES, Maria do Carmo.

(org.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Tatiane. Urbanização e diversidade sócio-espacial no Baixo Amazonas: Santarém e a produção do urbano regional. **Ensaio de Geografia**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 71-85, dez. 2015.

COUDREAU, Henri Anatole. **Viagem ao Tapajós**: 28 de julho de 1895 - 7 de janeiro de 1896. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

COUTO, Estefany Miléo de. **Casarões históricos de Santarém**: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. v. 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. 3 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DANIEL, Anne Rapp Py *et al.* **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da arqueologia**. Belém: MPEG, 2017.

DE LA TORRE, Oscar. **El Turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DELPOUX, Marcel. **Ecosystème et Paysage**. Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest. Tome 43, fasc. 2, pp. 157-174. Toulouse, 1972.

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luis Ramos. Educação Patrimonial e educação popular: um viés possível. *In*: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org.). **Educação patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

DUNCAN, James. The superorganic in American cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, [S.l.], v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

EVANDER, Paulo; TORII, Leonardo. **Memórias da Cabanagem**. Belém: SECULT, 2021.

FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 93-110, 2020.

FERREIRA, Sirley da Conceição. Reflexos do Turismo Cultural nos bairros tradicionais portuários do Rio de Janeiro. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 29-52, ago. 2023.

FIGUEIREDO, Silvio José de Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, Silvio José de Lima; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Cultural e Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFPJ, 1997.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: logradouros públicos**. Santarém: ICBS, 2006.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos**. 6. ed. Santarém: ICBS, 2015.

FONSECA, Wilson Dias da. **Meu Baú Mococongô**. Belém: Secretaria Estadual de Cultura (SECULT); Secretaria de Educação (Seduc), 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**, n. 37, p. 24, jul./ago. 1985.

FÚSTER, Luis Fernandez. *Teoría y técnica del turismo. Volumen II*. Madrid: Editorial Nacional, 1974.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Graça. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Denise Maria Cavalcante; MUNIZ, Tiago Silva Alves. Identidades materializadas na Amazônia colonial: a cerâmica dos séculos XVIII e XIX do Sítio Aldeia, Santarém, PA. **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, [S./], v. 11, n. 2, p. 153-182, jul./dez. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horiz. antropol.**, [S./], v. 11, n. 23, jun. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GOODEY, Brian. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celine (org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. **Fontes históricas e arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém**: a coleção “Frederico Barata” do Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva e história**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

HAWKES, J. **The Fourth Pillar of Sustainability**: Culture’s essential role in public planning. Cultural Development Network, 2001.

HERIARTE, Mauricio. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Vienna: Imprensa do filho de C. Gerold, 1874.

HUGO, Victor. Guerre aux démolisseurs. *In*: **Écrits sur le patrimoine**. Paris: Éditions du Patrimoine / Réunion des Musées Nationaux, 1998.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares da Amostra. **IBGE**, 2022. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2022/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm. Acesso em: 28 out. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Turismo Cultural**. Brasília, DF: ICOMOS, 1976.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano de ação das cidades históricas Santarém – Pará 2010/2013**. Brasília, DF: IPHAN, 2010.

INSTITUTO CASA BRASIL DE CULTURA. **Destino referência em ecoturismo: Santarém-PA**. Goiânia: ICBC, 2010.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial: a experiência da quarta colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

IVANOVIC, Milena. **Cultural tourism**. Cape Town: Juta and Company, 2008.

JAMAL, T. *et al.* Tourism and cultural sustainability: Towards an eco-cultural justice for place and people. **Tourism Recreation Research**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 269-279, 2010.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; ANDRADE MARCONI, Marina de. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destrução ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1943.

LEMOS, Celina Borges; SAMPAIO, Isis Meireles Rodrigues. Narrativas da paisagem como documentação patrimonial urbana e arquitetônica: o caso de Parnaíba [PI]. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 15, 2021.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOBATO, Alessandra Silva. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 392-407, 2016.

LOMBARDI, Maria Rosa *et al.* A entrevista semiestruturada. *In*: LOMBARDI, Maria Rosa; ÁVILA, Maria Auxiliadora; PAULA, Maria Ângela Boccara de (org.). **O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas**. Curitiba: CRV, 2021.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 3, n. 6, p. 1-12, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARUJO, Maria Noémi; RAMOS, Francisco Martins. Reflexões sócio-antropológicas sobre o turismo. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, [S.l.], n. 16, 2011.

MATOS, Odilon Nogueira de. Viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX. **Boletim Paulista de Geografia**, [S.l.], n. 38, p. 57-73, 1961.

MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. **Revista eletrônica do IPHAN**, Brasília, DF, v. 1, p. 1-3, 2005.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e cultura: lembranças e esquecimentos na trajetória histórica de uma cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 83-104, 1992.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Entrevista concedida à Tainá de Keller para o canal Atlantes Arquitetura e Restauro. 15 jul. 2020.

MENESES, Ulpiano T. B. "A história, cativa da memória?". **Revista do IEB**, n. 34, 1992.

MENEZES, Sezinando Luiz; PEREIRA, Lupércio Antonio; MENDES, Claudinei Magno Magre (org.). **Expansão e consolidação da colonização portuguesa na América**. Maringá: EDUEM, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOESCH, Marutschka. **Epistemologia social do turismo**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, Marutschka. **Por uma epistemologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Afonso Celso Bueno. Apresentação. *In: SOMEKH, Nadia. Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais*. São Paulo: CAU/SP, 2014.

MOREIRA, Pedro Vale. **Palimpsesto e Representação do Território: espaço, tempo e memória**. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas – Desenho), Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2021.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSS, Chris. Brazil's best beaches – in pictures. **The Guardian**, Londres, 20 set. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/travel/gallery/2012/sep/20/brazil-best-beaches-in-pictures>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MURZYN-KUPISZ, Monika. Cultural, economic and social sustainability of heritage tourism: issues and challenges. **Economic and Environmental Studies**, v. 12, n. 2, p. 113-133, 2012.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os tapajó. **Revista de Antropologia**, [S./l.], v. 1, n. 1, p. 53-61, 1953. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1953.130579>

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1989.

OLENDER, Marcos. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, v. 35, p. 321-341, 2017.

OLENDER, Marcos. Ainda sobre afetos e efeitos sociais na preservação do patrimônio cultural brasileiro: da memória, do monumento e do ensino. *In: SAMPAIO, Andréa da Rosa; PESSOA, José; CARSALADE, Flavio de Lemos (org.). Patrimônio cultural na contemporaneidade*. v. 2. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. *In: Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Ecília Braga de. A língua é viva: um caso de neologismo na sala de aula de uma escola do campo. **Revista Moara**, Belém, n. 62, 2022.

ORIÁ, Ricardo. Memórias e ensino de história. *In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PARÁ. Em Santarém, Emater incentiva produção de Tarubá para gerar renda e resgate tradicional. **Agência Pará**, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34029/em-santarem-emater-incentiva-producao-de-taruba-para-gerar-renda-e-resgate-tradicional->. Acesso em: 12 ago. 2024.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo Cultural em Tiradentes**. São Paulo: Manole, 2000.

PELLICCIOTTA, Mirza; SOLHA, Karina Toledo. Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. **Saeculum – Revista de História**, [S.l.], p. 157-176, 2016.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga *et al.* Aplicação dos conceitos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana no Centro Histórico de Tiradentes. *In: A morfologia urbana de Tiradentes*. Pacoti, CE: Geplam Assessoria, 2023.

PIRES, Emerson Barros *et al.* Análise espaço temporal da expansão urbana de Santarém-Pará. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL*, 13., 2018, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: COBRAC, 2018.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROCÓPIO, Lilian Costa *et al.* As espécies de tauari (*Lecythidaceae*) em florestas de terra firme da Amazônia: padrões de distribuição geográfica, abundâncias e implicações para a conservação. **Acta Botanica Brasilica**, [S.l.], v. 24, p. 883-897, 2010.

QUEIROZ, Anna Suely de O. **Os casarões santarenos**: expressões de uma época. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

RAMOS, Silvana Pirillo. Desafios do planejamento e desenvolvimento do Turismo Cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Urbe, v. 11, e20180075, 2019.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. 19. Sessão da Unesco, 1976.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade**: rumo a uma nova definição? 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio**. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROGER, Alain. **Court traité du paysage**. Paris: Gallimard, 1999.

SALGADO, Marina. **Olhares sobre o patrimônio**: a busca de significados da paisagem. 2017. 281 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2017.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **A cidade em Portugal**: uma geografia urbana. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANT'ANNA, Márcia. Centro Histórico de Salvador: vazio legal e oportunismo. **ARQUISUR Revista**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 104-115, 2015.

SANTARÉM. **Inventário da Oferta Turística de Santarém**. Santarém: SEMTUR, 2018.

SANTARÉM. **Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Santarém: PMS, 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. Reimpr. 2014.

SANTOS, Paulo Rodrigues. **Tupaiulândia**. Santarém: ICBS/ACN, 1999.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; DEMARTINI, Celia Maria Cristina; BUSTAMANTE, Alejandra. O aproveitamento científico de coleções arqueológicas: a coleção tapajônica do MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 317-333, 1996.

SCIFONI, Simone. Educação Patrimonial Cultural: reflexões sobre o tema. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.

SCIFONI, Simone. Patrimônio Cultural e Participação Social. *In*: SAMPAIO, Andréa da Rosa; PESSOA, José; CARSALADE, Flavio de Lemos (org.). **Patrimônio cultural na contemporaneidade**. v. 2. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. **Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 73-95, jul./dez. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alzilene Ferreira da. O papel do Centro Histórico na cidade: estudo sobre Centro na cidade de Salvador-BA. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUHPB, 14., 2010, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SILVA, David Leonardo Bouças da; COSTA, Helena Araújo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os vizinhos invisíveis: Impactos do turismo nos destinos turísticos e seus entornos na Costa Norte (CE, MA, PI). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPTUR, 6., 10 e 11 set. 2009. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009.

SILVA, Elias da *et al.* Perspectivas da paisagem: aproximações à realidade de Araguaína. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 309-328, 2024.

SILVA, Rodrigo; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. A paisagem da resistência: Notas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove. **PIXO** – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, [S.l.], v. 8, n. 29, p. 96-115, 6 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/pixo.v8i29.27104>

SILVA, Sandra Maria Sousa da. **Turismo, sustentabilidade e capital social em uma vila amazônica**: o caso de Alter do Chão (Santarém, Pará, Brasil). 2018. 302 f.

Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Abingdon: Routledge, 2006.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, [S.l.], v. 21, n. 2, 2021.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. v. 3. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SPRUCE, Richard. **Notas de um botânico na Amazônia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

SUSSUARANA, Cecy Oneide do Nascimento *et al.* **Às margens do Rio Tapajós: investigação cultural e memorial do patrimônio histórico-arquitetônico de Santarém-PA**. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: gestão e marketing**. São Paulo: Aleph, 2000.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação, memórias e identidades: enlaces e cruzamentos. TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *In: Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades*. João Pessoa: IPHAN, 2013.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury; PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; BELLO, Leonardo Augusto Lobato (org.). **Estudo de delimitação das regiões metropolitanas paraenses**: região metropolitana de Santarém. Belém: SEDOP, 2017.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea**. Nairobi: UNESCO, 1976.

UNESCO. **World Heritage Committee – Cultural Landscapes**. Paris: UNESCO, 1992.

VASCONCELOS, Elias Mota *et al.* Centro Cultural João Fona: reflexões sobre o “Museu de Santarém”. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 171-185, 2024.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal; Conselho Editorial, 2004.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Cultural heritage and tourism development**. Madrid: WTO, 2001.

ZACARDI, Diego Maia *et al.* Lagoas urbanas de Santarém (Pará): diagnóstico socioambiental dos lagos Mapiri e Papucu. **Revista Pesquisa em Saúde**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 29-38, 2017.

ZANIRATO, Silvia Helena. A restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil: potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas, história, cultura e cidade. **História Actual Online**, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 145-156, 2007.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena *et al.* Patrimônio cultural: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 255-270, set./dez. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Centro Histórico de Santarém (PA): do esquecimento ao pó ou a ressignificação através do turismo cultural?**, de responsabilidade do doutorando Elias Mota Vasconcelos, aluno do curso de doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS), vinculado a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a supervisão das Professoras Doutoras: Staël de Alvarenga Pereira Costa e Marina Salgado cujo o objetivo é investigar os fatores que implicam no processo de negligência e descaracterização do Centro Histórico de Santarém, impedindo a salvaguarda do patrimônio edificado em instância municipal, estadual e federal.

A sua participação envolve uma entrevista de aproximadamente 40 minutos, que será gravada e depois transcrita e apresentada a você para validação das informações. Todos os dados de gravação e transcrição obtidos através da entrevista serão utilizados somente para fins de estudo. A participação neste estudo é voluntária e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar a qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. A participação neste estudo não terá nenhum custo e nem retorno financeiro.

Ressalta-se que, em caso de danos provenientes da pesquisa (dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual), o(a) sr.(a) poderá buscar indenização nos termos da Resolução 466/12.5 do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

Na publicação dos resultados dessa pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Ao participar do estudo, você poderá enfrentar riscos recorrentes em estudos que envolvem entrevistas, como cansaço, ansiedade, irritação ou prostração. Ressalta-se que a entrevista não atrapalhará sua rotina. A fim de minimizar os riscos acima elencados, você tem total liberdade para pedir quaisquer esclarecimentos sobre o estudo.

A participação é muito importante e contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Caso aceite participar deste estudo, por favor, assine ao final deste documento, que possui duas vias, uma sua e outra dos pesquisadores. Além de assinado pelo pesquisador e pelos (as) participantes, o documento será rubricado em todas as vias. Observa-se que a qualquer momento você poderá solicitar outra cópia com o pesquisador.

Quaisquer **dúvidas gerais** relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador **Elias Mota Vasconcelos**, Doutorando do PPG-ACPS, e-mail: eliasturismo@yahoo.com.br | Celular: **(93) 98115-2898**, Endereço: Av. Presidente Vargas, 4297 – Liberdade, Santarém (PA), CEP. 68040-692 e pela pesquisadora orientadora responsável, professora doutora Staël de Alvarenga Pereira Costa, staelalvarenga@gmail.com. Celular (31) 9712-1354, Endereço: Rua Santo Antônio do Monte, 64 Apto 601 – Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte (MG), CEP. 30330-220.

Os contatos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que poderá ser contatada em caso de **dúvidas éticas**. A CONEP tem a função de normatizar e regulamentar pesquisas envolvendo seres humanos, e atua conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa, os CEP, sediados nas Universidades ou outras instituições de pesquisa.

Endereço da CONEP: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D – Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte. CEP: 70719-040, Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-5877

E-mail: conep.cep@saude.gov.br

Horário de atendimento: 8h às 18h

Horário de atendimento on-line: 8h às 20h

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG:

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005.

Telefone: (31) 3406-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Horário de atendimento: 9h às 11h / 14h às 16h

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia desse termo de consentimento livre e esclarecido.

_____, ____ de _____ de _____

Nome do(a) participante da pesquisa: _____

Assinatura do (a) participante de pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do doutorando

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (moradores)

Moradores do Centro Histórico de Santarém

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada: **Centro Histórico de Santarém: do esquecimento ao pó ou a resignificação através do Turismo Cultural?** cujo objetivo geral é investigar os fatores que implicam no processo de negligência e descaracterização do Centro Histórico de Santarém, impedindo a salvaguarda do patrimônio edificado em instância municipal, estadual e federal.

Entrevistas para os moradores do Centro Histórico de Santarém

1. Nome:
2. Endereço:
3. Telefone:
4. Idade:
5. Escolaridade:
6. Para o(a) sr.(a) o que é o Centro Histórico de Santarém?
7. Há quantos anos o sr.(a) mora no CHS?
8. O(A) sr.(a) poderia falar como era no passado e como está em 2025 o CHS?
9. O(A) sr.(a) conhece os Patrimônios Edificados de Santarém? Pode citar alguns?
10. Se sim, qual a importância deles para os moradores Santarém?
11. Como o(a) sr.(a) avalia a situação do patrimônio histórico edificado (casarões, igrejas, coretos, praças) em Santarém (PA)? Por quê?
12. O(A) sr.(a) conhece alguma política de proteção de bens patrimoniais em níveis municipal, estadual e federal? Poderia falar sobre?
13. Na sua opinião quem são os responsáveis pela preservação e conservação dos patrimônios edificados localizados no CHS?
14. O(A) sr.(a) tem sugestões de ações que poderiam melhorar, preservar e conservar o CHS?
15. Qual sua opinião sobre a especulação imobiliária (prática de mercado que consiste na compra de imóveis como casas, terrenos e salas comerciais, sem utilizá-los, apenas com a intenção de vendê-los a um preço maior depois) no CHS?
16. O(A) sr.(a) sabe o que é Turismo Cultural?
17. Na sua opinião existe alguma relação entre o Turismo Cultural e a Preservação e Conservação do CHS?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (representantes de órgãos e associações)

Entrevista para os representantes de órgãos e associações

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada **Centro Histórico de Santarém: do esquecimento ao pó ou a ressignificação através do Turismo Cultural?**, cujo objetivo geral é investigar os fatores que implicam no processo de negligência e descaracterização do Centro Histórico de Santarém, impedindo a salvaguarda do patrimônio edificado em instância municipal, estadual e federal.

Nome/idade:

Formação acadêmica:

1. O(A) sr.(a) participa de algum órgão, associação, entidade ou movimento social relacionado ao Patrimônio Histórico Cultural em Santarém (PA)? Qual?
2. Qual a sua opinião sobre o Centro Histórico de Santarém em relação à preservação e conservação?
3. O(A) sr.(a) poderia falar como era no passado e como está em 2025 o CHS?
4. O(A) sr.(a) considera que o conhecimento de legislação acerca da preservação e conservação de bens patrimoniais é essencial para quem atua na área?
5. Qual sua opinião sobre o desconhecimento parcial ou total dessas leis no processo de preservação e conservação desses bens?
6. O(A) sr.(a) acredita que o tombamento de bens patrimoniais é um meio legal que poderia garantir a salvaguarda dos patrimônios no CHS?
7. O(A) sr.(a) tem conhecimento da existência de bens patrimoniais tombados no Município de Santarém (PA) em escalas: municipal, estadual e federal? Se sim, quais?
8. Na sua opinião existe alguma relação entre a preservação e conservação do CHS e o Turismo Cultural?
9. O(A) sr.(a) sabe quantos bens patrimoniais edificados tem catalogados em 2025 em Santarém (PA)?
10. Na sua opinião, qual a importância da preservação e conservação dos bens patrimoniais localizados no CHS?